

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO

CAETANO BRAUN CREMONINI

VOZES DA REDAÇÃO:

Jornalistas pensam seu ofício no capitalismo avançado

Porto Alegre

2015

VOZES DA REDAÇÃO:

Jornalistas pensam seu ofício no capitalismo avançado

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Taís
Martins Portanova Barros
Coorientador: Andriolli Costa

Porto Alegre
2015

VOZES DA REDAÇÃO:

Jornalistas pensam seu ofício no capitalismo avançado

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Taís Martins Portanova Barros

Aprovado em: __ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Taís Martins Portanova Barros (Orientadora)

Andriolli Costa (Coorientador)

Prof^a. Dr^a. Cassilda Golin Costa (Examinadora)

Prof. Dr. Francisco Rüdiger (Examinador)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado **VOZES DA REDAÇÃO: Jornalistas pensam seu ofício no capitalismo avançado**, de autoria de CAETANO BRAUN CREMONINI, estudante do curso de **COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO**, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre ____ de _____ de 2015.

Assinatura:

Nome completo da orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Taís Martins Portanova Barros

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a diversas pessoas por quem nutro profunda admiração e que auxiliaram na realização desta monografia.

À minha orientadora, Ana, que acolheu esse trabalho em meio a um semestre extremamente atribulado, reparou meus excessos, valorizou com seriedade e abertura meus esforços argumentativos e, por fim, tolerou minhas dificuldades crônicas com prazos. Agradeço também pela convivência fraterna durante meu período de iniciação científica, feita sob sua orientação.

A Andriolli, coorientador desse trabalho, agradeço pela leitura atenta, pelas indicações e críticas que me propiciaram buscar outros modos de pensar antigos problemas e pela abertura ao debate ao longo de toda a realização dessa monografia.

Aos jornalistas que dispuseram seu tempo, seu sonhos, suas motivações e frustrações em entrevistas para esse trabalho: Aline Custódio, André Mags, Fernanda Nascimento, Fernanda Pugliero, Isabella Sander e Letícia Duarte. Meu agradecimento profundo e sincero.

Tenho também alguns professores para os quais devo um agradecimento. Ao professor Francisco Rüdiger e à professora Glaucia Campregher, que foram fundamentais ao sugerirem leituras e caminhos na época em que essa monografia era nada mais do que uma ideia; à professora Cida Golin, por permitir que, sob sua orientação, eu realizasse os trabalhos mais motivadores desses quatro anos de faculdade, esboçando caminhos outros além do jornalismo da precariedade. Por meio desses professores, agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Às amigas e amigos que compuseram juntos o Bonde do Grands, o Patético Mineiro e o Estudantes de La Pauta, e que partilharam das mesas da Tia Vilma nesses anos. Vocês fazem parte do que levo de melhor da faculdade. Em especial, ao amigo Rodrigo Ferreira, pelo constante intercâmbio de ideias que influenciou em muito os caminhos pelos quais essa monografia se desenvolveu, e ao amigo Giovani de Oliveira, parceiro desde o primeiro semestre nos debates, brigas e projetos (nem sempre bem sucedidos) acerca de nossa profissão em comum.

Aos amigos de sempre, por bem mais do que posso expressar.

Aos meus pais, Ruy e Luiza.

À Thaís, pelo passarinhar a dois pela vida – na boca da noite, um gosto de sol.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.

Karl Marx, Manifesto do Partido
Comunista

Multiplicando o poder pela mediação do mercado, a economia burguesa também multiplicou seus objetos e suas forças a tal ponto que para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos.

Theodor Adorno & Max Horkheimer,
Dialética do Esclarecimento

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender como os jornalistas que trabalham em redações de jornais impressos veem seu ofício, suas práticas profissionais cotidianas e as estruturas das empresas nas quais trabalham. Partimos, inicialmente, de uma discussão teórica acerca da história do jornalismo em conjunto com a história da modernidade, buscando demonstrar como essa atividade social é marcada por esse tempo e herda ideias próprias do mundo burguês. Defendemos também que o universo da burguesia entrou em declínio em detrimento de um capitalismo de massas, onde a dinâmica de indústria cultural ganhou papel central ao tornar-se sistemática, situações que geraram mudanças importantes nas estruturas pelas quais o jornalismo se realiza. Posteriormente, damos atenção à flexibilização das rotinas produtivas jornalísticas que ganha espaço a partir das transformações pelas quais o capitalismo passou nas últimas décadas. A partir de entrevistas feitas com seis jornalistas de jornais de Porto Alegre, verificamos a presença ainda forte de ideias modernas para pensar o jornalismo, assim como um avanço na flexibilização de funções e horários e um processo de precarização das redações. A análise teórica nos permite lançar a hipótese de que o jornalista forma sua identidade a partir de uma narrativa fundamentada numa concepção de sujeito oriunda do liberalismo burguês que, por isso, oculta contradições e tensões próprias do jornalismo no capitalismo avançado.

Palavras-chave: Jornalismo; Modernidade; Capitalismo Avançado; Rotinas Produtivas.

ABSTRACT

This monograph aims to comprehend how journalists who work in newsrooms of printed newspaper see their craft, their everyday professional practices and the structures of the enterprises in which they work. We firstly engage in a theoretical discussion about the history of journalism together with the history of modernity, attempting to demonstrate how this social activity is marked by this period of time and inherits ideas from the bourgeois world. We also defend that the bourgeois universe has entered in decline to the detriment of a mass capitalism, where the dynamics of culture industry has gained central role as they became systemic, situations that occasionated in major changes on the structures by which journalism is carried out. After, we give attention to the flexibilization of the production routines of journalism that gains space after the transformations capitalism has passed in recent decades. Through interviews with six journalists working in Porto Alegre's newspapers, we have verified the still strong presence of modern ideas to think journalism, as well as an advance in the flexibilization of functions and times and a precariousness process of newsrooms. The theoretical analysis allow us to launch the hypothesis that the journalist shape his identity from a narrative grounded in a subject conception from the bourgeois liberalism. For that, this narrative seems to hide contradictions and tensions inherent in the journalism of the advanced capitalism.

Key-words: Journalism; Modernity; Advanced Capitalism; Production Routines.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 JORNALISMO E MODERNIDADE.....	14
2.1 JORNALISMO: ATIVIDADE MODERNA.....	14
2.2 O ALVORECER DO JORNALISMO.....	17
2.2.1 Tobias Peucer: retrato de uma prática que nasce.....	18
2.3 SEGUNDA FASE: JORNALISMO POLÍTICO.....	21
2.4 TERCEIRA FASE: JORNALISMO NOTICIOSO-EMPRESARIAL.....	23
3 JORNALISMO, INDÚSTRIA CULTURAL E CAPITALISMO DE MASSAS.....	26
3.1 O FIM DA ERA BURGUESA.....	26
3.1.1 Capitalismo monopolista e sociedade de massas.....	27
3.1.2 Indústria cultural: a cultura submetida ao mercado.....	30
3.1.3 O trabalho no capitalismo de massas.....	34
3.2 JORNALISMO DE MASSAS E INDÚSTRIA CULTURAL.....	38
3.2.1 Jornalismo de indústria cultural.....	38
3.2.2 Um balanço entre crítica e possibilidades.....	41
4 JORNALISMO NO CAPITALISMO INFORMACIONAL.....	46
4.1 O NEOLIBERALISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	46
4.2 TRABALHO IMATERIAL E TRABALHO JORNALÍSTICO.....	50
4.3 JORNALISMO EM TRANSFORMAÇÃO.....	53
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
5.1 ELABORAÇÃO E CONDUÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	59
5.2 SELEÇÃO E PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	59
5.3 MÉTODO DE ANÁLISE.....	62
6 ANÁLISE.....	63
6.1 VISÕES DE JORNALISMO.....	63
6.1.1 Ecos de uma modernidade ainda presente.....	63

6.1.2 Um pouco além do moderno: jornalismo e a noção de empatia.....	71
6.1.3 Jornalismo em tempos de crise.....	72
6.2 O COTIDIANO DE TRABALHO EM REDAÇÕES NO SÉCULO XXI.....	76
6.3 PERCEPÇÃO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS.....	81
6.3.1 Empresas em transformação.....	81
6.3.2 Influência empresarial sobre o trabalho jornalístico.....	84
6.4 PERSPECTIVAS DE FUTURO.....	88
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A.....	100
APÊNDICE B.....	113
APÊNDICE C.....	122
APÊNDICE D.....	133
APÊNDICE E.....	143
APÊNDICE F.....	154
APÊNDICE G	163

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, compreendemos jornalismo como prática social que participa do processo de formação da opinião pública, como sugerem Fonseca (2008) e Rüdiger (1999); como propôs Otto Groth, cujo pensamento foi recuperado por Adelmo Genro Filho (1989), trata-se de uma atividade imaterial que produz bens culturais (no caso, os produtos jornalísticos). O jornalismo é uma categoria moderna. Seu desenvolvimento se deu em conjunto com o desenvolvimento do mundo moderno e é dele que essa atividade historicamente retira suas ideias e valores centrais. Como sugeriu Marcondes Filho (2000), o jornalismo como conhecemos é “[...] filho legítimo da Revolução Francesa [...]” (p. 10), fato que lhe legou certo tipo de discurso oriundo desse momento da história. Contudo, hegemonicamente o jornalismo também se desenvolveu a partir da dinâmica capitalista. Como expressa Roseli Figaro (2013):

O jornalismo está vinculado a determinada lógica de organização empresarial que o enquadra nos objetivos da lucratividade. Por outro lado, desde a origem, o arcabouço discursivo que dá sustentação ao jornalismo é fundamentado nos valores da autonomia e da emancipação do cidadão. (FIGARO, 2013, p. 8-9).

Essa dinâmica faz com que as transformações sofridas pelo capitalismo influenciem diretamente os modos pelos quais o jornalismo se realiza. Conforme observa Figaro (2013), nas últimas duas décadas o trabalho do jornalista foi radicalmente transformado pelas mudanças tecnológicas incorporadas pela dinâmica do capital. Diversos autores (FONSECA, 2008; MARCONDES FILHO, 2000; PEREIRA & ADGHIRNI, 2011; RAMONET, 2012) descreveram essas transformações como um processo de precarização que envolve uma grande flexibilidade de horários e funções, uma terceirização da produção para agências de conteúdo ou *freelancers* superexplorados (e um conseqüente esvaziamento das redações) e uma maior pressão de tempo sobre o jornalista, propiciada pela instantaneidade das tecnologias de informação. Essas características, mais do que próprias somente à produção jornalística, parecem ser parte daquilo que David Harvey (1993) denominou sistema de acumulação flexível, cuja ascensão remete aos últimos trinta anos do século XX.

É a partir dessa dinâmica entre ideais modernos e transformações do sistema capitalista que esse trabalho pensa seus objetivos. Pretende-se aqui compreender de que modo jornalistas que trabalham em redações de jornais veem sua atividade profissional,

como pensam o jornalismo e como percebem as estruturas empresariais nas quais trabalham. Busca-se também um entendimento maior do cotidiano profissional dessas pessoas e as perspectivas de futuro que elas veem para suas vidas. Para tanto, foi necessário também um estudo sobre a história do jornalismo e sua relação com o mundo moderno e o desenvolvimento do sistema de produção capitalista.

O modo encontrado para atingir os objetivos propostos foi a partir de entrevistas com jornalistas que trabalham em redações de jornais e da revisão bibliográfica acerca do tema. Ao optarmos por analisar um determinado modelo de jornalismo hegemônico produzido em grandes empresas, entendemos que tal análise apresenta suas próprias limitações, uma vez que não faltam iniciativas que busquem fazer jornalismo a partir de lógicas distintas. Contudo, a própria hegemonia do modelo empresarial, sua importância no mercado de trabalho jornalístico e seu lugar ainda de referência nos pareceram argumentos fortes para a escolha do objeto. Somado a esses, acreditamos que as iniciativas alternativas de jornalismo demandem investigações próprias, que escapam às possibilidades dessa monografia. Do mesmo modo, ao propormos uma análise da história do jornalismo a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista, não gostaríamos de incidir no chamado marxismo vulgar, para o qual a sociedade é automaticamente explicada a partir das relações econômicas. Pretende-se, isso sim, apontar os modos pelos quais o capitalismo se transformou e o que isso significou para o jornalismo produzido nessas sociedades, sem, evidentemente, esgotar o tema.

Após essa introdução, o capítulo dois apresentará uma recapitulação histórica do surgimento do jornalismo e de seu desenvolvimento conjunto ao mundo moderno. Será apresentada uma sistematização a partir da reflexão de Jürgen Habermas (1984) sobre a categoria de esfera pública, mostrando como o jornalismo se desenvolveu de empresa artesanal de produção e circulação de notícias para veículo de combate político da burguesia frente ao regime antigo da aristocracia e, por fim, se converteu em empreendimento comercial de produção e veiculação de notícias, sustentado pela indústria publicitária. Nessa formulação, buscaremos associar o desenvolvimento do jornalismo a certas ideias modernas, dentre as quais destacamos a figura do Esclarecimento.

O terceiro capítulo dissertará sobre a dissolução da sociedade burguesa e o advento do capitalismo de massas. Buscaremos nas análises históricas de Eric Hobsbawm (1988, 1995) e Vladimir Lênin (2011) a compreensão dessa transição capitalista. Pensaremos, a partir da categoria de Adorno e Horkheimer (1995) de

indústria cultural, como o jornalismo se estrutura a partir dessa nova dinâmica, fazendo dialogar as percepções distintas de autores como Adelmo Genro Filho (1989) e Ciro Marcondes Filho (1989). A reflexão de Harry Braverman (1987) sobre o trabalho nesse novo momento também fundamentará as considerações acerca do trabalho em redação na era do capitalismo de massas.

O quarto capítulo tratará do advento do capitalismo flexível-informacional, teorizado por autores como David Harvey (1993) e Negri e Hardt (2012), e das transformações pelos quais o jornalismo tem passado nesse novo modelo. Serão apresentadas as visões de Virgínia Fonseca (2008), Ciro Marcondes Filho (2000), Pereira e Adghirni (2011) e Ignacio Ramonet (2012).

Após apresentarmos a metodologia no quinto capítulo, partiremos, no sexto, para a análise das entrevistas produzidas. Essa análise será feita a partir de quatro categorias: concepção de jornalismo; cotidiano de trabalho; percepção da estrutura empresarial; e perspectivas de futuro. Por fim, no capítulo final, iremos expor nossas últimas considerações assim como uma hipótese para pensar o modo pelo qual o jornalista justifica seu ofício atualmente.

2 JORNALISMO E MODERNIDADE

Nesse capítulo, será apresentado o processo de surgimento e consolidação do jornalismo enquanto categoria histórica, ocorrido durante o desenvolvimento da modernidade na Europa. Serão exploradas as relações entre o jornalismo e a burguesia, a partir da sistematização elaborada por Jürgen Habermas (1984), que vê na evolução da esfera pública a transição entre os modelos de jornalismo noticioso-comercial (feito ainda a partir de estruturas artesanais), político (a partir de indivíduos privados) e noticioso-empresarial (a partir de estruturas industriais).

2.1 JORNALISMO: ATIVIDADE MODERNA

O jornalismo é uma atividade moderna. Surgida numa Europa que passava por profundas transformações, trata-se de uma prática social que está intimamente relacionada ao alvorecer da modernidade; essa experiência ambiental, de tempo e espaço, que anula as fronteiras geográficas e une a humanidade num mesmo período da história, segundo a definição de Marshall Berman (2007). De acordo com Ciro Marcondes Filho (2000, p. 9), “[...] a história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a própria aventura da modernidade”.

No pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels (2002), a modernidade surge a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo. Conforme os autores, esse tempo onde todos fazem parte de um mesmo mundo histórico é criado a partir do advento da concorrência universal e da grande indústria, quando a vida dos indivíduos e das nações passou a depender das ações do mundo inteiro. A consolidação do capitalismo se dá a partir das pretensões daquela que será sua nova classe dirigente, a burguesia, que desde a Baixa Idade Média vinha se formando a partir dos comerciantes das cidades europeias que renasciam. Esses mercadores, que progressivamente desligavam-se do meio feudal, criavam laços entre si e constituíam-se enquanto classe a partir da oposição de seus interesses aos da nobreza feudal.

É no decorrer dessa ascensão da classe burguesa e decomposição do modelo feudal que o jornalismo começa a constituir-se enquanto categoria histórica. Cabe aqui lembrar a célebre afirmação de Nelson Werneck Sodré (1983), para quem a história da imprensa é a própria história da sociedade capitalista. Ainda que tal tese mereça uma análise mais aprofundada, que ponha em discussão as premissas do materialismo-

histórico que lhe fundamenta, ela aponta para a íntima relação da imprensa e do jornalismo com esse modelo de produção surgido com a modernidade.

Há autores que veem manifestações jornalísticas anteriores à era moderna. Para Jorge Pedro Sousa (2008), a literatura grega antiga já traz em si elementos pré-jornalísticos que serão atualizados e aperfeiçoados pelo jornalismo moderno; o *lead*, moderna técnica noticiosa, estaria presente em sua versão pregressa no relato de Homero da *Ilíada* e *Odisseia*. Também Antonio Olinto (2008) enxerga em Homero o primeiro repórter da história. Sousa (2008) ainda sugere que as *Actas Diurnas*, comunicados produzidos para que os governantes fizessem saber suas decisões à população romana, surgidas no século II a.C., seriam os primeiros jornais conhecidos.

Tais afirmações ilustram que, desde a antiguidade, os seres humanos transmitem informações sobre seus modos de vida a partir do relato. Sugerem ainda que esse tipo de manifestação pode ter deixado heranças que, posteriormente, contribuiriam para a formação do jornalismo. Contudo, parece haver algum exagero no entusiasmo dos autores pelas formas pré-jornalísticas. Ver nos relatos de Homero o precursor do *lead* porque, em sua obra, “a primeira fase de cada seção [...] é construída de modo a ter impacto e importância” (SOUSA, 2008, p.8) se mostra uma interpretação pouco rigorosa: a poesia épica de *Ilíada* e *Odisseia* não pode ser aproximada da linguagem industrial e concisa do jornalismo, e o *lead*, como atesta Adelmo Genro Filho (1989), se justifica menos pelo impacto do que por tentar reproduzir sinteticamente a singularidade do acontecimento que dá origem à notícia. Do mesmo modo, ver em Homero o primeiro repórter, como faz Olinto (2008), parece demasiado, uma vez que suas obras representam, mais do que um relato histórico da Guerra de Troia, o universo mítico da Grécia de seu tempo.

Não se trata de negar a influência que a civilização greco-latina teve sobre o mundo ocidental moderno, mas de respeitar a historicidade de fenômenos que não devem ser vistos a partir dos mesmos termos que a modernidade desenvolveu. Como argumenta Rüdiger (1998), é descabido procurar manifestações jornalísticas em épocas nas quais não só o conceito de jornalismo inexistia, mas também o seu reconhecimento pela sociedade. A armadilha de transformar todo e qualquer relato ocorrido ao longo da história num fenômeno pré-jornalístico demonstra, sobretudo, um conceito pouco criterioso do que é jornalismo – no entendimento de Sousa (2008, p. 5), uma “[...] representação discursiva de fatos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem”.

Ao conceituar jornalismo, o entendimento desse trabalho alinha-se ao de Rüdiger (1998) e Fonseca (2008), para quem o jornalismo é uma prática social moderna que participa do processo de formação da opinião pública. Na recuperação que Adelmo Genro Filho (1989) faz do pensamento de Otto Groth, o jornalismo é uma atividade imaterial, que dá origem a certo tipo de bens culturais. Assim, o jornalismo em si não é uma obra, é um fazer, que se materializa em seu primeiro momento histórico exclusivamente nos jornais e, posteriormente, em outros meios. Dentro desse raciocínio, é necessário diferenciar o jornalismo de suas bases técnicas: a imprensa, o rádio, a televisão e a internet. Esses ambientes são necessários à prática jornalística no mundo atual, por darem suporte à sua materialização; o jornalismo é, no entanto, uma atividade historicamente constituída pela humanidade no mundo moderno, do qual leva valores, normas e características próprias.

Diversos autores demonstraram que o aparecimento da prática jornalística está diretamente ligado ao advento da era burguesa. Além de Sodré (1983), que enxerga no desenvolvimento do capitalismo o paralelo ao desenvolvimento da imprensa, Nilson Lage (2001) vê, por trás do aparecimento da imprensa e do jornalismo, a consolidação da burguesia enquanto classe dirigente. A visão desses pensadores não parece afastar-se muito do entendimento de Genro Filho (1989), que, fiel à historiografia marxista, vê no jornalismo o produto histórico da sociedade burguesa, ainda que o autor tenha como norte de sua investigação as potencialidades que, em seu entendimento, possibilitam a essa prática social ultrapassar a mera funcionalidade a esse modelo de sociedade.

Mesmo com abordagem teórica distinta, José Marques de Melo (2003) se aproxima desses autores ao defender que a imprensa tenha surgido na Europa, em fins da Idade Média e início da Era Moderna. O autor descreve um momento histórico no qual o comércio voltava a se desenvolver após sua longa hibernação, as primeiras indústrias surgiam e as cidades renasciam; nesse ambiente, nasciam as primeiras universidades modernas e formava-se uma elite intelectual urbana. Essas condições, para Melo (2003), passaram a criar novas necessidades de informação que levariam à criação da imprensa e ao desenvolvimento do jornalismo moderno. Do mesmo modo, Cremilda Medina (1988) associa o surgimento do jornalismo às mudanças do início da era moderna: para essa autora, é no cenário de uma sociedade urbana e industrial que se alicerça a prática jornalística.

Marshall Berman (2007), em seu exame da modernidade, divide esse período em três fases: a primeira, entre o início do século XVI e o fim do século XVIII; a segunda,

que começa com a grande revolução que explode em 1789 e vai até fins do século XIX; e a terceira, já no século XX, quando o processo de modernização abarca virtualmente o mundo todo. Conforme iremos sugerir, essa sistematização pode ser aproximada da descrição que Habermas (1984) faz da mudança estrutural da esfera pública e das transformações pelas quais o jornalismo passou. Mais do que uma aproximação arbitrária entre dois autores, pretendemos mostrar como o desenvolvimento do jornalismo se deu em conjunto com a história da sociedade liberal burguesa.

2.2 O ALVORECER DO JORNALISMO

Na periodização elaborada por Berman (2007), o autor compreendeu a primeira fase da modernidade como aquela que tem início no começo do século XVI e termina no final do século XVII. Trata-se do período iniciado quando a mentalidade europeia é subitamente expandida pela chegada à América e desenvolvido em conjunto com o mercantilismo, que inunda o continente de produtos, especiarias e metais preciosos, fato que deu condições à ascensão burguesa, como apontaram Marx e Engels (2002). Esse momento inicial da modernidade chegaria ao fim no apagar do século XVIII, com os ares revolucionários da França.

Nessa primeira fase, Berman (2007) diz que as pessoas estão, pela primeira vez, vivendo a experiência moderna, turbilhão contraditório de constante mudança. O mundo se transforma em ritmo acelerado, mas não há ainda um público moderno e as verdades antigas permanecessem como unificadoras de uma sociedade que passa a se fragmentar. De acordo com Habermas (1984), é nesse momento de instabilidade que o jornalismo começa a se manifestar em sua primeira fase. O autor explica esse fato a partir da expansão do próprio capitalismo: se, anteriormente, os primeiros comerciantes mantinham sua atividade econômica de modo exclusivamente privado, com o avanço desse modo de produção, essa atividade passa a orientar-se pelo comportamento de um intercâmbio mercantil mais amplo, objeto de interesses, disputas e controle público. Diz o pensador que, nesse momento, “as condições econômicas [...] estão fora dos limites da própria casa; são, pela primeira vez, de interesse geral” (HABERMAS, 1984, p. 33).

A necessidade de informação por parte dos comerciantes e mercadores para o funcionamento de seus negócios leva, a partir do desenvolvimento da tecnologia da imprensa tipográfica, ao surgimento da prática de correspondências privadas.

As correspondências privadas de então continham noticiários amplos e minuciosos sobre assembleias parlamentares e guerras, sobre resultados de colheitas, impostos, transportes de metais preciosos e, acima de tudo, [...] notícias sobre o comércio internacional. (HABERMAS, 1984, p. 34).

No entanto, não estamos tratando ainda de imprensa noticiosa e jornalismo. Conforme defende esse mesmo autor, ainda que a tecnologia date do século XV, não cabe falar em imprensa antes que a transmissão de informações tenha tornado-se acessível ao público em geral, algo que viria a partir da própria dinâmica de funcionamento dessas tipografias. As pequenas empresas tipográficas, que inicialmente prestavam-se ao sistema de correspondências privadas, eram empreendimentos comerciais. Sua busca pelo lucro seria o fator que daria início aos jornais.

A troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias. Por isso, o processo de informação profissional está sujeito às mesmas leis do mercado, a cujo surgimento elas deve, sobretudo, a sua existência. Não por acaso, os jornais impressos desenvolvem-se frequentemente a partir dos mesmos escritórios de correspondência que já providenciavam os jornais manuscritos. (HABERMAS, 1984, p. 35).

Com o processo de informação também sujeito às leis do mercado, os primeiros empresários da informação buscam melhorar seus lucros a partir do aumento de tiragem: o material noticioso passa a ser impresso em maior número e vendido anonimamente, ganhando caráter público. Tem-se aí o primeiro modelo de jornalismo.

2.2.1 Tobias Peucer: retrato de uma prática que nascia

Bastante importante para compreendermos esse primeiro jornalismo que surgia é a sistematização feita por Tobias Peucer em sua tese de doutoramento, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, conforme informa Sousa (2004). O trabalho de Peucer é considerado por alguns autores (PEDROSO, 2004; SOUSA, 2004) como uma primeira teoria do jornalismo. Tambosi (2004), por outro lado, afirma que o pensador do século XVII não deve ser visto como fundador de uma teoria do jornalismo, e sim como alguém cuja importante contribuição foi sistematizar os principais conceitos da nascente imprensa periódica, descrevendo a incipiente cultura da notícia que se consolidava nos centros urbanos europeus. Aqui, retomaremos as reflexões de Peucer por acreditar que esse trouxe algumas características importantes para compreendermos ideias caras ao jornalismo e, também, algumas das contradições que se manteriam e se acentuariam no desenvolvimento histórico dessa atividade.

Peucer escreveu num momento em que o jornalismo surgia enquanto prática, mas ainda não era ainda um ofício reconhecido e legitimado na sociedade. Autores que revisitam sua obra (SOUSA, 2004; PEDROSO, 2004; e TAMBOSI, 2004) relatam que Peucer valorizava prioritariamente a vertente informativa dos jornais: o importante era o relato de acontecimentos e de novidades – as notícias. Para Pedroso (2004), Peucer foi o primeiro autor a perceber a notícia como uma forma de relato. Essa compreensão alicerça, até hoje, a prática do jornalismo noticioso.

Sousa (2004) salienta que, para Peucer, o relato jornalístico deveria ser sempre guiado pela intenção de verdade, da informação útil e da imparcialidade, devendo também ser feito de modo corajoso. Tais afirmações mostram como certos ideais que estruturariam a prática jornalística posteriormente já se apresentavam aqui: a retidão e coragem em frente aos fatos, a imparcialidade do jornalista, a noção de utilidade da informação publicada. No entanto, em nossa visão, mais do que uma cartilha de recomendações, o que está expresso nesses valores é o avanço do ceticismo moderno frente às verdades estanques do mundo tradicional: a informação deve ser buscada, apreendida e relatada com exatidão, distanciando-se de dogmas que a tudo explicam. O mundo moderno começa a ser admitido em sua complexidade e desencantamento.

Dito isso, é curioso perceber que a posição de Peucer frente à religião não é a de um iluminista (SOUSA, 2004; TAMBOSI, 2004): para o autor, o relato jornalístico não deveria prejudicar “[...] os bons costumes ou a verdadeira religião” (PEUCER apud SOUSA, 2004, p. 11-12). Presente no texto de Peucer, o conflito entre o avanço do ceticismo e, ao mesmo tempo, o apego a valores tradicionais expressa, em nosso modo de ver, mais do que uma contradição individual: trata-se, sobretudo, da contradição de um mundo ainda dividido entre a secularização que se espalhava e os tradicionais valores religiosos que ainda detinham grande poder para organizar a vida das pessoas.

Tambosi (2004) compreende que, contradições à parte, o texto de Peucer descreve um ambiente de secularização crescente. O autor lembra que a tese foi publicada no mesmo período do desenvolvimento da física newtoniana e dos tratados fundadores do liberalismo de John Locke, num mundo que havia sido profundamente abalado pelo método científico de Galileu Galilei, desenvolvido décadas antes. Assim, o trabalho de Peucer – “[...] ao sistematizar conceitos e regras, que, esparsos nas páginas de jornais e revistas, compunham o perfil de uma nova profissão[...]” (TAMBOSI, 2004, p. 58) – demonstra principalmente como o jornalismo facilitou a interação entre diferentes tipos

de conhecimento e, principalmente, fez avançar o ceticismo e o secularismo, pondo em dúvidas verdades absolutas.

Peucer também denunciou em sua obra os possíveis constrangimentos à atividade jornalística. Num primeiro exame, seus apontamentos se aproximam da tese de liberdade de imprensa, ainda hoje inegociável dentro da prática jornalística e das sociedades modernas, que, de acordo com Sousa (2008), havia sido conquistada primeiramente pela Inglaterra, no processo da Revolução Gloriosa e da Declaração de Direitos (1688 e 1689, respectivamente). Contudo, além de consagrar academicamente esse valor, Peucer apontou algumas contradições que se manifestariam de forma mais aguda ao longo do desenvolvimento conjunto do jornalismo ao da sociedade capitalista.

Como possíveis constrangimentos à atividade jornalística, o autor via a ação de governantes e poderosos, possivelmente ameaçados pela livre circulação de informações; a dependência das fontes; o pouco tempo para a produção de notícias em uma sociedade que prima cada vez mais pela velocidade e a força do mercado – “[...] a busca do lucro tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte dos que os comerciam” (PEUCER apud SOUSA, 2004, p. 8). Enquanto os dois primeiros elementos apontam para o valor de livre imprensa e o terceiro volta-se a uma questão operacional, os dois últimos sugerem contradições inerentes à própria atividade jornalística e merecem maior atenção para o debate que se segue.

Ao tratar do pouco tempo disponível em um mundo que se acelera progressivamente e da possível obstrução ao trabalho jornalístico pela busca do lucro, Peucer demonstra que, mesmo antes de haver um jornalismo institucionalizado, essa embrionária prática social já vivia sobre um fio: equilibrava-se entre sua importância social em meio à sociedade moderna que surgia e, por outro lado, entre os constrangimentos criados a si pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. A tensão entre esses dois polos estaria presente em todo o desenvolvimento histórico posterior dessa prática que nascia.

Assim, vale salientar que qualquer crítica ao atual momento do jornalismo realizada com um tom de nostalgia pelos “anos dourados” é de pouco rigor histórico: a contradição sempre existiu, pois esta é própria da modernidade. Seu ideário está sempre em conflito com a expansão da razão instrumental oriunda das práticas mercantis e com a crescente velocidade de funcionamento do mundo moderno, conforme ilustrou, de modo pioneiro, o trabalho de Tobias Peucer.

2.3 SEGUNDA FASE: O JORNALISMO POLÍTICO

Se seguirmos a periodização da modernidade sugerida por Marshall Berman (2007), veremos que o autor entende que sua segunda fase começa com a Revolução Francesa, em 1789, e vai até o final do século seguinte. Trata-se da era burguesa por excelência, que se deu em meio a grande agitação política e social, conforme podemos ver pela constante instabilidade que marcou o ambiente europeu: se a grande revolução foi seguida por um movimento de restauração, a França foi novamente sacudida em 1830, assim como todo o continente o seria em 1848 – na chamada Primavera dos Povos –, culminando, no final dessa segunda fase, na Comuna de Paris de 1871.

Foi nesse contínuo movimento de avanços e restaurações que a modernidade do século XIX se desenrolou, num cenário subitamente transformado pelas máquinas a vapor e por uma capacidade produtiva nunca antes experimentada pela humanidade. Berman (2007) aponta que, com os abalos vindos da Revolução Francesa, passa a ganhar vida um público moderno “[...] que partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida [...]” (BERMAN, 2007, p. 26). E é desse público caracterizado pelo pensador que trataremos, ao remetermos ao jornalismo político desenvolvido nessa fase da história.

Nesse período de enorme efervescência econômica, social, cultural e política, o jornalismo que havia surgido enquanto atividade comercial no início da era moderna se transformou radicalmente. Como indica Habermas (1984), com a expansão da sociedade burguesa, passa a ganhar força uma esfera pública, onde, por meio de jornais impressos, são debatidos os fatos políticos e os interesses em comum dessa classe. Ainda que esses materiais impressos não tenham perdido suas conexões com o mercado, eles expressam, em forma literária, um conteúdo majoritariamente político. Para o pensador, a imprensa passa a atuar como um prolongamento da discussão de um público politizado.

Esse tipo de imprensa pode ser observado de modo exemplar em épocas revolucionárias, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam por toda parte como capim: na Paris de 1789, qualquer político meio importante funda o seu clube, um a cada dois cria o seu jornal: só entre fevereiro e maio surgiram então 450 clubes e mais de 200 jornais! (HABERMAS, 1984, p. 216).

O autor informa que nesse período o surgimento de jornais políticos marcava o engajamento da classe burguesa na luta pelo espaço à opinião pública. A imprensa torna-se a própria instituição do público debatedor, preocupando-se primeiramente em

afirmar a função social desse espaço de discussão; somente em segundo plano estaria a questão financeira. Em suma, a história do jornalismo político dessa segunda fase é a história da luta de classes entre burguesia e aristocracia.

De acordo com a sistematização feita por Habermas (1984), esse modelo de jornalismo seria superado somente a partir do estabelecimento do Estado burguês de Direito, quando, já livre das pressões do antigo regime, pode abandonar seu papel prioritariamente crítico e assumir a postura comercial. Contudo, ainda que faça parte do passado, o jornalismo político legou ao seu sucessor valores importantes.

Conforme escreveu Fonseca (2008), o jornalismo está baseado nos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, movimentos históricos que lhe deram a condição de “[...] fonte de esclarecimento para o senso comum” (p. 21). Para José Marques de Melo (2008), o jornalismo é o irmão siamês da democracia, responsável por instaurar a cidadania. Ainda que, em nosso entendimento, possa haver certo tom de mistificação nas últimas duas afirmações, as posições dos autores sinalizam a identificação do jornalismo com os princípios de uma sociedade fundada na liberdade individual de fala, na noção de transparência e de informação pública. Tais características são oriundas do momento em que o jornalismo político era, sobretudo, uma arma progressista contra o reacionarismo do antigo regime. É simbólico que, conforme recuperou Ciro Marcondes Filho (1989), Alexis de Tocqueville, em seu ensaio *Da Democracia na América* (1835), visse na imprensa a garantia da liberdade individual numa sociedade democrática, ajudando ao cidadão exercer seu poder político. Trata-se de um novo modelo de sociedade – o liberal –, que lega ao jornalismo valores próprios e eleva-o a uma posição central para seu funcionamento.

Se, em sua primeira fase, o jornalismo representava o avanço do ceticismo moderno frente às verdades antigas, no segundo momento ele torna-se meio pelo qual as ideias do liberalismo burguês ganham força na sociedade. Entendemos que ambas as fases tornam o jornalismo um veículo daquilo que Kant (2005) denominou Esclarecimento, “[...] a saída do homem de sua minoridade [...]”, processo no qual o homem torna-se senhor de sua própria existência, conseguido a partir do uso público da razão. Como defendeu Marcondes Filho (2000), o jornalismo representa o próprio espírito moderno, ao fazer a razão impor-se frente à tradição.

Max Weber (2012), em conferência publicada em 1919 – portanto, várias décadas após o advento do jornalismo empresarial – considerava-o como uma atividade política por excelência. Se o jornalismo visto pelo sociólogo já não seguia mais o paradigma

político caracterizado por Habermas (1984), a afirmação de Weber reforça a importante herança que esse deixou para seu sucessor. O pensador, assistindo ao surgimento da sociedade de massas, apontava que a política era feita cada vez mais em público, tornando cada vez mais importante a palavra falada e escrita. Weber, que jamais foi um marxista, escreveu palavras que se encaixariam bem nessa tradição de pensamento:

[...] em todos os Estados modernos, pode-se constatar, ao que tudo indica, a vigência da seguinte norma: cada vez mais o trabalho da imprensa perde influência política, enquanto o magnata capitalista – do tipo de Lorde Northcliffe, por exemplo – vê, incessantemente, aumentada essa influência (WEBER, 2012, p. 84).

É justamente do terceiro momento do jornalismo, quando as relações comerciais voltam ao primeiro plano, que trataremos a seguir.

2.4 TERCEIRA FASE: O JORNALISMO NOTICIOSO-EMPRESARIAL

Marx e Engels (2002) apontam que a ascensão do Estado moderno representa a organização nacional dos interesses da nova classe dominante, a burguesia. Nas palavras dos dois pensadores, “[...] este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmo por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade” (MARX & ENGELS, 2002, p. 74). Berman (2007) aponta como o século XIX, parte do que descreve como a segunda fase da modernidade, passa a conjugar, na medida em que avança, Estados cada vez mais fortes com conglomerados multinacionais de capital (algo que se acentuará no fim do século, conforme veremos no próximo capítulo).

Em seu estudo sobre a esfera pública, Habermas (1984) vê nesse processo de ascensão da burguesia uma mudança importante de modelo no jornalismo praticado. De acordo com esse autor, a vitória definitiva da classe burguesa frente ao antigo regime e a ascensão do Estado de Direito fez com que a imprensa, agora livre das pressões políticas do regime absolutista, abandonasse seu papel de veículo crítico que a tornara responsável pela expansão da esfera pública, passando a ser novamente regida por critérios comerciais.

Nessa imprensa comercial, o jornalismo desenvolvido volta a ter caráter noticioso-informativo. No entanto, se em seu surgimento ele estava moldado à estrutura das pequenas empresas tipográficas, este agora é submetido às estruturas de grandes empresas jornalísticas que aparecem juntamente com um modelo de capitalismo que

mudava significativamente. A evolução do modelo político para o modelo noticioso-empresarial se dá, inicialmente, na Inglaterra, França e Estados Unidos, por volta da década de 1830.

Essas primeiras tentativas de uma moderna imprensa comercial devolveram ao jornal o caráter unívoco de uma empresa de economia privada destinada a gerar lucros; mas, agora, por certo contrastando com as empresas manufatureiras dos velhos “editores”, dentro do novo nível atingido pela evolução da grande empresa do capitalismo avançado; já pela metade do século havia uma série de empresas jornalísticas organizadas como sociedades anônimas. (HABERMAS, 1984, p. 217).

Para Jorge Pedro Sousa (2008), a primeira geração de jornais com essas características aparece, primeiramente, nos Estados Unidos, e, pouco tempo depois, em países europeus. De acordo com esse autor, as particularidades daquela nação – a proteção à liberdade de imprensa pela constituição de 1787, a forte cultura de livre mercado, o clima econômico otimista e as possibilidades tecnológicas para a transmissão de notícias – criaram um ambiente favorável para esse tipo de empreendimento. Além disso, o país passava por um importante processo de urbanização, do qual surgia um grande público consumidor de notícias, composto, em parte, por imigrantes, presença maciça nas cidades estadunidenses: esses, ainda com pouco domínio do inglês, tinham mais facilidade em compreender a linguagem simples e direta dos novos jornais.

Sousa (2008) afirma que esse novo modo de fazer jornalismo logo apareceria também na Europa. O autor o define como uma prática predominantemente noticiosa e de linguagem acessível, estruturado em empresas comercialmente agressivas e formalmente independentes, uma vez que não ligadas a grupos e personalidades políticas (ainda que esse último quesito não fosse sempre cumprido). O diagnóstico parece próximo daquele estabelecido por Habermas (1984).

Com o surgimento do modelo comercial de venda de anúncios nos espaços dos jornais, na segunda metade do século XIX, Habermas (1984) observa o momento em que poderosos interesses capitalistas invadem e esvaziam a esfera pública criada pelas lutas liberais.

Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de

privilegiados interesses privados na esfera pública. (HABERMAS, 1984, p. 217).

Para Habermas (1984), à medida que a esfera pública é invadida pela publicidade comercial, “[...] pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público” (p. 221). Ou seja, a esfera pública, instituição por excelência do debate da sociedade liberal, torna-se um espaço tomado pela publicidade comercial, sendo, por isso, transformada estruturalmente. Concomitantemente a essa transição do jornalismo político para o comercial e da colonização da esfera pública por esse modelo de interesses, o autor informa que houve um processo de concentração e cartelização econômica e de desenvolvimento e unificação tecnológica; contudo, salienta que esse parece pequeno em comparação com o que aconteceria nos novos meios do século XX (rádio, cinema e televisão).

Parece bastante claro que o modelo noticioso-empresarial de jornalismo é, até hoje, predominante, ainda que as estruturas empresariais e jornalísticas tenham passado por diversas transformações. Trataremos, no capítulo seguinte, dessas mudanças e do desenvolvimento desse jornalismo, que passa a se articular num mundo no qual a hegemonia burguesa chega ao fim, perdendo seu lugar para uma sociedade de massas, onde o movimento de indústria cultural torna-se sistêmico.

3 JORNALISMO, INDÚSTRIA CULTURAL E CAPITALISMO DE MASSAS

Vimos no capítulo anterior como o jornalismo é gerado juntamente com a era burguesa: inicialmente informativa, a produção e veiculação de notícias não era mais do que um empreendimento comercial por parte de pequenos empresários da tipografia. Com o desenvolvimento da burguesia enquanto classe e com sua oposição ao domínio da aristocracia, o jornalismo tornou-se instrumento de luta política dos burgueses pelo estabelecimento de uma esfera pública de debates frente à resistência das estruturas do antigo regime. Por fim, em meados do século XIX, o jornalismo volta a ser informativo, porém submetido às estruturas das grandes empresas jornalísticas que surgiam, no que poderíamos chamar de uma incipiente indústria cultural.

Veremos, nesse capítulo, de modo mais aprofundado, como o jornalismo se estrutura a partir da dinâmica da indústria cultural que, já existente desde a era burguesa, ganha espaço e torna-se sistêmica no capitalismo de massas. Trataremos também das mudanças que se deram na sociedade capitalista que possibilitaram esse novo modo pelo qual o jornalismo se articulou: as transformações dadas no campo da economia e na estrutura de classes, no mundo do trabalho e no âmbito da própria produção cultural. Com a descrição do fim do mundo burguês estruturado nos dois séculos anteriores, examinaremos o quanto desse modelo de vida resta nos valores que legitimam o jornalismo numa sociedade bastante distinta da anterior.

3.1 O FIM DA ERA BURGUESA

Eric Hobsbawm (1995) estabelece 1914 como o momento em que a civilização europeia do século XIX desapareceu para nunca mais voltar. Segundo o historiador, tratava-se de uma civilização capitalista do ponto de vista econômico e liberal do ponto de vista constitucional, que tinha na burguesia sua classe dominante e louvava os avanços que conseguira por meio da ciência e da educação.

Conforme defendemos previamente, é o ideário dessa civilização que se desenvolve junto com o jornalismo, definindo-o enquanto categoria histórica: o liberalismo comercial e político frente ao poder absolutista; o avanço da informação e do conhecimento científico frente às verdades absolutas do mundo antigo; o cultivo do ser humano por meio da cultura e das artes; e, por fim, a expansão de um espaço de debates sobre os assuntos da vida pública. O presente capítulo tratará da transição do

modelo liberal burguês para o capitalismo de massas, buscando compreender o que foi feito das estruturas que moldaram o jornalismo tal qual ele é.

3.1.1 Capitalismo monopolista e sociedade de massas

Ainda que o ano de 1914 seja considerado o marco final da civilização burguesa, deve-se ter claro que essa já passava por importantes mudanças nos anos finais do século XIX. Transformações, sobretudo, econômicas, acontecidas no momento em que esse mundo vivia seu apogeu antes de mergulhar no caos – a *belle époque*.

Hobsbawm (1988) informa que o capitalismo liberal passou por uma série de crises entre a década de 1870 e meados de 1890. De acordo com o historiador, o termo crise pode parecer estranho se observarmos os números crescentes de produção desse período; todavia, essas foram crises de lucratividade e não de produção. Os avanços tecnológicos da época levaram a uma forte queda nos preços do transporte de mercadorias (que, indiretamente, protegiam as indústrias nacionais da concorrência estrangeira), fazendo com que o mercado fosse inundado com a produção excedente; isso gerou uma depressão nos preços e, conseqüentemente, nos lucros. Esse processo deflacionário foi impulsionado não somente pelo aumento produtivo, mas, também, pelo crescimento importante de novas economias industriais – com destaque para Alemanha e Estados Unidos – que aumentavam a capacidade produtiva geral.

De acordo com Hobsbawm (1988), a resposta a essa crise de lucros foi o princípio do fim da era do liberalismo econômico, com os governos adotando medidas protecionistas para resguardar os interesses de suas produções nacionais. Há, nessas décadas, um processo relevante de concentração econômica e de monopólio, ainda que o historiador considere precipitado o termo “capitalismo monopolista” antes de 1914: esse foi um processo com idas e vindas, no qual a competição comercial ainda fazia-se presente e, em alguns setores, crescia. Todavia, o autor diz que é necessário admitir que os cartéis ganharam espaço em detrimento da concorrência, que as sociedades anônimas o fizeram em detrimento das firmas privadas e que as grandes empresas cresceram mais às custas das menores. A mão invisível do mercado de Adam Smith era substituída pela mão visível dos governos, que assumiam papéis cada vez mais importantes na condução da economia, levando a um processo, pressionado pelas necessidades do capital, de disputa imperialista por matérias primas e mercados. Esse seria um dos elementos centrais da escalada de belicosidades que culminaria, fatalmente, na Primeira Guerra Mundial.

Esse diagnóstico não é novo. Vladimir Lênin (2011), em um texto clássico de 1916, também demonstrava, utilizando-se de dados e análises de economistas de seu tempo, o importante processo de concentração pelo qual haviam passado as economias capitalistas a partir de 1870. Para esse autor, o grande desenvolvimento da livre concorrência, dado entre as décadas de 1860 e 1870, havia chegado ao fim com a crise de 1873; a partir dessa, começaram a surgir os cartéis, ainda como exceção no modelo de então. Foi somente na transição do século XIX para o XX que os cartéis transformaram-se em uma das bases da vida econômica e “[...] o capitalismo transformou-se em imperialismo” (LÊNIN, 2011, p. 127), quando as economias nacionais, defendendo os interesses dos grandes grupos capitalistas, passam a disputar entre si os mercados e matérias primas. O modelo de livre concorrência entre empresas dispersas e atomizadas era substituído pelo de associações monopolistas, que disputavam fontes de matérias primas e mercados no mundo.

No diagnóstico de Lênin (2011), os bancos também passam por uma transição: de meros intermediários, eles agora movimentam contas correntes de vários capitalistas em proporções gigantescas, fazendo com que as operações comerciais e industriais de toda a sociedade sejam subordinadas a poucos monopolistas. O capital industrial investido no banco é reinvestido na indústria, tornando o banco um capitalista industrial. Esse fato dá origem ao capital financeiro: o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam. Trata-se de uma nova forma de organização do capital, dada a partir de seu processo de socialização; cria-se uma espécie de capitalista coletivo, fusão de capitais industriais e bancários.

Juntamente com esse novo ambiente econômico, começa a surgir uma sociedade de massas, estruturada a partir da urbanização e do êxodo rural dos séculos XVIII e XIX. De acordo com Hobsbawm (1988), no final dos anos 1900 passa a existir o grande mercado de massas que, posteriormente, englobará quase todas as atividades humanas. A expansão do capitalismo para os países periféricos, somado ao crescimento das cidades, que distanciavam as pessoas das economias rurais tradicionais, criava um corpo cada vez maior de consumidores. Além disso, a queda nos preços que causou a sucessão de crises econômicas do período, ainda que tenha provocado graves impactos para os empresários, permitiu aos consumidores comprar mais a preços menores.

Harry Braverman (1987) informa que é nesse momento da história que a forma mercadoria, antes restrita a alguns setores da vida cotidiana, expande-se para o dia a dia das populações urbanas. O capital passa a dominar a alimentação (produção que ainda

era restrita à vida familiar e foi substituída pela indústria alimentícia), o vestuário, a habitação e artigos domésticos de todos os tipos. Karl Marx (2008) já via essa tendência na metade final do século XIX: o pensador observou que, na medida em que os diferentes membros da família além do homem adulto eram integrados ao sistema de produção capitalista, os trabalhos básicos da vida familiar passavam a ser substituídos pela compra de mercadorias; desse modo, a diminuição do trabalho doméstico acontecia concomitante ao maior gasto de dinheiro no mercado. Como ilustra Hobsbawm (1988), surgem, para o mercado de massa, fogões a gás, bicicletas e até mesmo a banana (que até então não era consumida amplamente). O historiador informa que é nesse ambiente de crescimento do mercado consumidor que aparece com força a indústria publicitária, a indústria do cinema e, nosso tema de estudo, a imprensa de massas.

Hobsbawm (1995) relata como os grandes acontecimentos históricos da primeira metade do século XX – a Revolução Russa, o colapso quase total da economia mundial em 1929, a ascensão de regimes abertamente antiliberais e as duas grandes guerras – não levaram à diminuição ou desaparecimento da sociedade de consumo de massas. Pelo contrário, o mundo do pós-guerra viu esse modelo ser expandido a partir da reforma do capitalismo, que se tornara um sistema que admitia abertamente o intervencionismo e o planejamento estatal em oposição ao antigo livre mercado. O modelo de produção em massa, utilizado primeiramente na indústria de automóvel, espalhou-se para todos os âmbitos da economia, fazendo com que o consumo dos mais diversos tipos de bens e serviços fosse, em certa medida, democratizado. Trata-se do modo de vida que David Harvey (1993) denominou fordismo.

É nessa sociedade da ascensão das massas que o jornalismo em seu modelo empresarial se desenvolveria. Se voltarmos ao texto de Berman (2007), veremos que as características desse tempo histórico se aproximam da descrição que o autor faz do que considera a terceira fase da modernidade, quando essa nova experiência de tempo e espaço atinge, virtualmente, o mundo todo. Muito diferente da era burguesa, a sociedade de massas traz mudanças nos números populacionais, na estrutura do Estado, no consumo e no mundo trabalho. O modo de trabalho capitalista expande-se para todos os âmbitos, como ilustrou Braverman (1987), e a sociedade passa a ser composta em sua maioria por trabalhadores.

Dentre as críticas elaboradas a esse novo modelo de vida está a dos pensadores da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer. Em sua *Dialética do Esclarecimento* (1985), os autores – que, mais do que somente uma crítica à sociedade de massas,

empreenderam a reflexão que via uma dinâmica pela qual o Esclarecimento (pensado em termos kantianos) transformava-se em mito – detectaram dinâmicas novas no funcionamento desse novo modelo social. Tratava-se de um “[...] capitalismo sem sujeito [...]” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 107), no qual o movimento da economia havia se emancipado do controle de sua própria classe dirigente, cujas estruturas tornaram-se insuficientes para dar conta de tais transformações.

Multiplicando o poder pela mediação do mercado, a economia burguesa também multiplicou seus objetos e suas forças a tal ponto que para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 52).

No capitalismo monopolista capaz de mover-se por si mesmo, os dois pensadores trouxeram o conceito de indústria cultural como elemento integrador da sociedade. Sobre esse conceito, que aponta mais para um movimento do que para uma indústria em si mesma, serão tecidas algumas considerações, para que possamos, posteriormente, situar o jornalismo em sua lógica de funcionamento.

3.1.2 Indústria cultural: a cultura submetida ao mercado

A grande expansão da forma mercadoria para esferas da vida que, até então, não haviam sido incorporadas ao modo de produção capitalista, assim como a ascensão do jornalismo noticioso-empresarial fundamentado na indústria publicitária, foram aqui apresentadas sob uma ótica histórica e econômica. Trataremos, agora, de outro fenômeno relacionado a esses, conceituado como indústria cultural por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1985).

O estudo do conceito de indústria cultural justifica-se por entendermos que o jornalismo noticioso-empresarial, caracterizado por Habermas (1984), é uma prática que se articulou a partir dessa dinâmica. Dito isso, cabe mencionar, porém, que Adorno e Horkheimer pensaram a totalidade da experiência moderna, vista no momento em que a sociedade e as utopias burguesas chegavam à ruptura, provocada pelas transformações sistêmicas no capitalismo que tiraram dessa classe o papel de protagonista; ou seja, eles jamais foram autores que pensaram exclusivamente o jornalismo ou a comunicação. Assim, buscando não realizar um mero transplante artificial do conceito de indústria cultural, justifica-se um olhar pouco mais atento à sua filosofia.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural é a relação social pela qual o processo de cultura torna-se submisso à dinâmica do mercado. Trata-se de um

movimento pelo qual a produção de bens culturais é organizada a partir da lógica do capital e de seus mecanismos: a pesquisa de mercado, as novas técnicas de distribuição e veiculação em massa e a indústria da publicidade. Ortiz (1994) aponta que os filósofos frankfurtianos viam na arte e na cultura burguesa um espaço autônomo, regido por regras próprias e capaz de produzir obras que, avançando sobre as restrições da sociedade antiga, teriam aberto a perspectiva de uma cultura livre das necessidades materiais. Assim, a análise histórica na qual os dois filósofos fundamentam suas reflexões leva em conta a dissociação, conquistada na modernidade, da arte das antigas formas às quais estava atrelada, como o culto religioso. É esse processo que levaria à formação da categoria que a burguesia chamou de cultura. Essa, porém, não estava dissociada do mercado; Rüdiger (2004) chama atenção para como o desenvolvimento desse espaço de trocas foi, até certo ponto, uma condição para que a cultura conquistasse essa independência: foi ele que permitiu aos artistas e intelectuais libertar-se das antigas autoridades e viver a partir de sua própria criação.

Portanto, a abordagem de Adorno e Horkheimer (1985) não oculta o fato de que também as obras de arte consideradas autônomas, “[...] que negam o caráter mercantil da sociedade pelo simples fato de seguirem a sua própria lei, sempre foram ao mesmo tempo mercadorias [...]” (p. 147). Adorno (2011) defendeu que a gênese da indústria cultural se deu nos romances ingleses da transição para o século XVIII, produtos conservadores elaborados para atender o padrão de gosto da época. Assim, a dinâmica de indústria cultural não começou no capitalismo monopolista; contudo, é com a monopolização da economia que se formam grandes grupos empresariais para as quais a cultura é campo de exploração e autovalorização do capital. A indústria cultural torna-se sistêmica na medida em que o capitalismo passa de sua forma liberal para a monopolista, quando o liberalismo mantém-se somente como uma ideologia de autolegitimação – “[...] o triunfo das corporações gigantescas sobre a livre iniciativa empresarial é decantada pela indústria cultural como eternidade da livre iniciativa empresarial”. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 139). Esse é o momento no qual a indústria cultural torna-se o elemento unificador da sociedade, integrando-a a partir da lógica mercantil. A massa de indivíduos é dividida entre públicos alvos pelos que detém o monopólio da produção e distribuição da cultura.

Assim, o entendimento da indústria cultural como um movimento sistêmico caracteriza o momento no qual a cultura perdeu a autonomia conquistada com a modernidade, sendo regida pela dinâmica do capital. Como apontou Rüdiger (2004), o

conceito de indústria cultural não caracteriza a supressão da criatividade social, e sim sua submissão aos esquemas de mercado; por isso mesmo, ela seria necessariamente conservadora, voltada a atender o gosto corrente. Identifica-se com a própria dinâmica do capitalismo monopolista. A diversão que ela proporciona é a própria confirmação do modo de vida fordista – “divertir-se significa estar de acordo” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 135). Adorno (2011), ao revisitar o tema, escreveu que a cultura, capaz de denunciar as relações petrificadas nas quais vivem os homens, perde essa capacidade quando é completamente assimilada por essas mesmas relações.

O jornalismo, enquanto atividade imaterial produtora de bens culturais, não escapa a essa lógica; pelo contrário, se voltarmos à caracterização de Habermas (1984) do jornalismo em sua terceira fase, quando assume caráter noticioso-empresarial e sustenta-se a partir da indústria publicitária, perceberemos que essa se torna uma atividade submetida à dinâmica de mercado. De acordo com Rüdiger (2004), os jornais foram pioneiros em planejar suas atividades em prol de um determinado público e das necessidades das indústrias publicitárias, fato acentuado pelo processo de concentração econômica que a atividade sofreu ao longo da segunda metade do século XIX e durante o século seguinte. Assim, consideramos que o jornalismo hegemônico em sua forma avançada realiza-se a partir da lógica de indústria cultural.

Contudo, esse fato não permite que tratemos as empresas jornalísticas como indústrias culturais ou indústrias da cultura, como o fazem Fonseca (2008) e Ortiz (1998). Fonseca (2005) justifica a terminologia por entender que o conceito de indústria cultural presta-se a nomear o conjunto de grandes organizações empresariais, que detém o monopólio econômico e técnico para produzir e distribuir bens culturais em larga escala. O conceito de indústrias culturais representaria uma diferenciação ao desenvolvido pelos dois filósofos frankfurtianos, por entender que os bens culturais de massa – filmes, programas de rádio, jornais e revistas – são produzidos por indústrias que obedecem a diferentes tipos de racionalidade técnica e de funcionamento. Nossa discordância com relação a tal concepção se dá por essa pensar o termo indústria cultural como designador de um tipo de indústria em si e não como um processo. Concordamos com os apontamentos de Marcondes Filho (2008) sobre essa polêmica, para quem o conceito não define uma indústria propriamente dita, nem a cultura propriamente dita; caracteriza o movimento histórico no qual a esfera da cultura é submetida às leis do capital monopolista e, progressivamente, transforma-se em sistema de homogeneização social. Portanto, as grandes empresas jornalísticas, de cinema ou da

publicidade não são a indústria cultural em si; são veículos pelos quais essa dinâmica se articula. Adorno (2011), ao voltar ao tema, afirma que o termo indústria não deve ser levado ao pé da letra: trata-se mais da descrição de um movimento dentro da esfera da cultura, absorvida pelo capitalismo que escapou do controle burguês, do que de uma indústria de produção em série em termos fordistas. O bem cultural é submetido à padronização a partir das pesquisas de mercado e é distribuído racionalmente; sua produção, todavia, mistura à elaboração individual, própria do campo da cultura, a lógica industrial.

Para finalizarmos essa reflexão sobre a indústria cultural, gostaríamos de nos contrapor a certa análise que veria nesse conceito o saudosismo de antigos intelectuais burgueses – a maior parte dos filósofos frankfurtianos era formada por filhos de uma burguesia comercial que se desintegraria no século XX – frente a um ambiente novo de ascensão das massas. Inicialmente, convém apontar que os filósofos de Frankfurt por diversas vezes submeteram a cultura burguesa à crítica. A célebre afirmação de Walter Benjamin (2012, p. 225) – “nunca houve um monumento da cultura que também não fosse um monumento da barbárie” – não está distante da compreensão de Adorno e Horkheimer (1985), que viam na autonomia da cultura burguesa o custo do sofrimento do proletariado – “[...] a pureza da arte burguesa [...] foi obtida desde o início ao preço da exclusão das classes inferiores” (p. 127). Assim, a utopia burguesa da cultura nunca foi endossada por esses pensadores, sendo sempre vista a partir da ótica dialética, e não como a dicotomia entre cultura e barbárie proposta pelo pensamento iluminista. Adorno (1998), em outro escrito, caracterizou a cultura como fenômeno próprio de uma sociedade constituída por classes antagônicas, sendo por isso também parte de um processo ideológico, ao fundamentar-se nas ideias de gênio individual e criações do espírito.

Vladimir Safatle (2013), em ensaio panorâmico sobre a obra do filósofo, argumenta que Adorno via na arte um campo produtor de verdades; isto é, a obra de arte autêntica teria na sua própria lógica formal modos de organização capazes de reordenar conceitos de racionalidade. Trata-se de um campo que funcionaria a partir de leis próprias, capazes de revelar novos modos de pensamento – nas palavras dos autores: “a obra de arte ainda tem em comum com a magia o fato de estabelecer um domínio próprio, fechado em si mesmo e arrebatado ao contexto da vida profana. Neste império imperam leis particulares” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 32). Safatle (2013) defende que toda a produção filosófica adorniana, em suas diferentes facetas, teve como

questão geradora a crítica ao sujeito moderno. Nesse quadro, a estética e a crítica cultural seriam, também, uma crítica a um determinado modelo de razão e de sujeito, tendo em vista que Adorno via na arte e na cultura caminhos novos de reordenação de pensamento. Assim, o pensador teria unido, em sua experiência filosófica, crítica da razão, crítica do capitalismo tardio e crítica ao conceito moderno de sujeito (SAFATLE, 2013).

Uma leitura da *Dialética do Esclarecimento* (1985) a partir desses pressupostos atentará, inicialmente, que os autores formulam a tese de que o próprio Esclarecimento (pensado em termos kantianos) tem em si mesmo o gérmen de sua destruição. É no processo de racionalização da sociedade, que segundo o pensamento iluminista faria dos seres humanos senhores de sua própria existência, que estariam explicações para a barbárie em sua forma moderna. O Esclarecimento, ao tornar-se norma positiva, tenderia a transformar-se em seu contrário, como aponta Saflate (2009). A época da razão seria, sobretudo, a época em que o racionalismo instrumental se expandiria pela sociedade, colonizando outras formas de pensamento.

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 24).

Assim, a capacidade da cultura para criar formas diferentes de pensamento é podada quando essa passa a ser regida pela dinâmica do capital. A indústria cultural tornada sistêmica significa, no fundo, uma onipresença de certo tipo de racionalidade instrumental. Trata-se de uma dinâmica que passa a caracterizar o capitalismo de massas, e é dentro dela que o jornalismo se articula enquanto atividade social.

3.1.3 O trabalho no capitalismo de massas

Nosso estudo do mundo do trabalho se justifica por compreendermos que a mudança ocorrida nesse gerou reflexos importantes na organização das grandes empresas jornalísticas e na rotina profissional de seus profissionais. Cabe, primeiramente, apresentarmos a concepção de trabalho que será considerada nesse estudo. Não consideraremos trabalho em seu conceito mais abstrato, isto é, a transformação da natureza a partir da ação humana, tipo de atividade que, de acordo com a teoria liberal de John Locke (1994), estaria na base da propriedade. Esse

conceito, ainda que correto, não é capaz de dar conta da maneira pela qual o trabalho materializa-se no modo de produção capitalista.

Como notou Harry Braverman (1987), nesse modelo de produção, o trabalho, mais do que produzir determinado bem a partir da transformação de elementos da natureza, é a atividade que produz lucro para o capitalista, ao ser, conforme teorizou Marx (1987), acumulada sob a forma de capital. É a partir dessa concepção que Braverman (1987) pensará as transformações sofridas pelo mundo do trabalho no capitalismo monopolista.

O capitalista é indiferente à determinada forma de trabalho; não lhe interessa, em última análise, se emprega trabalhadores para produzir automóveis, lavá-los, consertá-los, repintá-los, abastecê-los de gasolina e óleo, alugá-los por dia, dirigi-los como contratado, estacioná-los ou convertê-los em sucata. O que lhe interessa é a diferença entre o preço que ele paga por um agregado de trabalho e outras mercadorias, e o preço que recebe pelas mercadorias – sejam bens ou “serviços” – produzidas ou prestadas. (BRAVERMAN, 1987, p. 305).

Assim, é esse conceito que nos permite falar em trabalhadores de escritório ou de contabilidade e em trabalho jornalístico: o que está em questão não é, especificamente, o bem produzido pelo trabalho e sim o lucro gerado a partir do processo de mais-valia.

Conforme informa Hobsbawm (1995), a transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista viu a grande ampliação do setor de serviços, com um crescimento acentuado do trabalho em escritório, lojas, jornais e outros. Para Braverman (1987), com o avanço desse modelo de capitalismo, houve uma ampliação das empresas cujas funções eram complementares às da indústria, voltadas ao controle do próprio processo de produção capitalista. O que podemos intuir do pensamento de ambos os autores é que, a partir desse novo modelo, surgiu um novo tipo de trabalhador: distante das oficinas e indústrias, esse se dedica a atividades mais burocráticas. Seu trabalho, todavia, obedece à mesma dinâmica voltada para a produção de lucro.

Em sua análise, Braverman (1987) defendeu a tese de que o trabalhador – e não somente o trabalhador da indústria – foi perdendo, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, controle sobre o seu próprio trabalho. O autor entende que esse processo se deu a partir do desenvolvimento da maquinaria em prol da produção capitalista e do surgimento da gerência científica, e não estaria restrito somente às funções produtivas clássicas, estando também presente nos novos ofícios de escritório.

Se retomarmos a sistematização do modelo capitalista de produção feita por Karl Marx (2008), veremos que o pensador entendia que o capital, ao empregar a maquinaria,

via-a como um meio para produzir mais-valia a partir do barateamento das mercadorias, da desvalorização do preço da força de trabalho humana (uma vez que essa é substituída pela força da máquina), da intensificação do trabalho humano (que é pressionado pelo ritmo acelerado da maquinaria) e do prolongamento do dia de trabalho. Esses elementos levariam a uma maior produção de mais-valia absoluta a partir de uma maior mais-valia relativa – que, grosso modo, podemos definir como uma maior produção feita com menor dispêndio de trabalho durante o mesmo tempo.

A novidade que Braverman (1987) enxerga na maquinaria da fase monopolista do capitalismo não é exatamente uma invenção específica, mas sim o fato da própria dinâmica das inovações científicas estarem completamente integradas ao movimento do capital. Diferentemente da Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII, quando as inovações foram, de acordo com o autor, frutos somente indiretos do processo de produção capitalista, os avanços que começaram nas décadas finais do século XIX eram produto do planejamento e das demandas do próprio capital. Esse modelo de incorporação da ciência ao desenvolvimento capitalista teria começado na Alemanha, país onde o capitalismo e a indústria foram se desenvolver mais tardiamente em comparação com outras nações europeias, mas que, graças a essa nova dinâmica, entrou no século XX como uma das economias mais fortes e industrializadas do continente europeu. É nessa totalidade – a integração da ciência ao modo de produção capitalista – que está a inovação mais importante do capital monopolista.

A inovação chave não deve ser encontrada na Química, na Eletrônica, na maquinaria automática, na aeronáutica, na Física Nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas antes na transformação da própria ciência em capital. (BRAVERMAN, 1987, p. 146).

Somado a esse modelo de desenvolvimento da maquinaria, Braverman (1987) enxerga na gerência científica o outro importante elemento que retirou progressivamente o controle do trabalho do próprio trabalhador. Iniciada no final do século XIX por Frederick Taylor, a gerência científica nada mais era do que a aplicação dos métodos da ciência aos problemas do controle do trabalho em empresas capitalistas. Taylor, por compreender que o trabalhador, ao ter domínio sobre seus reais processos de trabalho, tinha mais mecanismos de opor-se ao desejo do capitalista de aumento de produção, elaborou um método no qual o controle estaria todo nas mãos da gerência. Seus princípios eram: o gerente deveria ter o conhecimento de todo o processo de produção, dissociando-o das especialidades dos trabalhadores; todo o possível

raciocínio deveria ser banido da oficina e centrado na gerência (trata-se da chave do método de Taylor); e todos os elementos do processo de trabalho deveriam ser pré-planejados e calculados pela gerência, de modo que a produção não ficasse dependente da imaginação ou vontade do trabalhador.

De acordo com Braverman (1987), o efeito mais relevante – e mais maléfico para a capacidade técnica do trabalhador – é a divisão entre trabalho mental e trabalho manual. Ainda que essa separação seja inerente ao processo de produção capitalista, o autor expõe algo que pode parecer surpreendente: parte dos trabalhadores que viveram a primeira Revolução Industrial eram pessoas vinculadas ao conhecimento técnico e científico de seu tempo, detendo noções surpreendentes de geometria, aritmética e mecânica, que lhes permitiam apreender e dominar rapidamente a nova maquinaria que surgia nas oficinas e indústrias. No entanto, com o avanço da gerência científica (e também do modelo fordista de dissociação da montagem do produto industrial), associada às inovações tecnológicas, o trabalhador foi progressivamente compreendendo menos de seu trabalho e se tornando mais impotente frente às necessidades produtivas do capital.

Braverman (1987) defende que esse modelo de controle do trabalho também passou a ser utilizado nos ofícios de escritório, voltados à venda, contabilidade, distribuição e controle. Especificamente sobre o tema que cabe a esse trabalho, diz o autor.

Em um grau menor, o mesmo aspecto altamente burocrático do processo de trabalho ocorre nos cartórios e escritórios de outras profissões institucionalizadas, agências de publicidade, editoras e **redações de jornais** [...]. (BRAVERMAN, 1987, p. 255, grifo nosso).

Fonseca (2008) afirma que o jornalismo desse período caracteriza-se por aquilo que David Harvey chamou de fordismo, no qual o trabalho era dividido e organizado de cima para baixo, com especialização de tarefas e jornadas fixas. Conforme salienta a autora, há um processo de padronização e uniformização da produção, distribuição e consumo do produto jornal.

Ao tratar desse novo tipo de trabalhador, Braverman (1987) defende que, ainda que não sejam proletários – se nos prendermos ao conceito de Marx como uma caracterização fixa –, esses trabalhadores começam a adquirir a forma proletária, uma vez que a classe social não pode ser definida como uma coisa, mas sim como uma relação que se dá entre as pessoas. Portanto, o exame do jornalismo deve ser feito

juntamente com o exame das dinâmicas de trabalho que o produzem, organizadas em prol, primeiramente, da busca pelo lucro comercial; tal fato levaria, segundo Braverman (1987), a esses trabalhadores experimentarem um processo de proletarização.

3.2 JORNALISMO DE MASSAS E INDÚSTRIA CULTURAL

Conforme vimos, Habermas (1984) detecta na década de 1830 o início da transição para o modelo empresarial-noticioso de jornalismo. De acordo com sua caracterização, a prática jornalística é submetida às estruturas das empresas que surgem na área: empreendimentos comerciais cujo lucro provém, sobretudo, da venda de espaço para anúncios publicitários. Em nosso entendimento, esse novo modo de produção do jornalismo transforma-o em uma prática social que se articula dentro da dinâmica da indústria cultural, caracterizada a partir do pensamento de Adorno e Horkheimer.

A produção jornalística dada nesses termos, somada às transformações sofridas pelo capitalismo, à ascensão da sociedade de massas e à indústria cultural tornada sistema permite o surgimento de um jornalismo também de massas. O termo deve ser utilizado com cuidado, uma vez que não se trata de uma prática que nasce espontaneamente das massas da nova estrutura social; porém, o jornalismo passa, a partir de seus suportes materiais e da dinâmica de indústria cultural, a atingir um número cada vez maior de pessoas numa sociedade de massas de trabalhadores assalariados. Como informa Eric Hobsbawm (1988), nos anos 1890 um jornal britânico atingiu pela primeira vez a tiragem de um milhão de exemplares; na década seguinte, esses números seriam atingidos por um jornal francês. É desse novo paradigma de jornalismo que trataremos nesse capítulo, apresentando-o a partir das reflexões de diversos autores para, por fim, conceituá-lo como o entendemos.

3.2.1 Jornalismo de indústria cultural

Ao tratar sobre o jornalismo noticioso-empresarial que começa a se estruturar a partir de meados do século XIX, Sousa (2008) informa que o novo modelo, materializado nos periódicos impressos, assume as características que marcam essa prática em nosso tempo: teor noticioso, linguagem acessível e industrial, preço baixo, temáticas populares, tom investigativo e grande inserção da publicidade comercial, que passa a ser a principal fonte de lucros para as novas empresas, comercialmente agressivas e formalmente independentes.

Esse novo modelo de jornalismo se articula dentro do movimento embrionário de uma indústria cultural que irá se massificar posteriormente. Seguindo os preceitos da análise realizada, que vê no jornalismo uma atividade produtora de bens culturais que participa do processo de formação da opinião pública, verificamos nas descrições de Habermas (1984) e Sousa (2008) que essa prática social passou a se realizar a partir do funcionamento de grandes empresas, que tinham como foco a busca pelo lucro. Como informa Rüdiger (2004), os empreendimentos jornalísticos foram pioneiros na exploração do mercado de bens simbólicos como indústrias organizadas, tratando o público leitor como clientela e organizando-se a partir da indústria publicitária. Por sua vasta abrangência, em função da grande tiragem e do baixo preço dos jornais, essas empresas estariam na ponta de lança de uma indústria cultural que avançava para se tornar sistêmica, de modo que a produção de impressos em larga escala, a partir do estudo do mercado consumidor, supria o tempo de lazer das massas urbanas que haviam sido desligadas dos ambientes rurais de pouco tempo atrás, na descrição de Marcondes Filho (1989).

Nesse sentido, o surgimento das agências de notícias, que, como informa Sousa (2008), data de meados do século XIX, tem grande impacto na forma de organização das empresas jornalísticas. Alicerçadas pelo desenvolvimento de tecnologias como o telégrafo e o telefone, as agências vêm ao encontro da necessidade de notícias de um público cada vez mais vasto, em um mundo onde as economias nacionais se interligavam cada vez mais e ampliavam sua interdependência. Assim, o material produzido por esses novos empreendimentos supre a insuficiência da rede de captura de informações das empresas jornalísticas. Além disso, o autor informa que é precisamente a percepção do jornalismo como um negócio e a divisão do público em diferentes nichos de consumidores que permitirão a diversificação do jornalismo, de jornais generalistas até veículos mais segmentados, fato que exigia um grande volume de notícias dos mais diversos tipos, tornando atrativo o negócio de produção e distribuição de notícias à imprensa.

Esse modelo de funcionamento próprio da indústria cultural se somaria a uma progressiva concentração econômica no setor jornalístico, como visto por Habermas (1984). Para Sousa (2008), esse processo começa no final do século XIX, com o surgimento das primeiras cadeias de jornais e a aquisição de veículos jornalísticos por conglomerados econômicos de outros setores. O mesmo aconteceu no mercado das agências de notícias: Sousa (2008) informa que as três primeiras e mais importantes

empresas desse tipo – a *Havas*, *Reuters* e *Wolf* –, que inicialmente funcionavam como empresas familiares, em pouco tempo assumiram total controle do mercado interno de seus países (respectivamente França, Inglaterra e Alemanha) e, nas últimas décadas do século XIX, lançaram-se, a partir de acordos de alianças entre si, no projeto de transformarem-se em organizações mundiais de produção e difusão de notícias. Por volta de 1870, essas três agências tornaram-se sociedades anônimas, aumentando em muito o seu afluxo financeiro e convertendo-se em grandes oligopólios, absorvendo as agências menores e assegurando para cada uma das três a cobertura de uma determinada parte do mundo.

Esse tipo de jornalismo foi sistematizado por Sousa (2008, p.195) como “modelo ocidental de jornalismo”, caracterizado por seu caráter noticioso, de matriz democrático-liberal e organizado em empresas capitalistas. Segundo o autor, esse modelo se consolidaria definitivamente após a Segunda Guerra e se estruturaria sobre os princípios de liberdade de expressão e imprensa. Deve-se levar em conta o quanto esse jornalismo herdou do jornalismo político, que veio previamente: as lutas burguesas contra o Estado absolutista estão presentes no princípio de liberdade de imprensa e no valor de independência frente ao Estado, que fundamentaria o ideário do Quarto Poder, isto é, o poder regulador que o jornalismo e a imprensa livre teriam frente aos poderes do Estado. Para Sousa (2008), nesse momento da história o jornalista começa a tomar dos políticos e das instituições públicas o papel de representante dos cidadãos e de zelo com o interesse público. Mais do que isso, é em decorrência desse modo de fazer jornalismo que a própria função de jornalista começa a se tornar uma profissão, dando origem a uma classe com valores, direitos e deveres específicos. Não por acaso, em fins do século XIX começam a aparecer os primeiros cursos de formação na área.

Todavia, deve-se ter em mente que a herança das lutas burguesas e liberais presentes na atividade jornalística não pode ser dissociada das estruturas empresariais que possibilitam a realização do jornalismo: corporações cada vez maiores em mercados extremamente concentrados. Assim, o que Sousa (2008) entende por modelo ocidental de jornalismo nada mais é, em nosso entendimento, do que o jornalismo estruturado a partir do movimento da indústria cultural. Como Adorno e Horkheimer (1985) conceituaram, é próprio da indústria cultural louvar a eternidade da liberdade e da livre iniciativa num mundo cada vez mais dominado por grandes corporações. Assim, os valores do liberalismo burguês se afirmam ao mesmo tempo em que a era burguesa nada

mais é do que uma miragem, em meio à sociedade de massas do capital monopolista. Ou, nas palavras de outro autor:

O liberalismo, mesmo que totalmente desaparecido na prática de vida das pessoas sob o capitalismo monopolista, precisa sobreviver em tese nas formas públicas de manifestação de ideologia: jornalismo, artes, cultura são os sustentáculos dessa aparência democrática e liberal (MARCONDES FILHO, 1989, p. 105).

Por fim, cabe notar que é esse modelo de jornalismo de indústria cultural que se articulará no Brasil no século XX. Sodré (1983) detalha a fundo o processo de formação da imprensa brasileira em suas diferentes fases: colonial, quando praticamente inexistia; da Independência, quando assume formas políticas; do Império, quando a literatura ganha espaço nas páginas dos periódicos; e, por fim, a grande imprensa, que se aproxima dos padrões empresariais das sociedades ocidentais. Essa última fase começa a aparecer no final do século XIX e se firma após a Primeira Guerra Mundial. Desse modo, ainda que o desenvolvimento histórico brasileiro seja diverso daquele dado no continente europeu ou nos Estados Unidos, o jornalismo, em sua fase avançada, desenvolveu-se pelo mesmo caminho, uma vez que o Brasil também faz parte da economia capitalista global e que, na segunda metade do século XX, também viu nascer uma ampla sociedade de massas.

3.2.2 Um balanço entre crítica e possibilidades

O entendimento do jornalismo como uma categoria histórica oriunda da sociedade capitalista que, a partir de meados do século XIX, se estruturou a partir de empresas que tinham como interesse principal o lucro, justificou o debate entre os autores que viam essa atividade como detentora de possibilidades que vão além do capitalismo e, por outro lado, aqueles que a analisavam sob a ótica de um criticismo mais radical.

Ciro Marcondes Filho (1989) segue os passos da escola crítica, retomando suas reflexões para tratar do modelo de jornalismo noticioso-empresarial. Para esse autor, a notícia é, por um lado, a informação transformada em mercadoria, após ter sido adaptada “[...] às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo” (p.13); por outro, é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Assim, o jornalismo é caracterizado como uma atividade manipuladora em si mesma.

Para esse autor, a política de produção de notícias cultiva a passividade, uma vez que apresenta os fatos como fechados em si mesmo, sem quaisquer contradições. Isso levaria a uma despolitização do real, esvaziado do contraditório, num modelo que deixa de apresentar os problemas próprios do sistema. Dentro dessa reflexão, no jornalismo, os processos sociais seriam apresentados de modo fragmentado e personalizado, e a notícia estaria desvinculada de seu fundo histórico-social. Assim, o autor qualifica como ingênua a crença de que o jornalismo pudesse se configurar em termos menos alienadores e manipulativos numa sociedade que ultrapassasse o capitalismo.

Ocorre que esse raciocínio ignora que a informação veiculada publicamente e assim explorada encerra em si – em decorrência mesmo do seu tratamento jornalístico – uma inseparável função manipulativa. A manipulação não é apenas fruto do ato premeditado, intencional. A manipulação é parte integrante, necessária, da transmissão jornalística [...]. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 33)

Seguindo a argumentação, o autor entende que no modo produção jornalístico noticioso não há espaço para o indivíduo e para a criação, sendo, portanto, uma representação da sociedade capitalista, industrial e da produção de massas. Nesse sentido, a partir do momento histórico em que as iniciativas jornalísticas se transformam em grandes empresas comerciais atuantes em mercados concentrados, a liberdade individual do jornalista seria suprimida e transferida para os proprietários. Esse ambiente dos grandes monopólios jornalísticos seria legitimado pelo discurso ideológico acerca do liberalismo comercial e político, conforme apresentado previamente. Assim, a transição do jornalismo político para o jornalismo empresarial não representaria uma ruptura com as ideias que alicerçaram a prática jornalística em seus dois períodos anteriores; essas continuam a sustentar o jornalismo frente ao público, ainda que, com o avanço do capitalismo de massas, estejam, cada vez mais, fora de seu tempo.

Adelmo Genro Filho (1989), ao elaborar sua própria teoria do jornalismo, criticou as concepções de Marcondes Filho e da Escola de Frankfurt. Para o autor, o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1985), ainda que preciso ao identificar “[...] uma série de fenômenos peculiares da moderna cultura burguesa, produzida nos moldes industriais em larga escala [...]” (GENRO FILHO, 1989, p. 103), não percebe as forças emancipatórias presentes na prática jornalística e extingue as possibilidades de um jornalismo não manipulador. A indústria cultural seria “[...] uma orquestra afinada demais [...]” (GENRO FILHO, 1989, p. 99), regida pelo poder do capital.

Genro Filho (1989) também critica a concepção de Habermas, cujas reflexões, segundo o autor, baseiam-se numa análise histórica unilateral, que não perceberia o movimento de superação dialética presente na evolução até a terceira fase do jornalismo, quando “[...] há uma negação e incorporação dos dois momentos anteriores através da constituição de uma necessidade nova.” (p. 110). Ou seja, o modelo do jornalismo noticioso-empresarial se distanciaria dos anteriores, ao articular-se de modo completamente novo, mas, ao mesmo tempo, assimilaria características desses em si. Assim, a periodização entre jornalismo comercial, jornalismo político e jornalismo noticioso-empresarial levaria à ideia de que “[...] o jornalismo propriamente dito, com as características funcionais e técnicas que o tipificam atualmente, não mereceria ser preservado [...]” (p. 107). Para Genro Filho, esse responderia, mais do que somente ao imperativo do capital, às necessidades de um mundo que foi interligado pelo capitalismo.

Não se trata mais de uma questão estritamente econômica ou estritamente política, mas de uma sociedade cujas relações sociais – em virtude do movimento econômico e político que a transformou – carecem de informações de natureza jornalística. (GENRO FILHO 1989, p. 110).

Portanto, Genro Filho (1989) considera que os dois primeiros momentos caracterizados por Habermas são etapas constitutivas do jornalismo em sua forma atual, uma vez que nesses o jornalismo respondia somente às necessidades da classe burguesa, e não às necessidades do mundo produzido pelo capitalismo, complexo e integrado universalmente.

São essas necessidades que lhe permitirão ver no jornalismo empresarial um valor específico, que transcende às próprias condições da sociedade capitalista. Genro Filho (1989) parte desses pressupostos para qualificar as reflexões de Marcondes Filho como economicistas, que levariam a um beco sem saída; se é verdade que a manipulação, o controle e o engodo fazem parte do jornalismo burguês, por outro lado, Marcondes Filho fecharia os olhos ao valor noticioso desse modelo jornalístico, diz o autor. Valor que corresponde à imediaticidade dos fenômenos do mundo moderno e que não seria contemplado pelo modelo de jornalismo político-literário.

Ao apresentar sua própria definição sobre o jornalismo informativo-empresarial do capitalismo de massas, Genro Filho (1989, p. 207) qualifica-o – utilizando-se dos conceitos de singular, particular e universal – como “[...] a cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através da sua reprodução

pelo ângulo da singularidade”. O jornalismo seria uma forma de apreensão do real nascida na modernidade e dada a partir do fato singular, mas que, em si, expressa o universal, uma vez que o evento singular é capaz de tornar mais complexa a compreensão que o público tem do real.

As considerações de Genro Filho (1989) ultrapassam a dicotomia entre visões que veem o jornalismo como somente instrumento de manipulação ou somente como motor da liberdade e da democracia, uma vez que assumem essa prática social como detentora da contradição de, mesmo nascida no capitalismo, carregar em si potencialidades para além desse sistema de vida. Assim, o jornalismo noticioso-empresarial, guiado pela ótica comercial e surgido a partir das necessidades de um mundo integrado pela dinâmica do capital, não se limitaria ao caráter intrinsecamente manipulador denunciado por Ciro Marcondes Filho (1989) – o fenômeno não se exaure aí. O entendimento do jornalismo como necessariamente manipulativo, como o quer esse autor, deixa de ver nessa atividade sua capacidade de dar complexidade à compreensão do real, como apontou Genro Filho (1989).

Dito isso, a argumentação que Marcondes Filho (1989) faz acerca da própria estrutura de apresentação das notícias, que levaria a uma despolitização do real, merece atenção: o fato, apresentado como fechado em si, em meio ao ambiente estandardizado de profusão de notícias – informação transformada em mercadoria –, tende a ser esvaziado de significado. Nesse sentido, sua reflexão segue os passos daquela feita por Walter Benjamin (2012), que, em seu texto sobre o narrador, tratou da perda da experiência no capitalismo avançado, vista a partir da decadência da narrativa clássica e da ascensão da informação (por meio da imprensa). Contudo, sua compreensão de que no jornalismo não haveria espaço para qualquer nível de criação individual nos parece engessada. O autor, ao entender o jornalismo como uma prática articulada dentro da dinâmica da indústria cultural, parece julgá-la como uma máquina de produção impessoal e despersonalizada, visão que, como visto anteriormente, foi refutada pelo próprio Adorno (2011). A criação e o talento individual se realizam a partir da própria lógica de mercado, mas o ato criativo não deixa de existir.

A crítica de Genro Filho (1989) ao conceito de indústria cultural para pensar o jornalismo também esbarra em algumas questões que merecem ser mais bem debatidas. O entendimento da indústria cultural como uma orquestra afinada de fenômenos da moderna cultura burguesa, produzidos em larga escala, nos parece inexato. Esse entendimento nos levaria a uma concepção de manipulação das massas por parte das

classes dirigentes, que não contempla o fenômeno que foi designado pelo conceito de Adorno e Horkheimer. Conforme visto previamente, indústria cultural designa um movimento, um processo no qual a produção cultural é submetida aos mecanismos próprios da produção e comercialização capitalista, que faz com que o campo da cultura perca sua autonomia conquistada na modernidade. Assim, não se trata de manipulação por parte da burguesia e sim da expansão do modo de produção do capital para o âmbito da cultura. Os próprios termos cultura burguesa e jornalismo burguês, utilizados repetidamente por Genro Filho, parecem fora de lugar: a indústria cultural não é uma articulação da classe burguesa, cujo mundo já havia sido extinto, mas do próprio capital livre do jugo burguês e tornado monopolista.

Na crítica que elabora à periodização histórica feita por Habermas, Genro Filho (1989) afirma que esse autor não compreendeu o movimento dialético que faz das duas primeiras fases históricas as constituidoras do modelo empresarial de jornalismo. Entendemos, no entanto, que a obra de Habermas traça as linhas gerais da evolução da esfera pública e de sua instituição principal, a imprensa, a partir da dinâmica própria da ascensão e consolidação da sociedade burguesa. Genro Filho foca-se no jornalismo, seu objeto de estudo, para mostrar como Habermas proporia uma volta ao passado do jornalismo político. Porém, essa abordagem não se centra no argumento central da tese de Habermas: o destrutivo papel que a invasão da lógica mercantil, dada a partir do novo modelo de imprensa comercial, tem sobre a prática jornalística e, em última instância, sobre a esfera pública enquanto instituição democrática de debates.

Assim, a proposta de Genro Filho (1989) de jornalismo como um modo novo de apreensão do real, feito a partir do singular com vistas à universalidade, e nascido na modernidade, parece colocar os impactos que a lógica do mercado tem sobre a prática jornalística em segundo plano. O fato do jornalismo se articular empresarialmente e, em nossa visão, a partir da dinâmica da indústria cultural, faz com que seus objetivos, métodos, rotinas e dinâmicas de trabalho estejam submetidos ao próprio movimento do capitalismo avançado. Assim, se é correta a concepção de jornalismo como uma forma moderna de apreensão da realidade a partir do singular (GENRO FILHO, 1989), é preciso admitir também que, pela própria lógica empresarial que possibilita sua realização, nessa forma articulam-se as necessidades econômicas das empresas, os ideais e a ação de jornalistas que veem uma importante função social em seu ofício, as relações de trabalho em redações cuja organização é guiada pela lógica do capital e as decisões editoriais.

4 JORNALISMO NO CAPITALISMO INFORMACIONAL

Vimos, até agora, como o jornalismo se desenvolveu de empresa artesanal de produção de notícias para veículo político do ideário burguês frente ao Estado absolutista; posteriormente, com a ascensão do Estado de direito e de sua nova classe dirigente, assumiu sua forma noticiosa empresarial, precursora da indústria cultural que se desenvolveria como sistema no século XX.

A transição para o novo milênio trouxe importantes transformações para o jornalismo, transcorridas em meio às mudanças do próprio modelo capitalista que, segundo Harvey (1995), entrou no seu sistema de acumulação flexível. Tais transformações influenciariam diretamente seus preceitos clássicos e seu modo de produção, tendo impacto no dia a dia profissional dos jornalistas nas redações.

De modo a manter a coerência com a reflexão que vem sendo desenvolvida nesse trabalho, a análise das transformações pelas quais o jornalismo passou virá acompanhada do exame das transformações do próprio capitalismo. Assim, trataremos o processo de flexibilização do capital alicerçado sobre as novas tecnologias da informação, ocorrido nas décadas finais do século XX, e suas consequências sobre o mundo do trabalho; posteriormente, trataremos especificamente do ambiente jornalístico nessa nova realidade.

4.1 O NEOLIBERALISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Ao examinar as décadas finais do que denomina como o breve século XX, Eric Hobsbawm (1995, p. 393) conta que “[...] a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Parece correto afirmar que parte dessa instabilidade caracterizada pelo historiador deveu-se às transformações diagnosticadas por David Harvey (1993) como a transição do modelo de produção fordista para o de acumulação flexível, ocorrida na medida em que, nos países centrais do capitalismo, o keynesianismo pós-guerra atingia seu aparente esgotamento para ser substituído por um movimento econômico e social que foi posteriormente chamado de neoliberalismo.

As crises econômicas vivenciadas a partir de 1973 fizeram com que o sistema capitalista passasse por uma reestruturação econômica, social e política nas décadas de 1970 e 1980, ocasionando todo o tipo de conturbações oriundas desse tipo de processo (HARVEY, 1993). Hobsbawm (1995) explica que o Estado de Bem Estar Social presente nos países desenvolvidos no pós-guerra, concentrado em conciliar crescimento

econômico com pleno emprego e um sistema de assistência social aos cidadãos, encontrou nessa série de crises iniciada em 1973 o fator que levaria, progressivamente, ao seu desmonte. As taxas de crescimento econômico foram diminuídas em comparação com as experimentadas nas décadas anteriores e a produção industrial dos mercados desenvolvidos foi reduzida. É em resposta a essa situação que o neoliberalismo ganhou força política e que podemos falar, efetivamente, de uma transição de um capitalismo fordista para um capitalismo flexível, como o faz Harvey (1993).

Antes do estudo desse processo de transição, cabe, contudo, uma justificativa de sua importância para o trabalho, uma vez que o Brasil, assim como boa parte do mundo, não desenvolveu um Estado de Bem Estar Social keynesiano como caracterizado por esses autores. Hobsbawm (1995) deixa claro que o que ele denomina como a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países desenvolvidos – em especial, a Europa ocidental e os Estados Unidos. Nielson e Rossiter (2005), ao examinarem a precarização do trabalho própria do capitalismo pós-neoliberalismo, fazem um alerta contra a idealização do pós-guerra, lembrando que o recente ressurgimento do trabalho em condições precárias nos países desenvolvidos é somente um pequeno momento da história do capitalismo; essa, se observada a partir de uma perspectiva mais larga geograficamente e historicamente, revelará a superexploração do trabalho como norma, e não como exceção. Todavia, ainda que não tenham vivenciado esse modelo de sociedade de pleno emprego e seguridade social caracterizada por Hobsbawm, os países do capitalismo periférico foram também atingidos pela onda neoliberal, tendo seus Estados nacionais fragilizados frente ao mercado financeiro mundial e passado por transformações produtivas a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação, como é próprio de uma economia que se tornou completamente interligada globalmente.

Harvey (2005) conceitua o ideário neoliberal a partir do entendimento do bem estar humano como algo alcançado pela completa liberalização das atividades empreendedoras dentro de um determinado modelo institucional, caracterizado por direitos de propriedade rígidos e, ao mesmo tempo, livre mercado de trocas. Hobsbawm (1995) sugere que esse ideário já estava na ofensiva desde meados da década de 1970, ainda que só fosse chegar, efetivamente, ao poder, com os governos de Margaret Thatcher, em 1979, e de Ronald Reagan, em 1981, em Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente. Contudo, o historiador nota que o primeiro experimento do tipo se deu na ditadura chilena de Pinochet, assim como o faz Harvey (2005); esse autor entende que a experiência do Chile demonstrou os benefícios que o modelo neoliberal teria para a

acumulação do capital, tornando-se um exemplo bem sucedido de um projeto de restauração de classe.

As reformas neoliberais que colocaram esse projeto em prática o fizeram a partir de uma política que tinha como norte o controle da inflação, o corte de gastos estatais, a desregulamentação financeira e a diminuição do Estado (HOBSBAWM, 1995). Harvey (2005) defende que a desregulamentação de todos os setores da economia abriu novas zonas de mercado para os interesses de grandes corporações. O autor também demonstra como a cisão histórica entre capital produtivo e capital financeiro – isto é, entre os setores responsáveis por produção de bens e setores que promoviam a reprodução do capital a partir da atividade especulativa – tornou-se irrelevante: as grandes corporações tornaram-se fortemente atuantes no mercado financeiro, mesmo quando exerciam de fato atividade produtiva. O capital industrial se integrou de tal modo “[...] às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e onde terminam os interesses estritamente financeiros.” (HARVEY, 1993, p. 154). A atividade financeira, livre das antigas barreiras, floresceu como nunca antes – “[...] neoliberalismo significou, em suma, a financeirização de tudo” (HARVEY, 2005, p. 33, tradução nossa).

Contudo, essa mudança de paradigma e o crescimento dos mercados financeiros mundiais só foram possíveis a partir dos importantes avanços nas novas tecnologias da informação, que possibilitaram a integração desses mercados e a coordenação centralizada de um sistema de produção pulverizado (HARVEY, 1993). Nessa nova situação, as mudanças tecnológicas e investimentos em automação abriram caminhos para que as grandes empresas dispersassem geograficamente sua produção, buscando regiões mais baratas, e visassem acelerar o tempo de giro do capital (tempo de produção e de circulação da mercadoria). Foram também elas que permitiram ao capital financeiro tornar-se o grande moderador do sistema atual, fato que criou uma maior potencialidade para crises financeiras e monetárias ao mesmo tempo em que, graças à extraordinária mobilidade do capital nessa nova etapa histórica, fez minimizar os riscos para si pela diversificação e rápida transferência para fundos de empresas, regiões e setores lucrativos (HARVEY, 1993). Trata-se de um cenário no qual as restrições espaço temporais tornam-se efetivamente irrelevantes para o sistema financeiro.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e seu emprego pela dinâmica do capital não somente tornaram as operações do capitalismo global incontrolláveis, mas, também, esvaziaram bruscamente o poder dos Estados nacionais (HOBSBAWM,

1995). Com a transnacionalização econômica, aponta o historiador, perderam força organizações cujo campo de ação era contido por fronteiras territoriais – Estados, parlamentos, sindicatos –, em detrimento do poder de empresas transnacionais e do mercado global. Como aponta Harvey (1993), comprometeu-se a fácil identificação entre grande capital e grande governo vista na era fordista. O Estado deve regular as atividades do capital corporativo em prol do interesse nacional e, concomitantemente, é forçado, também em prol do interesse nacional, a criar um bom clima de negócios “[...] para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter [...] a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas” (HARVEY, 1993, p. 160).

É nesse ambiente de Estados fragilizados em sua capacidade de ação que o modelo de Estado neoliberal caracterizado por Harvey (2005) espalha-se pelo mundo. Visto como uma medida de um bom ambiente de negócios, esse paradigma foi motivo de pressão sobre Estados nacionais por organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (HARVEY, 2005; HOBSBAWM, 1995). Dentre as principais heranças do neoliberalismo está um aumento importante da desigualdade econômica e social e da pobreza. Harvey (2005) considera como a conquista neoliberal mais significativa a redistribuição da riqueza para as classes mais altas, motivo pelo qual entende o processo neoliberal de uma restauração do poder de classe. A maior taxa de salários, em detrimento de uma menor taxa de capital, juntamente com a adoção de estruturas mais flexíveis de trabalho conquistados a partir da perda de força dos sindicatos – simbolizada pela difícil vitória do governo Thatcher sobre o sindicato dos mineiros ingleses –, fez com que os padrões de vida das classes trabalhadoras baixassem enquanto os dos setores mais altos subissem.

Negri e Hardt (2012) defendem que a proliferação das práticas neoliberais, no ambiente mundial profundamente alterado devido à vitória capitalista na Guerra Fria, seja não uma continuação da dinâmica de imperialismo, como Lênin (2011) caracterizou a expansão do capitalismo monopolista, mas uma nova dinâmica a qual denominam Império. Por imperialismo entendia-se o período do capitalismo dominado pelos monopólios e pelo capital financeiro, no qual adquiriu grande importância a exportação de capitais, quando “[...] começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda terra entre os países capitalistas mais importantes” (LENIN, 2011, p. 218). A disputa de territórios por parte de grandes potências capitalistas é parte essencial do conceito de imperialismo.

Negri e Hardt apontam, por outro lado, que o imperialismo acabou na medida em que um centro territorial de poder, restrito a um determinado Estado moderno do capitalismo monopolista, é algo que diz respeito ao passado. O Império, que os autores propõem colocar em seu lugar, não se baseia em fronteiras ou limites territoriais. Ao invés de uma disputa entre potências capitalistas por territórios em disputa, os autores veem um “[...] aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (p. 12). Voltemos à já citada ideia de Harvey (1993): a identificação automática entre grande capital e o Estado da era fordista compromete-se, já que o dinamismo do primeiro ultrapassa em muito quaisquer capacidades regulatórias do segundo. O capital torna-se autônomo, fluído e veloz, capaz de migrar instantaneamente para zonas que o favoreçam em meios às constantes crises desse novo modelo.

Ainda que a superação histórica do conceito de imperialismo seja algo que mereça um exame mais minucioso – é difícil dar como extintas tais práticas, tendo em vista que a atuação conjunta de Estado e capital ainda parece ser um fato presente –, o conceito de Império busca denominar um capitalismo descentralizado e incontrolável, no qual o manuseio da informação está no centro da produção de mais-valia. Negri e Hardt (2012) apontam que, no modelo contemporâneo, o capitalismo passou de industrial para informacional; isto é, a produção econômica depende diretamente da oferta de serviços e da manipulação da informação. Não se trata, como os autores explicam, de tornar irrelevante a gigantesca produção industrial atual, e sim de ver que a informação adquiriu um papel central no sistema, modificando e redefinindo a própria produção industrial. Nesse sentido, se no capitalismo monopolista já se vislumbrava uma expansão do setor de serviços, o modelo flexível vê a consolidação e a proliferação do trabalho imaterial como categoria central para o funcionamento do sistema.

4.2 TRABALHO IMATERIAL E TRABALHO JORNALÍSTICO

Negri e Hardt (2012) conceituam trabalho imaterial como aquele que “[...] produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação” (p. 311). Parece evidente que a atividade jornalística faz parte dessa categoria, assim como óbvio que o trabalho imaterial não é uma exclusividade do capitalismo informacional. Segundo os autores, o que é digno de nota nesse momento histórico é o papel central que esse tipo de trabalho obteve no funcionamento do sistema e sua expansão para

outras esferas. Como salienta Fuchs (2010), o trabalho imaterial é um aspecto direto e indireto da acumulação do capital no capitalismo informacional.

Negri e Hardt (2012) caracterizam o trabalho imaterial pelo “[...] papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação [...]” (NEGRI & HARDT, 2012, p. 306). Ao refinarem sua definição, os pensadores classificam o trabalho imaterial em três tipos: a produção industrial informatizada; o trabalho imaterial de tarefas analíticas ou simbólicas; e o trabalho imaterial que envolve a produção e a manipulação de afetos e que requer contato humano (direto ou indireto). Os empregos nesse setor costumam ser “[...] altamente movediços e envolvem flexibilidade de aptidões” (NEGRI & HARDT, 2012, p. 306). Harvey (1993), em seu entendimento sobre o modelo de acumulação flexível, explica que nesse há uma maior pressão sobre a força de trabalho, que foi fragilizada pelo crescimento do desemprego nas economias capitalistas avançadas. Com o enfraquecimento dos sindicatos, surgiram regimes de trabalho mais flexíveis e uma redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, formando uma tendência de diminuição do número de trabalhadores fixos. Em suas palavras:

[...] a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ [...] rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical [...]. (HARVEY, 1993, p. 141).

Esse entendimento alinha-se ao de Gill e Pratt (2008), para quem as transformações no capitalismo avançado, baseadas nas tecnologias de informação e comunicação, geraram uma situação na qual boa parte dos trabalhadores em economias avançadas “[...] estão engajados em trabalho inseguro, casual e irregular” (p. 3). Ao estudarem o trabalho imaterial, os autores detectaram, a partir de sua própria revisão de literatura, algumas características relativamente estáveis nessa categoria: predominância de empregos temporários, intermitentes e precários; colapso ou apagamento das fronteiras entre trabalho e prazer; baixa remuneração; altos níveis de mobilidade; ligação apaixonada ao trabalho e à identidade de trabalhador criativo; ambientes informais de trabalho; insegurança e ansiedade por parte dos trabalhadores, devido às incertezas sobre a existência de trabalho, a baixa remuneração e a constante necessidade de manter-se atualizado. Os autores também qualificaram como bastante consistente a percepção do trabalho como muito satisfatório e prazeroso – “[...] um vocabulário de amor é repetidamente evidenciado nesses estudos, com o trabalho imbuído de

características da tradição romântica do artista, impregnado com qualidades emocionais positivas” (GILL E PRATT, 2008, p. 21).

A revisão de literatura de Gill e Pratt (2008) traz aspectos relevantes para a discussão sobre o trabalho no jornalismo contemporâneo, pois verifica a coexistência de condições precárias de trabalho com uma percepção apaixonada e ligada à tradição romântica do próprio ofício; também no jornalismo a identidade profissional é ligada a uma concepção heroica e moderna. A presença da ansiedade e insegurança frente à instabilidade corrobora com a reflexão de Richard Sennet (1999), que, ao estudar o trabalho flexível, intuiu que, nesse, as pessoas vivem sob um constante estado de apreensão, criado a partir de um “[...] clima que enfatiza o risco constante” (p. 115), num tempo profundamente desorganizado. Como escreveu esse autor, “[...] a seta do tempo se partiu; não tem trajetória numa economia política continuamente replanejada, que detesta a rotina, e de curto prazo.” (SENNET, 1999, p. 117).

Nesse sentido, o papel da internet – categoria central para que pensemos o trabalho imaterial hoje, uma vez que engloba todo esse a partir de sua própria dinâmica – merece uma atenção mais cuidadosa. Tiziana Terranova (2013) vê em sua expansão o suporte material e ideológico para uma maior flexibilização da força de trabalho, que passa pela requalificação contínua e por práticas de *freelancer* e da invasão da casa pelo trabalho. Ross (2013) também aponta que o trabalho cognitivo dado no ambiente digital tem como uma de suas principais características a completa erosão entre tempo de trabalho e tempo de lazer. Segundo o autor, trata-se de um trabalho cuja dispersão é altamente organizada, mas, diferentemente das indústrias manufatureiras, não depende da realocação para mercados mais baratos; a redução de custos se dá pela microdivisão do trabalho. Os indivíduos que participam desse modelo se envolvem no que Ross chama de economia da atenção, onde, ansiosos por se autopromoverem em sua atividade criativa, são mal remunerados ou não remunerados. Em última instância, esse seria um esforço de industrializar a criatividade, afirma o autor.

Essa tendência de flexibilização das dinâmicas de trabalho também chegou ao jornalismo. Fonseca (2008), ao estudar o jornalismo de indústria cultural na transição do modelo de acumulação fordista para o flexível, realizou observação participante da rotina de produção do jornal Zero Hora – maior jornal do Rio Grande do Sul desde a década de 1980 e pioneiro no jornalismo de indústria cultural no estado, de acordo com Rüdiger (1998). A autora viu uma redação os horários dos funcionários eram flexibilizados e adaptados às necessidades da empresa (costumeiramente excedendo o

previsto pela legislação trabalhista); a remuneração passava a ser vinculada a índices de produtividade e não à função exercida; e produção era flexibilizada a partir do acúmulo de funções pelos jornalistas, propiciado pela convergência tecnológica. Essa última característica também é observada por Pereira e Adghirni (2011), que entendem que a convergências de meios gera um aumento no número de atribuições dos jornalistas e a necessidade de um desenvolvimento de novas competências, para que possam produzir material para diferentes plataformas.

Pereira e Adghirni (2011) afirmam também que a atual produção jornalística ocorre de modo mais acelerado, submetendo os jornalistas a pressões temporais cada vez maiores: ainda que admitam que o tempo tenha sempre sido um fator de pressão sobre a produção noticiosa, os autores defendem que isso foi em muito amplificado nos últimos 20 anos. Marcondes Filho (2000) também entende que, por meio das novas tecnologias da informação, voltadas ao curto prazo e ao barateamento da produção, as redações são adaptadas para a alta velocidade de circulação de informações. Nesse cenário, a vida dos jornalistas torna-se mais difícil, com redações menores, mas trabalho e responsabilidades. Conforme ilustram Pereira e Adghirni (2011), há um encolhimento do número de postos de trabalho nas redações, um aumento na carga horária e um processo de desregulamentação dos contratos trabalhistas. Ramonet (2012) percebe, além dessas características, a tendência de substituição do trabalho de redação pelo de jovens *freelancers* superexplorados, que passam em torno de 12 horas seguidas trabalhando por contratos e salários precários. Marcondes Filho (2000) entende que esse processo, no qual a redação é esvaziada e os sujeitos são contratados como autônomos, gera um ambiente no qual “[...] o trabalho informatizado e isolado eleva de sobremaneira a chamada ‘exploração da mais-valia’ [...]” (p. 51), com os jornalistas trabalhando mais, se esgotando mais e estando mais sujeitos ao estresse e à estafa.

Deve-se salientar que o novo regime de acumulação flexível, as mudanças no mundo do trabalho e o advento do trabalho digital não excluem a presença do antigo modelo. Mais do que uma sucessão temporal linear entre sistemas autoexcludentes, essa caracterização deve ser entendida como o diagnóstico de um novo equilíbrio. Assim como Harvey (1993) aponta que ao mesmo tempo em que houve uma proliferação e descentralização da produção industrial, houve também um processo de monopolização da economia, Fuchs (2013) ilustram como o trabalho digital flexível baseia-se no trabalho superexplorado de países de economias emergentes. Ross (2013) chama atenção, ao analisar a sucessão de suicídios dada numa fábrica da *Foxconn* (empresa de

produção de componentes eletrônicos e computadores), que o trabalho digital flexível depende do rígido controle da massa de trabalho na outra ponta da cadeira de produção, algo que o autor denomina “[...] fordismo sob o efeito de esteroides” (p. 28, tradução nossa). Ao empregar a porção mais vulnerável da população local (no caso exemplificado, garotas chinesas adolescentes que faziam parte de comunidades rurais), a empresa realiza um modelo de trabalho cuja escala e controle encontram-se num nível jamais sonhado por Henry Ford. No sistema atual, trabalhadores de ambas as pontas da cadeira produtiva – o trabalho flexível e digital e o trabalho rigidamente organizado e produtivo – compartilham a mesma ausência de segurança social protetora e são constituintes de um mesmo modelo que visa à reprodução e acumulação do capital.

Fuchs (2010) aventura-se a buscar uma teoria de classes para o capitalismo informacional. Se lembrarmos do entendimento de Braverman (1987), para quem, mais do que características inerentes e qualitativas, a classe social sob a ótica marxista se define a partir de uma relação social dada entre as pessoas, veremos que Fuchs vai pelo mesmo caminho. Retomando o conceito de multidão de Negri e Hardt (2012), o autor define essa como “[...] a classe daqueles que produzem bens e serviços materiais ou cognitivos diretamente ou indiretamente para o capital e são privados ou expropriados de recursos pelo capital” (p. 186, tradução nossa). O autor continua:

No capitalismo informacional, conhecimento tornou-se uma força produtiva, mas o conhecimento é produzido não somente em corporações, na forma de bens do conhecimento, mas também na vida diária, por exemplo, por pais que educam seus filhos; cidadão que se engajam na política do dia a dia; consumidores da mídia que produzem significado social e consequentemente são *prosumidores*; usuários do MySpace, YouTube, Facebook e sites similares, que produzem conteúdo informacional apropriado pelo capital; ouvintes de rádio e telespectadores de televisão que ligam ao vivo para discutir com convidados de estúdio e transmitir suas ideias que são instantaneamente mercadorizadas na economia do tempo real, etc. (FUCHS, 2010, 187, tradução nossa).

A produção do conhecimento é um processo social, mas esse é apropriado pelo capital. É esta apropriação que, para esse autor, cria a oposição de classe: a sociedade produtora do conhecimento é, como no trabalho industrial, uma força explorada, que Fuchs, seguindo os passos de Negri e Hardt, denomina multidão; do lado oposto estão os capitalistas, que, como qualquer ser humano no mundo atual, contribuem de alguma maneira à produção e reprodução dos bens comuns, mas, por serem a única classe que explora e gera lucro econômico a partir desses bens, não fazem parte da multidão.

4.3 JORNALISMO EM TRANSFORMAÇÃO

Defendemos previamente que o jornalismo noticioso-empresarial tenha sido um precursor da dinâmica da indústria cultural, movimento sob o qual ele se desenvolveu no século XX. Cabe, portanto, examinarmos quais transformações a nova fase socioeconômica trouxe para a prática jornalística.

Ignácio Ramonet (2012) defende que o ambiente jornalístico esteja passando por uma mudança radical de ecossistema, fruto do impacto da internet. Em sua visão, o modelo econômico dos jornais impressos chegou ao seu limite e, mais do que isso, a própria prática jornalística necessita ser reinventada para adequar-se aos novos tempos. O autor descreve a crise do modelo de negócios tradicional do jornalismo impresso a partir de dados de extinção de jornais nos Estados Unidos e Europa, assim como queda de circulação de jornais e de receita publicitária, esse último fruto da crise global que o capitalismo tem experimentado desde 2008. Essa crise do modelo de negócios também é vista por Pereira e Adghirni (2011), que entendem que o jornalismo está passando por mudanças estruturais.

Dentre as transformações mais importantes dos últimos tempos está a inserção da lógica da propaganda dentro das redações dos jornais. Em seu estudo, Fonseca (2008) vê na redação de Zero Hora uma indistinção de limites entre a política editorial e as estratégias de marketing, gerando um agravamento do caráter mercadológico da informação jornalística. Esse processo seria simbolizado, principalmente, pela profusão de cadernos especiais voltados para públicos alvos para o mercado publicitário. A autora sugere que, nesse modelo de jornalismo, há um declínio na notícia de interesse público em detrimento do que denomina informação, voltada à prestação de serviços ao consumidor e ao entretenimento. Trata-se da consolidação de uma concepção de jornalismo voltada prioritariamente às necessidades da organização oligárquica do mercado jornalístico e aos desejos do mercado publicitário. Nesse cenário, conclui, o jornalista torna-se menos um intérprete da realidade social e mais um profissional que conjuga habilidades específicas da profissão com uma visão de mercado. Marcondes Filho (2000) também percebe a queda do muro entre setor publicitário da empresa e redação do jornal, comprometendo a produção de notícias e submetendo-a ainda mais à dinâmica do capital.

Para Pereira e Adghirni (2011), há também uma alteração no processo de coleta de informações, ocasionado pela profissionalização dos setores de comunicação das organizações. Assim, o processo jornalístico teria perdido a totalidade do domínio da

cena informativa. Marcondes Filho (2000) também aponta para esse fator, caracterizando o jornalismo desse período como refém de assessorias de imprensa e profissionais de relações públicas. Cria-se uma profunda confusão, defende o autor, entre a informação jornalística e o material comunicacional, que é produzido visando o manejo da imagem das organizações. Figaro (2013), ao tratar do tema, afirma que as assessorias de comunicação hoje se tornaram partes do próprio processo de produção jornalística.

Para Ramonet (2012), há uma inédita crise de legitimidade social experimentada pela imprensa tradicional. A produção de notícias vinculada excessivamente a necessidades mercadológicas, a entrada de grandes empresas jornalísticas na Bolsa de valores, o acelerado processo de oligopolização ocorrido nesse mercado, a dependência excessiva da publicidade, a mistura entre comunicação empresarial e informação jornalística: tudo isso estaria esfacelando a credibilidade do jornalismo tradicional. Em suas palavras: “os cidadãos desconfiam de uma imprensa que pertence a um punhado de oligarcas, que já controlam amplamente o poder econômico e que, frequentemente, são coniventes com os poderes políticos” (p. 45). O poder financeiro e o jornalístico caminhariam lado a lado, causando uma situação em que, hoje, as grandes empresas jornalísticas trabalhariam para restringir e minar o campo democrático. Para esse autor, o trabalho jornalístico deve achar novos modos de funcionamento para além das empresas hegemônicas.

Ciro Marcondes Filho (2000), ao examinar esse processo de transformações, defende que o jornalismo se extinguiu, como todos os processos nascidos da modernidade – “acabou por desintegrar-se de forma misteriosa, pois se trata de uma desintegração *in praesentia*, quer dizer, desintegra-se permanecendo” (p. 7). Nascido da modernidade, o jornalismo sucumbiu à crise do humanismo frente à era da tecnologia e ao fim das “[...] ideologias que investiam nos homens e acreditavam que pela força, convicção e determinação, o mundo mudaria” (p. 148). Frente às novas demandas do capital, à inserção da lógica publicitária nas redações e ao fortalecimento dos departamentos de comunicação das organizações, o jornalismo se resignaria a valorização de assuntos associados ao curioso, ao insólito e ao espetacular. Contudo, embasado em um discurso humanista, o autor, após apresentar tal cenário, afirma a necessidade do jornalismo e do jornalista. O jornalista é necessário como o são filósofos, críticos, escritores e professores: “eles são o que sobra de vivo nessa

maquinaria toda, o que sobra de humano [...] na tecnificação total das existências que nos oferece sedutoramente a indústria do virtual, do interativo e do tempo real” (p. 150).

A caracterização feita a partir dos autores consultados nos desenha um cenário no qual os jornais impressos se encontram em um momento de crise grave, que lança dúvidas sobre a própria continuidade desse modelo de negócios; a profissão de jornalista é progressivamente precarizada, pressionada pela inserção nas redações de novas tecnologias que, submetidas aos ditames do capital, primam pela velocidade, sobrecarga e instantaneidade; esses jornalistas sobrecarregados têm de se ver com a profissionalização dos setores da comunicação, que põem em xeque a própria concepção de notícia jornalística; essa, por sua vez, ganha contornos que não os estritamente jornalísticos, devido à progressiva inserção das demandas do setor publicitário da empresa no cotidiano da redação. Nesse novo habitat, o jornalista de sucesso torna-se cada vez mais aquele que conjuga habilidades profissionais com um apurado senso de mercado, como propôs Fonseca (2008).

Contudo, assumir que, frente a esse cenário, o jornalismo tenha se desintegrado e sobreviva somente como uma emanção vazia de um tempo que já passou, como o faz Marcondes Filho (2000), não nos parece correto. Primeiramente, cabe notar que as pressões pelo qual o jornalismo passa nesse momento são, sobretudo, pressões de caráter mercadológico. Parece-nos que tais pressões, que parecem levar o jornalismo enquanto categoria histórica quase à sua ruptura, são próprias do modelo de um jornalismo estruturado dentro do movimento da indústria cultural, em um capitalismo que se torna cada vez mais onipresente e que invade cada vez mais todo e qualquer âmbito da vida humana. Todavia, a contradição entre os ideais da razão, da dessacralização e do humanismo modernos frente às distorções desse mesmo modelo moderno, quando afirmado positivamente como um Estado de direito capitalista, não é exatamente nova; mais antiga do que o capitalismo informacional, foi caracterizada por Adorno e Horkheimer (1985) como a dialética do esclarecimento.

Como vimos ao estudarmos o surgimento do jornalismo, Tobias Peucer já o vislumbrava, no século XVII, como uma prática submetida às pressões do mercado e ao pouco tempo para sua realização (SOUSA, 2004; TAMBOSI, 2004). Nesse sentido, Marcondes Filho (2000) parece ver os ideais modernos como representantes de um passado originário e utópico, e não como ideias que nasceram e se desenvolveram em profunda contradição com sua época – o esclarecimento se espalha juntamente com o terror jacobino e a revolução que marca sua época é seguida pela autocracia de

Napoleão. Assim, afirmar a dissolução do jornalismo só é possível se afirmarmos a dissolução das ideias modernas que lhes fundamentam. Em nosso entendimento, a contradição, também própria da modernidade, que impede a realização efetiva dessas ideias – que visam fazer dos seres humanos sujeitos de sua própria existência, como salienta Berman (2007) –, o eclipse das utopias frente à realização positiva do esclarecimento caracterizado por Adorno e Horkheimer (1985), não as extingue.

Não se pretende, aqui, recorrer a um discurso ideológico, segundo o qual a própria existência dessas ideias seria o suficiente para a transformação do mundo. O que tentamos apontar é que a persistência desse ideário moderno, frente às múltiplas contradições históricas que se acumulam, permite com que as lutas sociais se realizem em prol de outros modelos de sociedade e, no caso do nosso objeto de estudo, de outros modos de fazer jornalismo para além dos ditames do mercado. Como entende a leitura de Otto Groth, recuperado por Genro Filho (1989), o jornalismo é uma atividade imaterial que produz bens culturais; está, portanto, constantemente perpassado por dinâmicas históricas que o transformam e que dão luz a novas práticas. Em nosso caso, cabe questionarmos, antes disso, de que modo os sujeitos que compõem o jornal veem suas práticas profissionais, pensam seu ofício e lidam com as contradições presentes no cotidiano do jornalista.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se estrutura, teoricamente, sobre três eixos: o jornalismo como atividade moderna oriunda da burguesia; a transição para o capitalismo de massas e a sistematização da prática de indústria cultural; e as transformações do jornalismo de indústria cultural no capitalismo informacional. A partir dessa construção teórica, buscou-se compreender de que modo jornalistas que atuam em veículos do jornalismo de indústria cultural veem o jornalismo, assim como suas práticas profissionais, as estruturas empresariais nas quais trabalham e suas perspectivas de futuro. Pretendeu-se também ver até onde ainda estão presentes nas atuais concepções de jornalismo as ideias que se formaram junto com a modernidade. Tendo isso em vista, julgou-se que o método mais adequado para a aferição dessas respostas seria a entrevista com jornalistas de grandes jornais de Porto Alegre.

5.1 ELABORAÇÃO E CONDUÇÃO DAS ENTREVISTAS

Para a elaboração das entrevistas, foi feito inicialmente um roteiro prévio de perguntas que deveriam ser feitas a todos os entrevistados. Para a elaboração desse roteiro, foram considerados quatro tópicos norteadores: concepção de jornalismo, rotina de trabalho do jornalista, estrutura empresarial do trabalho e perspectivas de futuro do jornalista. Foram então elaboradas quinze questões que, direta ou indiretamente, abordavam os tópicos. Além delas, buscou-se uma condução das entrevistas que estivesse aberta para explorar as possibilidades surgidas a partir do diálogo com os entrevistados e, também, inquirir sobre algum dos tópicos cuja resposta foi evasiva. Assim, pode-se dizer que nenhuma entrevista foi igual à outra e cada uma delas teve algumas perguntas diferentes, feitas a partir das respostas e do comportamento dos entrevistados. Todas as entrevistas foram feitas pelo autor dessa pesquisa, de modo individual com cada um dos jornalistas que fizeram parte do trabalho. Elas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. O roteiro prévio que norteou as entrevistas e as transcrições feitas a partir das gravações estão apresentados no apêndice.

5.2 SELEÇÃO E PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foi estabelecido que as entrevistas fossem feitas com profissionais que trabalhassem no jornalismo impresso. As razões que justificam essa escolha são,

primeiramente, o maior interesse do autor dessa pesquisa por essa modalidade de jornalismo e, também, o entendimento que buscar jornalistas de outros meios (como o rádio e a televisão) tornaria necessário um referencial teórico para contemplar esses, algo que diminuiria o espaço para a discussão proposta.

Inicialmente, discutiu-se a possibilidade de entrevistar jornalistas que trabalham naquilo que qualificamos como jornalismo de indústria cultural (em seu modelo noticioso) e, também, jornalistas que trabalham no chamado jornalismo alternativo. No entanto, por entendermos que a visão daqueles que se dedicam ao jornalismo alternativo mereceria uma investigação própria e visando ter uma maior gama e riqueza de respostas dos profissionais do jornalismo de indústria cultural, modelo que norteia as indagações teóricas dessa pesquisa, decidiu-se por entrevistar somente jornalistas que atuem profissionalmente nesse último. Cogitou-se também realizar entrevistas somente com jornalistas dos veículos do Grupo RBS – os jornais Zero Hora e Diário Gaúcho –, uma vez que esses representam o modelo mais avançado de jornalismo de indústria cultural do Estado do Rio Grande do Sul e que a empresa domina o mercado jornalístico local desde a década de 1980. Contudo, decidiu-se buscar uma maior pluralidade de respostas e foram selecionados jornalistas de diferentes veículos de Porto Alegre.

Foram elencados cinco jornais da cidade que, seja pela tiragem, pela tradição ou pela combinação de ambos, consideramos como grandes jornais: Zero Hora, Diário Gaúcho, Correio do Povo, Jornal do Comércio e Metro. Considerado o maior jornal do Rio Grande do Sul, a Zero Hora, do Grupo RBS, existe desde 1964 e, de acordo com informações da própria empresa disponibilizadas no site institucional, emprega mais de 200 jornalistas. Do mesmo grupo empresarial, o Diário Gaúcho foi lançado em 2000 e tem como público alvo as “classes B, C e D”; é, atualmente, o jornal mais lido de Porto Alegre. Existente desde 1895, o Correio do Povo já foi o maior jornal do estado até entrar em crise e, em 1984, fechar; em circulação desde 1986, hoje é parte do Grupo Record. Fundado em 1933, o Jornal do Comércio dá atenção especial à economia e política do Rio Grande do Sul. O Metro é uma publicação internacional distribuída gratuitamente que, no Brasil, é editado pelo Grupo Bandeirantes; em Porto Alegre, existe desde 2011.

Pensou-se em entrevistar um jornalista de cada jornal. Buscou-se o perfil de jornalistas que trabalhassem com reportagem em seu dia a dia, por entender que são esses que, efetivamente, produzem o conteúdo dos jornais. Os jornalistas foram selecionados a partir de uma pesquisa sobre os integrantes das redações dos cinco

jornais, com exceção do Jornal do Comércio, onde as entrevistadas foram indicadas por um amigo do autor. Nesse jornal, surgiu a oportunidade de conversar com duas repórteres, de modo que, no total, foram realizadas seis entrevistas. Segue uma descrição dos entrevistados.

Letícia Duarte, 35, é repórter especial de Zero Hora, jornal no qual ingressou em 2003, antes de completar sua graduação em jornalismo. Já trabalhou nas editorias de geral, política e cultura; atualmente, produz matérias e textos para o Proa, caderno dominical do jornal focado em “cultura, ideias e debates”. Recebeu o prêmio Esso nacional de reportagem em 2012 e o prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos pela reportagem *Filho da Rua*, que narra a história de um menino em situação de rua. É mestre em Ciências Sociais.

Fernanda Pugliero, 28, é chefe de reportagem do Correio do Povo desde fevereiro de 2015. Ela ingressou no jornal em 2011 e, nesses quatro anos de carreira dentro do veículo, passou dois deles como repórter de política e um como repórter de geral, até assumir seu atual cargo. Em 2014, recebeu o prêmio Jornalismo Ministério Público por três matérias sobre o assassinato do menino Bernardo Boldrini. Também cursa geografia.

Aline Custódio, 38, é repórter da editoria de Dia a Dia do Diário Gaúcho. Ingressou no jornal em 2005 e ficou até janeiro de 2011, quando saiu para trabalhar no jornal Extra, no Rio de Janeiro; em dezembro de 2012, retornou ao Diário Gaúcho para fazer parte de um grupo de reportagens especiais. Como estudante, trabalhou na Zero Hora de 1996 a 2001, exercendo as funções de auxiliar de redação, auxiliar de *fotovix*, auxiliar de arquivo e auxiliar na agência de notícias. De 2001 a 2005, foi correspondente da Zero Hora no Vale do Taquari e, vivendo em Lajeado, era responsável pela cobertura de 45 cidades da região, juntamente com um fotógrafo e um motorista. Tem diversas premiações na carreira, entre eles o Prêmio Diretos Humanos de Jornalismo. É mestra em Ciências da Comunicação.

Isabella Sander, 25, é repórter da editoria de geral do Jornal do Comércio, onde está há dois anos. É formada desde 2012 e mestre em Comunicação Social desde 2015.

André Mags, 40, é subeditor e repórter do jornal Metro desde setembro de 2015. Passou oito anos na Zero Hora, trabalhando de 2007 a 2010 no site do jornal, de 2010 a 2014 na versão impressa e de 2014 a 2015 novamente no site.

Fernanda Nascimento, 27, é repórter da editoria de política do Jornal do Comércio há três anos. Trabalha cobrindo questões de articulação partidária no âmbito estadual.

Também atua como *freelancer*, editando uma revista e atualizando as redes sociais para a Federação Gaúcha de Bocha. Fernanda é mestre em Comunicação Social e sua pesquisa deu origem ao livro *Bicha (nem tão) má: LGBTs em telenovelas*, publicado em 2015.

5.3 MÉTODO DE ANÁLISE

Como informado, as entrevistas foram gravadas e, a partir da escuta, transcritas. Posteriormente, foi feita a leitura das transcrições, sendo apontado o que pareceu mais importante no que se refere a quatro categorias: concepção de jornalismo, rotina de trabalho, estrutura empresarial e perspectivas de futuro. As entrevistas foram mapeadas a partir dessas quatro categorias. Por fim, buscou-se fazer o processo de análise em si, fazendo dialogar os elementos trazidos nas diferentes entrevistas com o referencial teórico estudado e, assim, visando apontar caminhos de interpretação.

6 ANÁLISE

A análise das entrevistas está organizada a partir dos seguintes subcapítulos: visões de jornalismo, onde serão pensadas as concepções que os entrevistados têm sobre o jornalismo; a rotina de trabalho em redações, onde apresentaremos o cotidiano dos entrevistados; a percepção que os entrevistados têm das estruturas das empresas que os empregam e das influências que essas possam ter sobre o trabalho jornalístico; e, por fim, as perspectivas de futuro dos entrevistados.

6.1 VISÕES DE JORNALISMO

Ao longo das entrevistas, as percepções dos entrevistados acerca do jornalismo, as definições pelas quais eles entendem sua profissão, assim como seu entendimento acerca do papel que esse deve desempenhar na sociedade contemporânea, se revelam em diferentes momentos, alguns deles no qual a pergunta, em si, não tratava exatamente desse tema. Nesse sentido, se quisermos perceber a visão que esses jornalistas têm sobre sua profissão, tão importante quanto voltar-se às questões que abordam diretamente essa temática – por exemplo, o que é jornalismo ou qual é o papel do jornalismo na sociedade? – é compreender como os jornalistas justificam sua escolha profissional, como veem seu ofício hoje (e como o viam anteriormente) e quais são as motivações que os impulsionam a atuar no jornalismo.

Em um primeiro momento, esse tópico da análise demonstrará, a partir dos depoimentos dos entrevistados, como as ideias modernas que historicamente tiveram grande importância no desenvolvimento do jornalismo ainda estão presentes nos modos pelos quais os jornalistas pensam seu ofício. Posteriormente, trataremos também daquilo que vai além da modernidade, de falas que revelam como determinadas ideias relevantes na formação do jornalismo são, para algumas de nossas entrevistadas, ideias falsas. Por fim, veremos como os depoimentos pensam a situação do jornalismo hoje, em tempos de transformações.

6.1.1 Ecos de uma modernidade ainda presente

Foi comum entre alguns entrevistados a percepção de que a escolha pelo jornalismo se deu, em um primeiro momento, pela tentativa de conciliar o gosto e interesse pela escrita com um desejo de provocar algum tipo de mudança social com seu

trabalho. A fala de Letícia Duarte, repórter especial de Zero Hora, é bastante ilustrativa nesse caso.

Eu acho que escolhi jornalismo porque eu queria mudar o mundo. Como muita gente. Tinha um componente forte, como ainda tem para mim, esse componente de achar que o jornalismo pode ajudar a mudar a sociedade. Eu já não tenho a pretensão que vou mudar o mundo, mas continuo achando que o jornalismo tem que dar uma contribuição social e isso sempre. Também gostar muito de escrever era um das coisas que conciliava, assim, eu gostava muito de escrever e queria fazer algo que eu achasse que tava dando uma contribuição social. Jornalismo casou essas duas coisas [...]. Apesar de todas as dificuldades, eu continuo perseguindo isso. (DUARTE, 2015)

Vejamos como essa fala se aproxima do depoimento de Fernanda Nascimento, repórter de política do Jornal do Comércio, para a escolha de sua profissão:

Eu acho que a motivação inicial é um pouco parecida com a de muitos colegas, que tem uma preocupação com essa questão social e também o interesse por desenvolver um trabalho que desenvolvesse a escrita. Eu acho que eu pensava em unir essas duas coisas, em unir a escrita [...] com questões de temáticas sociais. (NASCIMENTO, 2015)

Esse desejo, de conciliar escrita com preocupações sociais, apareceu por diversos momentos na fala de outros entrevistados, em menor ou maior grau, sendo tratado por alguns deles quase como lugar comum. Isabella Sander, repórter de geral do Jornal do Comércio também afirma que gostar muito de escrever foi um dos fatores importantes para sua decisão pelo jornalismo. Mesmo em escolhas mais acidentais esses elementos se mostraram presentes: Fernanda Pugliero, chefe de reportagem do Correio do Povo, conta que tentou ser diplomata porque há algo “[...] em comum entre todos os jornalistas, que querem ser uma coisa tipo diplomata, uma coisa que faça uma diferença no mundo”, e que foi para o jornalismo por incentivo de uma professora que gostava de seus textos; André Mags, subeditor e repórter do Metro, após dizer que ficou no jornalismo por achar as meninas da faculdade mais bonitas que as de sociologia (sua outra opção na época), diz que “antes disso gostava de escrever e tal, aquela coisa toda”.

O anseio de provocar algum tipo de transformação com seu trabalho é mais claro em alguns depoimentos. Letícia Duarte diz que as histórias que gosta de cobrir e que a fazem feliz “[...] são essas que mostram o lado social do jornalismo, que façam a

diferença na sociedade, [...] que façam as pessoas pensarem [...]”. Para ela, isso é algo que “[...] tem um valor que é muito maior do que uma vaidade, é algo que, para aquela pessoa, aquela matéria fez diferença”. Ela continua: “eu acho lindo, assim, o poder que o jornalismo tem de entrar na vida das pessoas e ajudar as pessoas a pensar, às vezes enxergar ângulos que elas não conheciam antes”. Essa concepção não parece muito distinta da apresentada por Isabella Sander, cuja maior motivação no jornalismo é “fazer uma matéria mais aprofundada, uma coisa que tenha impacto na vida das pessoas de uma maneira ou de outra”.

A associação da escrita com a transformação de mundo é algo que nos remeterá à própria ideia de modernidade. Berman (2007) entende que buscar fazer dos seres humanos sujeitos de sua própria existência é algo próprio das ideias modernas. Acreditamos que podemos associar esses anseios e compreensões acerca do jornalismo com a noção kantiana de esclarecimento, uma ideia moderna por excelência. Kant (2005) conceitua esclarecimento como “[...] a saída do homem de sua minoridade [...]” (p.63), o processo que faria do homem senhor de sua própria vida, já que, nos termos do filósofo, minoridade seria “[...] a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro [...]” (p.63). O pensador também entende que o processo de esclarecimento somente é possível a partir do livre uso público da razão, “[...] somente ele pode difundir o Esclarecimento entre os homens [...]” (p.65), razão que era expressa, em seu tempo, por meio da escrita.

Esse pensamento, arcabouço filosófico da própria concepção burguesa de esfera pública, parece ainda ecoar na fala dos jornalistas entrevistados: o desejo de mudar o mundo a partir de seu trabalho escrito é o que justifica a escolha pela profissão. O mundo que, pela visão do jornalista, é transformado a partir de pessoas que, ao se informarem sobre determinados fatos, mudam suas próprias concepções e com isso passam a agir de modo diferente. O papel do jornalista seria buscar a informação correta, propiciar o debate, trazer os temas relevantes para a discussão pública, de modo a possibilitar às pessoas tornarem-se, por suas próprias forças, senhoras de suas existências, indivíduos modernos na acepção da palavra. Nesse sentido, é ilustrativa a fala de Fernanda Pugliero:

Eu acho que jornalismo é reportar o que acontece no mundo. E tu reportando o que acontece no mundo, tu faz com que as pessoas conheçam a realidade. E se as pessoas conhecem a

realidade, elas têm o poder de decisão e de trocar e mudar essa realidade, transformar alguma coisa. (PUGLIERO, 2015).

Tal visão não parece ser muito diferente da apresentada por Aline Custódio, repórter de Dia a Dia do Diário Gaúcho, que entende que o papel do jornalismo é informar as pessoas para que haja uma transformação – “[...] a gente tem essa possibilidade de transformar o mundo das pessoas”. Essa crença na possibilidade de transformação da realidade possibilitada pelo bom trabalho jornalístico pressupõe que esse seja realizado numa esfera pública permeada pelo debate de temas relevantes à sociedade. Tal concepção aparece novamente nos depoimentos colhidos. Isabella Sander afirma gostar de trabalhar com questões que gerem polêmicas por entender que “[...] o espaço do jornal é esse” e que o bom repórter é aquele capaz de criar uma discussão dentro de seu texto. Letícia Duarte conta que vê o jornalismo como “[...] um grande fórum de debates [...]”, onde “[...] todas as visões podem estar ali discutindo, brigando, mas as pessoas se obrigam a conversar”. Ela entende que os jornalistas contribuem para o debate na sociedade e que “a sociedade fica melhor com o jornalismo, (que) tem um papel importante”. Mesmo uma visão mais desencantada com o jornalismo, como a de Fernanda Nascimento, entende que esse tem “[...] o papel importante de fazer com que as pessoas discutam os temas, determinados temas que são elencados como mais importantes”.

Habermas (1984) entende que a esfera pública se forma a partir do mercado de impressos como um espaço de troca e confronto de ideias por parte da burguesia. Por estar alicerçada na liberdade de pensamento e na argumentação racional livre, ela também teria se tornado um veículo da luta burguesa contra as estruturas do Estado absolutista da aristocracia. Isso nos parece um indício forte para compreendermos a presença do discurso de independência e fiscalização do poder utilizado para legitimar a atividade jornalística, algo que aparece na fala de alguns de nossos entrevistados. André Mags entende que “democracia não existe sem o jornalismo [...], porque a gente tem que pegar esses políticos e dizer todas as merdas que eles estão fazendo. [...] Cabe muito ao jornalismo crucificar esses caras”. Em sua visão, essa seria a “[...] missão do jornalista”. Assim, para ele, o jornalismo teria o papel de fiscalizar o poder.

A compreensão do jornalismo como uma atividade hostil aos poderes estabelecidos – e especialmente ao poder institucional – aparece também em outros depoimentos. Aline Custódio, ao defender o papel transformador do jornalismo, conta:

[...] eu já consegui como repórter transformar a vida de um bairro, a vida de uma pessoa, a vida de uma família [...], eu mudei uma lei de Estado, eu mudei uma lei municipal e eu ajudei a tirar um hospital do papel depois de trinta anos. Se isso não é fazer a diferença na vida das pessoas, eu não sei mais o que é. (CUSTÓDIO, 2015)

Cabe atentar para seu papel transformador como repórter: mudar uma lei municipal, uma lei de Estado, ajudar a tirar um hospital do papel após trinta anos de inércia do poder público. Assim, sua atividade jornalística se dá de modo independente das regulações estatais, seu papel é denunciar as distorções presentes na estrutura do Estado, a incapacidade desse Estado de cumprir as promessas constitucionais (como, por exemplo, a promessa da saúde como um direito e dever de todos os cidadãos presente na Constituição).

Fernanda Nascimento, cujo cotidiano de trabalho é a cobertura das instâncias legislativas do poder público municipal e estadual, conta que o que mais a gratifica na profissão é escrever matérias “em relação a movimentos sociais e essas temáticas que são mais marginalizadas [...]”, exemplificando com reportagens suas sobre a pouca representatividade que negros, mulheres, indígenas, quilombolas e LGBT’s têm na política institucional. Ela diz que “[...] matérias que falam sobre desigualdades, desigualdade de acesso, são as matérias que eu mais gosto de fazer”.

Se colocarmos lado a lado as visões de André Mags, Aline Custódio e Fernanda Nascimento, perceberemos diferenças de gostos, inclinações temáticas, modos de ver e de agir no jornalismo; contudo, há em comum entre elas a concepção de um jornalismo autônomo que expõe as corrupções e distorções que existem no mundo político, assim como o mau funcionamento e a morosidade que devem ser denunciadas no poder público. Portanto, não parece arbitrário dizer que, diferenças e contradições à parte, é forte a visão do jornalismo como cumprindo um papel de independência e fiscalização das instituições políticas. Acreditamos que essa concepção é uma herdeira direta do jornalismo que se desenvolveu em conjunto com a esfera pública burguesa, espaço onde as ideias contrárias ao Estado absolutista circulavam. Contudo, o Estado absolutista não existe mais; foi substituído pelo Estado de direito burguês, mas a burguesia, essa também não existe mais enquanto classe: dissolveu-se em meio à ascensão do capital monopolista e da sociedade de massas. Assim, o projeto de um jornalismo que fiscalize o poder mantém sua atualidade numa sociedade muito distinta daquele em que surge.

Arriscamos dizer que o que é fiscalizado é um projeto democrático já envelhecido, cujas instituições políticas são de tal modo porosas ao poder do capital que fazem da própria democracia um conceito discutível.

Nesse cenário, a própria ideia de esfera pública sobreviveria somente como uma caricatura, conforme vislumbrou Habermas (1984). Para esse autor, a esfera pública desintegrou-se a partir de sua colonização pela lógica mercantil, fato propiciado, primeiramente, pela submissão da imprensa a esse tipo de relações. O pensador indica que é a própria ascensão da burguesia que leva a esse quadro: a decadência aristocrata e a consolidação de um Estado de direito burguês faz com que os jornais percam seus objetivos predominantemente políticos e voltem-se à reprodução do capital. A busca pelo lucro no âmbito da imprensa faria da esfera pública um espaço colonizado pelos interesses comerciais; o jornalismo torna-se, em primeiro lugar, um captador de leitores para a indústria publicitária. Assim, a história da formação e da dissolução da esfera pública seria também a história da ascensão, consolidação e dissolução da burguesia enquanto classe social. Contudo, conforme ilustramos previamente, a ideia de uma esfera pública permanece viva nas concepções que jornalistas têm sobre seu ofício. É ela que justifica a visão do jornalismo como um fórum de debates onde as ideias se confrontariam, onde os sujeitos entrariam em contato com pensamentos diferentes dos seus e, por si mesmos, teriam capacidade de transformar seus mundos, ou do jornalismo como uma atividade independente frente ao Estado e ao mundo político.

Por fim, gostaríamos de chamar atenção à outra ideia moderna que surgiu nos depoimentos colhidos: o encantamento pela rua. Foi ponto comum entre os entrevistados a identificação do jornalismo que pode ser transformador com a reportagem. A reportagem seria, por excelência, a atividade do bom jornalista, e a boa reportagem é aquela que vai à rua. Quando questionado sobre o que gosta em sua profissão, André Mags é claro: “reportagem, né cara. É escrever, é tá na rua, não tá trancado num escritório todos os dias. Basicamente isso”. Aline Custódio, repórter de Dia a Dia do Diário Gaúcho, diz que seus sonhos no jornalismo é a produção de duas grandes reportagens, cujo tema ela guarda para ela – “duas grandes reportagens que vão me consumir pelo menos dois meses andando”. Ela conta que sua vida “gira em torno de reportagem, tudo vira pauta para mim [...]. Eu sou apaixonada pelo que eu faço. Eu amo o que eu faço. E a hora que eu sair do jornal, eu vou ser repórter do mesmo jeito. Eu acho que vou ser repórter a vida inteira [...]”. Para ela, a rua é uma coisa fascinante e ela sempre achou que o jornalismo se sustenta no repórter, “[...] o cara que ia para a rua

e trazia a história”. Isabella Sander considera que estar na rua é algo muito importante para um repórter: “um repórter está reportando o que está vendo. Então tu tens que ver o que tá acontecendo, tem que tá na rua”.

O encantamento pelas ruas é um fenômeno central na construção histórica da identidade jornalística. Como salientamos anteriormente, o jornalismo é uma atividade que nasce a partir do desenvolvimento urbano moderno. Não por acaso, o livro mais célebre de um dos primeiros grandes repórteres brasileiros se chama *A alma encantadora das ruas* (2012), obra que foi o resultado de anos flinando por um Rio de Janeiro que via o século XX nascer. Esse encantamento é algo próprio do espírito moderno, uma vez que é a rua moderna que propicia à cidade tornar-se o lugar de encontros entre mundos diferentes. Marshall Berman (2007), ao examinar um poema de Baudelaire, vai voltar-se à construção dos bulevares parisienses e à profunda mudança que esses promoveram na cidade.

O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios, deslocou milhares e milhares de pessoas, destruiu bairros inteiros que aí tinham existido por séculos. Mas franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade de seus habitantes. Agora, após séculos de vida claustal, em células isoladas, Paris se tornava um espaço físico e humano unificado. (BERMAN, 2007, p. 181)

Segundo Berman (2007, p. 181), foram os bulevares que teriam criado nos bases “[...] econômicas, sociais e estéticas [...]” que possibilitaram a reunião de uma imensidão de pessoas, que “[...] se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas [...]”. O autor prossegue: “todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos” (BERMAN, 2007, p. 181). A rua seria também aquela que revela as contradições da vida urbana moderna: o empreendimento urbano de Paris que havia passado por cima dos bairros pobres é também aquele que expõe seus antigos moradores para o mundo moderno – “as transformações físicas e sociais que haviam tirado os pobres do alcance da visão agora os trazem de volta diretamente à vista de cada um” (BERMAN, 2007, p. 183).

É nesse mundo explosivo e contraditório criado no nível da rua que o jornalismo se forma. E é esse o mundo que encanta a visão dos repórteres. É a rua o lugar do

repórter por excelência, o lugar onde, como acredita Aline Custódio, “[...] tudo pode virar uma pauta”. Para ela, é “fundamental o jornalista andar de ônibus, fundamental o jornalista andar a pé. Largar o carro em casa, vai caminhar, vai para o centro, vai respirar gente [...]”. A sedução pela rua é uma das heranças modernas mais claras que estão presentes na visão dos jornalistas entrevistados.

Finalizando, os depoimentos revelam jornalistas que têm a reportagem como o que há de mais importante na profissão, o elemento que permite ao jornalismo ser um veículo de esclarecimento que permitirá às pessoas superar suas condições atuais de vida e combaterem as estruturas retrogradadas ainda presentes; jornalistas que escrevem para fazer com que as ideias circulem numa esfera pública ainda existente; jornalistas profundamente apaixonados pela rua, esse ambiente onde todos se encontram e onde as histórias escondidas podem se encontradas. Em suma, jornalistas que ainda são profundos herdeiros das ideias modernas. *Ciro Marcondes Filho*, em defesa de sua argumentação acerca da dissolução do jornalismo, apresenta o seguinte quadro:

O jornalismo foi visto durante muito tempo como “forma de luta”. Jovens ingressavam na profissão imbuídos da vontade de transformar o mundo, de ter acesso mais rapidamente às formas de poder e ao próprio poder para verem concretizar-se o sonho de sua época: mudar a sociedade. Isso ocorreu em diferentes tempos de ebulição social, em que jornalistas, como os estudantes, colocavam-se na dianteira da sociedade contra as forças opressivas de conservação da ordem e dos privilégios. Mas a sociedade não se transformou, as utopias não se realizaram, a revolução não vingou. (MARCONDES FILHO, 2000, p.134)

Não foi isso que verificamos em nossas entrevistas. Se as utopias não se realizaram e a revolução não vingou, grande parte dos depoimentos revela pessoas que ingressaram no jornalismo por acreditarem-se capazes de transformar a realidade a partir de seu trabalho. Se algumas formas de ativismo político parecem estar no passado, por outro lado o desejo de mudança e superação do atual estado de coisas revela-se nas falas de nossos entrevistados. Contudo, é relevante mencionar que a maioria qualificou suas ideias de jornalismo como veículo de mudança social como algo que parece utópico ou romântico, uma visão que foi amadurecida a partir da prática diária.

6.1.2 Um pouco além do moderno: jornalismo e a noção de empatia

Ainda que tenhamos descrito a identificação do jornalismo com ideias modernas, alguns depoimentos – em especial o de duas repórteres – também demonstraram desconfiança de noções criadas pela modernidade que foram fundamentais para o desenvolvimento do jornalismo.

Letícia Duarte coloca como um dos valores mais importantes para o jornalismo a empatia, “[...] essa coisa de conseguir se colocar no lugar do outro, de ter uma sensibilidade para se aproximar das realidades [...]”. Ela qualifica o jornalista como “[...] um tradutor de mundos”, alguém que precisa entender uma realidade que não é sua e traduzi-la para um texto acessível ao público; para fazer isso, ele necessariamente precisaria se colocar no lugar de seus personagens. Para Letícia, há muitas formas de contar uma mesma história, “[...] a gente não é neutro”. Assim, a atividade jornalística seria atravessada por escolhas que escapam às categorias de neutralidade e imparcialidade.

Fernanda Nascimento parece pensar de modo parecido, mas se posiciona mais claramente contra ideias que para ela são mitos: “[...] atributos que foram construídos sobre o jornalismo, de que o jornalismo é objetividade, é neutralidade, é imparcialidade”. Ela conta que o tempo fez com que essas ideias fossem completamente desconstruídas: “a sociedade pensa que esses são os valores do jornalismo, mas são valores ilusórios”. Fernanda entende que o principal valor que o jornalismo deveria ter é a “[...] reflexão sobre a alteridade”. Para Fernanda, “a gente não é neutro, não é imparcial, a gente não é objetivo quando está falando sobre o outro. A gente fala a partir de nosso lugar no mundo. A gente fala a partir de nossos valores”. O jornalista é alguém que estaria o tempo todo construindo narrativas sobre o outro, e essas “[...] nada têm de imparciais, nada têm de neutras”. São narrativas “[...] permeadas de sentido, permeadas de subjetividade, são permeadas do lugar que a gente ocupa, da nossa classe, gênero, raça. Tudo isso está implicado quando a gente escreve [...]”.

David Harvey (1993) aponta o risco “[...] de se pensar as metanarrativas da tradição iluminista como mais fixas e estáveis do que de fato o eram” (p. 55). Contudo, não nos parece equivocado afirmar que a filosofia iluminista se fez a partir de sistemas filosóficos que buscavam explicar a totalidade da experiência humana – como escreveu Habermas (1990), “Kant exprime o mundo moderno num *edifício de pensamentos*” (p.30, grifo nosso). Do mesmo modo, torna-se importante perceber como as ciências e o direito moderno são devedores da concepção de um sujeito racional capaz de examinar,

a partir de seu lugar no mundo, seu objeto de estudo ou de juízo – também cabem a essas categorias concepções caras ao jornalismo, como imparcialidade e objetividade.

É o próprio avanço da modernidade e a dissolução do racionalismo moderno como capaz de explicar tudo que faz com que a filosofia perca seu caráter sistemático. Safatle (2013) aponta, por exemplo, como a filosofia de Adorno tem como pressuposto a consciência dos limites do discurso filosófico, incapaz de explicar a totalidade da realidade, o que o obriga a deslocar-se a outros campos autônomos – como a música, a psicanálise, a teoria social – para retonar a si. A experiência intelectual adorniana seria, portanto, um contínuo deslocamento de um discurso filosófico que, em suas muitas facetas, apresenta uma unicidade própria.

Tal consciência do limite do racionalismo moderno sistematizar e explicar a tudo também aparece no jornalismo, a partir, por exemplo, da crítica aos conceitos de objetividade e imparcialidade. Genro Filho (1989), um dos representantes dessa crítica, aponta como a “[...] ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas” (p. 188). Essa daria os fatos como prontos e acabados, independentes de qualquer tipo concepção de mundo de quem reporta – “caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los como se fosse pedrinhas coloridas” (GENRO FILHO, 1989).

Os depoimentos expostos por Fernanda Nascimento e Letícia Duarte sugerem que a consciência dos limites de categorias centrais para o desenvolvimento do jornalismo tenha chegado, também, à própria prática jornalística cotidiana. Frente ao entendimento da imparcialidade e objetividade como ideias já vazias, é a noção de empatia que as entrevistadas expõem em resposta: a capacidade de olhar e compreender as coisas com o olhar do outro. Propõem, ao seu modo, um jornalismo fundamentado num processo de descentramento do sujeito, que se move para longe de si mesmo para compreender a experiência do outro.

6.1.3 Jornalismo em tempos de crise

Conforme exposto previamente, o jornalismo contemporâneo passa por mudanças ocasionadas pelas transformações do capitalismo, das novas formas de trabalho, das novas possibilidades tecnológicas e das novas maneiras pelas quais as empresas têm se organizado. A percepção de que o jornalismo está em um momento de reorganização também apareceu na maioria das entrevistas, ainda que algumas tenham elaborado mais a fundo o tema.

Em mais de dez anos de trabalho em Zero Hora, Letícia Duarte conta que tem observado “[...] uma mudança muito forte do online, uma mudança do modelo [...]”, que tem gerado um novo ambiente de inquietação dentro da redação do jornal. Ela relata que “antes não tinha essa coisa, vai acabar, não vai acabar, era uma coisa que dava certo e que hoje tem esses questionamentos. Eu acho que é uma redação mais inquieta, são tempos muito desafiadores”. A inquietação dá-se pelo futuro do jornalismo em si: até quando será rentável para que empresas financiem essa atividade?

Essa tentativa de adaptação e integração lucrativa ao ambiente online gera algumas distorções que perturbam Letícia. Para ela, “[...] tá num rumo assim, tudo por audiência, tudo por cliques. Isso me incomoda muito. Às vezes eu tenho vergonha, leio umas coisas, que vergonha do jornalismo, sabe?”. De um modo geral, a entrevistada vê o jornalismo brasileiro estando muito longe de um jornalismo analítico e criterioso: “[...] acho que de modo geral me frustra ver que tá numa linha muito, assim, esmagado pelo capitalismo contemporâneo”.

Essas angústias refletem, em algum nível, as inquietações de alguns autores que têm estudado o tema. Fonseca (2008), Marcondes Filho (2000) e Ramonet (2012) haviam apontado para a influência dos departamentos de marketing das empresas jornalísticas na produção de notícias. Tal percepção parece ser ilustrada quando Letícia relata ver um jornalismo no qual vale “[...] tudo por audiência, tudo por cliques”. A entrevistada admite que às vezes fala-se mal do jornalismo com razão – “[...] porque tu vê muitas coisas, a coisa do caça-cliques, ou publicar notícia falsa e depois ‘ah, era mentira’, [...], como querem dar rápido, dão sem checar direito”. A busca por publicar conteúdos que atraíam imediatamente leitores, fazendo-o sem critérios jornalísticos claros e sem uma apuração criteriosa, levaria a uma degradação da atividade.

As inquietações pelo futuro do jornalismo também aparecem em outras falas. Fernanda Pugliero diz que não gostaria de assistir o fim do jornal impresso, no entanto entende que esse dia pode acontecer – “[...] porque é uma coisa muito custosa e tal, talvez fique inviável economicamente, não vale a pena imprimir papel por diversos motivos [...]”. Ainda assim, mesmo que esse dia chegue, Fernanda não gostaria de ver o jornalismo radicalmente mudado: “de alguma forma, eu gostaria que ele conservasse essa coisa da essência”. Ela relembra quando olhava para a velha porta de redação do antigo Correio do Povo:

[...] eu imaginava um bando de gente lá dentro, fumando cigarro, tomando whisky e batendo máquina de escrever. É um jornal centenário. Isso que é legal, apesar da gente tá no computador, telefone, WhatsApp, parece que tem alguma coisa da essência que não se perdeu e que eu não quero que acabe. Sou meio apaixonada. (PUGLIERO, 2015)

Mais do que um romantismo pela mitologia clássica da profissão, acreditamos que Fernanda expressa nessa fala a percepção de alguém que observa uma avalanche de transformações que vem atropelando o modo de produzir jornalismo que foi construído pelo modelo noticioso-empresarial. Ramonet (2012) chama atenção para o progressivo processo de entrega da produção jornalística para *freelancers* superexplorados. Nesse sentido, o que parece de modo forte na fala da entrevistada é o apego a um tipo de ambiente de redação frente à fragmentação da produção jornalística em indivíduos isolados em suas casas. A fala de Fernanda parece dialogar abertamente com o que pensou Ciro Marcondes Filho (2000) sobre o tema.

O desaparecimento do ambiente humano de redação em que se escreviam as páginas de um jornal cria uma outra situação de trabalho, com características distintas, próprias, sem comparação com a anterior e com efeitos igualmente diferentes. Não que seja afetada a produção do texto, [...] jamais se produziu um texto “em conjunto” numa redação de jornal; o que é afetado é o ambiente de produção. Desaparecem os eventos marginais da atividade (a consulta ao colega, a conversa relaxante, os eventuais apoios ou críticas, em suma, o clima – inconscientemente – solidário da atividade). (MARCONDES FILHO, 2000, p. 50)

Como mencionado, Fernanda Pugliero admite a possibilidade do fim do jornal impresso. Isabella Sander, por sua vez, entende que isso certamente acontecerá:

O impresso acaba, vai migrar para o online, com certeza. As pessoas da nossa idade não assinam mais jornal. E nem revista, muitas vezes. [...] O problema é achar algum jeito do jornalismo impresso, nos moldes do impresso, se perpetuar no online com a mesma qualidade. Eu acho que sempre vai ter gente que quer ter essa qualidade, quer ver essa qualidade na escrita. Mas ainda não se encontrou uma maneira que seja aceita dentro de um regime capitalista para que isso aconteça. (SANDER, 2015)

Contudo, apesar de prever o fim do jornalismo impresso, Isabella Sander entende que o padrão de qualidade que foi adquirido a partir de seu desenvolvimento é algo que deverá se manter. Para ela, a apuração criteriosa é o grande diferencial do jornalismo e, por isso, “eu acho que nunca vai morrer [...], porque sempre vai ter a necessidade de ter essa apuração, de ter um lugar que tu sabes que tu podes confiar naquelas informações”. Essa visão nos parece similar à de Letícia Duarte, para quem o a crise não é do jornalismo e sim “[...] de um modelo de negócios das empresas”. Para Letícia, o que está em crise “[...] é o modelo de como vender jornalismo, como fazer disso um negócio. A essência do jornalismo permanece, eu acho que ela não tá em crise”.

Marcondes Filho (2000) defendeu a hipótese de que o jornalismo enquanto categoria histórica teria se desintegrado, tendo seu espaço ocupado por outra coisa que não é mais jornalismo. Isabella Sander e Letícia Duarte, contudo, demonstram uma forte crença na continuidade do jornalismo, pois haveria algo na essência dessa atividade que seria ainda necessária. Isabella entende que o jornalismo continuará nos meios que lhe propiciarem isso:

[...] pode ser através de blog, pode ser através de uma rede pessoal do jornalista, mas se existe a preocupação de pegar o gancho com alguma coisa para dar aquela informação e se existe a preocupação com a apuração própria e pessoal, e não pegar de algum outro veículo, eu acho que isso é jornalismo. (SANDER, 2015)

A visão dessas duas jornalistas frente ao momento de incertezas parece se aproximar da leitura que Adelmo Genro Filho (1989) faz do pensamento de Otto Groth, segundo a qual o jornalismo seria uma atividade imaterial que produz obras culturais. Para esse autor, “as edições e os exemplares de um periódico não são as peças das quais ele se compõe, mas a manifestação e materialização da ideia que é sua substância” (GENRO FILHO, 1989, p. 21). Assim, segundo essa visão, enquanto essa ideia tiver relevância no mundo e se efetuar em bens culturais, ainda que o jornalismo passe por transformações históricas e sociais, esse continuaria existindo e se realizando nos novos meios que estiverem abertos. A ênfase que a fala de Isabella Sander dá ao papel da apuração e sua visão sobre a permanência do jornalismo nos remete à concepção elaborada por Genro Filho (1989), para quem jornalismo é um modo de apreensão do real feita a partir do ângulo da singularidade e que continuará a existir, já que a

modernidade deu luz a sociedades cujas relações sociais fragmentadas necessitam das informações jornalísticas.

6.2 O COTIDIANO DE TRABALHO EM REDAÇÕES NO SÉCULO XXI

Vimos anteriormente como diversos autores percebem estar ocorrendo um processo de mudanças importantes na produção jornalística, que é atingida pela lógica de funções e horários flexíveis do capitalismo informacional (FONSECA, 2008), pela crescente pressão de um tempo de produção cada vez mais acelerado (MARCONDES FILHO, 2000; PEREIRA E ADGHIRNI, 2011) e pelo contínuo esvaziamento da redação em detrimento do trabalho produzido por *freelancers* superexplorados (MARCONDES FILHO, 2000; RAMONET, 2012), ocasionando numa precarização progressiva do trabalho em jornais (MARCONDES FILHO, 2000). Cabe vermos como nossos entrevistados – jornalistas que vivenciam o dia a dia em redações de jornais – percebem sua rotina profissional e suas condições de trabalho.

De início, deve-se dizer que nem todos relataram rotinas profissionais tão exaustivas quanto o quadro desenhado pelos autores citados acima. Contudo, foi bastante presente a descrição de horários flexíveis, trabalho de casa, incapacidade de desligar-se das obrigações profissionais, baixa remuneração e dificuldade para descansar. Os jornalistas entrevistados, ao relatarem seus cotidianos, também diferem na percepção sobre esses: enquanto alguns demonstram, em maior ou menor grau, um desconforto com a exploração do trabalho, outros veem esse tipo de rotina como algo intrínseco ao jornalismo, simbolizado pelo termo “jornalista 24h”.

Isabella Sander considera o Jornal do Comércio “[...] o jornal mais tranquilo de trabalhar em Porto Alegre”. Ela relata que seu horário é das 9h às 14h, mas que não há controle de ponto; como o tempo de trabalho do jornalista é de trinta horas semanais (uma a mais do que está no contrato), há certa informalidade na contagem de horários e ela costuma sair um pouco mais tarde. Ela recebe a pauta do dia seguinte à noite, em seu e-mail pessoal, mas não trabalha de casa. Chega na redação pela manhã, normalmente vai para a rua cobrir a pauta do dia e volta para escrever “[...] no máximo meio dia [...]”. Isabella conta que o jornal tem a política de dar uma matéria por dia por repórter, algo que lhe agrada, pois permite que ela escreva uma “[...] matéria mais aprofundada sobre uma questão [...]”, diferentemente de outros jornais onde os repórteres têm três ou quatro pautas por dia. Isabella é a única que trabalha pela manhã em sua editoria (são três repórteres de geral) e, por isso, “[...] às vezes é uma loucura, porque, como a editora

só trabalha de tarde também, eu fico totalmente sozinha ali. Eu meio que me edito”. Ela diz também que “como todo o lugar, tem o problema de logística, mas a gente dá um jeito”.

André Mags conta que, em pouco mais de um mês de trabalho no Metro (na época em que a entrevista ocorreu), já percebe “[...] uma rotina mais fixa do que na Zero (Hora)”, jornal no qual ele trabalhou anteriormente. Seu horário no novo emprego vai das 14h às 22h e costuma ser cumprido, ainda que, às vezes, devido às necessidades da pauta do dia, ele adiante seu trabalho para às 10h. Ele trabalha oito horas diárias, ganha hora extra, “[...] não tem muita variação”. Em seus tempos de Zero Hora era diferente: “[...] não existia rotina de horário, cada semana um horário, a gente às vezes tentava botar o cara a vir numa semana no mesmo horário, mas sempre mudava”. Em oito anos de trabalho nesse jornal, ele conta ter trabalhado em todos os horários possíveis – “tinha semanas que eu entrava às 6h da manhã, outro (dia) às 10h, outro às 16h, outro às 18h”. Às vezes era cansativo, mas gostava: “[...] para mim, pelo menos, que não suporto trabalhar no mesmo horário, nos mesmos dias, para mim é ótimo, sabe?”. Ao mesmo tempo em que percebe uma menor flexibilidade de horários no Metro, André conta que, por outro lado, nesse jornal “[...] tu és repórter, editor e diagramador da tua página” e tem menos suporte administrativo e de produção das matérias.

Letícia Duarte vive uma situação diferente da apresentada pelos outros repórteres. Funcionária da Zero Hora desde 2003, ela já passou pelas editorias de geral e política, mas agora produz matérias especiais para o Caderno Proa, que sai aos domingos. Assim, ela geralmente tem uma matéria por semana para fazer. Ela conta ter certa flexibilidade de horários, porque o caderno é fechado nas sextas-feiras e ela tem que se organizar para fazer as entrevistas e escrever o texto até esse dia. Então, ela acaba se adaptando às necessidades das entrevistas, “só que isso, a flexibilidade, ela engana, porque o cara só pode falar contigo de manhã, ou de tarde, ou de noite, aí tu vai e acaba trabalhando todos os horários [...]”. Ela conta que “[...] numa semana mais tranquila [...]” costuma trabalhar das 11h às 20h, mas isso depende dos horários dos entrevistados: “[...] às vezes o entrevistado só pode me responder às 9h, eu chego antes ou ligo de casa, ou se for de noite eu vou me organizando [...]”. Além de seu trabalho para o caderno de domingo, nos finais de semana Letícia também faz plantão na editoria de notícias. Ela relata ter também alguns projetos paralelos de reportagem, “[...] coisas que eu sugiro, coisas que surgem e, dependendo, isso me toma tempo integral ou momentos [...]”. Para um desses projetos que ela está desenvolvendo agora, Letícia usou

um sábado que tinha de folga para se aproximar de pessoas que podem fazer parte de sua matéria; às vezes, quando a rotina do jornal está mais calma, ela também consegue usar parte do horário de trabalho para fazer alguma entrevista ou algo relacionado. Letícia conta também que às vezes trabalha de casa por opção própria: “às vezes, para escrever texto, porque a redação é muito barulhenta, [...] eu prefiro um ambiente mais silencioso, então trabalho de casa”.

Trabalhar de casa é algo que Fernanda Nascimento se nega a fazer. Em seu cotidiano, ela cobre “[...] questões de articulação partidária, mas em relação ao executivo e legislativo estaduais”, mas o que lhe gratifica mais é fazer algumas matérias especiais. No entanto, ela tenta fazê-las em longo prazo, utilizando o tempo que sobra em seu trabalho, pois não trabalha de casa:

Acho que o jornalista já tem uma carga horária incompatível com o salário e com a responsabilidade que ele tem. Eu não contribuo para essa perpetuação, inclusive tenho muita resistência em atender ao telefone do trabalho fora do horário de trabalho, porque isso é trabalho remoto, que eu acho que é um dos grandes problemas do jornalismo, essa mistura entre a tua vida privada e a tua vida profissional. Parece que tem uma mitologia que tu tens que estar disponível a todo o momento para atender ao telefone caso aconteça alguma coisa quando, na verdade, tu não tens que estar disponível o tempo todo. Tu não tens contrato para isso e não recebes para isso. Então, eu não faço. [...] A gente não pode contribuir para uma precarização maior ainda. (NASCIMENTO, 2015).

Fernanda Nascimento conta que seu horário de trabalho vai das 14h30 até às 19h30, com exceção das terças-feiras, quando, devido às sessões na assembleia legislativa estadual que acompanha, faz plantão das 15h às 21h. Ela também trabalha como *freelancer* para a Federação Gaúcha de Bocha, produzindo uma revista e atualizando as redes sociais da organização; ela conta que pegou esse trabalho esse ano, em função das atuais condições econômicas e do salário que recebe no jornal.

Essa visão sobre o trabalho fora do horário não é uma unanimidade. Aline Custódio, quando questionada sobre sua rotina de trabalho no Diário Gaúcho, respondeu da seguinte forma:

Aí que tá: eu sou devorada pelo trabalho. Eu sou repórter 24h. Meus amigos sabem disso. A minha vida gira em torno de reportagem. [...] Eu sou repórter o tempo inteiro. [...] E, assim,

eu não consigo separar (horário de trabalho com horário de folga). Já me disseram “Aline, tem que separar”, não dá. Eu tiro férias, tento me isolar um pouquinho, mas não vai, simplesmente no dia em pegou fogo o Mercado Público, tu estás num bar, bebendo, sabendo que a coisa tá pegando fogo, tu vai virar as costas e dizer “não, olha só, eu to de folga, deixa para queimar”. Não, eu vou ligar e dizer “olha, tão precisando de ajuda? To indo para aí”. [...] Jornalista é jornalista 24h. O cara que simplesmente desliga o botão às 18h e vai embora, com licença, ele pode ser qualquer coisa, burocrata, mas jornalista... [...] Acho que isso é fundamental no jornalista, em quem quer ser jornalista, é não desligar. (CUSTÓDIO, 2015)

Aline conta que seu horário “[...] seria das 9h às 17h [...]”, mas costuma chegar antes e sair depois para dar conta de seus afazeres: as matérias do dia, o trabalho na redação, os projetos paralelos e os roteiros, decupagens e edições de vídeos que faz para a página Caminhos do Bem, do jornal. Com isso, “muito difícil eu sair no meu horário, muito difícil eu sair às 17h, porque tu acabas se estendendo, fazendo outras coisas e tal. Hoje eu vou ficar até tarde”. Ela conta, no entanto, que a ausência de rotina é algo que lhe agrada: “se eu tivesse uma rotina eu já teria largado isso há muito tempo”.

Fernanda Pugliero também acredita que o jornalismo “[...] é uma profissão 24h”. Como chefe de reportagem do Correio do Povo, ela recebe a pauta às 22h e já se organiza para o dia seguinte, quando entrará às 7h30 e ficará até às 14h – “na verdade, é das 7h30 às 13h45, tem os quinze minutos de intervalo que ninguém faz”. Apesar do horário fixo, ela descreve uma flexibilidade no funcionamento real do jornal: “tem dias que dá para ficar uma hora no bar trovando, pagar uma conta ali rapidinho. E tem dias que não, que não dá nem tempo de ir fazer xixi e tu vai ficar até às 17h aqui”. Contudo, em sua opinião os jornalistas cumprem mais o que está estabelecido em seu contrato empregatício do que no passado “[...] um monte de coisas que antigamente eram meio que ignoradas, tipo ‘ah, não bate o ponto na saída, amanhã a gente faz um comunicado’, hoje em dia tu não faz mais, até porque o repórter pode estar gravando e depois te processa”. Essa percepção é, de certo modo, similar à de André Mags, para quem há uma nova geração entrando “[...] que já não aceita assim a escravatura do jornalismo, vê que não é bem assim [...]”.

Fernanda Pugliero, como chefe de reportagem, tem o papel de organizar toda a logística de sua equipe de repórteres. Assim, ela entende que precisa estar o tempo todo atenta aos acontecimentos. Por isso, vive em meio a uma constante névoa de informação: trabalha com duas rádios ligadas, a televisão e fazendo um constante

monitoramento no *Twitter*. Passa o dia inteiro com a mente ativa em seu papel de organizadora e, ao seu modo, relata que as demandas de trabalho adentram em sua vida pessoal e de descanso de forma bastante clara: “eu vou dormir e às vezes eu nem sinto, parece que eu to flutuando quando durmo, já vou dormir sabendo da pauta e me organizo para a manhã”. Conta que vai dormir já querendo chegar no jornal, para se atualizar rápido e começar o trabalho; só consegue descansar de verdade nos finais de semana de folga. Toda essa rotina faz com que ela se frustre com o salário de jornalista, o qual considera “[...] muito baixo” para uma profissão 24h.

Os depoimentos expostos demonstram diferentes formas de organização do trabalho e diferentes níveis de flexibilidade de horários e funções. Contudo, fica claro que esse último fator está presente em todas as falas: desde a descrição de Isabella Sander, que costuma ter uma rotina de horários mais fixa, mas, por ser a única de sua editoria pela manhã, acaba por fazer também o trabalho de edição de seus textos, até o cotidiano carente de rotina apresentado por Aline Custódio, e o ritmo de trabalho mental constante que faz com que Fernanda Pugliero durma acelerada com o dia seguinte.

Parecem importantes também as diferentes percepções sobre esse tipo de flexibilidade: enquanto algumas entrevistadas entendem isso como parte do ofício do jornalista – estar disponível 24 horas, caso de Aline Custódio e Fernanda Pugliero – e se sentem atraído por um estilo de vida sem rotina (como Aline Custódio e André Mags), outros demonstram níveis distintos de insatisfação: desde Letícia Duarte, que expressa um leve incômodo por entender que sua flexibilidade de horários leva-a a trabalhar o tempo todo, até Fernanda Nascimento, que se mostra radicalmente contra essas práticas. Cabe pensarmos o que justifica impressões tão diferentes sobre essas características.

Ao examinar a construção da chamada identidade nacional brasileira, Marilena Chauí (2000) propõe o conceito de mito fundador, uma construção histórica que permite o bloqueio dos conflitos e das contradições sociais. O mito fundador seria uma narrativa antropológica capaz de resolver “[...] tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p.6). No caso brasileiro, como não poderia deixar de ser, a filósofa vai buscar na construção do mundo medieval lusitano elementos que, por se articularem no processo de conquista e colonização, moldarão o mito fundador brasileiro. São esses: a “[...] elaboração mítica do símbolo ‘Oriente’[...]” (CHAUÍ, 2000, p. 58), que fundamentaria a visão da natureza das terras brasileiras como o paraíso terrestre; a concepção de história como a realização da vontade divina; e a elaboração da figura do rei como o sendo pela graça de Deus, que

levaria ao que a autora qualifica como “a sagração do governante” (CHAUI, 2000, p. 82). Seria demasiado fazermos uma associação direta desse conceito, pensado por Chauí como um caminho para explicar o Brasil, com a identidade jornalística; contudo, parece possível pensarmos em uma aproximação dessa constituição identitária com esse tipo de narrativa, que ocultaria os conflitos presentes no próprio ofício jornalístico.

A profunda relação do jornalismo com as ideias modernas, o fato dessa atividade ter surgido no palco por excelência da vida moderna – a rua, onde os diferentes estratos da sociedade se encontram, formando um caldeirão de tipos humanos – e a relação histórica que o jornalismo teve com a burguesia comercial (cuja concepção de sujeito é a do liberalismo) parecem elementos que formam uma narrativa do jornalista enquanto sujeito liberal, autônomo e comprometido quase que exclusivamente com seu trabalho, esse um ofício transformador e político por excelência, capaz de levar o esclarecimento e desencantar a visão daqueles ainda presos às antigas concepções de mundo. Talvez seja esse tipo de apaixonada construção de identidade que alicerce, no nível das consciências, um processo pelo qual a flexibilização de funções e horários possa ser assumida como elementos de uma vida aventureira própria do ofício jornalístico, submetido à progressiva precarização regida, sobretudo, pelas leis capitalistas da relação entre capital e trabalho.

6.3 PERCEPÇÃO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS

Nesse item, estudaremos como os jornalistas entrevistados percebem as estruturas das empresas nas quais trabalham, as possíveis mudanças que vêm ocorrendo em razão desse tipo de organização capitalista e, por fim, o tipo de influência que essas estruturas têm (ou não) em seu trabalho jornalístico.

6.3.1 Empresas em transformação

Já expomos como parecem ser importantes as ideias modernas nas concepções de jornalismo apresentadas por nossos entrevistados, assim como nossa hipótese de como essas se articulam numa construção de identidade do jornalista enquanto um sujeito liberal e independente. Dito isso, no entanto, é relevante expor a percepção que os jornalistas têm das transformações das estruturas das empresas do setor.

Como chefe de reportagem do Correio do Povo, Fernanda Pugliero é uma atora/espectadora privilegiada das transformações pelas quais o jornal tem passado nos últimos anos. Para começar, ela relata que o tamanho dos textos diminuiu – “[...] a gente

já não escreve aquela montanha de texto que a gente escrevia antigamente, a gente tenta ser mais parcimonioso [...]” – em detrimento do investimento nos elementos gráficos. Fonseca (2008) havia detectado em seu estudo do jornal Zero Hora a tendência de redução dos textos, que seria cortados ou adaptados para gráficos, como uma estratégia mercadológica empreendida “sob o argumento de não cansar o leitor, que deve, ao contrário, ser atraído para a leitura do jornal”. (FONSECA, 2008, p. 319).

Fernanda Pugliero percebe também uma diminuição de equipes, em especial da equipe de reportagem: “as vagas até diminuíram, muita gente virou editor e a vaga sumiu, as pessoas foram agregando funções, os horários foram ficando mais curtos”. Esse processo parece estar ainda em andamento, pois, como relata a entrevistada, o jornal agora está tentando eliminar a função de pauteiro, responsável por elaborar a pauta do dia: “a gente acha que não é mais adequado, não é mais necessário o papel da pauteira, porque as coisas vão acontecendo e também por causa da internet [...] tu não precisa prever muito uma pauta”. Além disso, o acúmulo de funções pelos jornalistas da empresa parece que irá aumentar, uma vez que o jornal pretende integrar melhor suas equipes online e offline: hoje, ao cobrir um fato, o repórter deve passar por telefone a ocorrência, com foto ou vídeo, para o redator do online, que publicará a notícia. Assim, “[...] o repórter não tem a capacidade de subir (publicar a notícia, foto ou vídeo) automaticamente por essa barreira de não estar totalmente integrado”. A fala da entrevistada indica que essa é uma barreira que deverá ser superada, permitindo aos repórteres cobrirem os fatos e publicarem no site do jornal em tempo real.

Repórter de geral do Jornal do Comércio, Isabella Sander trabalha em uma editoria de três jornalistas e, devido a isso, costuma editar suas próprias matérias. Ela conta que houve uma onda de demissões nos últimos tempos, devido às condições econômicas do país – “demitiram praticamente um por editoria do jornal”. Com isso, os repórteres que ficaram devem exercer funções novas – “[...] a gente (da editoria de geral) tá meio que aprendendo a fazer matéria de esporte também”. Além disso, quando há férias de algum jornalista, o jornal não contrata mais nenhum *freelancer* para preencher o espaço vago: “[...] a gente trabalha com menos e se vira, exige uma reorganização”. Em suma, Isabella percebe uma “[...] pressão maior, hoje em dia, por causa dessa falta de pessoal”.

Repórter de política do mesmo veículo, Fernanda Nascimento apresenta impressões parecidas às de Isabella Sander. Ela conta que, quando entrou no jornal, “[...] havia uma ideia de que o jornal não demitia [...]”. Isso foi algo que se alterou no

último ano devido à crise econômica e a uma mudança no sistema – “[...] foi implantado um sistema online que reduziu o número de pessoas para a diagramação, por exemplo” –, fazendo com que houvesse corte de pessoas, algo que não acontecia há anos. Sua editoria já era a menor do jornal, com três repórteres, e não perdeu nenhum jornalista; por outro lado, para Fernanda a ausência de *freelancers* para cobrirem as férias dos jornalistas fez com que eles tivessem “[...] um aumento de trabalho”.

Aline Custódio, em seus anos de Diário Gaúcho, observou uma progressiva redução do tamanho da redação, que culminou na “[...] grande mudança, dia cinco de agosto, traumatizante inclusive”, quando foram demitidos 130 funcionários do Grupo RBS. Aline conta que voltou do Rio de Janeiro, onde trabalhou no jornal Extra, “[...] com uma proposta de encabeçar um grupo de reportagens especiais do Diário Gaúcho”. Seria uma equipe de quatro repórteres “[...] que pensariam grandes reportagens, reportagens de fôlego mesmo”. Contudo, com a onda de demissões do último ano, “[...] o grupo se desfez [...]”. Aline conta que o jornal havia sido premiado por diversas vezes por essas grandes matérias e essa mudança, para ela, “[...] foi um baque bem grande, porque eu vim com a proposta de ser [...] uma repórter que pensava matérias especiais e isso mudou”. Mudou porque houve troca de editor-chefe, editor-executivo, “[...] todo mundo saiu, tiraram um repórter da geral, mudaram completamente a estrutura [...]”.

Essa mudança de estrutura observada por Aline gerou outras transformações, dentre as quais a principal percebida pela repórter foi uma perda de identidade do jornal. Ela conta que a redação tinha uma “[...] estrutura de família [...]”, mas, com as mudanças – em especial com a extinção da equipe de fotografia do Diário Gaúcho (hoje, os repórteres do jornal partilham os fotógrafos com os de Zero Hora) – “já não é mais a mesma família, porque mudou completamente [...]”. Ela conta que a equipe que continua tenta “[...] manter o espírito [...]” e fazer boas matérias. Mas admite que sente falta de “[...] sentar aqui nessa mesa e a gente discutir reportagem, sabe?”.

O funcionamento de um jornal com equipes reduzidas e menos reportagens aprofundadas é algo que André Mags parece já ter visto algumas vezes. Em oito anos de trabalho em Zero Hora, o jornalista viu uma crescente redução da estrutura de reportagem do jornal. Ao falar da onda de demissões que ocorreu em 2014, no entanto, André não vê uma maior sobrecarga sobre os jornalistas que ficaram na empresa: a maioria dos que saíram já eram repórteres antigos, especializados em grandes coberturas, que deixaram de ser feitas – “simplesmente o que eles faziam deixou de ser feito”. Então, o funcionamento do jornal manteve-se parecido: “[...] vamos fazer as

coisas que a gente sempre fez e essas matérias especiais, de repórteres especiais [...] não saem mais”. Ou seja, a redução de equipe parece ter ocasionado um empobrecimento do jornal, algo similar ao relato da extinção do grupo de reportagens especiais do Diário Gaúcho feito por Aline Custódio.

Em sua experiência recente no jornal Metro, André Mags descreve um quadro bastante diferente de funcionamento de uma redação. O jornal trabalha com uma equipe de somente cinco pessoas: um editor-chefe, um subeditor e repórter (André), um editor de esportes, uma editora de cultura e um estagiário, que auxilia a produção da editoria de geral. Essa equipe fica ainda menor quando alguém sai de férias ou tira folga, pois não há reposição de pessoal nessa situação. As fotografias que ilustram o jornal costumam ser compradas de agências, mas, em alguns casos, é contratado um *freelancer* para algumas matérias especiais. André explica que o Metro funciona como se fosse um grande jornal nacional com edições locais: as equipes do veículo no Brasil produzem seu conteúdo local e esses textos são utilizados por todas as edições do país, de modo que o jornal de Porto Alegre recebe matérias de, por exemplo, São Paulo e vice-versa. Esse método de organização da produção jornalística, certamente inovador do ponto de vista empresarial, leva os jornalistas a experimentarem situação típica de jornais mais modestos e de estrutura bem mais precária: o repórter é responsável também pela edição e pela diagramação de seu trabalho, algo que André qualifica como “parecido com o funcionamento de um jornal de interior”.

Os depoimentos aqui analisados revelam, em diferentes intensidades, um processo de reorganização empresarial, com maior utilização de *freelancers*, maior sobrecarga de trabalho e funções sobre os jornalistas, menos espaço para produções de reportagens de grande profundidade, enxugamento de textos e sua substituição por recursos gráficos. Isso havia sido exposto teoricamente pelos autores estudados (MARCONDES FILHO, 2000; FONSECA, 2008, PEREIRA E ADGHIRNI, 2011; RAMONET, 2012). Nessa reorganização, o Metro parece ser o modelo mais bem acabado de um jornal produzido com custos baixíssimos, propiciado pela confiabilidade das tecnologias de informação e pela nova organização do capitalismo.

6.3.2 Influência empresarial sobre o trabalho jornalístico

Quando questionados diretamente sobre que tipo de influência a empresa exerce sobre seu trabalho, os jornalistas entrevistados responderam de formas diversas. Houve um grupo que associou a pergunta à censura e direcionamento exercidos de modo direto

sobre a produção de notícias e reportagens. Outras entrevistadas elaboraram a questão de modo diverso, voltando suas respostas às estruturas e relações de poder exercidas dentro da empresa.

André Mags nega haver algum tipo de influência da empresa jornalística sobre o trabalho do repórter. Ele disse que muito se fala desse tipo de coisa, como se houvesse “[...] uma salinha com os capitalistas se reunindo, os chefes, os donos da empresa [...]” debatendo que matérias seriam autorizadas ou não, mas isso não é verdadeiro. Ele dá como exemplo um caso no qual uma construtora, ligada ao Grupo RBS, iria demolir algumas casas antigas para a construção de um empreendimento imobiliário; a reação da empresa teria sido liberar que os jornalistas fizessem matéria sobre o assunto – “[...] a empresa dizia ‘pode fazer matéria sobre isso, façam matéria sobre isso, só que não precisa fazer todos os dias’, porque daí já parece provocação. Mas não é proibido falar disso”. Ele conta que “não existia essa coisa de censura”; o que mais observou era a autocensura de alguns editores e repórteres: “isso acontece às vezes”. Aline Custódio parece ser da mesma opinião. Ela diz que fica bastante tranquila com esse tipo de coisa, porque nunca aconteceu com ela algum tipo de veto às suas reportagens. Conta que o que pode acontecer são orientações de editores, calcadas em critérios jornalísticos, mas não vetos ou mudanças por justificativas não jornalísticas – “isso não, não. Eu não me lembro de coisas serem proibidas de sair”.

Esses dois primeiros depoimentos revelam a percepção da influência empresarial somente como uma influência direta sobre a produção e veiculação de matérias. Curiosamente, ambos expuseram, em outros momentos das entrevistas, modos pelos quais o trabalho é influenciado por questões de organização empresarial: seja pela produção jornalística se dar em uma equipe extremamente enxuta na qual os repórteres são responsáveis por exercer todas as funções de reportagem, edição e diagramação, seja pela extinção do grupo de um grupo de reportagens especiais devido à redução da redação. Tal percepção parece dialogar com nossa hipótese da construção da identidade da profissão de jornalista a partir de uma concepção de sujeito liberal, autônomo e independente de quaisquer estruturas restritivas como um processo que ocultaria a natureza das relações capitalistas que organizam a empresa jornalística e, principalmente, as restrições que essas infringiriam sobre o trabalho jornalístico.

Essa visão, contudo, não foi unânime nos depoimentos. Fernanda Nascimento relata experiências diferentes, ainda que afirme que essas situações não acontecem de um modo muito claro. Ela expõe mudança de títulos de matérias e o veto de uma charge

sobre as ocupações israelenses no território palestino, que foi considerada ofensiva à comunidade judaica. As mudanças de títulos que ela relata acabam apaziguando um pouco o tom da matéria: palavras como “calote” em relação à dívida do Rio Grande do Sul com a União, ou “tarifaço” para o aumento de impostos, por vezes são aceitas e por vezes são mudadas. Ela conta que isso tem influência sobre seu trabalho como repórter:

Acho que muitas vezes tu acabas de policiando mais, mas em alguns momentos eu ia até o limite do que acho que é possível que passe. Principalmente nessas questões de governo, porque as questões políticas são super imbricadas também nos anúncios que o jornal vai receber. (NASCIMENTO, 2015)

Fernanda Pugliero relata que nunca sentiu pressão da empresa em sua produção jornalística no Correio do Povo. O que ela observa é a “[...] pressão comercial, como tem em todos os lugares, tipo ‘não vamos publicar tal matéria falando mal de tal lugar, porque é anunciante’. Isso acontece”. No entanto, ela entende que isso aconteça em todos os jornais: “[...] acontece no Correio e acontece no New York Times, acontece em qualquer lugar”. Além disso, ela vê o trabalho dos repórteres muito influenciado pelo estilo de escrita do jornal – “tem muito o estilo, o estilo do Correio escrever” –, um texto mais direto e objetivo.

Isabella Sander vê a influência da empresa sobre o trabalho jornalístico como algo que não é direto, se dando a partir da integração do jornalista na empresa e de sua percepção sobre essa: “a gente entra num veículo X e sente qual é o clima do lugar”. Por ser mais voltado a questões econômicas, por exemplo, o Jornal do Comércio costuma ter uma maior preocupação com matérias sobre infraestrutura. Ela se sente com “[...] muita liberdade” em seu trabalho e vê espaço para explorar temas que lhe agradem. A entrevistada vê também uma influência das repórteres sobre o jornal:

É engraçado, é difícil de definir o que faz isso acontecer, se é a equipe da editoria ou se é o jornal em si, mas a gente faz muita matéria sobre direitos humanos. É uma coisa que eu adoro fazer, matérias sobre direitos humanos. Tem outra repórter que trabalha comigo que também adora, tá fazendo uma especialização sobre isso. E a minha chefe super apoia, sabe? Então, acaba acontecendo. É muito difícil de definir o que é do jornal ou o que a equipe faz com que vire do jornal. (SANDER, 2015)

Sobre isso, Fernanda Nascimento tem uma percepção parecida, também vendo mudanças que acontecem pelas próprias pessoas que compõem a redação do jornal. Uma de suas colegas se interessa bastante por questões de democracia direta, “[...] então essas temáticas, que talvez não estivesse muito presentes antes, estão mais presentes agora”. Do mesmo modo, ela vê que sua presença “[...] faz com que questões de gênero e sexualidade sejam mais discutidas no Jornal do Comércio do que em outros jornais, porque me interessa esse assunto”.

Em seu trabalho em Zero Hora, Letícia Duarte se vê com “[...] bastante liberdade [...]” sobre o que escreve, especialmente no caderno Proa, onde atua hoje, porque esse produz matérias mais aprofundadas e reflexivas. Ela, no entanto, problematiza essa questão de outra forma, acreditando não haver censura, mas deliberação sobre as matérias que não são escritas: “a gente apresenta vários projetos de pauta. Algumas são escolhidas, outras não”. Em decorrência disso, ela vê alguns assuntos menos abordados nos jornais, por exemplo, a questão indígena nos conflitos agrário – “o jornal cobre muito mais a visão dos agricultores, porque o Rio Grande do Sul tem uma tradição forte agrícola, uma série de coisas assim [...]”. Letícia acredita que essas orientações sejam “[...] permeadas por grupos econômicos que são mais representativos, eles acabam tendo uma representação maior do jornal”. Para ela, o jornal espelha de certo modo a própria sociedade não igualitária na qual vivemos. Como resposta a isso, a entrevistada vê o papel do repórter, capaz de transformar a redação num “[...] campo de batalha”. É papel do jornalista cobrar maior atenção aos problemas públicos e mostrá-los como rentáveis frente aos argumentos econômicos – “porque o argumento não é que não é importante, o argumento é ‘ah, isso tá batido, todo mundo sabe, não tem nenhum retorno econômico’”. Ela entende que, no fim, todos são parte das relações do poder que se dão no jornal: “os editores são parte, os repórteres são parte, tem gente também que prefere fazer só as pautas que recebe, que é mais fácil [...]”.

Por fim, observa-se que, enquanto alguns depoimentos associem a influência empresarial sobre o jornalismo como a presença ou não de censura sobre o trabalho dos jornalistas, outros revelam perceber a influências que as relações econômicas e de poder teriam sobre o que é veiculado nos jornais. Em comum, todos os entrevistados parecem valorizar bastante o papel do repórter na produção, sendo ele aquele que é capaz de propor pautas novas e olhares diferenciados.

6.4 PERSPECTIVAS DE FUTURO

Apresentaremos agora como nossos entrevistados veem seu futuro profissional e como justificam essa visão. As perspectivas são diferentes: há as jornalistas que afirmam sem dúvidas que continuarão a trabalhar com reportagem; há aquela que pretende continuar, caso consiga se estruturar do ponto de vista econômico; há a jornalista que busca uma ascensão na carreira para cargos administrativos; e há os que se veem fazendo outra coisa, em curto ou longo prazo.

Aline Custódio diz que será jornalista até quando puder. Ela, que também é mestre em Ciências da Comunicação e dá aulas, diz que vai ser repórter a vida toda: “[...] eu hoje sou professora também, mas eu estou professora, eu sou repórter”. Conhecer gente, saber que, todos os dias, poderá contar uma história nova e ver os frutos de seu trabalho são os elementos que a motivam; sua frustração no jornalismo somente vem “[...] quando eu não consigo mudar a vida de alguém, quando eu não consigo, sei lá, que o buraco de rua seja fechado”. Ela tem como sonho duas grandes reportagens, uma no Rio Grande do Sul e outra no Brasil, cujas produções teriam longa duração, e pretende ainda escrever livros de reportagens – mas “falta tempo”.

Letícia Duarte também pretende continuar trabalhando como jornalista – especificamente como repórter –, e acha que “[...] a gente pode sempre se reinventar como jornalista, a gente não precisa tá sempre fazendo as mesmas coisas”. Ela conta que já teve muitas crises com o jornalismo (“[...] até hoje tenho”). Gosta de “[...] transitar entre estar estudando, trabalhando, pensando” – Letícia é mestre em Ciências Sociais e pretende ingressar no doutorado – e diz que não quer ficar fazendo o mesmo: “não sei, talvez eu não vá ser exatamente como eu estou hoje, mas eu quero, acredito nesse negócio (o jornalismo)”. Ela gosta muito de ser repórter. Quando questionada se tem algum sonho no jornalismo, responde o seguinte:

O sonho é mudar o mundo. Claro, já fiz todas as ressalvas, mas eu acho que, o meu sonho, que era do início e que continua, é fazer um jornalismo relevante, que seja útil para as pessoas, que seja importante para quem lê, que possa fazer a diferença na vida das pessoas. Esse é o sonho. É difícil, porque nem toda a matéria vai mudar a vida de uma pessoa [...]. (DUARTE, 2015)

Ela conta que já recebeu, por diversas vezes, relatos de pessoas que mudaram sua maneira de ver certas questões a partir de reportagens suas: “isso é mudar o mundo

daquela pessoa. Isso é revolucionário. Meu sonho é que minhas matérias pudessem todas ser revolucionárias. Que não é o caso. Mas é o sonho”.

Isabella Sander também pretende continuar atuando como jornalista e repórter: “eu gosto muito de ser repórter”. Ela fez mestrado em Comunicação Social e planeja uma especialização em Direitos Humanos. Seu empecilho, para o futuro, é a incerteza provocada pela baixa remuneração: “[...] com o salário de jornalista [...], se eu constituir uma família, se eu tiver filhos, como vai ser? Mas então, como repórter, ganhando o piso, fica difícil [...]”. Ela conta que quer fazer o possível para ficar no jornalismo e, quem sabe, trabalhar num jornal mais estruturado, que a permita dedicar seu tempo a fazer grandes reportagens – algo “[...] cada vez mais distante das possibilidades de um repórter”. Isabella se incomoda com a progressão comum na carreira jornalística: “[...] o repórter é ótimo, se destaca como repórter e daí, para ser promovido, ele é promovido para o que? Para gestor. E daí ele não é mais repórter”.

De certo modo, essa é a evolução que Fernanda Pugliero teve em sua carreira: depois de três anos como repórter, ela tornou-se chefe de redação do Correio do Povo. Ela gosta de ser jornalista e acredita que faça isso bem, gostaria de continuar no ofício. Ela vê como “[...] muito difícil uma progressão na carreira” jornalística:

[...] o cara começa como repórter e vão ter trinta repórteres, vai ter um que vai virar subeditor, vai ter outro que vai virar chefe de reportagem, vão ter outros dezenove que vão sair do jornal, vão ter outros cinco que vão largar o jornalismo. E é muito disso, como as pessoas não ganham compensações nem salariais nem de outra forma, os caras vão cansando, as pessoas vão perdendo a vontade. É uma coisa que lida muito com a emoção. Se tu para de gostar, tu corta o relacionamento. (PUGLIERO, 2015)

Fernanda Pugliero conta que não esperava ter “[...] crescido tanto em quatro anos de jornal”: “eu vejo meus colegas repórteres, que entraram comigo e continuam no mesmo lugar; e eu já passei por tanta coisa lá dentro, fiz cobertura internacional, fiz um monte de coisa muito legal e daí tu vês que muitas pessoas não saíram do lugar”. Ela gostaria de, no futuro, abrir um próprio negócio na comunicação, mas não sabe precisar exatamente o que. Quando questionada se tem algum sonho no jornalismo, diz que, talvez, ser diretora de redação – “[...] mas eu também não tenho muita certeza que é diretora de redação o cargo que eu quero ter”. Ela gostaria de um cargo de gestão, que unisse a questão comercial com a questão editoria: “eu gosto muito desse lance do

business, assim, mercado leitor, vender, pensar anúncio e editorial. Ganhar dinheiro mesmo”.

André Mags não se vê trabalhando em redação de jornais a vida inteira. Sua motivação no jornalismo vem de não saber o que vai acontecer, qual será sua pauta do dia, “[...] não ter uma expectativa do cotidiano”. O que lhe agrada é um modo de vida aventureiro, com viagens, matérias aprofundadas e um grau menor de rotina. Mas nem sempre é assim: “tem dias que tu te sentes um caixa de banco, sabe?”. André pretende ficar mais uma década no jornalismo, mas depois pretende fazer outras coisas. Viu grandes repórteres dedicarem suas vidas à redação, pessoas que hoje são muito reconhecidas, mas ele “[...] não está nem aí para isso”: entre estar na estrada fazendo uma reportagem ou estar no aniversário de sua filha, “[...] eu quero estar em todos os aniversários da minha filha”. Não se vê trocando essas coisas pelo trabalho. Para ele, acreditar que o jornalismo é a melhor profissão do mundo, como afirmava García Marquez, só vai torná-lo “mais um escravo do jornalismo”: é uma profissão “[...] igual a qualquer outra”. Para o futuro, André se vê sendo taxista em Paris ou Barcelona e, em seu tempo vago, contribuindo com conteúdo para guias de viagem e matérias para revistas e jornais – “para mim, estaria muito bom”.

Fernanda Nascimento está se organizando para deixar o jornalismo. Ela concluiu seu mestrado em Comunicação Social e pretende seguir com bolsa integral para o doutorado. Em sua visão, a pesquisa é “[...] muito mais apaixonante de jornalismo [...]”, pois, apesar de acreditar que o jornalismo seja importante e tenha impacto na vida das pessoas, isso é visto de modo mais claro na carreira acadêmica e na docência. Seu plano é seguir a carreira docente. Fernanda diz que costuma voltar das palestras que dá de energia e fé na humanidade renovadas, “[...] coisa que não está acontecendo mais com as matérias”. Seu desencanto com o jornalismo se dá por diversos motivos: perspectivas de crescimento quase zero na profissão (a única ascensão possível no seu atual emprego seria para editora, algo que ela não quer por preferir o trabalho de repórter); baixa remuneração – “[...] há uma previsão de piso salarial que é teto salarial [...]” – e inúmeras precariedades. Em seus três anos de Jornal do Comércio, sempre ganhou o piso e não recebeu nenhum tipo de valorização profissional, nem mesmo quando concluiu seu mestrado.

Além de questões de precarização e remuneração, Fernanda Nascimento também se questiona muito sobre seu trabalho em si: em sua visão, a editoria de política, por se estruturar quase exclusivamente no âmbito partidário, “[...] é uma coisa vazia em muitos

momentos”. Vê suas matérias “[...] servindo de palanque para alguém aparecer [...]” ou sendo usadas como barganha: “o cara aparece, diz alguma coisa no jornal e vai barganhar mais espaço dentro do governo”. Ao mesmo tempo, considera que não é dada a devida atenção para outras esferas políticas: “[...] as matérias que mais me importam são dessas vozes que estão fora dos jornais”. Fazer esse tipo de reportagem é o que a motiva ainda no jornalismo, mas essas saem muito raramente. Ela acredita não ter mais sonhos como jornalista: “[...] o ambiente é muito frustrante, muitas vezes, e o problema é que tem uma série de coisas muito ruins”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho originou-se pelo interesse do autor compreender de que modo os jornalistas que atuam hoje em grandes redações compreendem o jornalismo e seu cotidiano de trabalho. Essa curiosidade se formou a partir de uma compreensão inicial do mercado jornalístico como um setor de precariedades e transformações diversas e, paralelamente, da observação de certo discurso corrente na sociedade, que retrata o jornalista como uma espécie de herói da democracia e detentor de um modo de vida aventureiro e estimulante. Tendo isso em vista, nos dedicamos a elaborar uma construção teórica que fosse buscar no desenvolvimento histórico do jornalismo enquanto atividade social certas ideias que parecem norteadoras da atividade e, de maneira complementar, examinasse as transformações sofridas pelo capitalismo e os modos pelos quais essas influenciaram a atividade jornalística feita sob o modelo empresarial. Por fim, realizamos as entrevistas que constituíram a parte empírica do trabalho e nos possibilitaram pensar a visão do jornalista a partir das leituras feitas.

A análise dos depoimentos revelou que a visão do jornalista hoje ainda é profundamente devedora de certas ideias surgidas com a modernidade. Foi bastante presente a compreensão da atividade jornalística como um veículo do esclarecimento que, a partir da reportagem correta dos fatos sociais, traria novas informações para as pessoas e, assim, as permitiria reelaborar suas visões de mundo e, com isso, libertar-se das opressões as quais suas vidas estão submetidas. Defendemos que essa concepção somente se sustenta a partir da crença na categoria de esfera pública, espaço onde as opiniões e informações circulariam, permitindo às sociedades realizar o debate sobre os temas relevantes que precisam ser tratados; essa opinião apareceu na fala de diversos de nossos entrevistados, que entendiam como o jornalismo como o local da polêmica por excelência e que buscavam, em seu trabalho, promover o debate entre diferentes vozes. Também recorrente foi uma visão encantada pela rua, vista como o ambiente onde o jornalista deve necessariamente estar para realizar seu trabalho – a reportagem, que aparece como central na fala de quase todos os entrevistados. Entendemos que esse encantamento pela figura da rua é também herdeiro da modernidade, uma vez que é nesse período que surge a arquitetura urbana que permite aos diferentes grupos sociais e tipos humanos se encontrar ao chão das ruas, criando um ambiente inovador de efervescência política, social e cultural.

Por outro lado, a análise das entrevistas também percebeu na fala de algumas entrevistadas a presença de certa desconfiança com relação às pretensões da razão moderna de explicar a tudo e a todos a partir do lugar daquele que examina. O questionamento de princípios como *neutralidade*, *imparcialidade* e *objetividade*, que foram centrais para o desenvolvimento do jornalismo ao longo de sua história, e sua substituição por ideias como *alteridade* e *empatia* nos parece sinalizar a incorporação à reflexão cotidiana sobre o jornalismo de um determinado tipo de pensamento crítico, que irá denunciar a incapacidade de certo positivismo intelectual se efetivar de modo desvinculado das próprias posições de classe daquele que examina. A valorização da alteridade e da empatia sugere a imagem de um jornalismo que se efetive a partir do processo de descentramento dos sujeitos, isso é, do deslocamento dos sujeitos para o lugar do outro, de modo a poder enxergar com os olhos daquele que será retratado. O modo como esse tipo de crítica tem chegado à prática cotidiana jornalística nos parece um caminho promissor de investigação, possibilitando estabelecer um diálogo maior com autores da chamada teoria pós-colonial.

O relato que os entrevistados fizeram do cotidiano de trabalho e das estruturas das empresas que os empregam expressou algumas características que autores estudados (FONSECA, 2008; MARCONDES FILHO, 2000; PEREIRA E ADGHIRNI, 2011; RAMONET, 2012) já haviam pensado sobre o jornalismo do capitalismo informacional. A flexibilização de horários e funções apareceu em todas as entrevistas, ainda que não na mesma intensidade entre elas. O mesmo se deu com o processo de enxugamento de redações, que ocasiona uma maior sobrecarga de trabalho sobre o jornalista e um empobrecimento do próprio jornal como bem cultural. Diversos entrevistados também expressaram frustração com as poucas possibilidades de fazer grandes reportagens e matérias de maior fôlego, devido à rotina atribulada por diversas obrigações menos interessantes que tomam o tempo da redação. Curiosamente, a maioria dos entrevistados não associa essas questões às influências que a empresa jornalística pode ter sobre seus trabalhos enquanto jornalistas. Quando questionados sobre o tema, boa parte tende a compreender a pergunta como a interferência direta da empresa sobre as notícias e reportagens veiculadas – veto a matérias, influência sobre títulos e abordagens de determinados assuntos. Somente uma das entrevistadas apontou para as diferentes instâncias e relações de poder dadas dentro da redação que influenciam a prática do jornalismo.

Os entrevistados apresentaram diferentes perspectivas para o futuro: duas jornalistas afirmaram com bastante certeza que irão permanecer na atividade como repórteres, demonstrando também uma profunda fé em seu ofício; uma disse que gostaria de permanecer fazendo o trabalho de reportagem, mas não sabe se conseguirá isso devido ao baixo salário; outra pretende dedicar-se mais à área administrativa do jornal, que pensa questões comerciais e editoriais, ou abrir uma empresa de comunicação; um jornalista pretende deixar o jornalismo de redação em dez anos para se dedicar a outros projetos, pois afirma não querer dar sua vida toda para a redação; e uma repórter está se organizando para dedicar-se somente à carreira acadêmica, se encontrando num momento de grande frustração com o jornalismo, a baixa remuneração e as precariedades que experimenta no dia a dia. Esse cenário parece revelar haver uma relação profundamente emocional entre o jornalista e seu ofício. É essa que parece permitir ao jornalista acumular horas de trabalho, sobrecargas de funções, dificuldades para a realização de projetos profissionais (como grandes reportagens) e remuneração insatisfatória. As jornalistas que parecem mais propensas a continuarem na profissão foram aquelas cujos discursos expressaram de modo mais claro uma crença genuína no papel transformador e revolucionário do jornalismo e, da mesma forma, parecem ser aquelas com maiores possibilidades de realizar grandes matérias, algo expresso como motivador e atraente por todos os entrevistados.

A identificação do jornalismo com as ideias modernas, a tolerância dos jornalistas com situações de precariedade profissional e a dificuldade que esses demonstraram em relacionar a influência empresarial sobre seu trabalho com o próprio processo de precarização nos permitiram esboçar a hipótese da identidade jornalística estar constituída a partir de um processo similar ao que foi denominado por Chauí (2000) de mito fundador, isso é, uma narrativa que permita o encobrimento das contradições e conflitos sociais que permeiam seu objeto. Desse modo, questões como trabalho precário e estruturas de empresas jornalísticas em mercados oligopólicos se ocultariam a partir de uma narrativa que dá vazão ao ideário do jornalista como sujeito independente e transformador. Em tempos de flexibilização do trabalho e instabilidade da própria profissão, a identidade jornalística buscaria nas raízes da modernidade uma estabilidade para si. Essa seria conseguida a partir da figura moderna de indivíduo autônomo – o mesmo que fundamenta o empreendedor burguês, o sujeito político liberal, o explorador de terras selvagens e o cientista que traria novas possibilidades emancipatórias ao homem –, que se constituiria no jornalista como alguém aventureiro, livre de quaisquer

pressões oriundas de governos ou patrões, detentor de uma profunda capacidade de observação. Modo de dizer que a crítica ao atual estado de coisas no jornalismo envolveria uma crítica às próprias noções que o liberalismo burguês deu luz e que ainda hoje parecem nortear nossas consciências, num mundo que parece não mais as comportar. Esse apontamento não pretende destituir o jornalismo de um papel esclarecedor na sociedade, mas sim salientar que esse se efetiva a partir de estruturas cristalizadas no modelo capitalista e na dinâmica de indústria cultural, onde o próprio esclarecimento e desencantamento do mundo torna-se mito num mundo encantado pelos dogmas da razão.

Tal hipótese também sugere que esse tipo de constituição mítica da identidade jornalística impede que essa atividade social se efetive a partir de outras estruturas que não as do capital. Isso porque trataríamos de uma narrativa que colocaria à sombra as precariedades próprias desse modelo, vistas no máximo como parte do jogo, situações que, ainda que incômodas, não influenciariam diretamente o trabalho do jornalista, esse indivíduo autônomo que está além das pressões. Contudo, podemos propor também que as mesmas ideias que fundamentam o mecanismo capaz de ocultar as contradições do jornalismo poderão ser aquelas que, em decorrência dessas mesmas contradições históricas acumuladas, permitirão a construção de um jornalismo realizado de outro modo, que se estruture a partir da mistura entre aquilo que a modernidade criou e os próprios limites vividos pela experiência moderna.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. Crítica cultural e sociedade. In: ADORNO, Theodor. **Prismas**: crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Culture industry reconsidered**. Library Genesis, 2011. Disponível em <<http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=771810CAA15A7C8E57EE8784E8DF1A18>>. Data do acesso: 07/09/2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CUSTÓDIO, Aline. **Entrevista**. Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre: 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

DUARTE, Leticia. **Entrevista**. Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre: 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FUCHS, Christian. Labor in Informational Capitalism and on the Internet. **The Information Society**, 26: 179-196, 2010. Disponível em: <http://fuchs.uti.at/wp-content/uploads/class.pdf>

_____, Christian. Class and Exploitation on the Internet. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Digital Labor: the Internet as playground and factory**. Nova York: Routledge, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GILL, Rosalind; PRATT, Andy C. In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work. **Theory, Culture & Society**, 25(7-8), pp. 1-30.

Disponível em:

<http://openaccess.city.ac.uk/4114/1/In%20the%20Social%20Factory.pdf>

GRUPO RBS. **Jornal**. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora>>. Acesso em: 22/11/2015.

GRUPO RBS. **Jornal**. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaicho>>. Acesso em: 22/11/2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford Press, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOÃO, do Rio. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.portalderelacionamentojc.com.br/institucional/historico>>. Acessado em: 22/11/2015.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAGS, André. **Entrevista**. Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice C desta monografia.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____, Ciro. Martín-Barbero, Canclini, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n°35, p. 69-85, abril de 2008.

MARX, Karl. **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O capital: crítica da econômica política: livro I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Moscou: Progresso, 1987.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. Jornalismo político: democracia, cidadania e anomia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 35, p. 90-94, abril de 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo, Summus, 1988.

NASCIMENTO, Fernanda. **Entrevista.** Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta monografia.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura.** Porto Alegre: JÁEditores, 2008.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEDROSO, Rosa Nívea. O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da Tese de Doutorado em Periodística de Tobias Peucer. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p.61-72, 2º semestre de 2004.

PEREIRA, Fábio H.; ADGHIRNI, Zélia L.. O estudo do jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n°24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.
Disponível em:
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/19208/12362>

PUGLIERO, Fernanda. **Entrevista.** Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta monografia.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa das mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

ROSS, Andrew. In search for the lost paycheck. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Digital Labor: the Internet as playground and factory**. Nova York: Routledge, 2013.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

_____. Elementos para a crítica do jornalismo moderno: conhecimento comum e indústria cultural. In: **Revista FAMECOS**, v. 17, n.3, p. 216-227, setembro/dezembro 2010.

_____. **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural**: comunicação e teoria crítica da sociedade. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SAFATLE, Vladimir. Theodor Adorno: a unidade de uma experiência filosófica plural. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (orgs.). **O pensamento alemão no século XX**: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil, volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 203-227.

_____. Adorno e a crítica da cultura como estratégia da crítica da razão. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n.7, p. 21-30, out 2009.

SANDER, Isabella. **Entrevista**. Entrevistador: Caetano Braun Cremonini. Porto Alegre, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta monografia.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fonte, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2008. Disponível em <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Data do acesso, 07/08/2015.

SOUSA, Jorge Pedro. **Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2004. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf>>. Data do acesso: 07/08/2015.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n.2, 2º semestre de 2004.

TERRANOVA, Tiziana. Free labor. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Digital Labor: the Internet as playground and factory**. Nova York: Routledge, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2012.

APÊNDICE A – Entrevista com Aline Custódio, repórter de “dia a dia” do Diário Gaúcho. Entrevista ocorrida em 13/10/2015.

Nota: a primeira pergunta da entrevista teve problemas na gravação. Nas outras perguntas, o som foi corrigido. Segue um relato do que ela falou para a pergunta “o que te levou a escolher o jornalismo como profissão”:

- Desde a infância queria ser jornalista porque tinha visto no filme Super-Homem 2 a Lois Lane segurando um Pulitzer, e porque sempre gostou muito de ler e escrever. Ela se formou em 2000. Antes disso tinha feito estágio na Zero Hora. Para ela, jornalismo é dar voz a quem não tem voz. E ela é apaixonada pela reportagem de rua, porque a rua é uma coisa fascinante. Quando trabalhando na Zero Hora, ela aceitou um cargo para ser correspondente no interior, que foi a grande escola para ela.

CAETANO: Bom, foi para o interior...

ALINE: Eu comecei a trabalhar na área com 17 para 18 anos, logo que eu entrei na universidade, no segundo semestre, e vim para a Zero Hora. Na Zero Hora eu fiquei como auxiliar de redação, auxiliar de foto fix, depois auxiliar de arquivo e trabalhei na agência de notícias, que era onde eu fazia a seleção de reportagens e encaminhava para a redação, fazia a radio escuta também. Aí, houve essa possibilidade de me tornar repórter no interior. Foi o Clovis Heberle, que era editor na época da agência de notícias, que sugeriu: se eu quisesse ser uma repórter, eu teria que ir para o interior. O rádio, quanto para TV, quanto para jornal. Aí eu abracei a possibilidade. Eu não conhecia Lajeado, que é no Vale do Taquari, então, eu não me lembro agora, eu acho que eram 45 ou 42 cidades que eram da minha cobertura, e eu fazia sozinha. Então, eu fazia todo o tipo de reportagem lá. Quando eu cheguei lá eu não sabia o que era uma ronda, então eles me explicaram que eu teria que ligar para todas as cidades e falar com Brigada Militar, hospitais, IML da região. E nos finais de semana eu ainda assumia também o Vale do Rio Pardo, que é a região de Santa Cruz, que eram mais, sei lá, 40 cidades. Então eu ficava num total com oitenta e poucas cidades, num sábado e domingo de plantão. Era bem puxado. Muitas vezes eu tava de manhã em Lajeado e à tarde em Santa Cruz do Sul e pulando de galho em galho. Eu praticamente não ficava na redação. E a nossa estrutura lá era eu e mais um fotógrafo freelancer, que ficava praticamente disponível 24h para a Zero Hora, e um motorista que era taxista, mas que também ficava 24h à disposição.

CAETANO: O fotógrafo não era contratado, mas ficava à disposição...

ALINE: O tempo inteiro só para a Zero Hora. Era freelancer, ficou um ano ou dois – dois anos, pelo menos – e sempre trabalhando com o jornal. Fazia algumas coisas por fora, mas praticamente a dedicação era 24h para a gente. Até porque depois que eu comecei a pegar o gosto pela coisa, a gente sempre tinha pauta, todo o dia. E era assim, eu me determinava a ter sempre uma pauta por dia. Pelo menos uma, sabe? E a gente sempre dizia para nós, lá no grupo, “a gente tem que ter manchete, a gente quer dar a manchete do jornal”. E toda vez que a gente botava uma manchete, a gente estourava uma champanhe, porque a gente tinha que disputar com, sei lá, dez regiões e mais a capital. Então quando o Vale do Taquari, que era um dos menores, 40 cidades, conseguia manchetear, a gente “bah, vamos comemorar como se fosse a última vez”. E

isso foi fazendo com que eu pegasse cada vez mais gosto pela reportagem: a possibilidade de, no mesmo dia, eu falar com o cozeiro e eu falar com o médico. Eu ter esses mundos próximos de mim. E aquilo que eu tinha te falado, o que me trouxe para o jornalismo? A possibilidade de ser a voz de quem não tem voz. Parece bobagem, “ah, meu Deus, eu sou Deus e vou...”, mas não é. Eu vejo isso até pela própria família, que muita gente, que é de origem humilde, quer falar alguma coisa e não tem para quem, não tem como pedir um auxílio. E talvez aí o repórter possa entrar e fazer essa ponte com esse lado oficial, esse lado mais oficial. Não sei, eu fico imaginando isso. Não que a gente seja um salvador da pátria, mas que a gente possa, de alguma forma, fazer com que mundos diferentes se aproximem. É isso que eu vejo no jornalismo. E foi o que me moveu, tudo por conta da Lois Lane, porque foi por conta dela que eu decidi ainda criança. Isso tá no meu trabalho de mestrado até, minha dissertação começa falando da Lois Lane.

CAETANO: Acho que tu já começou a responder, mas te pergunto de novo, caso tu queiras acrescentar algo: o que é jornalismo para ti?

ALINE: Tchê, é tão difícil de falar... Eu falo por mim, não falo pelos outros. A gente tava até discutindo isso, do que é o jornalismo. Eu sempre acho que o jornalismo tem que ser essa voz mesmo, das pessoas, a profissão nasceu para isso, nós não temos só que (não completa o raciocínio)... Além de informar, nós temos que transformar. E eu não to falando por causa do lema da empresa, que agora é “informar para transformar”, não! Eu sempre pensei isso. Que a gente tem essa possibilidade de transformar o mundo das pessoas, e às vezes a gente nem percebe isso. E cada vez mais eu vejo isso, porque, assim, eu já consegui como repórter transformar a vida de um bairro, a vida de uma pessoa, a vida de uma família – eu tenho exemplos –, eu mudei uma lei de Estado, eu mudei uma lei municipal e eu ajudei a tirar um hospital do papel depois de trinta anos. Se isso não é fazer a diferença na vida das pessoas, eu não sei mais o que é. Tudo bem, o médico vai lá e salva vidas. Mas eu tenho a possibilidade de transformá-las. E por que é que eu não vou fazer isso? Então, jornalismo não é simplesmente pegar e enfiar o dedo na ferida de alguém. Não, é transformar. Mudar a visão de alguém sobre alguma coisa. E mais ainda no jornalismo popular, a gente consegue fazer isso.

CAETANO: Alguma dessas histórias que tu gostarias de contar?

ALINE: Tchê, eu tenho tanta coisa. Eu tenho algumas que me acompanham até hoje. Uma delas é do Gabriel, que é um bailarino. Em 2009 chegou um release para nós, eu já tava aqui no Diário Gaúcho, da Secretaria Municipal de Educação, um release de cinco linhas que diziam: um garoto, acho que tinha 14 anos na época, do bairro Mario Quintana, ganhou uma bolsa para ganhar no Rio de Janeiro. Da escola Ana Iris do Amaral, que é uma escola municipal. Isso era 17h, eu já tava indo embora. Daí eu peguei aquilo e pensei “bah, Ana Iris do Amaral, uma escola no Mario Quintana, o bairro mais violento de Porto Alegre...”. Ah, era para estudar balé. Balé? Garoto? Ah não, eu tenho que ver que história é essa! Liguei para a secretaria e me disseram “olha, eu tenho o telefone da professora, tu quer falar com ela?”. Liguei para a professora e dei sorte de falar com ela. A professora me disse que era um guri miserável, negro, filho de uma mãe evangélica. A mãe não queria que ele fosse bailarino. Eu poderia até tentar falar com ele, mas eu talvez tivesse essa dificuldade com a mãe. Eu disse “me dá o telefone” e ela disse que ele não tinha um telefone, eles não tinham endereço, mas que eu tentasse um celular que ela tinha lá. Na hora eu pensei – “essa história rende uma matéria!”. Me lembrei do filme aquele, não lembro agora o nome...

CAETANO: Billy Elliot?

ALINE: Billy Elliot! Na hora! Aí falei com o editor – “olha só, eu tenho uma baita história, acho que é uma baita história”. Chamei uma fotógrafa, “tenho essa história, tá a fim de fazer comigo?”, “eu to!”. Liguei para o celular e o Gabriel me atendeu.

CAETANO: O Gabriel é o rapaz?

ALINE: Isso, o menino, tinha 14 anos. Ele disse, “minha mãe talvez não deixe falar contigo”. Daí eu falei “bom, eu queria ir na tua casa”, “mas tem que ser na minha casa, não pode ser na escola?”, eu disse “não, tem que ser na tua casa porque eu tenho que falar com tua mãe, tu é menor”. “Tá, então vou te esperar no montinho de lixo da rua tal, tu entra na rua tal e eu te espero no montinho de lixo”. Tá, a gente foi no outro dia. Aí que eu descobri que o montinho de lixo era como se fosse o endereço dele, porque ele morava num beco que não existia no mapa. Era uma rua, a gente parava nesse monte de lixo na frente, entrava num beco e a casa era num beco. Aí chegando lá, eu levei quase duas horas para convencer a mãe de que a gente queria fazer uma reportagem. Ela não queria, primeiro porque era contra que o guri fosse bailarino, e aos poucos eu fui descobrindo o porquê. Eles moravam num casebre de duas peças, totalmente furado, os ratos passando por dentro; ele não tinha banheiro em casa, era um guri miserável. A mãe era doméstica, tinha sido abandonada pelo marido um ano antes, quando ela engravidou do terceiro filho. Eles moravam sozinhos e eles já tinham fugido de outra vila, porque o guri tinha sido ameaçado por ser bailarino. Então ela tinha fugido com ele para essa outra vila. Os caras queriam levar ele pro tráfico, para ser aviãozinho, e ela, para não deixar ele ser, trocou de vila. E eu fui descobrir que na verdade, ela não queria deixar ele ser bailarino e ir para o Rio de Janeiro porque ele tava acabando com o sonho dela. Ela era do interior – isso foi tudo coisa que eu fui deduzindo aos poucos, a gente foi conversando, sentou no chão, não tinha sofá, não tinha nada – e ela dizia “eu quando vim do interior do Estado para Porto Alegre, eu na verdade queria ir pro Rio de Janeiro para ser passista de uma escola de samba. E nunca consegui, acabei engravidando e tal”. Então, eu percebi nela um certo ciúme pelo filho tá quase realizando. Para ele poder ir pro Rio, ele precisava de doze mil reais. E ele não tinha esse dinheiro. Então tinha surgido uma rede, na escola dele, para auxiliá-lo. Aí a gente fez a primeira matéria, foi como se tivesse feito um roteiro de cinema: eu fiz cena 1, cena 2. A capa eu depois te mostro, a primeira capa dele. A fotógrafa até, ao se posicionar para fotografá-lo, quebrou o piso, de tão podre que era o piso da casa. Um casebre. Era muito forte (a cena).

Quando a gente saiu da casa deles, a gente ficou umas quatro ou cinco horas lá, quando a gente saiu da casa e entramos no carro, era eu e ela chorando, chorando, chorando. Porque a gente via que eles estavam com fome, eles não tinham comido. Eu chorava e dizia “meu Deus, é inacreditável”. O guri, ele tinha uma vibração assim – “eu vou ser bailarino, eu vou ser”. Aquilo foi incrível. E isso me motivou a escrever a matéria. E aí (emocionada) a gente escreveu a matéria, saiu num sábado, em duas páginas, e foi “Gabriel tira a dificuldade para dançar”, era o nome da matéria. Cara, foi inacreditável. Sábado a gente não trabalha e tinha só uma telefonista. E começaram a ligar, as pessoas querendo ajudar. O fato é que a matéria acabou, a Zero Hora se interessou pela história e deram um segundo caderno igual o texto do jornal, aqui, com as fotos, e ele conseguiu arrecadar 15 mil reais, ao invés dos 12. Eu comecei a fazer matéria com ele todo dia, todo dia. Na vila, onde ele vivia, ele se tornou ídolo. E ele tinha medo, porque ele ia para casa rasgada, ele ganhava as malhas. Tudo era doado, a sapatilha, tudo era doado das outras meninas que faziam balé com ele, na escolinha. E dos oito aos 14 anos ele

dançou escondido da mãe, ele mentia para a mãe que ia para a aula de matemática e não ia. A mãe tentou tirar várias vezes ele, chegava lá e ele tava dançando balé.

Resumo da história: a gente publicou em agosto de 2009, ele foi embora em janeiro de 2010 – a gente fez todo um processo de matérias acompanhando, porque ele virou ídolo e tal – e em setembro de 2010 a gente foi ao Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que o Diário Gaúcho saiu do Estado para acompanhar uma história. Aí fui eu e a fotógrafa, eu fazia questão de continuar com a mesma, fomos eu e a Cintia para lá e ficamos 24h na vida do Gabriel. Era para ele ficar meio ano, acabaram ficando com ele na Companhia Brasileira de Dança, ele acabou estudando lá e nunca mais voltou. Nunca mais. E eu sou amiga dele até hoje. E ele se tornou bailarino profissional. A gente sempre contando a história dele. Eu fui embora do jornal em 2011, mas continuei acompanhando ele lá no Rio, porque aí o Gabriel foi meu anjo. Ele sempre fala que eu sou o anjo dele, e eu digo que o Gabriel foi meu anjo, porque a minha matéria do Gabriel, a primeira, saiu no Extra, quando ninguém me conhecia lá. E depois eles acompanharam lá, foi meio que uma parceria entre os jornais. E aí eu fui para o Rio de Janeiro, trabalhar lá, por causa dessa matéria. O fato é que hoje o Gabriel é bailarino profissional, ele já conheceu meio mundo, viajou muito, e ele trabalhou no Teatro Municipal.

CAETANO: O Teatro Municipal do Rio de Janeiro?

ALINE: Do Rio de Janeiro, dançou no Rio de Janeiro um ano no Teatro Municipal. E agora ele é da Deborah Colker, da companhia Deborah Colker. E sempre fala com a gente. E sempre diz “ah, quando eu for dançar em Paris” – e foi dançar em Paris! – e eu dizia para ele, “quando tu voltar para Porto Alegre pela primeira vez como bailarino profissional, eu quero fazer a cobertura”. Mas isso em 2010, dando risada. E ano passado ele veio, pela primeira vez, dançar como bailarino profissional, no dia do meu aniversário ainda. Foi no 04 de dezembro. Eu tava de folga, porque a gente tem folga no dia do aniversário. E eu disse “gente, eu não vou folgar, minha folga vai ser lá, eu vou cobrir isso, é a primeira vez que o cara tá vindo dançar”. Eu fiz a cobertura. Foi minha última matéria. Fechei meu ciclo, o cara agora é profissional. E ele sempre fala isso, a vida dele se transformou por causa daquela matéria. Ele talvez nem tivesse ido pro Rio, talvez não tivesse acontecido nada na vida dele. Então, essa história sempre me emociona, porque ele poderia tá no tráfico. E a mãe dele ficou amiga dele depois, eles não tinham uma boa relação, ele ajudou a mãe dele a melhorar a casa e tudo. Então o Gabriel é uma história que eu guardo com muito carinho.

E a outra, que eu vou falar rapidinho só, é a do Hospital da Restinga. Em 2007 me propuseram aqui no jornal levantar uma bandeira de alguma obra que estava há muito tempo. Aí o Claiton Magalhães, o editor-executivo na época, me falou “olha só, há 30 anos eles promete o Hospital da Restinga e nada, tá afim de ver isso?”. Eu não conhecia a Restinga, comecei a levantar dados, eles me deram 20 dias para levantar os dados, eu levantei os dados, comecei a estudar a história. De 2007 até agora a gente acompanhou essa história. Eu fiquei 2010 todo fazendo, só eu cobria essa história, quando eu estava de folga algum colega meu ia, eu tinha dossiês assim. Todo mês eu dava um relatório pro jornal de quantas matérias eu fiz, quantas pautas eu criei, tanto que o ministro da saúde, quando vinha para Porto Alegre, já dizia “ah, já vem a guria do hospital de novo”. Fiquei amiga do pessoal do Moinhos, por conta disso. E a comunidade me reconhece por isso, “a Aline é que trouxe o hospital”. Depois eu saí, outra colega assumiu nos dois anos que eu fiquei fora, e eu voltei e continuei até ser inaugurado. Até sair. Mas foi uma bandeira que a gente levantou, que eu ajudei a levantar.

Fora isso, tem outras histórias. No Extra eu também tive uma de trocar uma lei do Estado, modificada a partir de uma reportagem. Então a gente tem essas possibilidades que transformam as pessoas e transformam a gente também. Cada nova reportagem é uma lição. Eu tiro isso sempre como lição – “eu podia estar no lugar dele, podia ser eu ali agora”. É isso.

CAETANO: A visão de jornalismo que tu apresentou aqui, porque depois a gente entrou nas histórias das reportagens, mas a visão que tu apresentou, nessa possibilidade de dar voz a quem não tem voz e de ser uma informação transformadora, essa visão é a mesma que tu tinhas quando começou na profissão?

ALINE: A visão de transformar?

CAETANO: A visão de jornalismo.

ALINE: Sabe que minha visão era muito curta. Eu tinha a visão do herói, até por conta da Lois Lane. Até hoje ainda me falam, quando eu terminei o mestrado, “Aline, tu tem que parar de achar que o repórter é o herói, tu fala de uma forma que mitifica o repórter”, mas eu sempre pensei dessa forma. Que era no repórter que o jornalismo se sustentava, não era no editor, era no repórter. Era o cara que ia para a rua e trazia a história. Eu tenho essa visão, eu sempre tive. Inicialmente lá na faculdade eu cheguei a pensar: vou ser repórter esportiva, vou ser narradora de futebol, a primeira mulher. Porque eu sempre adorei futebol. Só ai eu pensava – tá, mas qual é a influência que eu vou ter na vida de alguém com isso? Não é no esporte, não. Eu quero ter alguma importância, mesmo que seja para a dona Maria não sei lá onde. Eu quero ser lembrada. E fazendo reportagem de esporte talvez eu não vá contribuir na vida de ninguém, eu quero mudar. Então eu acho que a visão, mesmo que inconscientemente, já era essa. Tanto que no TCC eu fiz sobre, eu nem sabia de jornal popular ainda, eu me formei em 2000, tava só começando o Diário, mas eu fiz com moradores da Ilha da Pintada para ver qual era a importância do Sérgio Zambiasi na vida deles, que era um cara populista e tal... Fiquei seis meses morando na ilha para fazer a observação das pessoas.

CAETANO: Nossa... No TCC?

ALINE: Meu TCC foi esse, eu fiquei conversando com as pessoas. E no fim, olhando hoje o TCC eu achei super fraco, assim, porque eu fiz muito básica a história das pessoas. Deveria ter aprofundando. Nossa, aquilo ali se eu fizesse hoje, ia fazer completamente diferente. Mas foi legal a experiência de ir para lá. Eu fiquei, não que eu tenha morado permanentemente, mas eu ficava três dias na semana, pelo menos, eu ia para lá sabe? E ficava lá com eles, para selecionar as pessoas que seriam parte do meu TCC e observar. Então, já tinha essa ideia de querer transformar a vida dos outros, era interessante. Já tinha essa ideia de transformar, sabe?

CAETANO: Sim. Mas tu falou que era uma visão mais curta, por que mais curta?

ALINE: Eu acho que ela foi mudando com a experiência, a experiência faz o repórter. Claro, já começou a mudar quando eu entrei na Zero Hora, vendo a emoção de Eliane Brum chegando aqui, com “A vida que ninguém vê”, os primeiros personagens...

CAETANO: Na época ainda que era coluna, né?

ALINE: Isso, era coluna. Ela já fazia outras reportagens, mas eu lembro, exatamente, dela chegando e sugerindo as pautas. E aquilo me emocionava, porque ela vinha emocionada para contar. Então, eu quero ser como ela... O próprio Carlos Wagner

também chegava faceiro assim com as pautas. E eu, “bah, quero fazer isso”. E aos poucos foi mudando. Depois que eu virei correspondente, muito mais. Porque aí eu comecei a ver que é possível, sim, ser essa ponte entre dois mundos diferentes. Toda vez que eu chegava e falava com um agricultor que tinha perdido tudo, e eu contactava a EMATER e a EMATER ia lá e tentava dar algum auxílio eu já dizia, “poxa, to fazendo alguma diferença”. N exemplos assim, sabe, muito além do acidente de trânsito que eu ia lá e tinha cinco mortos. Era a possibilidade de, sim, fazer algo diferente para as pessoas, então eu acho que foi aos poucos, foi se moldando isso, foi se moldando. E aí eu comecei, claro, o olhar da gente vai se aperfeiçoando, e quando eu vi a minha família lendo o Diário foi a hora que eu quis me mudar para cá. Porque meu irmão era cobrador de ônibus na época, meu pai operário, minha mãe técnica de enfermagem. E eles liam a Zero Hora, mas não liam com a vontade que eu percebia deles lendo o Diário. Porque quando o Diário se formou eu tava indo para o interior, em 2000. Quando o Diário se formou eu pensava “bah, espreme e saí sangue”, que era o que passava na universidade na época, notícias populares, era isso. Daí quando eu vi que minha família tava lendo ele, bom, se eles tão lendo esse eu quero escrever para esse também. Então, foi quando eu mudei.

CAETANO: Foi tu que pediu?

ALINE: Sim. “Olha, quando tiver uma vaga pro Diário eu quero vir por Diário”. Isso um ano antes, em 2004. E 2005 lembraram de mim, que aí eu já tava fazendo umas matérias legais na Zero Hora, mancheteando a Folha de São Paulo, aí eu vim para cá.

CAETANO: Tu já tá há dez anos.

ALINE: Dez anos em popular, eu saí em 2010 para o Extra e voltei para cá. Sempre em jornal popular. Mais os cinco de Zero Hora, são 15 de reportagem.

CAETANO: E o que mudou nesses anos de Diário Gaúcho?

ALINE: Tu diz de jornal?

CAETANO: Em tudo. Modelo de fazer jornal, estrutura de redação, linha editorial...

ALINE: Ah, foi mudando muito. Mudou muito, sim. Eu te digo que hoje eu posso escolher mais as minhas pautas. Eu me pauto. Muito. É que assim, quando eu entrei aqui eu fazia qualquer tipo de pauta, de dia a dia, e tinha facilidade, porque eram textos menores, textos mais curtos que na Zero Hora. Então eu fazia super rápido as matérias. E a redação era muito maior aqui. A redação tinha, sei lá, quase cinquenta pessoas.

CAETANO: Quantas tem hoje?

ALINE: Hoje, sei lá, tá com umas 27... Bem menos, tá bem reduzida. E essa redução que ocorreu no ano passado, quando houve a grande mudança, dia 05 de agosto, traumatizante inclusive. E, quando eu sai em 2010 eu já tinha esse poder de fazer matérias especiais, que era uma coisa que não tinha no Diário, de ficar mais dias fazendo uma reportagem. Fazer uma reportagem de três dias, por exemplo, não era uma coisa comum. A gente começou a fazer muito inspirado pelo Claudio Thomas, que foi o editor que veio depois do Alexandre Bach e ele achava que o Diário tinha que fazer grande reportagem também, assim como a Zero Hora. E eu comecei a sugerir as matérias e as matérias começaram a acontecer. E a gente foi pela primeira vez finalista do Prêmio Embratel, na época, em 2010, como o “Crack na infância”, que foi uma matéria que surgiu de uma ideia minha. E aí eu saí em 2010 e voltei em final de 2012,

porque eu tinha cansado. Lá eu tinha feito muita, muita coisa, foi uma escola tremenda. E voltei com uma proposta de encabeçar o grupo de reportagens especiais do Diário Gaúcho. A gente formou com quatro repórteres que pensariam grandes reportagens, reportagens de fôlego mesmo. Aí que eu fiz a primeira reportagem, que é uma matéria que eu já queria ter feito lá em 2010, fui embora e guardei ela, até passei para outro e o cara não fez, eu voltei e fiz uma matéria que era sobre pobreza em Porto Alegre. Eu queria mostrar quem eram as pessoas que ficavam abaixo da linha da miséria.

CAETANO: Pobreza extrema?

ALINE: Isso. E eu sugeri, a primeira reunião eu lembro, a gente veio e cada um tinha que trazer suas pautas e eu trouxe 15 pautas para fazer. Eu trouxe as 15, todas elas muito bem fundamentadas e tal. E dessas 15, cinco era coisas que eu tinha deixado em 2010 já como meta para 2011, que eu não fiz e que ninguém acabou fazendo, eu peguei de volta. Aí, eu acabei achando, acabei encontrando o Mateus Bruxel, que era fotógrafo, tinha entrado quando eu tinha saído, e nós trabalhamos com a história dos invisíveis. Fizemos uma grande reportagem, de três, quatro dias, que acabou saindo na Zero Hora igual também. Na Zero Hora saiu um pouco mais editada em duas páginas, aqui foram quatro páginas por dia. Uma grande reportagem. Então, isso é uma coisa que o Diário não tinha, que começou a ter, grandes reportagens. Com a mudança do ano passado para cá teve muita gente demitida, o grupo se desfez e a gente tinha ganhando vários prêmios com essa proposta de grandes reportagens. Então, assim, foi um baque bem grande, porque eu vim com a proposta de ser uma repórter, não era repórter especial, mas era uma repórter que pensava matérias especiais. E isso mudou. Porque mudou o editor-chefe, mudou o editor-executivo, todo mundo saiu, tiraram um repórter da geral, mudaram completamente a estrutura e isso acabou podando. A gente tem feito de lá para cá é tentar fazer boas matérias. Eu fiz uma especial esse ano, foi sobre cotas na UFRGS, ela foi bem, até, segundo as pessoas que mandaram mensagem – a gente recebeu muita mensagem, inclusive da UFRGS – foi a primeira reportagem que mostrou o lado de quem tava se formando, de quem ia se formar, as transformações nas vidas dessas pessoas. Foi bem legal essa, mas foi uma matéria que eu não queria fazer.

CAETANO: Por que?

ALINE: Foi sugestão do chefe, porque eu tinha outra pauta, legal assim, que eu queria fazer. E ainda tá ali, guardada, carta na manga. Mas ele queria muito que a gente desse alguma coisa sobre cotas, porque ele tinha dado uma olhada geral no jornal e não tinha visto nada a respeito. Eu posterguei ela por três meses, até fazer. Aí quando eu peguei, eu peguei e me enfiei nela, ele até me liberou para ir para o interior, ficar quatro dias com a menina que é de família indígena para acompanhar. Foi legal da parte dele que ele me liberou, que também não é uma coisa muito comum no Diário, ir para o interior. Ele tem dado uma liberdade e tudo. Claro, a gente tá com as pernas muito mais curtas, né. Muito mais curtas para se dedicar... O Edu agora fez uma grande matéria, tá concorrendo ao Esso, teve que dividir com a Zero Hora a matéria. Um daqui e um de lá para abraçar. Que foi sobre os meninos assassinados no primeiro semestre, ele fez o perfil de todos os eles. “Adolescência assassinada”, para mostrar que nem todos eram envolvidos com o crime ou tinham alguma passagem na polícia.

Então, o que mudou? Era um jornal menor no sentido de textos, depois se tornou um jornal que começou a ter coragem de criar grandes reportagens. A coisa da estrutura de família, que a gente tinha muito, aqui era quase família, a gente se dava muito, o pessoal era muito unido. Mas, foi tendo essas mudanças, essas mudanças no último ano,

principalmente, que a gente perdeu a equipe de fotografia, a equipe de fotografia teve que subir para a Zero, hoje não temos mais fotógrafos conosco diretamente, então isso também acaba perdendo um pouco da identidade do jornal. Isso também foi uma coisa que pegou bem forte, porque eu gosto muito de trabalhar direto com o fotógrafo, eu tenho essa coisa de parceria com o fotógrafo, de discutir a pauta antes e tudo. Então a gente perdeu. E perdeu o grupo especial, então, geralmente se o cara tem uma sugestão de pauta e tiver espaço ele libera para fazer e tudo, vai e faz, mas tu tem que estar bem sustentado. E já não é mais a mesma família porque mudou completamente, é outra vibe, é uma vibe quase Zero Hora, eu diria. A gente tenta manter o espírito, aqueles que continuam daquela época tentam manter o espírito – “não, olha só, a gente não é Zero Hora”. O editor-executivo era daqui, sempre foi, então é um cara que sempre auxilia dessa forma. Mas o que mudou foi isso, diminuiu o número de pessoas, a gente já não faz mais reportagens especiais com tanta frequência como se fazia.

CAETANO: Como é que vocês estão trabalhando a equipe de fotografia agora?

ALINE: Com a Zero Hora. É tudo em parceria com eles, eles liberam os fotógrafos. E eu sou muito chata, eles me odeiam. Eu toda hora peço “olha só, eu quero sair com fulano, essa pauta é pro fulano e não pro beltrano”. Eu já conheço e eu troco muita ideia com fotógrafo. Eu tenho essa mania, porque eu adoro imagem, eu não fui fotógrafa por um detalhe. Eu digo que eu não fui porque eu não tinha dinheiro para comprar uma câmera na época, eu sempre fui muito pobre e tal. Mas eu adoro imagem, acho que a imagem complementa a matéria. Tem que trabalhar na parceria. Então, sempre que eu posso, eu discuto pautas com o fotógrafo e eu sugiro sempre um nome para ir comigo na pauta. Isso é uma coisa minha. Então, é isso, as mudanças mais radicais foram essas. Eu sinto falta de sentar aqui nessa mesa e a gente discutir reportagem, sabe? Era uma coisa que ninguém tava fazendo, a Zero Hora foi fazer depois da gente, um grupo de reportagens especiais.

CAETANO: E como é que tu vê a influência que a própria empresa tem sobre teu trabalho?

ALINE: Aí é que tá, isso é uma coisa que eu fico bem tranquila. Do tipo, “olha só Aline, tu não pode fazer essa matéria por isso e por isso”, nunca aconteceu. Não. Comigo não. O que pode acontecer é do tipo: agora eu fiz uma matéria em General Câmara, que para mim tava ok, uma matéria, não saiu ainda, sobre o abandono dos prédios do exército, já tem bastante tempo isso e eu fui vender ela como manchete porque eram trinta milhões do exército indo pelo ralo. E o editor veio e disse “olha, a matéria não é essa, a matéria é outra, é o abandono da cidade, metade da cidade está abandonada”. E eu coloco isso na matéria, mas eu não abro por isso, eu abro pelo dinheiro – “não, o dinheiro não é nada, trinta milhões não é nada para a União, não é nada, tu tem que abrir com a questão da zona fantasma que é na área central”. Esse tipo de coisa sim, é uma orientação. Mas não de dizer “não, a gente não vai dar essa matéria porque é do exército”. Isso não, não. Eu não me lembro de coisas de serem proibidas de sair. Agora eu disse para eles, eu não quero assinar essa matéria aqui, uma outra matéria que eu to fazendo (cita a matéria), essa eu não vou assinar. Esse tipo de coisa acontece, mas daí eu mesma acabo dizendo.

CAETANO: Mas mais por tu achar que era melhor não se expor...

ALINE: É, melhor não expor, melhor não expor. Mas da empresa chegar e dizer “Aline, vamos derrubar essa matéria”, nunca. Acho que já aconteceu com outras pessoas, mas deles chegarem e dizerem “Bah Aline, tu não vai fazer isso daqui por nós vamos

prejudicar o nosso cliente”, não. Esse tipo de coisa não. Pelo menos por enquanto. Nunca tive isso de mudarem uma matéria. Acontece também de ter uma matéria 500, que a gente chama, que são aquelas matérias assim, a gente tem muita promoção aqui dentro do jornal. Ah, isso é uma coisa que a gente tá fazendo mais que não fazia tanto, essa coisa do marketing estar junto dentro da redação o tempo inteiro. Isso é muito chato, às vezes. E aí, assim, o senhorzinho ganhou um carro que foi sorteado do Diário, tu tem que ir lá e fazer uma reportagem com ele. Só que todo mundo vai lá e faz uma reportagem do tipo “seu fulano ganhou um carro com um cupom”. Eu fui lá e contei a história do cara. Eu resolvi ir lá, no Leopoldina, contei que era o sonho da vida dele, que aquele carro... Eu mudei a pauta, eu não vou fazer uma pauta só para constar. Já que eu tenho que fazer uma matéria sobre isso, então vamos contar a história dessa pessoa. E aí eu fui lá e contei a história dele, o quanto que aquele carro ia fazer de diferença na vida dele. Ele ia vender o carro, no fim. E a matéria rendeu um monte, foi até para a capa. Porque a matéria virou uma matéria, com toda a história da pessoa. E quantos outros também fizeram o mesmo que ele, mandaram um cuponzinho sonhando em ter um carro. E aí essa coisa acontece também, são essas pautas que são pedidas. Mas com bem menos frequência, graças a Deus.

CAETANO: Acho que tu já falou sobre isso, mas se tu quiser acrescentar, qual é o papel do jornalismo na sociedade contemporânea?

ALINE: Eu acho que é aquilo que eu já te falei mesmo. O jornalismo que eu faço tem que ter alma, tem que ter cheiro, tem que ter sentido, tem que olhar com os olhos de quem vai ler a matéria. Eu não posso ser o repórter escrevendo para outros repórteres, eu tenho que escrever pensando que a minha mãe vai ler aquela matéria, que estudou até a oitava série. O jornalismo que eu faço é esse, ele tem que ser uma coisa que possa ser próximo de qualquer pessoa, é isso. Independente da reportagem que eu vá fazer, para qual editoria que eu estou escrevendo, ele tem que ter esse papel de ser de fácil entendimento para qualquer pessoa. E que ele tenha, mesmo que seja uma matéria de variedades, ele tem que ter uma função, tem que fazer a pessoa pensar de alguma forma.

CAETANO: E o que tu entende como os valores mais importantes para o jornalismo?

ALINE: Acho que a questão do respeito com o leitor e com o entrevistado, acho que é uma coisa fundamental. Essa coisa de se colocar no lugar da pessoa, é sempre. Não é só no jornalismo de imersão que a gente faz isso, mas numa matéria do dia a dia, na própria hard news. Para saber respeitar, por exemplo, tu chegar num velório e se a pessoa não quiser falar tu não vai falar com ela, não chegar simplesmente pedindo o nome, a idade e a profissão. Tu respeitar o momento, entender que tu só é mais uma pessoa ali, tu não é um Deus nem nada. Eu acho que tem que ter humildade. Por mais que eu diga que eu sou a voz da pessoa, eu tenho que ser humilde, sabe? Para entender que aquela pessoa ali é mais importante do que eu, sabe? Ela tá abrindo a casa dela, ela tá abrindo a vida dela para mim, então eu tenho que respeitar o máximo que eu puder. Humildade, respeito, que mais que eu posso dizer? Já falei tanta coisa... Ah, e pensar sim que tu tem que tentar, por mais que a gente construa a realidade, que o repórter constrói a realidade que vê – isso veio agora do mestrado e me chocou bastante, não levava desse jeito, mas é realmente isso, tu acaba construindo com o que tu viu – tentar ser o mais próximo daquilo que viu. Não inventar. Por favor, mentira Deus me livre. Nem copiar dos outros. Copiar do Wikipédia. Não, não! Ser o mais, me faltou a palavra...

CAETANO: Fidedigno.

ALINE: Isso, isso!

CAETANO: E entrando numa descrição do teu cotidiano, em que consiste efetivamente teu trabalho como repórter? Tu tem rotina, não tem rotina?

ALINE: Não. Aí é que tá: eu sou devorada pelo trabalho. Eu sou repórter 24h. Meus amigos sabem disso. A minha vida gira em torno de reportagem. Tudo vira pauta para mim. Uma conversa com um gari virou pauta, eu virei gari por três dias, me tornei gari depois de conversar com um gari, de ouvir uma conversa para ser gari eu virei gari e fui, a matéria foi semifinalista do Esso. Tudo pode virar uma pauta. Uma conversa com um taxista. Andar de ônibus. Fundamental o jornalista andar de ônibus, fundamental o jornalista andar a pé. Largar o carro em casa, vai caminhar, vai pro centro, vai respirar gente, sabe? Isso é fundamental. E eu sou repórter o tempo inteiro. E a minha família virou repórter também. Meu pai faleceu faz três meses, mas ele era meu ponteiro. Tudo. Ele ouvia uma coisa na rádio, já ligava, “olha Aline...”, sempre, sempre. Eu sou apaixonada pelo que eu faço. Eu amo o que eu faço. E a hora que eu sair do jornal, eu vou tentar reportar do mesmo jeito. Eu acho que eu vou ser repórter para a vida inteira, mesmo que eu, sei lá, eu hoje sou professora também, mas eu estou professora, eu sou repórter. E, assim, eu não consigo separar. Eu não consigo separar. Já me disseram, “Aline, tem que separar”, não dá. Eu tiro férias, eu tento me isolar um pouquinho, mas não vai, simplesmente no dia que pegou fogo o Mercado Público, tu estás num bar, bebendo, sabendo que a coisa tá pegando fogo, tu vai virar as costas e dizer “não, olha só, eu to de folga, deixa para queimar”. Não. Eu vou ligar e dizer “olha, tão precisando de ajuda? to indo para aí”. O dia da Kiss, boate Kiss, eu tava de folga aquele final de semana, fora da cidade, na hora que eu vi, que meu pai, que acordou 6h30 da manhã e “olha, tá pegando fogo uma boate”, eu liguei na hora. Vim para cá, trabalhei até meia noite, uma hora da manhã. Jornalista é jornalista 24h. O cara que simplesmente desliga o botão às 18h e vai embora, com licença, ele pode ser qualquer coisa, burocrata, mas jornalista... Dizem que isso é idealização minha, mas é uma coisa minha, tu vai ouvir a Juliana Bublitz ela vai falar a mesma coisa, tu é repórter o tempo inteiro. Tu enxerga pauta em tudo. Acho que isso é fundamental no jornalista, em quem quer ser jornalista, é não desligar.

CAETANO: E como são os teus horários?

ALINE: Então, eu agora to num ritmo muito acelerado, porque eu faço mil coisas ao mesmo tempo. Aqui eu trabalho, meu horário seria das 9h-17h, mas hoje eu cheguei às 7h30 porque eu queria editar um vídeo que já tava há mais tempo. Eu faço vídeos também, eu roteirizo, eu tenho uma página semanal chamada “Caminho do Bem”, que é uma ideia nossa, já tem um ano. E aí toda semana tem que ter uma boa história de pessoas para contar. História de solidariedade. Então para isso a gente faz vídeo, eu roteirizo o vídeo e decupo. E mando para a edição lá em cima. Aí eu geralmente tenho uma pauta no dia, isso também mudou, porque agora tu é obrigado a ter uma pauta já programada do dia anterior – até por conta dos fotógrafos, que são compartilhados –, geralmente pautas sugeridas por mim, se não tiver eles me deixam ali, mas eu já deixo pré-produzida, antes de ir para a rua. Aí eu faço isso. Muito difícil eu sair no meu horário. Muito difícil eu sair às 17h, porque tu acaba se estendendo, fazendo outras coisas e tal. Hoje eu vou ficar aí até tarde. Quando eu saio num horário cedo, eu gosto de correr, correr na rua. E eu to dando aula agora, me convidaram para dar aula na PUC, eu to dando duas noites, quarta e quinta, na FAMECOS. Eu dou aula de produção em revista e produção de livro reportagem. A gente tá produzindo um livro reportagem e uma revista. E isso tá me cansando bastante, são duas turmas grandes e tá consumindo

as minhas folgas, os sábados e domingos que eu tenho mais livre, eu tenho que corrigir texto e tal. Isso eu acho que não vou continuar semestre que vem, até porque eu vou dar um curso de extensão agora na UNISINOS, começa sábado, em jornal popular. Eu e o Mateus, vamos dar quatro sábados seguidos em jornalismo popular. Eu acho que eu pretendo fazer isso, dá curso de extensão e não prolongar o semestre inteiro. Até porque a gente tem um grupo fora, de três amigos, eu, outro fotógrafo e esse fotógrafo que já saiu, e a gente quer produzir webdocs, por conta, para curtir, daqui a pouco abrir uma empresa, não sei. Contar narrativas, narrativas de vida. Então a gente também tem isso produzindo juntos, a gente teve que dar um tempo até por conta dessa correria das aulas. É uma vida bem intensa. Aqui a gente não trabalha sábado, então meus sábados eram normalmente os dias que eu tenho mais livre para fazer outras coisas. Agora, com a história da faculdade, até 10 de dezembro e eu estou contando nos dedos, eu to bem presa. Depois sim, depois vou largar. Vamos ver o que vai acontecer. Mas a rotina, não há uma rotina. E isso é uma coisa que me agrada. Se eu tivesse uma rotina eu já teria largado isso há muito tempo. Nossa! Se eu tivesse que bater o cartão às 9h e sair às 17h eu já tinha largado, porque, esses dias eu passei 24h na casa de uma família isolada lá, que tava isolada, ilhados em Novo Hamburgo. Para chegar na casa deles só de helicóptero, eu peguei um barco em Campo Bom, nove quilômetros pelo Rio dos Sinos para chegar na casa deles. Coisas que eu não faria em outro lugar, sabe? Todo dia a gente sai e eu “bah, quando é que eu viria nesse lugar se não fosse pelo jornalismo?”. Eu conheço cada buraco de Porto Alegre, da região metropolitana. O jornalismo me deu isso. Se eu fui a Paris, foi porque o jornalismo me levou. Eu conheci Paris porque ganhei um prêmio, então... Eu fui a Silva lá. Coisas desse tipo, o jornalismo me leva, me move. Rotina é uma coisa que não existe.

CAETANO: Bom, tu tá trabalhando como docente, pensa em fazer webdocumentários. Alguma outra coisa?

ALINE: É, eu voltei para Porto Alegre com a ideia de fazer mestrado, a proposta da empresa aqui foi essa: “Aline, tu volta, a gente te dá uma bolsa de estudos, tu faz o teu mestrado com o horário que tu quiser”. Então eu fiz o mestrado, só tenho a agradecer, porque o jornal me deu essa possibilidade, de horários também, e a minha ideia era dar aula mesmo. Só que chegando lá, dando aula, eu já não sei mais se eu quero ficar fazendo só isso.

CAETANO: O que te levou a querer fazer algo além do jornalismo diário?

ALINE: Eu dava muita palestra, desde 2010, e eu comecei a gostar de fazer isso. E eu vi que as pessoas gostavam de me ouvir. Bom, quem sabe eu posso dar aula. Só que aula é diferente. Aula é outra dinâmica. E acho que, talvez, eu não tenha nascido para isso. Nesse momento. Por isso que o jornalismo ainda é dinâmico. Eu posso daqui a pouco mudar e querer ser professora, mas por enquanto eu acho que tenho gás, quase 40 anos de idade e eu acho que eu tenho gás para tá na rua. E a ideia dos documentários é porque, no Rio de Janeiro eu comecei a fazer muito vídeo para o jornal e comecei a roteirizar, adorei. Eu voltei, fiz um curso de roteiro e fiz um curso de montagem, por conta própria, e eu gosto muito dessa área, gosto do audiovisual. É uma coisa que me fascina. Cada vez eu to aprendendo um pouco mais. Por conta, bem por conta.

CAETANO: O que te motiva como jornalista?

ALINE: O que me motiva é gente. É saber que todo dia eu posso conhecer uma história nova, que vai ser aberta sem eu precisar fazer muito esforço, ou algum esforço até, mas conhecer pessoas. Eu perdi a conta de quantas pessoas eu conheci na vida nesse período,

sabe? Semana passada falavam “ah Aline, mas agora tu é professora”, eu sou professora mas eu gosto de gente, eu quero ouvir histórias de gente! É saber que eu to te conhecendo agora, e não sei em que momento eu poderia te conhecer. É conhecer pessoas, falar, é isso que me motiva.

CAETANO: E o que te frustra como jornalista?

ALINE: O que me frustra? É quando eu não consigo mudar a vida de alguém, quando eu não consigo, sei lá, que o buraco de rua seja fechado depois que eu publiquei uma reportagem. Isso eu fico feliz, quando eu faço uma reportagem do poste torto e a CEEE sobe lá em cima e coloca aquele poste no lugar, sabe? Tem gente que detesta fazer “O seu problema é nosso”, eu adoro. Eu adoro, porque aquilo ali é exatamente o que a gente tem que fazer, sabe? Não deveria, mas eu não acho que é assistencialismo, tem que bota a boca no trombone mesmo, se não quem vai botar? Se não for o jornal, quem vai fazer? Vai ser só mais um. E isso me frustra, quando eu não consigo o objetivo de mudar. Ou prejudico alguém. Não me lembro de ter prejudicado. Na matéria do Gabriel, a primeira, eu coloquei uma palavra, eu disse que a casa dele era de madeira podre. Eu nunca esqueço disso, a mãe dele me ligou chorando e disse “Aline, é a única casa que eu tenho para os meus filhos, tu disse que ela é podre”. Eu chorei muito, durante uma semana, e eu nunca mais, toda vez que fazer uma matéria, eu cuido muito as palavras. Porque eu magoei muito ela. E a gente ficou um tempo sem se falar. Cuidado com as palavras, às vezes tu pode estar magoando alguém. Então, toda vez que tu for entrevista alguém, tu tem que explicar exatamente o que tu tá fazendo. E mais de uma vez, duas, três, quatro, até ele entender.

CAETANO: Tu pretende continuar atuando como jornalista no teu futuro?

ALINE: Forever (risos). Vou fazer que nem o velhinho que eu entrevistei, o professor de 68 anos, “deixa a vida me levar, vida leva eu”. Eu vou ser até onde eu puder.

CAETANO: Tu tem algum outro tipo de projeto dentro do jornalismo que tu pense em realizar, além dos webdocs?

ALINE: É, o projeto que a gente tem, o “Caminho do Bem”, para mostrar essas histórias de solidariedade, a gente tá indo para a sexta história, amanhã é publicada. Eu acho que, assim, fazer documentários com narrativas de vida, histórias de vida, nesse sentido, buscar esse espaço de audiovisual. Talvez, saindo do impresso eu vá para esse lado, do audiovisual. Não TV, audiovisual mesmo, documentários. É isso que eu gosto de fazer. E não ficção, eu não gosto de ficção. Reportagem.

CAETANO: Tipo faz a TV Folha...

ALINE: Isso, isso, alguns documentários que estão sendo colocados no TV Brasil, em alguns canais...

CAETANO: Sim, eles têm aquele Repórter Brasil.

ALINE: Isso, Repórter Brasil, coisas desse tipo.

CAETANO: Tu tem algum sonho no jornalismo? Um grande sonho que tu ainda pense em concretizar?

ALINE: Tenho. São duas coisas, duas grandes reportagens que vão em consumir pelo menos dois meses andando. Uma é no Estado e uma no país. Não vou falar muito, porque são ideias. Uma eu já vendi aqui, não foi aceita esse ano porque levaria muito

tempo para ser feita, mas é uma matéria multimídia que envolve foto, vídeo, rádio, para tudo. É uma grande reportagem, de profundidade, que vai render pelo menos umas 20 matérias. Eu não penso em cobrir uma guerra ou algo assim. Eu acho que as histórias tão aqui do lado, do outro lado da rua. Tu não precisar ir muito além para fazer uma grande reportagem. Tu precisa de tempo, e isso é uma dificuldade. Então eu preciso de tempo para essas duas grandes reportagens, que não sei se vão mudar muito a vida de alguém, mas a minha com certeza, nesse ponto é algo que eu quero transformar. E certamente vou transformar, porque vou contar histórias que até agora ninguém contou. E escrever um livro, eu quero escrever um livro de reportagem. Eu já queria ter feito isso com minha dissertação, não consegui. Eu tenho essa ideia de escrever um livro. Pelo menos um. E fazer essas duas grandes reportagens, que podem se tornar um livro depois.

CAETANO: Falta tempo?

ALINE: Falta tempo. Falta tempo. Tchê, tu não tem ideia da quantidade de pauta que eu tenho, que talvez nem seja pro jornal, mas para mim. Aí todo mundo “ah, tu é uma sonhadora”. Eu sou uma sonhadora com pé no chão, eu digo. Cabeça nas estrelas, pé no chão e olhar no horizonte, se tu quer me definir é isso.

APÊNDICE B – Entrevista com Letícia Duarte, repórter especial do caderno “Proa” de Zero Hora. Entrevista ocorrida em 26/10/2015.

P: O que te levou a escolher jornalismo como profissão?

R: Então... Eu acho que eu escolhi jornalismo porque eu queria mudar o mundo. Como muita gente. Tinha um componente forte, como ainda tem para mim, esse componente de achar que o jornalismo pode ajudar a mudar a sociedade. Eu já não tenho a pretensão que vou mudar o mundo, mas continuo achando que o jornalismo tem que dar uma contribuição social e isso sempre. Também gostar muito de escrever era uma das coisas que conciliava, assim, eu gostava muito de escrever e queria fazer algo que eu achasse que tava dando uma contribuição social. Jornalismo casou essas duas coisas, essa vontade de gostar de escrever, principalmente, e de achar que meu trabalho poderia fazer algo... Apesar de todas as dificuldades, eu continuo perseguindo isso.

P: E o que é jornalismo para ti?

R: Ah... Jornalismo para mim... Tem muita gente que fala que jornalismo é contar histórias. Eu não acho que seja apenas contar histórias. Eu acho que, mais do que contar histórias, a gente tem que escolher que histórias a gente vai contar, como a gente vai contar. Eu acho que o jornalismo é um veículo de informação, mas também de interpretação da realidade e de, alguma forma e alguma medida, de construção, de retroalimentação e construção. Um espelho onde a sociedade se enxerga, pensa sobre si mesma. É esse trabalho de retroalimentação, acho que passa por tudo isso, informação, reflexão, enfim.

P: E tu falou que não é só contar histórias, mas também pensar e escolher quais histórias a gente vai contar. O que norteia esse tipo de decisão, pensando na tua atuação?

R: Eu costumo brincar que a redação é um campo de batalha. Porque em cada redação tem muitos pontos de vistas e muitas histórias disputando quais vão merecer espaço e quais não vão merecer. Porque, mesmo na internet, onde a gente tem um espaço maior e não fica refém do papel, tem um limite de mão de obra, tem um limite de energia. A gente precisa escolher quais histórias a gente vai ter perna para cobrir, a gente não cobre tudo. E isso passa por muitas discussões, por muitas instâncias, e é um processo de disputa mesmo, do que entra e do que não entra. Eu, as histórias que eu gosto muito de cobrir e que me sinto feliz, que eu luto por elas, são essas histórias que mostram o lado social do jornalismo, que façam a diferença na sociedade. Eu gosto muito dessas questões que façam as pessoas pensarem. Esse trabalho, “O Filho da Rua”, que eu passei três anos fazendo, para mim aquilo era um projeto meu. Era uma coisa que eu queria contar aquela história, para mim era importante, é o tipo de jornalismo que eu quero fazer.

P: A dos refugiados foi ideia tua também?

R: Essa o jornal me pediu, me escolheu para a cobertura, e a gente discutiu como fazer. Porque, também, era uma história grande demais, o que é que tu vai contar? E a gente conversando, eu falei “bom, eu gostaria de caminhar com eles, acho que pode ser diferente”, enfim, tentar estar o máximo de tempo possível com eles. Que é um jeito diferente também de contar a história do que simplesmente perguntar “como é que é ser refugiado?”. Tem muitos jeitos de contar a mesma história. Não exista aquela coisa, a gente não é neutro. São escolhas que a gente precisa fazer. Então, sempre que possível,

eu gosto muito dessa coisa de gente, do papel social, de poder ajudar a pessoa a ver que aquela história tá falando da gente também, tá falando do mundo da gente, que faça a pessoa pensar também. Eu gosto muito quando alguém me escreve “ah, agora eu entendi, agora eu não vou dar mais esmola porque eu vi que a esmola faz mal por causa da história daquela criança. Eu vi que aquilo ali tá errado, ela vai ficar na rua”. Agora com a matéria dos refugiados, “ah, eu entendi que aquela gente, eles não são terroristas, são gente como a gente, é um pai querendo salvar seus filhos”. Para mim isso tem um valor, que é muito maior do que uma vaidade, é algo que, para aquela pessoa, aquela matéria fez diferença. Teve um pai que me escreveu dizendo que era contra os países receberem refugiados e que, depois de ler a matéria, ele disse que não, que eles têm que receber mesmo. Mudou a cabeça daquela pessoa, sabe? Isso eu acho lindo, assim, o poder que o jornalismo tem de entrar na vida das pessoas e ajudar as pessoas a pensar, às vezes enxergar ângulos que elas não conheciam antes.

P: Tu já falou um pouco sobre isso, mas caso queiras acrescentar algo: o que tu entendes como o papel do jornalismo na sociedade contemporânea? Qual o papel que o jornalismo cumpre? Ou deve cumprir...

R: É... tem o cumprir e deve cumprir. Eu acho que o jornalismo tem que ser esse canal de reflexão, de enxergar a realidade, pensar sobre a realidade e ajudar a pensar sobre os rumos. Tu mostra, as pessoas se enxergam e têm essa... É um espelho, mas tem que apontar para... Ajudar a enxergar os problemas sociais, as injustiças. Eu acredito muito nisso, de alguma forma é um grande fórum de debates, o jornal tá ali, todas as visões de mundo podem estar ali discutindo, brigando, mas as pessoas se obrigam a conversar. Não fica aquela coisa só do seu mundinho. Tá errado quando isso acontece, sei lá, pega uma Veja que tem sempre a mesma visão, ela não tá conversando com ninguém. Mas uma história mais plural, quando tu consegue botar na mesma história os pontos de vistas diferentes e ajudar as pessoas a enxergarem isso, enfim, acho que a gente contribui para o debate na sociedade. E acho que a sociedade fica melhor com o jornalismo, tem um papel importante.

Com todos os problemas, não é uma ciência exata. Como se faz isso? Na prática, conciliar com as condições reais de produção, como fazer isso? Acho que a missão é nobre, e muito importante, agora, como executar é nosso desafio diário. Tem uma luta contra o tempo, tem luta de equipe, tem outras coisas...

P: A questão do tempo...

R: É cruel. Às vezes se cobra, também, “ah, é tudo superficial”. Tá, mas eu fechei essa matéria em duas horas... Enfim. Às vezes consegue fazer um especial, mas às vezes é aquilo que o cara acabou conseguindo para o momento.

P: Letícia, a visão que tu tens de jornalismo hoje é a mesma que tu tinhas quando começou na profissão? É similar?

R: Eu acho que na essência é muito semelhante, mas, hoje, claro, eu tenho uma bagagem de experiência muito maior, que me permite uma visão menos ingênua, menos romântica, de ver como é que as coisas funcionam. Quando a gente começa na faculdade, começa a ler, parece que é tudo assim: tem os malvados, o clube que se reúne para esconder certas coisas, mostrar certas coisas, manipular outras coisas. Trabalhando numa redação a gente vê que não é assim que as coisas funcionam. Claro que existem interesses que permeiam, mas existem tantas instâncias, tantos fatos, que determinam

uma escolha do que entra ou não, que isso é bem mais complexo. Então, eu acho que, muitas vezes quando se faz uma crítica ao jornalismo, também ela sofre do mal que ela crítica: as pessoas criticam o jornalismo por ser raso, mas as críticas também são rasas e são baseadas em estereótipos. E é muito mais complexo do que isso. Realmente é muito difícil. Acho que a crítica também sofre, acaba ficando no mesmo estereótipo. Julga o jornalismo como “a mídia malvada”, e eu acho que isso contribui pouco para o debate.

É claro que hoje eu tenho toda essa experiência, mas também eu acho que eu tinha muito mais preconceito. Hoje, acho que a gente... Um parênteses, assim. Eu morei na África, um ano. Eu sempre tive muitas crises com o jornalismo, até hoje tenho minhas crises. Porque esse desejo de fazer algo social, eu pensava “ah, será que to conseguindo, será que o jornalismo, o quanto é um produto a ser vendido, meu trabalho, ou será que to fazendo algo?”. Porque a gente não consegue medir uma matéria com os efeitos que produz. E isso, sempre, é uma coisa que é permanente nas minhas reflexões. E eu tirei um ano sabático no interior da África, para trabalhar como professora voluntária numa escola pública.

P: Quando isso?

R: Em 2006. Eu pensava “agora vou fazer o bem, agora sim, larguei tudo, deixei tudo para trás”, num lugar que não tinha nem energia elétrica, um dos dez países mais pobres do mundo, era Moçambique. Tudo muito no limite assim. Eu morei um ano e achava, aqui era o lugar do bem, aqui sim vou fazer uma contribuição. E quando eu cheguei lá, em Moçambique, nessa missão que era uma missão católica e tudo mais – eu trabalhava como professora de português numa escola pública, mas era uma missão católica –, eu vi tantas barbaridades nessa missão, que eu fiquei meio chocada assim, e fiz as pazes com o jornalismo.

Bom, chegando nesse lugar, “eu vou fazer o bem”. Lá eu vi pedofilia de religiosos, eu vi a igreja disputando batizados – o vaticano mandava grana conforme o mundo de batizados –, os religiosos pregavam abstinência sexual enquanto as pessoas morriam de AIDS. Eu vi tantos conflitos nesse lugar, que era o lugar de fazer o bem, que isso me fez fazer as pazes com o jornalismo. Me dei conta que é pequena essa visão de “aqui é o lugar do bem, lá é o lugar do mal”, e vi, assim, que o que importa é a gente tentar fazer o melhor onde a gente tá. E que não existe esse mundo ideal. Eu fui lá para os confins da África achando que lá ia fazer o bem e vi coisas horríveis, fiquei muito chocada. As empresas de jornalismo são santas perto disso aqui (rindo). O que acontecia no interior daquela missão era chocante. Isso me ajudou a ter uma visão menos maniqueísta das coisas, e pensar que, no fim, as escolhas éticas e as coisas que a gente faz, a gente tem que tentar fazer independente do lugar. E essa é a nossa contribuição. Talvez a gente não vá mudar o mundo inteiro, mas eu sei que, com o meu trabalho, dentro de qualquer condição que se tem dentro do capitalismo, eu tento fazer o meu trabalho da melhor maneira possível, com as coisas que eu acredito, com um padrão ético. Essa experiência, nesse sentido, foi muito forte para mim e me reconciliou com o jornalismo. (rindo). Foi um grande parêntesis, mas talvez ajude a entender melhor.

P: Quando tu entrou na Zero Hora?

R: Eu entrei em 2003, antes de me formar. Estudava lá na UCS, trabalhava no Pioneiro. Era uma coisa assim, não podia ter estágio, então te contratavam. Quando eu ganhei o primeiro Esso, foi antes de me formar, até engraçado, eu já trabalhava como repórter,

trabalhei dois anos e meio lá, mas aí eu me formei, tinha ganho o Esso, e depois vim transferida para cá.

P: Que matéria foi?

R: Era uma série sobre meninas, era “Adolescência prostituída” o nome, meninas que faziam programas nas beiras das estradas, na serra. Tinha casa que vendia programa por R\$1,99, várias coisas assim. Então, acho que já era assim, isso que falo do jornalismo social, já tinha esse componente.

P: Em mais de dez anos dentro da ZH, o que tu viu de mudança?

R: Eu acho que tem essa mudança muito forte do online, uma mudança de modelo. A criação do online, adaptação, toda essa mudança de paradigma – papel, online. A estrutura de redação cresceu por um lado, porque agregou novas funções, mas também a estrutura de reportagem, as equipes diminuíram, teve um enxugamento em funções de jornalismo, reportagem. E a gente vive essa grande... Antes não tinha essa coisa, vai acabar, não vai acabar, era uma coisa que dava certo e que hoje tem esses questionamentos. Eu acho que é uma redação mais inquietas, são tempos mais desafiadores.

P: Turbulentos?

R: É. Tem uma incerteza muito grande. A gente não se questionava, questionava se a gente ia fazer isso ou aquilo, essa matéria ou outra. Hoje, junto com essa discussão sobre o que fazer, tem a discussão de como fazer, vai dar certo, não vai dar certo? É mais turbulento, mas ao mesmo tempo traz possibilidade de criar coisas que podem ser interessantes.

P: O que tu entende como os valores mais importantes para o bom exercício do jornalismo?

R: Ética. Eu acho que a gente precisa empatia, essa coisa de conseguir se colocar no lugar do outro, de ter uma sensibilidade para se aproximar das realidades, poder descrever. Porque jornalista, se me perguntar o que é um jornalista, eu acho que jornalista é um tradutor de mundos. A gente precisa ir lá, entender uma realidade que não é nossa, traduzir aquilo para uma realidade simples, acessível, para o grande público, e para fazer essa tradução a gente tem que se colocar naquele lugar, ter sensibilidade para conversar com as pessoas. Eu acho que ética, empatia e uma obstinação, também. Porque é muito difícil fazer jornalismo. Pode ser muito fácil pegar lá uma declaração de alguém e reproduzir, mas se tu quer realmente ser um jornalista, fazer uma reportagem que vá além das camadas do óbvio, dá muito trabalho, é muito difícil. Eu acho que obstinação é muito importante para um jornalista que queira fazer um trabalho especial, não o “jornalismo das aspas”, o jornalismo declaratório. Isso até pode ser mais simples. Então, eu acho que obstinação é um elemento... E a indignação também. Porque, se alguém acha que tá tudo ok, talvez não tenha essa motivação para fazer esse trabalho que precisa.

P: Como é que é teu dia a dia como repórter? Porque, não sei se podemos falar periodicamente, mas tu tens grandes matérias na carreira, tu tens essa oportunidade de fazer grandes matérias, mas como é o teu dia a dia como repórter?

R: É, varia muito porque depende muito do que tu tá fazendo. Atualmente, eu sou repórter especial, mas eu to vinculada ao Caderno Proa, nosso caderno de domingo. Então, geralmente eu tenho uma matéria da semana para fazer, e isso me envolve. Eu tenho uma certa flexibilidade de horários, porque a gente fecha na sexta, então eu tenho que me organizar para fazer as entrevistas. Só que isso, a flexibilidade, ela engana, porque o cara só pode falar contigo ou de manhã, ou de tarde, ou de noite, aí tu vai e acaba trabalhando todos os horários, porque tu te adapta às necessidades da reportagem em si. Mas eu acho bom, é importante, mas não é cômodo. Geralmente eu fecho matérias pro Proa, e eu tenho alguns projetos que eu toco paralelo, coisas que eu sugiro, coisas que surgem, e aí, dependendo, isso me toma tempo integral ou momentos, assim. Tenho um projeto que é meu, que eu vou fazendo meio paralelo, sobre adoção. Então, sei lá, no sábado eu tava de folga, mas eu fui lá num encontro do grupo de adoção, porque eu queria começar a me aproximar deles. Ou, às vezes aqui tá uma semana um pouco mais calma, eu pego um horário e vou fazer uma entrevista, então, algumas coisas tem que ir tocando para, quando estiver mais estruturado, aí sim, conseguir uma liberação para conseguir ficar só com isso. Mas é uma coisa que exige um pouco de maturação, de organização, de preparo. Geralmente é mais ou menos isso.

P: Bom, eu até ia te perguntar uma descrição também de horários, mas eles são bem flexíveis, pelo que tu falou...

R: É... Assim, geralmente, agora no Proa – isso muda também.

P: Tu tem escrito sempre pro Proa, agora, né? Teus textos têm saído sempre no domingo.

R: É, agora eu to no Proa, no domingo. Claro, eventualmente se eles me pedem alguma coisa. No fim de semana eu faço plantão no notícias, ontem eu tava trabalhando, tava editando as páginas de política. Já trabalhei na geral, na política, mas a minha casinha agora é o Proa. No geral era mais intenso, porque tinha que fechar todo o dia. Agora fecha só para domingo, e faço esses projetos, ou por exemplo, com os refugiados, fiquei duas semanas viajando e escrevendo. Então, varia bastante. Mas, numa semana mais tranquila eu costumo chegar aqui segunda-feira às 11h e fico até umas 20h. É o horário Proa. Mas, aí depende, às vezes o entrevistado só pode me responder às 9h, eu chego antes, ou ligo de casa, ou se for de noite eu vou me organizado, aí depende.

P: Tu costumava trabalhar muito de casa?

R: Às vezes. Por exemplo, essa matéria dos refugiados eu fiz toda ela em casa, porque eu precisava de mais silêncio – “ah, escreve em casa”. Às vezes, para escrever texto, porque a redação é muito barulhenta, então eu prefiro um ambiente mais silencioso, então trabalho de casa.

P: Pensando no teu trabalho, no que tu escreves, em que tu vê que a empresa tem influência sobre teu trabalho? Não só sobre vetar ou não vetar, sobre todos os aspectos, como é que tu enxerga?

R: Eu me sinto com bastante liberdade sobre o que eu escrevo. Principalmente no Proa, acho que a gente tem até mais liberdade que a média do jornal, por ser um caderno de domingo, ele é mais... Eu gosto muito, a gente tem mais liberdade do que a média do jornal, porque às vezes, a matéria do dia a dia é mais calibrada do meio a meio. O Proa, como é uma pegada mais intelectual/reflexão, a gente pode pirar um pouco mais. Mas eu acho, talvez, o que a gente tem de mais influência é que a gente não... tem várias

instâncias de decisão, que a gente simplesmente não escreve sobre tudo, talvez, até... eu não acho que exista uma censura, mas eu acho que o que existe de deliberação não é sobre o que tu escreveu, mas as matérias que não se escrevem. A gente apresenta vários projetos de pauta. Algumas são escolhidas, outras não. Talvez certos assuntos ficam menos abordados. De modo geral, a gente cobre pouco a questão indígena, por exemplo. O jornal cobre muito mais a visão dos agricultores, porque o Rio Grande do Sul tem uma tradição forte agrícola, uma série de coisas assim, que se for pensar e colocar numa balança para ver quem recebe menos atenção, índios recebem muito pouca atenção. Me orgulho que a gente conseguiu fazer uma matéria sobre índios no Proa. Mas, via de regra, as coberturas falam mais dos agricultores. Então, acho que tem umas orientações que, claro, são permeadas por grupos econômicos que são mais representativos, eles acabam tendo uma representação maior no jornal. Eu acho que isso faz parte da retroalimentação da sociedade, a sociedade também não é igualitária, então, quem fala de índio? O jornal espelha um pouco isso. As minorias, os negros, a questão do assassinato de jovens negros, as minorias, via de regra, assim como na sociedade têm pouca visibilidade, eu acho que na mídia, em geral, também têm. Mas aí entra aquela coisa do campo de batalha que eu falei. Eu acho que é nosso papel, como jornalista, cobrar – “vamos ver, são problemas públicos, as pessoas não vão ter interesse nisso?”. É sempre uma discussão, eu acho que é esse terreno de discussão.

Eu me sinto muito feliz, por exemplo, antes do “Filho da Rua”, ninguém achava que o jornal ia dar tanto espaço para um tema social que não é exatamente novo, porque criança de rua, “ah, já é um assunto batido”. Porque o argumento não é que não é importante, o argumento é “ah, isso tá batido, todo mundo já sabe, não tem nenhum retorno econômico”. Mas quando saiu o “Filho da Rua”, que aí eu acho que também é o papel do repórter de pautar e mostrar que o tema pode ser interessante, quando saiu a matéria, o grau de retorno que houve foi tão grande, que, bom, aquilo tudo quebra o paradigma. Não, é possível sim. Então, eu acho que tem, o papel do repórter. As coisas não são estáticas assim, “isso pode, isso não pode”. Mas tem. Talvez não seja o caminho mais fácil, talvez houvesse mais incentivo para se fazer matéria sobre tecnologia, moda, coisas assim, do que sobre menino de rua. Mas dá para fazer. E a gente precisa fazer. Então... acho que é esse campo de batalha.

P: Dentro das relações de poder no jornal...

R: É, que acho que todo mundo é parte. Os editores são parte, os repórteres são parte. Tem gente também que prefere fazer as pautas que recebe só, que é mais fácil, “ah, trabalho um monte, não ganho tanto assim, não vou me incomodar, vou fazer a pauta do dia”. Sugerir, dá mais trabalho né, assim, ir atrás, se envolver, mas...

P: E o que foi que te levou a fazer mestrado em sociologia?

R: Eu tenho uma bronca com as faculdades de jornalismo (rindo). E isso me inquietava, assim. Acho que hoje melhorou um pouco, no meu tempo, eu sentia que a faculdade era muito assim, “especialista em generalidades”. A gente aprende um monte de técnicas e pouco conteúdo. Então, eu sinto falta assim, de estudar. Até eu tinha começado a fazer a faculdade de sociologia, porque acho que pro jornalista é importante, a gente tem que ter essa base de entender o sistema social, acho que tá muito relacionado com o nosso trabalho e a gente tem muita pouca base. Eu fiz um semestre da faculdade de sociologia, só que daí eu vi que seria muito difícil, por causa dos meus horários, conseguir. O mestrado era mais curto, mais fácil para eu poder estudar um pouco das coisas que eu tava a fim, então, um pouco foi por isso. Por gostar de estudar, e achar que a gente

precisa estudar. E um pouco porque, meu projeto, mais específico, tinha a ver com a África, tinha um monte de inquietações que eu trouxe quando voltei, era também uma oportunidade de estudar e pensar sobre a minha experiência, sobre a questão da África. Foi bem legal.

P: Tu pretendes continuar estudando?

R: Sim, quero fazer doutorado. To pensando em projetos. Tem essa coisa de conciliar, mas eu vou fazer.

P: Tu trabalha hoje só na Zero ou faz outra atividade profissional?

R: A gente tem um contrato de exclusividade, só pode trabalhar aqui.

P: E o que te motiva como jornalista?

R: Eu sou obstinada (rindo), sou obsessiva. Muito. Às vezes, até brincam comigo, que eu sou muito... com qualquer mínima coisa, para fazer uma pauta de trânsito do dia, eu vou querer fazer a melhor matéria de trânsito daquele dia que eu já fiz (rindo). Então, para mim tem um componente assim, de querer, por acreditar. Acredito na causa e acho que eu tenho que tentar fazer valer a pena. Acho que só vale a pena ser jornalista se a gente acreditar no que a gente tá fazendo. E se tu, realmente, quer aquilo, acredita naquilo. Porque é muito difícil. Fisicamente. Mentalmente. Ele exige muito. Então, tem que fazer valer a pena.

P: É, fazer matéria é uma coisa muito desgastante né...

R: É, é muito difícil. Porque tu tem uma responsabilidade, de traduzir aquilo, o mundo é complexo, tu tem que ser justo com aquela informação. É um exercício muito difícil. Mas eu acho que vale a pena. Ainda (rindo).

P: E o que é que te frustra como jornalista?

R: Ah... Muitas coisas (pensando)... Me frustra não conseguir estar sempre fazendo a matéria da minha vida. Porque, a gente tem que, assim, tu tens grandes projetos, mas tens que executar as outras coisas, a gente tem limitações de tempo, espaço. O sonho de todo o jornalista é poder só fazer grandes matérias, matéria da tua vida, mas a gente tem, enfim, no dia a dia a gente tem que fazer um monte de outras coisas. É, tipo assim, aquela coisa: tu nunca vai ler todos os livros que tu queria ler na vida. Tu nunca vai fazer todas as matérias que queria fazer na vida. É inquieto, mas acho que parte da frustração é também o motor para permanecer inquieto. Talvez se eu tivesse totalmente confortável, "eu já fiz o que eu queria", então, te aposenta. Acho que a frustração é parte.

P: Mais alguma coisa?

R: A gente também não ganha tanto quanto, digamos assim, gostaria. Acho que jornalismo, em geral, até porque agora é mais difícil ainda, porque tá nesse momento de transição, a gente trabalha muito e não é na mesma proporção o grau de remuneração. Acho que a gente merecia ganhar mais, é uma atividade muito desgastante.

E também me frustra, eu acho que o jornalismo, de um modo geral no país, acho que deixa muito a desejar. Essa coisa de jornalismo declaratório, de querer dar antes, aquela coisa das listas, só por audiência. Tá num rumo assim, tudo por audiência, tudo por

cliques. Isso me incomoda muito. Às vezes eu tenho vergonha, leio umas coisas, que vergonha do jornalismo, sabe? Às vezes falam mal da gente, e com razão, porque tu vê muitas coisas, a coisa do caça cliques, ou publicar notícia falsa e depois “ah, era mentira”, aqueles memes que surgem e como querem dar rápido, dão sem checar direito. Acho que a gente tá longe dessa coisa de jornalismo analítico, que de vez em quando se consegue, mas acho que de modo geral me frustra ver que tá numa linha muito, assim, esmagado pelo capitalismo contemporâneo (rindo).

Aí que entra muito das escolhas, o que por um lado pode ser interessante. Porque muitas empresas que se enveredaram por esse caminho, de cliques, tão voltando atrás e vendo, “não, se a gente não fizer um jornalismo de qualidade a gente perde a natureza de existir”, porque se for só para colocar bobagem... O que vai nos diferenciar é o jornalismo de qualidade. Eu acredito que tem saída por aí. Mas é uma tristeza, né...

P: E tu pretendes continuar como jornalista no teu futuro?

R: Eu pretendo. Mas, eu acho que a gente pode sempre se reinventar como jornalista, a gente não precisa tá sempre fazendo as mesmas coisas. E gosto de agregar essa coisa de transitar entre estar estudando, trabalhando, pensando. Não quero ficar sempre fazendo a mesma coisa. Eu trabalhei na geral, trabalhei na política, agora no Proa, acho que a gente vai crescendo e estudando, aprendendo. Não sei, talvez eu não vá ser exatamente como eu to hoje, mas eu quero, acredito nesse negócio (no jornalismo). E eu acho que a crise não é do jornalismo. Eu acho que a crise é de um modelo de negócio das empresas. Acho que o que tá em crise é o modelo de como vender jornalismo, como fazer disso um negócio. A essência do jornalismo permanece, eu acho que ela não tá em crise.

P: Tu falou que quer continuar como jornalista, mas que acha que tem que estar sempre se reinventando como jornalista. Tem já algum indício de para onde ir?

R: Não... Na verdade não.

P: Tu gostaria de continuar como repórter?

R: É, eu gosto muito de ser repórter. Gosto muito. Acho que os caminhos, como tá tudo em transformação, acho que as coisas, se no futuro vai ter papel ou não, não sei, mas acho que a gente vai poder continuar contando histórias. Não sei que meios, e como, mas acho que a essência da profissão, ela permanece. Não importa o jornalista não publicar no jornal ou em algum outro determinado lugar. É o ofício, retratando a realidade, acho que isso...

P: E tu tem algum sonho no jornalismo?

R: O sonho é mudar o mundo (rindo). Claro, já fiz todas as ressalvas, mas eu acho que, o meu sonho, que era do início, e que continua, é fazer um jornalismo relevante, que seja útil para as pessoas, que seja importante para quem lê, que possa fazer a diferença na vida das pessoas. Esse é o sonho. É difícil, porque nem toda a matéria vai mudar a vida de uma pessoa, mas é muito, assim, quando tu é capaz de fazer jornalismo, “bah, isso aqui mudou minha vida”, isso é lindo. Daí tu acha que jornalismo é a melhor profissão do mundo (rindo).

Eu só vou te dar um exemplo. Quando saiu o “Filho da Rua”, tinha alguns colegas meus que diziam “ah, que tu quer com essa matéria?”, bom, para mim, se uma pessoa parar de dar esmola por causa do que eu escrevi, já valeu a pena. E aí comecei a receber vários e-

mails, quando saiu a matéria, e teve uma mulher que falou “Letícia, nunca me importei muito com esse negócio de criança de rua, porque eu acho que o importante mesmo são os animais (risos), mas tu sabe que lendo a tua matéria, eu comecei a pensar que essas crianças merecem, elas precisam de atenção e de ajuda”. Assim, sabe? Isso é revolucionário. Quando alguém que não era sensibilizado pelo tema, não era alguém que achava, alguém que nunca pensou sobre isso, que realmente achava que o importante eram os animais, por causa de um trabalho, de uma matéria que eu fiz, ela começou a enxergar que criança de rua tem importância.

P: Sim, foi tirada daquele lugar...

R: Isso é mudar o mundo daquela pessoa. Isso é revolucionário. Meu sonho é que minhas matérias pudessem todas ser revolucionárias. Que não é o caso. Mas é o sonho. E é isso.

APÊNDICE C – Entrevista com André Mags, subeditor e repórter do Jornal Metro. Entrevista ocorrida em 16/10/2015.

CAETANO: O que te levou a escolher jornalismo como tua profissão?

ANDRÉ: Cara, não é nada romântica a minha resposta. Ou talvez seja mais ou menos romântica, porque eu passei em jornalismo e sociologia. Na UFRGS em sociologia e na PUC em jornalismo. Saindo do 2º grau, entrando na faculdade, fiquei maravilhado com aquelas jovens meninas lindas da FAMECOS e aí depois comecei na sociologia e não tinha tantas gurias bonitas assim. Aí decidi, bom, vou ficar onde tem mais mulher. Esse é o motivo.

CAETANO: (rindo) e é por isso que tu virou jornalista?

ANDRÉ: Claro, antes disso eu gostava de escrever e tal, toda aquela coisa né. Obviamente. Mas o motivo final concreto foi esse.

CAETANO: Mas e depois o que te levou a ficar no jornalismo?

ANDRÉ: Eu não fiquei. Eu saí, fui fazer administração, porque eu vi que ia ser pobre e pensei – “bom, vou tentar ganhar dinheiro, fazer administração”. E aí eu fiz quatro semestres e achei uma merda. Me arrependi profundamente. Daí voltei para a FAMECOS.

CAETANO: E por que tu voltou?

ANDRÉ: Voltei porque pelo menos eu gostava. Ia ser pobre, mas ia fazer o que eu gosto. Daí voltei.

CAETANO: Mas o que tu gosta no jornalismo?

ANDRÉ: Ah, reportagem né cara. É escrever, é tá na rua, não tá trancado num escritório todos os dias. Basicamente isso. E às vezes tu vê algum efeito de uma reportagem que tu faça. Tipo, sei lá, alguma pessoa foi ajudada por causa de alguma matéria, ou algum filho da puta se fodeu por causa da tua matéria.

CAETANO: Tu tens alguma história dessas que tu guarde assim, em especial, que tu lembre?

ANDRÉ: Bah, tem várias histórias, vou te dar dois exemplos. Um cara que se fodeu, e outra uma mulher que se deu bem. Tinha uma mulher que, eu não me lembro direito se ela era muito gorda ou se ela não podia sair de casa, que tinha que fazer uma operação. E ela não conseguia em lugar nenhum. Tava na fila do INSS há não sei quantos anos. E aí eu fiz uma matéria sobre ela, contando que ela não saía de casa há tanto tempo, tudo que ela passava, todos os problemas e tal. E aí, foi legal, porque no dia seguinte um monte de médicos mandaram e-mail, telefonaram, dizendo “eu ofereço a cirurgia para ela”, bah, maravilha. Mandeí para ela os contatos de todo mundo, os contatos dos médicos, e ela podia decidir com quem ela ia fazer e ela resolveu o problema. O cara se sente muito bem, sabe? Se sente, bah, é a melhor coisa da profissão.

E foder com o filho da puta também. Tinha um cara, ele era tenente coronel, ou major eu acho, era comandante de um BPM na zona norte. A zona norte tava infestada de ladrões. Tavam assaltando, fiquei sabendo pelo meu pai, que mora na zona norte, e ele

me disse: “bah, ô André, tão assaltando todo mundo aqui cara, a gente chama a Brigada, não vem ninguém, não sei que e tal”. Fui lá, fui ver, e realmente a vizinhança tava enlouquecida, os caras tavam desesperados. Tavam assaltando na frente da sede da Brigada, sabe? Do lado, na praça do lado ali. E eu fui falar com o comandante, e tinha uma história que as viaturas, não lembro direito agora, mas eles não tavam usando viaturas, não sei porque. Não queriam gastar gasolina, sabe, tavam na garagem. E eu fui, com um gravadorzinho também, entrevistar o cara. E o cara confirmou isso, sabe. E disse, “não, a gente não tá usando, não tem necessidade”.

CAETANO: Mas sabendo que tu era repórter e tudo?

ANDRÉ: Sim, sim. Eu acho que era um cara que recém tinha ganho um posto de comando, acho que não tinha experiência em imprensa ainda, sabe? E ele ficou... “ah, a gente não vê que estejam acontecendo tantos assaltos...”. Mas como? E aí o cara falou tudo isso, eu fiz a matéria e tal, um, dois dias depois ele ligou: “de onde tu tirou essas coisas?” – “olha, tá tudo gravado lá, cara”. “Mas, como, eu vou perder aqui meu posto”. Bom, fazer o que né, ele mesmo me confirmou tudo que tava acontecendo. Ele foi na Zero Hora, era Zero Hora na época, pediu a gravação do troço. Depois ele viu que tava tudo gravado e ligou de novo, meio que chorando, “ah, eu vou perder meu posto e tal”. Cara, meio que te fode, sabe? Ele perdeu o posto, transferiram ele pro interior, e botaram um cara que era muito bom. Daí acabaram com a criminalidade durante um tempo. Agora já tá tudo uma merda, mas durante um tempo, sabe? Daí, do caralho também, porque a vizinhança lá teve um período de paz. Esse foi o caso do cara que se ralou, mas na real teria que procurar essa história, porque eu não lembro exatamente a questão das viaturas, são muitos anos já.

CAETANO: Eu dou uma olhada.

ANDRÉ: É da época dos cadernos de bairro, eu acho.

CAETANO: E o que é jornalismo para ti?

ANDRÉ: O que é jornalismo? Ah, quando eu comecei, agora eu já não acho que seja exatamente isso, mas quando eu comecei eu achava que jornalismo era... fazer coisas que tu não faria se tu fosses uma pessoa normal, não fosse jornalista. E de certa forma aproveitaria, sei lá, curtiria mais a vida, fazendo coisas diferentes que tu não faria num escritório, sei lá, qualquer outro tipo de coisa. Num sentido meio romântico mesmo, sabe? Eu vou viajar, vou falar com o presidente da república, vou derrubar ministros.

CAETANO: Aquela vida bem aventureira, mesmo...

ANDRÉ: Isso, isso. E daí tu vê que não é. Tem algumas coisas, mas não é 100% do tempo tendo prazer no trabalho, assim. Aliás, é bem menos do que isso. Mas tem as coisas que fazem valer a pena, sabe? Ainda tem. Viajar de vez em quando, fazer matérias legais. Mas acho que é uma profissão diferente para ver coisas diferentes, fazer coisas diferentes, não se bitolar num cotidiano, fazendo as mesmas coisas repetitivamente. Tu nunca sabe, né? Eu chegava na redação e não sabia o que ia acontecer. Daqui a pouco te mandam para um lugar, aconteceu uma merda e tu tem que ir lá. E isso é incentivador: não ter a segurança de tá sempre fazendo a mesma coisa, sabe? Tipo minha rotina de trabalho é essa, essa e essa. Não é. Passei oito anos na Zero Hora e trabalhei todos os horários possíveis. Tinha semanas que eu entrava um dia as 6h da manhã, outro as 10h, outro às 16h, outro às 18h. Porque depende de como as coisas acontecem, né. Isso, às vezes é cansativo, mas para mim, pelo menos, que não suporto

trabalhar no mesmo horário, nos mesmos dias, para mim é ótimo, sabe? Eu acho interessante.

CAETANO: Bem, de certa maneira me parece que tu manteve tua visão sobre o que é jornalismo, mas ela foi se chocando com o cotidiano...

ANDRÉ: É, caindo na realidade. Jogando uma luz de realidade em cima daquele sonho. Eu acho que todo mundo que entra no jornalismo tem o sentido de sonho, querer mudar o mundo e tal. Todo mundo fala. A não ser que seja o pessoal que quer fazer televisão e ficar famoso.

CAETANO: Bom, a visão de jornalismo então não é a mesma que tu tinhas quando começou...

ANDRÉ: Não, não é.

CAETANO: Tu falas dessa questão meio heroica do jornalismo e diz que nem sempre é assim...

ANDRÉ: É, tem dias que tu te sentes um caixa de banco, sabe? Porque, depende muito também da tua iniciativa de fazer coisas, sabe? Por exemplo, tem muita gente na Zero Hora, ou jornais maiores, um pessoal mais velho, que já tá numa rotina meio de escritório, sabe? E é fácil cair nessa. Então tu tem que tá sempre se reinventando, sabe? Pensando em pautas. O cara que não sugere pautas, por exemplo, que fica só esperando o que o editor passe para ele, esse cara tá ralado. Vai sobrar sempre as piores pautas para ele, o cara não vai sair da cadeira. É assim que funciona.

CAETANO: E para ti, qual é o papel do jornalismo na sociedade contemporânea?

ANDRÉ: Ah, muito importante cara. Democracia não existe sem o jornalismo, aí tá batido já, mas democracia não existe sem o jornalismo. Porque a gente que tem que pegar esses políticos e dizer todas as merdas que eles tão fazendo. Tem que foder com esses caras. É a gente que tem que foder com eles, porque nem sempre a Polícia Federal vai fazer tudo que deve. Nem a justiça. Cabe muito ao jornalismo crucificar esses caras. Crucificar com a cruz de cabeça para baixo (rindo). Acho que a mídia tem muita gente que, bom, se a justiça não vai pegar, a polícia não vai, a gente tem que fazer alguma coisa, pegar esses caras. E normalmente não dá certo, os caras tão livres. Um monte de cara tá livre. Mas é a missão, essa é a missão do jornalista.

CAETANO: Fiscalizar o poder?

ANDRÉ: Fiscalizar o poder. O Leonam, que foi – bah, o melhor professor, se tu falar com alguém que estudou na PUC, é o melhor professor, Marques Leonam o nome do cara – ele dizia que, ele é um cara que tava muito decepcionado com o jornalismo no final por causa dessa coisa de entretenimento e tudo, ele dizia que a única coisa para que o jornalismo serve hoje é para fiscalizar. Mais nada. Jornalismo é fiscalizar os políticos. De resto, mais nada.

CAETANO: E o que tu entende como os valores mais importantes para o bom exercício do jornalismo?

ANDRÉ: Eu acho que tu tem que ser, como é que eu vou dizer... Eu acho que com a fonte tu tens que jogar muito claro, deixar muito claro “eu vou usar teu nome, vou botar que tu disse isso”. Se o cara disser que não quer que use o nome, não vou usar. Não

enrolar nunca o cara, a fonte. Mas, também, acho que tu não precisa chegar e dizer, que nem eu vi uma vez uma colega – acho que era do Correio do Povo –, que o cara tinha sido assaltado na entrada do condomínio e tal, e a guria tava entrevistando o cara na minha frente assim. Não era uma coletiva, era eu e ela, a gente tava no apartamento do cara. E eu tava esperando ela terminar de falar com ele. Daí ela começou a perguntar assim “bom, eu posso usar teu nome então?”, o cara pensou um pouco e “pode, pode”. “Tá, mas pode mesmo?”, “sim, sim”. “ó, teu nome vai estar ali, tu foi assaltado, não sei o que, vou botar teu nome no jornal”, “pode, pode botar!”. Tu já começa a criar um, não precisa chegar nesse ponto. Mas acho que tem que ser bem claro para quem tá falando o que vai acontecer quando sair a matéria, qual o papel da pessoa naquela pauta, sabe? E jogar limpo.

E com os colegas, editores e tal, acho que tem que sempre falar a verdade. Nunca tentar esconder alguma coisa, sabe? Tipo, eu já vi acontecer, alguém ligar pro repórter e dizer que ele cometeu um erro. A fonte liga para o jornal para falar com o repórter e diz “bah, olha só cara, tá errado isso aí que tu botou”. Tá, e o cara não faz nada. Não fala com o editor, não sugere, o troço tá errado. Daí vai passando o tempo. Daqui a pouco o cara liga de novo. Daí o editor recebe uma ligação e o cara fala com o editor, daí dá a merda. E para todo mundo. E isso aí tem que se ligar muito. Não só esse exemplo, tem vários exemplos, o editor chega para ti “bah, tu conseguiu aquele negócio?” – “sim, sim, sim”. Mas tu não tem. Daí tu vai tentar telefonar e conseguir a informação, porque tu disse por editor que tinha mas não tem, é assim, falar sempre a verdade e sempre às claras, com todo mundo. Sem exagerar, que nem essa menina fez. Mas acho que é isso, cara. Até porque a gente tem que ser um exemplo de verdade.

A Rosane de Oliveira, ela dizia sempre que a gente não pode – que eu acho também um certo exagero –, que a gente não pode atravessar nunca fora da faixa de segurança. Porque se a gente faz matéria de trânsito, dizendo, sei lá, que os motoristas estão atropelando as pessoas e tudo, a gente não pode dar um exemplo igual. “Ah, tão atropelando porque as pessoas não passam na faixa de segurança”, então a gente tem que passar também. Esse tipo de coisa. Acho que também, não precisa ser tanto assim, mas faz sentido, sabe? Faz sentido tu ter uma imagem de uma pessoa que não comete nenhuma falcatrua, para poder bater nos caras, sabe? Acho que dá para levar como ensinamento isso, claro, sem ser radical.

CAETANO: Tu tá há um mês no Metro e no que consiste, nesse um mês, efetivamente o teu trabalho? Tanto como repórter quanto como subeditor?

ANDRÉ: É completamente diferente da Zero Hora. Até porque é uma equipe minúscula, sabe?

CAETANO: Pois é, qual é o tamanho da equipe exatamente?

ANDRÉ: São cinco pessoas. Eu, o Maicon (Bock, editor-chefe), a Monica Kanitz da cultura, o Valter Junior do esporte, e tem mais um estagiário que faz geral comigo, o Rafael Santana que é da FABICO. E aí, se assim é pouco, imagina quando tá em férias, tem esquema de folga – no fim de semana são duas pessoas, o Maicon e o estagiário, e no meu fim de semana eu e o cara do esporte, a menina da cultura tem um esquema diferente porque ela não trabalha no final de semana. Bah, é bem corrido mesmo.

CAETANO: E quando alguém entra em férias, chamam algum freela para cobrir ou a equipe tenta cobrir com quatro pessoas?

ANDRÉ: Não chama ninguém. Só chama freela quando tem algum caderno para fazer, alguma coisa especial. Ou quando, por exemplo, agora quando eu tava para entrar, a Letícia Barbieri, que tava no meu lugar e foi por Diário Gaúcho, ela tinha saído e eu não tinha entrado, daí eles ficaram duas semanas com um freela. Até por segurança, porque não sabiam se, na última hora, eu ia mesmo entrar ou podia dar um problema, sabe? Daí ficavam com o freela. Mas é só nesse tipo de caso. E o Metro é muito parecido com o funcionamento de um jornal de interior. Não sei se tu conhece como funciona os jornais de interior?

CAETANO: Recebem muita coisa de fora e fazem com equipe pequena a parte local, pelo que eu sei...

ANDRÉ: Sim, isso sim. Mas além disso, tu é repórter, editor e diagramador da tua página. Isso é direto. No interior é assim, sabe? No interior ainda por cima, o cara pode ser motorista e fotógrafo. No Metro não chega a esse ponto, mas funciona bem parecido com o esquema do interior. Na verdade, se tu for analisar o Metro como jornal, ele é um jornal nacional que tem edições locais. Ele não trabalha com agência de notícias, ele trabalha com agência de fotos. Ele só compra foto. Porque as matérias de todos os lugares são feitas por alguém do próprio Metro. Daí a gente usa política, lá do mensalão ou petrolão, sei lá, faz tudo de Brasília; pessoal de São Paulo faz muita coisa de internacional e outras coisas de Brasil; tem coisas do Rio de Janeiro e outras cidades, Belo Horizonte também, e outras cidades nem tão importantes. Mas, Curitiba, por exemplo, tá fazendo tudo, porque o Moro é de lá, toda a coisa da Lava-Jato é de lá, então eles são muito importantes. Todos os dias tem uma matéria que os caras de Curitiba fazem. E a gente funciona assim: tem duas páginas de esporte, que o Valter faz, duas páginas de cultura, que a Monica faz, e depois tem três ou duas páginas do que a gente chama de foco, que é o foco local, que é eu e o estagiário. Mas, assim, é aquela coisa do jornalismo: nunca se sabe o que vai acontecer. Daqui a pouco chego lá e não vai ter nada de local, porque caiu um avião em São Paulo, alguma coisa assim.

CAETANO: O Maicon faz reportagem também?

ANDRÉ: Às vezes. Normalmente quando ele tá no fim de semana dele, e o estagiário só não tem como fazer. Normalmente são matérias do dia, coisas factuais.

CAETANO: Tentando entender a lógica, o jornal já vem pré-diagramado na parte que vem de fora ou vocês fazem tudo aqui?

ANDRÉ: Depende, depende muito. Porque cada jornal tem seu espaço e as suas publicidades, então dificilmente tu vai ter uma página igual em espaço como tu tem lá onde tu vai em pegar o material, em São Paulo ou Brasília, por exemplo. Então tem que adaptar muita coisa. O que a gente faz, às vezes, é, tipo assim: tá tendo uma coisa da Lava-Jato em Curitiba, tá tendo algo da Dilma em Brasília, a gente dá uma olhada em todas as outras praças e a gente vê que em uma página de Brasil, que vai usar Lava-Jato e Brasília, lá em Vitória do Espírito Santo, os caras têm um desenho igual à nossa página. Daí a gente pega e copia. Isso pode acontecer. Mas normalmente é muito difícil, porque a gente tem número de páginas diferentes em cada lugar e tal.

CAETANO: E fotografia local? Tipo, tu saiu para cobrir a questão das enchentes agora: vocês têm um fotógrafo?

ANDRÉ: Tem um fotógrafo, mas nas enchentes a gente não precisou usar porque tinha muita foto. A gente tem assinatura de agência de fotos e todas estavam fazendo. Mas

tem um fotógrafo, que é freela, o Carlos Schneider, e ele é chamado “ah, vamos fazer tal pauta” e a gente precisa de tantas fotos de capa, já vamos pensar numa pauta com foto de capa, ou então pautas especiais. Funciona para pautas locais, mas para pautas que não são do dia a dia, normalmente, são pautas especiais. Normalmente pensando em fazer uma foto do caralho, para botar na capa. E é assim que funciona, no dia anterior a gente liga pro cara, combina, ele já vai pensando no que pode fazer.

CAETANO: E como é o teu cotidiano como jornalista, pensando também nessa parte de horários? Tu tens uma rotina ou vive completamente sem rotina?

ANDRÉ: Tenho, tenho. No Metro, tem uma rotina mais fixa do que na Zero. Na Zero não existia rotina de horário, cada semana um horário, a gente às vezes tentava botar o cara a vir numa semana no mesmo horário, mas sempre mudava. Era incrível, incrível isso. Mas no Metro não, no Metro é 14h às 22h. Mas depende de pautas locais, às vezes tem, por exemplo, volta e meia às 10h da manhã tem alguma coisa do Fortunati. O Fortunati inaugura coisas, lança, sempre de manhã. Tipo aquele troço da orla, o início das obras da orla, foi às 10h. Daí tem que vir mais cedo. Mas normalmente é isso, ou às 14h ou pelas 10h, não tem muita variação.

CAETANO: Vocês trabalham oito horas?

ANDRÉ: Isso.

CAETANO: Recebem hora-extra?

ANDRÉ: Sim.

CAETANO: Tu tá há um mês no Metro. Quais são as principais diferenças com relação ao trabalho na Zero Hora?

ANDRÉ: Primeiro, estrutura. A estrutura da Zero Hora é um monstro, um troço gigantesco. E tem todo um pessoal trabalhando por trás para te dar um suporte.

CAETANO: Produção, tu diz?

ANDRÉ: Tanto produção quanto administrativo, suporte, sabe? Por exemplo, tu vai viajar, o cara do administrativo já faz tudo, compra as passagens, fica pronto, sabe? Ou tem que ir a tal lugar, tu liga pro transporte o cara já define quem é que vai e tal. A pauta, volta e meia o editor já marcou, já definiu qual fotógrafo vai contigo e tal, não precisa fazer muita coisa. No Metro, com uma equipe menor, tem que fazer quase toda essa parte administrativa também, ligar pro fotógrafo e marcar com ele, ou chamar taxi ou vou com o carro da Band, tem que ir ligando e definindo isso por conta própria. Essa é uma diferença de estrutura bem importante. Mas, de resto, é mais essa questão de apoio. Porque, equipamento, esse tipo de coisa, é a mesma coisa, até o do Metro é melhor. Bem melhor. A gente usa Mac, na Zero, o último Dell que eu tive eu tava usando há nem um ano e já tava meio guenzo o troço. Mas, acho que a diferença principal é essa, a estrutura. E na Zero Hora tu ter diagramador, isso no papel. Porque quando eu tava no site, era como se eu fosse o meu diagramador também, porque eu botava na página, não tem ninguém que chegue, pegue tua matéria e bote no ar. Então, comparando com o online da Zero Hora é praticamente a mesma coisa, tu é meio que teu editor.

CAETANO: Mas na Zero Hora tu trabalhavas no jornal e o material também ia pro site?

ANDRÉ: Eu trabalhei no papel antes e agora eu tava no site.

CAETANO: Só no site?

ANDRÉ: Só no site. Mas agora, recentemente, o pessoal faz para tudo. Vai sair matéria no papel, mas aí o pessoal já publica no site, na manhã que tá saindo o jornal, ou o cara faz a matéria no site e no outro dia sai no jornal também.

CAETANO: Mas, no Metro, são vocês que botam também as matérias online?

ANDRÉ: Não, online não tem.

CAETANO: Mas tem uma para o Brasil inteiro, não?

ANDRÉ: Isso, tem o Metro nacional, mas daí é lá para São Paulo, a gente não mexe com isso, nos próximos anos talvez mude, não sei, mas a princípio é São Paulo que faz isso, não precisa se preocupar.

CAETANO: E nos oito anos de Zero, que tu observou de mudança?

ANDRÉ: Bah, até difícil dizer. Bah...

CAETANO: Desde tua rotina de trabalho, também tamanho de equipe, questões de estrutura, editoriais...

ANDRÉ: Eu peguei o início do site, o clicrbs tava sendo esvaziado para começar a zerohora.com, que era basicamente assim: a galera sentada ali, pegando coisa da rádio, da televisão, de site, sei lá, da prefeitura, e fazendo versões. E, claro, também a novidade era, porque o clic já fazia isso, a gente fazia isso também, mas, a diferença é que a gente também fazia matérias. Fazia entrevistas. Mas a dificuldade era sair da redação, porque era tanta coisa para fazer que, “ah, vou até a prefeitura, falar com o secretário tal”, não, telefone. Porque se não tu não conseguia cumprir toda a pauta do dia.

CAETANO: Isso quando foi, mais ou menos?

ANDRÉ: 2007. Quando eu entrei. Eu entrei no site, fiquei três anos, depois fui para o papel. Daí fiquei quatro anos, eu acho. E agora um ano e pouco, ou dois, não sei, no site de novo. E, quando eu voltei pro site agora, completamente diferente. Agora o site da Zero Hora funciona como uma redação mesmo. Os repórteres vão para rua, e tal, fazem matérias especiais, tem foco no vídeo, antes nem se pensava em vídeo. Trabalhando muito mais jornalismo, sabe? Até porque, quando começou, não tinha muito incentivo, não se sabia exatamente se o digital ia progredir. Agora se sabe, tem que investir no negócio, porque uma hora o papel não exista mais. Naquela época não, ainda tinha muita publicidade no papel, não tinha nada de publicidade no site. Aí o pessoal foi relegado, para segundo plano. E agora não, agora o negócio tá parelho.

CAETANO: E depois, quando tu foi para o papel?

ANDRÉ: Eu saí do site e fui para o papel numa época e que isso tava começando a acontecer. O site tava começando a ganhar mais importância, daí era o tempo inteiro se questionando quem são os melhores, nós ou eles? Quem vai ser o preferido, papel ou online? E o papel teve algumas mudanças, na Zero Hora, não sei se tu acompanhou, mudança de visual mesmo, diagramação, projeto gráfico...

CAETANO: Sim. Nos últimos dois anos foi bem forte, né...

ANDRÉ: É, mudou bastante. E a intenção, não sei... Me parece que queriam atrair pessoal mais novo, mas ao mesmo tempo desagradou muito os mais antigos.

CAETANO: Tentaram colocar um modelo meio internet pro papel, né...

ANDRÉ: É, foi isso. Meio copiando uma página. Não sei se foi uma medida positiva. Dizem que se perdeu muitos assinantes antigos, que são os caras que sustentam, até porque tem muita gente que não sabe mexer na internet cara. Os velhinhos, querem ir lá, ver seu jornal, vão direto na polícia, agora não tem mais editoria de polícia.

CAETANO: Sim, agora é tudo parte de notícias.

ANDRÉ: Notícias. Tudo misturado ali. A intenção disso era que tu não precisasses ser obrigado a, todo dia, fazer matéria de polícia. Porque podia não ter nada muito importante. Só que tem cara que quer ver todo dia notícia de polícia. Tem cara que quer ler aquele troço ali.

CAETANO: E tem a questão de quem assina o jornal. A galera mais nova, hoje em dia, vai ver pela internet. E se tiver bloqueado, vai achar um jeito de ver sem pagar (risos).

ANDRÉ: Sim. É, na verdade eu não sei qual era o objetivo, talvez modernizar, tornar mais atrativo visualmente, sabe? Não sei se era isso mesmo de atrair os jovens, talvez não fosse. Tem muita especulação e eu nunca soube.

CAETANO: A equipe não tinha isso claro?

ANDRÉ: É, se falava aquelas coisas, novo projeto gráfico, tinha que modernizar, aumentar as fotos, diminuir texto, isso se falava, mas como surgiu a ideia? Surgiu assim, na real, era meio que obrigatório: a Zero Hora tinha que mudar o projeto gráfico porque tava completando 50 anos. E parecia ser esse o grande motivo, renovar o jornal para comemorar. Na verdade, eu nem sei se tinha outro objetivo, se não comemorar visualmente. Só que o efeito disso, e também essa questão das editorias, talvez seja o efeito dessas mudanças que tenha causado alguma perda dos leitores mais antigos. Eu lembro que logo que mudou, eram frequente as ligações, o pessoal mais velho “ah, eu não to achando as matérias de polícia, onde tá isso?”. “Não tem, agora o senhor tem que ler nas notícias”, tinha que explicar para o cara.

CAETANO: E eles ligavam diretamente pro repórter?

ANDRÉ: Eu tinha uma coluna na época, tinha meu telefone lá, volta e meia eu recebia essas ligações. Mas a maioria chegava no geral, da telefonista, e ela repassava.

CAETANO: E a Zero Hora deu uma boa enxugada na redação, né?

ANDRÉ: Tem enxugado.

CAETANO: E nesse tempo que tu teve lá dentro, já vinha acontecendo, ou foi mais nessa reta final mesmo?

ANDRÉ: Assim, tem uma virada de paradigma na redação da Zero Hora, que é quando sai o Ricardo Stefanelli, que era editor-chefe, porque ele era um cara muito duro, sabe? Ele queria que o jornal fosse do jeito que ele quer e tal, tinha muita reclamação de

editores que cobravam demais alguns repórteres, sabe? Uma situação meio tensa, assim, e daí teve um destensionamento.

CAETANO: Ele foi o anterior à Marta?

ANDRÉ: Sim, ele foi o antes da Marta. E o objetivo botando a Marta, no lugar do Stefanelli, e o Nilson Vargas no lugar do Altair Nobre, era melhorar o clima dentro da redação. Tinha pesquisas internas dizendo que o clima tava ruim. Mas tem muita ambiguidade nisso aí, sabe? Porque, os caras realmente eram foda, sabe? Era dureza. Mas, principalmente o Altair Nobre, cara, assim, conhecedor de jornalismo – bah! –, fantástico! Um cara muito bom. E igual esse cara não existe hoje na Zero. De conhecimento, de te dizer na hora “tua matéria tá ruim por causa disso”. “Então tá, vou refazer”. Isso se perdeu. Mas o ambiente melhorou.

E outra ambiguidade, que é engraçada, é que mesmo assim as pessoas continuaram saindo. E teve também as demissões. Mas, o que eu percebi, depois da saída do Stefanelli, um cara que era considerado o carrasco, a minha percepção é que mais gente começou a sair por conta própria.

CAETANO: Mas por que, tu acha?

ANDRÉ: Eu não sei se não foi porque a economia melhorou, nesse meio tempo, e surgiram mais agências de conteúdo, mais opções de trabalho. E tem uma galera mais nova entrando, que é uma geração que já não aceita assim a escravatura do jornalismo. Vê que não é bem assim, que achava que não ia ser tão foda trabalhar aqui, e daí cáí fora. Talvez seja isso também. Se criou um ambiente melhor, mas ao mesmo tempo as pessoas começaram a sair mais, sabe? Então, teve prós e contras. Mas não sei se eu fugi da tua pergunta?

CAETANO: Não, acho que não. Eu perguntei como foi o processo de enxugamento da redação...

ANDRÉ: Ah, é. Tem a questão agora, mais recente, que é da crise, que eu já acho que é outra coisa.

CAETANO: Sim. Foi ano passado, né? Acho que ano retrasado já tinha começado, mas ano passado...

ANDRÉ: É. O pessoal mais velho, que ganha mais, sendo demitido e tal. A empresa fazendo acordo pro caras para eles saírem.

CAETANO: E para quem ficou lá dentro, sobrecarregou demais o trabalho do repórter ou não mudou tanto?

ANDRÉ: Eu acho que não, porque a maioria das pessoas que saíram, não tinha ninguém que fizesse o que elas faziam. Não tinha ninguém que ia substituir o Carlos Wagner, o Nilson Mariano, então não teve sobrecarga. Simplesmente o que eles faziam deixou de ser feito. Então, vamos fazer as coisas que a gente sempre fez e essas matérias especiais, de repórteres especiais tipo o Mariano e o Wagner, não saem mais. Não tem mais isso.

CAETANO: Se tu não tiveres problema de falar, o que te levou a sair da Zero Hora e vir para o Metro?

ANDRÉ: Eu recebi uma proposta melhor.

CAETANO: Pensando tanto no Metro quanto na Zero Hora, quais são os tipos de influência que tu vê que a empresa tem, ou teve, no teu trabalho como jornalista, como repórter?

ANDRÉ: Ah, muito se fala disso. Mas não tem, cara. Não tem. Deixa eu ver se me lembro de alguma coisa... Que nem se fala, que teria uma salinha com os capitalistas se reunindo, os chefes, donos da empresa, e reúnem, “ah, manda esse cara fazer isso, não deixa sair isso daqui”. Não. Não tem, cara. O que tem, me lembro agora de um caso, por exemplo, aquelas casas da Luciana de Abreu (uma incorporadora ia derrubar umas casas antigas para fazer um empreendimento imobiliário), era um negócio da construtora que é ligada à RBS. Mesmo assim, a empresa dizia “pode fazer matéria sobre isso, façam matéria sobre isso, só que não precisa fazer todo dia” (rindo). Porque daí já parece provocação. Mas não é proibido falar disso. Então, não existia essa coisa de censura, sabe. O que eu via mais era a autocensura de alguns editores. Aí pode ser. Tipo, o cara sem nem ter ideia sobre isso, por exemplo, te proibir de fazer, sabe? “Não, não vamos fazer sobre isso porque a empresa tem interesse”. Mas na verdade não, porque a gente fez. E passou. Claro, o editor não imaginou, não chegou no cara e “a gente pode publicar tal coisa?”, pode. Então, tem autocensura. Isso acontece às vezes. O próprio desconhecimento, também. Eu acho que essa imagem que se tem da Zero Hora é mais por alguma incompetência de alguém, ou por falta de visão de pauta, do que por algum tipo de censura. Tipo “ah, não vamos fazer pauta criticando o negócio do Caís Mauá porque acho que ninguém lê”, sabe? Avaliações erradas. Eu acho que é mais isso do que mau-caratismo, sabe?

CAETANO: Hoje tu trabalha só no Metro ou faz alguma outra atividade no período fora do jornal?

ANDRÉ: Não, só no Metro.

CAETANO: E na época da Zero Hora?

ANDRÉ: Não.

CAETANO: O que te motiva como jornalista? Para todo dia trabalhar até às 22h?

ANDRÉ: É não saber o que eu vou ter no dia. Não saber o que vai acontecer. A qualquer momento tudo pode mudar. Acho que principalmente isso cara, a surpresa. Não ter uma expectativa de cotidiano. Acho que isso é muito bom.

CAETANO: E o que te frustra?

ANDRÉ: O de sempre. Tu fala pro editor que tal pauta é boa e ele diz que não é (rindo). E daí não dá para fazer. “Ah, eu acho que isso é a manchete do jornal por isso e isso”, e o editor “não cara, eu acho que não.”. Acho que essa é a frustração?

CAETANO: Tu pretende continuar como jornalista em teu futuro ou pretende fazer alguma coisa fora da área?

ANDRÉ: Ah, eu tenho planos de fazer outra coisa. Mas ainda quero ficar, pelo menos mais uma década, trabalhando no jornalismo. Talvez. De repente nos últimos dez anos, antes de se aposentar, ir fazer alguma outra coisa.

CAETANO: Tu tens alguma ideia?

ANDRÉ: Pois é cara, eu tenho tantas ideias. Eu queria ser taxista em Barcelona ou Paris. Queria. E ao mesmo tempo, ficar colaborando com guias de viagens, quem sabe eu faço um guia. Bah, eu ia ser muito feliz fazendo isso. Me parece um bom plano para o futuro.

CAETANO: E por que tu pensa em fazer outra coisa além do jornalismo?

ANDRÉ: Como assim?

CAETANO: O que te leva a planejar fazer outra coisa, ou talvez não planejar, mas ter a ideia de fazer outra coisa?

ANDRÉ: Porque talvez... (em dúvida)... Porque eu não quero dedicar a vida toda pro jornalismo. Claro, se eu ficasse fazendo guias, de certa forma eu estaria fazendo, mas diferente da redação. Eu não vou dedicar a vida toda para trabalhar em redação. Eu vi o Carlos Wagner fazer isso, o Nilson Mariano fazer isso, e, po, os caras são hoje reconhecidos, são foda. Para mim não me importa isso, sabe? Eu não quero ser considerado um jornalista importante ou famoso. Não to nem aí para isso. Mas eles se dedicaram a isso e conseguiram. Queriam. Mas a um preço alto, sabe? O Wagner, ele se vangloria, acho que ele até acha legal, que todas os aniversário das filhas dele ele tava na estrada fazendo uma reportagem. Eu quero tá em todos os aniversários da minha filha, sabe? Eu não quero tá em lugar nenhum que não seja onde ela tiver. E, eu acho que é isso cara, uma rebeldia à profissão que o Gabriel García Márquez diz que é a melhor do mundo, mas que é igual a qualquer outra, e que se a gente achar que é a melhor do mundo e achar que nós somos especiais, a gente só vai se foder, na verdade. Vai ser um escravo do jornalismo, sabe? Eu acho que tem ser crítico com isso aí. Não dá para trocar tudo pelo trabalho, tendo em vista ser um grande repórter, um cara conhecido, um cara respeitado, eu acho que não. Eu acho que vale muita mais a pena tá no aniversário da minha filha.

CAETANO: Dentro do jornalismo, tu tem algum sonho que tu gostaria muito de fazer? Que tu talvez ainda tente, algum projeto, uma matéria, um cargo?

ANDRÉ: Não, cargo não. O que eu mais gostaria de fazer é ser tipo, não correspondente, mas tipo o que eu te falei, sabe? Se eu fosse taxista num país, e nos tempos vagos eu fizesse uma matéria para uma revista ou jornal, ou fizesse um guia de viagem, ou abastecesse um site sobre cidade, fizesse uma matéria sobre imigrantes, essas coisas que eu gosto de fazer, para mim estaria muito bom. Acho que é isso.

APÊNDICE D – Entrevista com Fernanda Nascimento, repórter de política do Jornal do Comércio. Entrevista ocorrida em 14/10/2015.

P: O que te levou a escolher o jornalismo como profissão?

R: Eu acho que a motivação inicial é um pouco parecida com a de muitos colegas, que tem uma preocupação com essa questão social e também o interesse por desenvolver um trabalho que desenvolvesse a escrita. Eu acho que eu pensava em unir essas duas coisas, em unir a escrita pensando mais no jornalismo impresso, que foi no que eu acabei trabalhando, e lidar com questões de temáticas sociais.

A política sempre foi uma coisa que me interessou, não só essa questão de política partidária, que é o que a gente vê nos jornais, mas essa esfera de política como uma discussão pública sobre as nossas vidas, e aí vai envolver coisas que eu me interessou muito, como gênero e sexualidade, que são questões amplamente políticas.

Eu acho que o jornalismo é um desses espaços importantes pra gente construir as nossas identidades, pra gente repensar os nossos valores. Então, foi um pouco por isso que eu decidi ser jornalista.

P: Pode responder de forma genérica o que é jornalismo pra ti?

R: Jornalismo é recortar acontecimentos e fatos. Não penso que jornalismo seja recortar isso de uma forma objetiva, ou dessa teoria do espelho, que pra mim está totalmente superada. Eu não acho que o jornalismo seja um espelho da realidade, ou qualquer coisa assim.

Eu acho que é uma forma de recortar a sociedade e os acontecimentos, tornar públicos acontecimentos importantes, ou que os jornalistas elegem como importantes pra toda a sociedade... É uma pergunta difícil.

P: Quando tu começou na profissão era essa a visão que tu tinha?

R: Talvez eu tivesse uma visão mais “romanceada” da importância do jornalismo. Talvez eu pensasse que o jornalismo fosse capaz de mudanças maiores do que as que eu acho que ele tem hoje. Por exemplo, quando eu comecei a fazer jornalismo, e nos primeiros tempos de faculdade, eu tinha um certo desprezo por produtos de entretenimento. Eu não achava que esses produtos eram importantes, que eles eram menos importantes, que eles menos sérios que o jornalismo. E ao longo do tempo eu fui percebendo que esses produtos de entretenimento dentro da comunicação são tão importantes quanto o jornalismo. E às vezes tão importantes quanto, ou mais importantes.

Eu concluí mestrado agora e pretendo fazer doutorado, e eu estudo telenovelas. Então, ao longo do tempo eu fui percebendo que esses produtos de entretenimento também são muito responsáveis por fazer com que a sociedade dialogue sobre determinados temas. Eu achava, no início da faculdade, numa forma ingênua talvez, que o jornalismo era muito mais importantes que esses outros produtos pra fazer essas discussões. Que era no jornalismo onde estavam essas coisas mais importantes.

Hoje eu vejo em absoluto que não estão só no jornalismo, mas o jornalismo continua sendo um dos locais importantes – mas acho que menos importante do que eu imaginava no começo da faculdade. Talvez um pouco também por não ter uma ideia do quanto de subjetividade está na produção de notícias, no quanto a nossa identidade está completamente envolvida quando a gente escolhe as pautas, quando a gente fala com as fontes e, por fim, quando a gente escolhe determinadas palavras. Essa compreensão do caráter de subjetividade só foi surgindo ao longo do tempo.

Acho que de uma forma geral, as pessoas pensam quando tu vai entrar na faculdade, ou o público que não é jornalista pensa nesses atributos que foram construídos sobre o jornalismo – de que o jornalismo é objetividade, é neutralidade, é imparcialidade. Pra mim, ao longo do tempo esses mitos foram sendo completamente destituídos.

P: Com base nisso que tu falou eu vou adiantar uma pergunta: Tu fala que esses mitos da objetividade e imparcialidade, aquela coisa bem clássica de como é visto o jornalismo, foram se desfazendo. Nesse sentido, o que tu considera importante como valores pra boa prática do jornalismo?

R: Eu acho que o principal valor que a gente deveria ter seria o valor da alteridade, de reflexão sobre a alteridade. Não que a gente não exerça a alteridade quando a gente fala sobre o outro, mas a gente não reflete sobre o que a gente está falando sobre o outro. A gente não é neutro, a gente não é imparcial. A gente não é objetivo quando está falando sobre o outro. A gente fala a partir do nosso lugar no mundo. A gente fala a partir dos nossos valores. E pra mim, esse é o valor que deveria ser mais discutido. Não sei exatamente se pode ser considerado um valor, mas um pressuposto que deveria perpassar o jornalismo seria essa questão da alteridade. A gente está sempre construindo narrativas sobre o outro e essas narrativas nada têm de imparciais, nada têm de neutras. Elas são permeadas de sentido, permeadas da subjetividade, são permeadas do lugar que a gente ocupa, da nossa classe, gênero, raça. Tudo isso está implicado quando a gente escreve, quando a gente fala no rádio... Em fim, a gente nunca pensa sobre isso, que é dado como natural. De uma forma geral, a gente acha que esses valores são os valores absolutos. A sociedade pensa que são esses os valores do jornalismo, mas são valores ilusórios.

P: Pra ti qual é valor do jornalismo na sociedade contemporânea?

R: O jornalismo tem o papel importante de fazer com que as pessoas discutam os temas, determinados temas que são elencados como mais importantes. Talvez seja mais fácil falar com exemplos. O jornalismo faz com que a gente vá discutir sobre gênero e sexualidade, que sempre me vem à cabeça porque tem relação com a minha identidade e com as coisas que eu debato. Faz, por exemplo, que a gente vá discutir sobre gênero e sexualidade nos planos escolares, faz com que as pessoas comecem a discutir se isso é ou não é importante a partir do que é dado nas notícias. Não que isso não existisse, mas isso não tinha uma dimensão social por não estar estampado nos jornais.

Acho que tem essa capacidade de fazer com que a sociedade reflita sobre determinados temas, reflita de uma forma mais conjunta, não somente entre as pessoas mais próximas, mas que a sociedade em geral repense alguns temas. Vai discutir agora, por exemplo, a política imigração, de xenofobia e racismo, a partir de toda a imigração que está

acontecendo na Europa a partir dos países árabes. Tem essa capacidade de nos fazer pensar sobre temas sobre os quais possivelmente a gente não falaria, por que são realidades mais distantes.

P: No sentido de trazer pra um debate público?

R: Acho que sim, que é capaz de trazer pra um debate público assuntos que são elencados como importantes. Não diria que todos os assuntos são importantes, mas assuntos que são eleitos como importantes são capazes de ir a debate público, fazendo com que mais atores se envolvam.

P: Tu podes fazer uma descrição sobre no que consiste o teu trabalho como repórter de política no Jornal do Comércio?

R: No cotidiano eu trabalho com as questões de articulação partidária, mais em relação ao executivo e legislativo estaduais. Isso envolve matérias sobre como está a atuação na assembleia legislativa, no plenário, nas comissões, na articulação pra votação de projetos entre a base aliada e oposição. Também algumas matérias sobre o executivo e o anúncio de medidas ou a articulação interna pra esse anúncio. Muito se dá em relação à articulação política, do que em relação aos fatos concretos. Às vezes é anunciada uma determinada medida, por exemplo, a votação do ICMS: a gente acompanha toda articulação pra que o governo garanta os votos necessários pra votar, todos esses bastidores até a aprovação. Depois da aprovação, esse impacto econômico que vai ter na sociedade já não é mais da alçada da política. Então, é muito desses bastidores e articulação, isso é o meu cotidiano.

Em outras oportunidades eu faço matérias que me gratificam mais. São matérias em relação a movimentos sociais e a essas temáticas que são mais marginalizadas. Por exemplo, em relação ao racismo, em relação à falta de acesso de candidatos LGBT's nas legislaturas, por que eles não conseguem se eleger? Por que o número de mulheres é inferior ao de homens? Por que a gente vê diversas situações de machismo, sexismo e homofobia no parlamento? O que essa falta de representatividade faz? Essas matérias que falam sobre desigualdades, desigualdade de acesso, são matérias que eu gosto mais fazer. Por exemplo, entrevistar uma cientista política antropóloga, não no trabalho, mas nessa temática de exercer a sexualidade, pra ela falar sobre a questão política. Isso são matérias que eu também faço e algumas matérias especiais.

Em relação a como se definem as pautas, tem algumas pautas que eu sugiro, então muitas delas são em relação a essas temáticas que eu te elenquei e outras são pautas factuais. Por exemplo, nas terças-feiras cobrir a sessão legislativa, que é um encontro que sempre acontece, ou são pautas sugeridas pela editora.

P: Então eu imagino que tu vais quase que diariamente pra assembleia?

R: Não, eu não vou diariamente. Com certeza eu vou terça-feira, que tem sessão. Tem outros dias que eu faço matérias sobre a assembleia em que eu não necessariamente vou até lá, porque os deputados não estão lá e eu faço pelo telefone. Dos cinco dias, de dois a três dias são matérias sobre a assembleia.

P: Tu falastes das reportagens especiais que tu gosta mais de fazer. O que seria exatamente?

R: Tem reportagens especiais sobre esses temas que eu te falei. Por exemplo, minorias na política, uma matéria de quatro reportagens que vão mostrar porque candidatos negros, mulheres, indígenas, quilombolas e LGBT's não se elegem, qual o ponto de vista deles, os dados do Rio Grande do Sul e do Brasil. Matérias sobre a juventude dos partidos, sobre que juventude é essa nos partidos que tem uma média de idade de 30 anos – uma juventude não tão jovem assim. Em fim, dessas temáticas que tu tem que ficar mais tempo apurando, porque tu não consegue fazer um levantamento de dados, ou sobre as coligações, como elas se articulam ao longo dos anos, que eu mudanças que a gente teve com o crescimento de partidos, também gosto de fazer matérias sobre partidos.

P: Tu costumava fazer elas periodicamente?

R: Não. É o tipo de matéria que depende da tua boa vontade e também do tempo, por que sempre que tu tem que fazer matérias especiais elas dependem de tu ter um tempo extra no Jornal, ou estar liberado da pauta factual pra fazer isso.

A gente tem um contingente de três repórteres de política, uma estagiária e dois editores. Nem sempre é possível que tu tenha tempo pra fazer uma matéria especial, pois tem as pautas factuais. Muitas vezes essas matérias especiais demoram meses pra fazer, porque tu vai ter um dia livre, outro dia livre, tem que conseguir uma entrevista.

Essa das minorias que eu te falei, eu fiquei seis meses fazendo, porque quando eu conseguia ter tempo eu ia fazendo. Não era muito simples, porque essas rotinas do jornalismo não deixam muito espaço pra isso acontecer. Dificilmente tu vai ter um repórter especial eu vai poder se dedicar de uma forma integral, talvez a Zero Hora – que é um veículo de maior porte – consiga ter. A gente não tem na política essa pessoa que consegue estar liberada da pauta do dia pra fazer isso, o que dificulta que tu faça esse tipo de matéria.

P: Voltando a essa questão das minorias na política, essa série de reportagens tu fizeste por ideia tua ou do editor? Tu fizeste no teu período dentro do jornal ou fora?

R: Essas matérias especiais geralmente são matérias que o repórter faz por iniciativa própria. Foi uma ideia que a editora aprova e te libera em alguns dias da pauta pra fazer isso, principalmente quando está no final. Mas eu não fiz fora por que eu me recuso a trabalhar além do expediente de trabalho. Acho que o jornalista já tem uma carga horária incompatível com o salário e com a responsabilidade que ele tem. Eu não contribuo pra essa perpetuação, inclusive tenho muita resistência em atender o telefone do trabalho fora do horário de trabalho, por que isso é trabalho remoto – que eu acho que é um dos grandes problemas do jornalismo – essa mistura entre a tua vida privada e tua vida profissional.

Parece que tem uma mitologia que tu tem que estar disponível a todo momento pra atender o telefone caso aconteça alguma coisa, quando, na verdade, tu não tem que estar disponível o tempo todo. Tu não tem contrato pra isso e não recebe pra isso. Então eu não faço. Não fiz essa daí e não faço, por mais que eu esteja empolgada com a matéria. A gente não pode contribuir pra uma precarização maior ainda.

P: Tu podes fazer uma descrição breve da tua rotina profissional?

R: Eu trabalho das 14h30 às 19h30, segunda, quarta, quinta e sexta. Na terça-feira eu trabalho das 15h às 21h. Faço um plantão. Eu chego na redação, frequentemente tem a pauta por e-mail no dia anterior, que fui eu que sugeri, ou na pauta factual. Vejo a pauta e agilizo essas coisa do cotidiano: de ver o carro, se tem fotógrafo – que muitas vezes não tem carro, muitas vezes não tem fotógrafo. Aí eu utilizo táxi, vou pra pauta, volto e escrevo. Se é uma pauta que eu tenho que fazer as apurações da redação, faço as ligações e escrevo. Tem dias que eu trabalho pela manhã e alguns dia eu trabalho a noite, depende de alguma pauta que acontece nesse turno, porque todos os repórteres, a princípio, trabalham de tarde. A gente não tem repórteres que trabalham pela manhã.

P: A Isabela, que é geral trabalha de manhã, mas todo o resto não?

R: É, mas ela é de outra editoria. Então, como a gente não tem repórter pela manhã, quando tem pautas de manhã, a gente troca o turno com alguém pra trabalhar. Quando tem pauta a noite, mais tarde, a gente também altera. Eu trabalho no domingo, a cada três domingos, e folgo na sexta-feira que antecede.

P: E isso está previsto no contrato?

R: É...

P: Sim... Tu falou que sai de táxi. Evidentemente o jornal que paga?

R: Que ressarce.

P: Tu trabalhas há três anos no Jornal ?

R: Sim.

P: No mesmo cargo?

R: No mesmo cargo, na mesma editoria.

P: O que mudou nesse tempo que tu esta lá dentro do Jornal? Desde linha editorial ate a organização dentro do Jornal, de equipe, de redação.

R: Dos colegas quando eu entrei, por circunstâncias diversas, teve uma saída de colegas. Por exemplo, a gente sempre teve esses três repórteres e um estagiário. Todas as pessoas de quando eu entrei, agora não são as mesmas. Uma pessoa passou num concurso publico, a outra teve um aumento no seu cargo publico que exercia além do jornal e preferiu parar, e os estagiários tem uma rotatividade em função de ser estagio.

P: Tu é a única do teu tempo?

R: De quando eu cheguei, sim. E os editores, que estão lá há muito tempo. Uma coisa que mudou é que no começo, quando eu entrei no jornal, havia uma ideia de que o jornal não demitia. Isso era uma mística. As pessoas só saiam se se demitissem. Não quer dizer que as pessoas não saiam, tanto é que esses dois colegas se demitiram. Mas tinha uma questão de estabilidade que no ultimo ano se alterou em decorrência de fatores como a crise econômica e a mudança no sistema – foi implantado um sistema online que reduziu o numero de pessoas pra diagramação, por exemplo. Teve um sistema que informatizou mais algumas coisas. O numero de paginas teve uma redução de quatro paginas, então em algumas editorias teve corte de pessoas – que era uma coisa

que quando eu entrei nunca acontecia, ou há muitos anos não acontecia das pessoas serem demitidas sem quererem ser demitidas, ou sem se demitirem.

O que mudou? Não sei se tu quer alguma coisa mais especifica do que isso... E linha editorial, eu acho que o Jornal do Comércio tem uma das melhores editorias de politica, por que o numero de páginas pra editoria de politica local é maior do que o de outros jornais. A Zero Hora tem uma página, o Correio do Povo tem só notas, praticamente. O Jornal do Comércio tem três paginas de politica local, então tem uma ampla cobertura. Por exemplo, câmara de vereadores, todas as sessões a gente cobre e é a única cobertura que tem no Estado. Essa cobertura da Assembleia, cobertura dos executivos, e ai tem a cobertura do Ministério Público, Tribunal de Contas e movimentos sociais. Acho que tem umas mudanças em relação ao que as pessoas se interessam.

P: Público ou repórter?

R: Repórteres. Por exemplo, tem uma colega agora que se interessa por essas questões como a democracia... Me foge a palavra... Não é democracia representativa. Democracia participativa, talvez. Essas outras formas...

P: Uma democracia mais direta?

R: Isso, exatamente! Ela se interessa por essas temáticas, então essas temáticas que talvez não estavam muito presentes antes, estão mais presentes agora. Assim como eu acho que a minha presença faz com que questões de gênero e sexualidade sejam mais discutidas no Jornal do Comércio do que em outros jornais, por que me interessa esse assunto. São pautas que eu vou sugerir e que se o factual acontecer, eu vou tentar dar mais destaque. Acho que tem essas mudancinhas em relação às próprias pessoas que estão. Mas em termos de rotina, do que eu fazia antes e do que eu faço agora, eu não cobria a assembleia no começo e cubro agora, por que tinha outro colega. Às vezes muda um pouco nesse sentido.

P: Questão de organização do trabalho lá dentro. A tua editoria chegou a perder gente nesse último ano?

R: Não perdeu. Mas...

P: No geral a Isabela me falou que perdeu, né?

R: Sim. Por que a editoria de política é a menor editoria do Jornal. A economia é a maior editoria do Jornal e tem quatro repórteres, um repórter especial e dois editores, e na politica tem três repórteres e dois editores, são cinco pessoas. A cultura também tem oito pessoas, se eu não me engano, e a economia também tem muitas pessoas, mas não sei quantas são. A politica já é a menor editoria e havia uma indicação pra ter um quarto repórter, que agora foi deixada de lado. Se não houve corte, por outro lado, quando a gente esteve de férias não houve freela pra cobrir as férias, que era uma coisa que sempre acontecia.

P: Vocês tiveram que cobrir com a equipe reduzida?

R: Exatamente. A gente teve que manter o mesmo número de páginas, ate teve uma pequena redução em alguns dias, de cinco pra quatro, no total. Às vezes tem uma página a menos, depende o tamanho do jornal. Se gente não teve cortes, por outro lado a gente

não tem mais essa cobertura, que era dada pelos freelas, o que faz com que tenha um aumento de trabalho. Esse ano a gente teve uma situação do editor, o subeditor sofreu um acidente de trabalho e precisou ficar afastado.

P: De trabalho?

R: Não, desculpa. Fora do trabalho. Ele teve que ficar uns quatro meses afastado do trabalho e a gente não teve nenhum freela pra cobrir.

P: Vocês cobriram quatro meses com um a menos?

R: Com um a menos. E agora vai chegar um período de férias de todo mundo. Com cinco pessoas são pelo menos cinco meses à frente.

P: Já houve influências da empresa dentro do teu trabalho? Pensando tanto em questões editoriais ou em outras questões em que a empresa influencia o teu trabalho, ou que pode ter influenciado alguma vez.

R: Tem algumas situações, não diria que são muitas situações claramente. Mas, por exemplo, uma mudança de títulos das matérias, que pode ser uma ligação com questões editoriais. Mas a questão editorial é bastante subjetiva. Teve uma matéria do Latuff que a gente fez e pretendia colocar uma charge em que ele falava do primeiro ministro de Israel – uma charge bem forte – que foi vetada. Saiu a entrevista e tudo, só que essa charge foi vetada, porque era uma charge muito agressiva pra comunidade judaica - alegou-se. To pensando em outras situações que tenham ocorrido, mas acho que o que mais acontece são essas mudanças de títulos que atenuam um pouco as coisas. Mas acho que de alguma forma tu mesmo acaba se policiando pra colocar títulos que tu acha que não vai dar nenhum problema.

P: Tu pensas que isso acontece na tua prática como repórter?

R: Eu penso sim. Por exemplo, quando o Sartori não pagou a dívida com a união, eu não coloquei “calote”, por que eu achei que nunca ia passar um “calote”. No outro dia, tinha “calote” no jornal. Então, a partir de ver que tinha “calote”, eu comecei a usar “calote” em tudo.

O “tarifaço” do ICMS: em alguns momentos passou o título “tarifaço”, em outros momentos não passou – foi alterado – o que dá uma atenuada no que significa. Acho que muitas vezes tu acabas te policiando mais, mas em alguns momentos eu ia até o limite do que eu acho que é possível que passe. Principalmente nessas questões de governo, porque as questões políticas são super imbricadas também nos anúncios que o Jornal vai receber. A gente sabe dessas questões da política do próprio Jornal, da relação institucional que o governo tem com o próprio Jornal, um jornal de economia.

P: Tu faz alguma outra atividade profissional?

R: Sim. Nesse momento eu faço um freela na Federação Gaúcha de Bocha, que é um local onde eu trabalhei antes de trabalhar no jornal. Sempre como um segundo emprego esse freela. Lá eu faço uma revista de bocha e atualizo as redes sociais. Eu voltei a fazer esse ano, agora em maio, em função da inflação altíssima e de toda essa crise que a gente está vivendo.

P: Esse ano? Tu tinha parado quando?

R: Vai fazer uns três anos, quatro anos, desde que eu comecei a trabalhar no Jornal do Comércio. Antes eu trabalhava lá e em outros lugares. Agora eu tava só no Jornal e fazendo mestrado, que eu concluí agora em janeiro. Depois disso, esse ano eu to trabalhando nisso em três manhãs.

P: O que te levou a fazer mestrado e a querer fazer doutorado? Tu pretendes entrar agora na vida acadêmica, pelo que eu entendi?

R: Eu acho apaixonante pesquisar, muito mais apaixonante do que jornalismo. Tenho um “puta” tesão em pesquisar e em dar aula. Acho interessantíssimo ir a uma palestra e ver que as pessoas estão interessadas. Eu acho que o jornalismo é importante e que essas matérias impactam a vida das pessoas, fazem com que elas discutam os temas, mas tu não vês isso.

Na questão ensino, na docência, tu vês. Me dá a sensação de ver o quanto aquilo é importante. No começo do mestrado eu pensava muito mais em pesquisar do que de fato na docência. Eu participo de muitas palestras com o pessoal do “Gemis”, eu tenho participado de muitas palestras e a gente tem feito oficinas, e esse retorno das pessoas querendo discutir essas temáticas da comunicação, pra mim pareceu ser uma coisa que faltava. A gente fala o tempo todo de gênero e sexualidade, a gente escreve o tempo todo sobre isso quando a gente diz que uma coisa é correta e outra não é, e a gente não pensa sobre isso. É essa coisa da alteridade que eu falei: a gente não pensa sobre esse outro que a gente está escrevendo.

Eu pretendo sair do Jornal. Pretendo ter doutorado com bolsa integral e depois, ser professora universitária. Me interessa muito esse momento, de refletir sobre essas questões, do que continuar numa prática diário de jornalismo. São coisas que eu vou ter um outro tesão pra fazer. Toda vez que eu voltar de uma palestra e a minha energia se renovar e a fé na humanidade se renovar, coisa que não está acontecendo mais com as matérias. Tem aí muitas coisas que tem a ver com o jornalismo, que são, por exemplo, uma perspectiva de crescimento zero dentro da profissão. Qual a ascensão que eu posso ter dentro do Jornal do Comércio? Uma ascensão pra ser editora, que inclusive eu não me interessa, por que eu gosto muito mais de ser repórter. Uma previsão de piso que é teto salarial, na verdade deveria se chamar teto salarial, por que sempre vai ser isso. Diferentemente de noventa e pouco por cento, não sei dizer quantos por cento das profissões, que tiveram reajuste e ganho salarial num momento de crescimento econômico, não teve nada. Tem inúmeras precariedades, tu te expões a inúmeras condições ruins. Por exemplo, num dia de chuva tu espera um carro por quarenta minutos, tu chega, aí tu tem que escrever em cima da hora e não tem tempo pra averiguar, e as fontes, são fontes “treteiras” sempre. Que também, além do que aquilo que eu quero fazer me chamar muito mais atenção que isso, tem o fato de que as coisas do jornalismo, de como o profissional de jornalismo é hoje, também te desanima e tu tem uma grande responsabilidade. Por exemplo, eu estou há três anos no Jornal de Comércio. Estou ganhando o piso nesses três anos. Se eu ficar oito anos, vou ficar ganhando o piso esses oito anos. Tem uma desvalorização enorme em relação a isso, ou, por exemplo, não tem uma valorização para o conhecimento que tu adquire. Eu fiz mestrado e isso não acrescentou em nada no meu salário, inclusive – e isso depende

muito das editorias do Jornal – eu tive muitos problemas em relação à troca de horários. Em muitos momentos parecia que o Jornal estava me fazendo um favor de alterar os meus horários pra que pudesse estudar, sendo que claramente se reverteu em benefícios pro meu trabalho como repórter. Não tem uma valorização do conhecimento, de tu estar indo ali. Então, se tu troca de horários, o Jornal está te fazendo um favor em alterar o teu horário pra que tu estude. Tu não estás deixando de trabalhar, só tá alterando.

P: Sim, tu tá cumprindo os teus horários como era antes.

R: Sim, só que tu precisa alterar porque é impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Tem um monte de coisinhas que acontecem que contribuem pra insatisfação. Eu estou num momento de insatisfação.

P: Tu falou que nessa prática docente tu tem uma fé na humanidade que tu não tem mais fazendo reportagem. Além dessa questão da própria precariedade da profissão, alguma coisa em relação ao trabalho de reportagem?

R: Me parece que a questão da editoria de política, quando se estrutura só por relação político-partidária de articulação, é uma coisa vazia em muitos momentos. Por que a quem interessa toda essa articulação? A quem interessa se não os próprios atores envolvidos? Muitas vezes eu vejo que as minhas matérias só estão servindo de palanque pra alguém aparecer, ou tão servindo de barganha. O cara aparece, diz alguma coisa no jornal e vai barganhar mais espaço dentro do governo. Na prática da vida das pessoas, muitas vezes essa barganha não tem uma relação direta. Até não digo que sempre não tem, é óbvio. Mas muitas vezes essas articulações são meio vazias nesse sentido, e aí eu acho que tem outras esferas que são tão políticas quanto essas de articulação partidárias que estão fora da política institucional que elas estão fora dos jornais. E as matérias que mais me importam são dessas vozes que estão fora dos jornais, dessas questões de outras formas de política, por que a gente tem uma concepção de que a política é só política institucional e só política partidária, quando não é. Então, eu acho que isso também me cansa, esse tipo de reportagem. E se tu for ver, as matérias de política são basicamente sobre isso, são matérias de articulação.

P: O que te motiva como jornalista? O que te motiva ainda hoje pra fazer o teu trabalho?

R: É essas outras matérias sobre esses outros sujeitos que não estão nos jornais, ou pensando sobre esses sujeitos. Me motiva muito ter publicado uma matéria com uma entrevista com a professora Regina Facchini, que é um antropóloga da Unicamp, uma das professoras mais reconhecidas sobre gênero e sexualidade do país. Colocar uma entrevista com ela no Jornal, falando que há um grande crescimento dessa onda conservadora em várias esferas, como por exemplo, nos conselhos de psicologia pra repatologizar a homossexualidade, além de não despatologizar a transexualidade. Fazer esse tipo de matéria com essas pessoas me motiva. O problema é que essas matérias saem uma vez por mês, talvez.

P: Ainda tem algum sonho dentro do jornalismo? Alguma coisa que tu realmente gostarias de fazer? Que tu pretendes algum dia fazer?

R: É que agora as minhas motivações estão pra academia. Todas as minhas motivações estão voltadas pra isso. Não quer dizer que elas não estejam também voltadas para o

jornalismo. Eu gostaria de fazer problematizações sobre as temáticas que eu te falei, junto com pessoas que vão ser os próximos jornalistas, vão ser comunicadores. Mas como jornalista, acho que não. Essa entrevista é pura frustração. As pessoas às vezes têm algumas expressões como: “ah, o jornalismo é como uma cachaça diária”. Realmente não. O ambiente é muito frustrante, muitas vezes. O problema é que tem uma série de coisas muito ruins. Eu trabalho muito isso com a minha companheira que é professora, sobre essa questão das profissões. E aí, uma das questões que me parece essencial das minhas frustrações, que eu vou repetir é: Como é que tu não vai te sentir frustrado sendo mal remunerado? É uma grande frustração o tempo todo. Tu és muito mal remunerado e tem uma grande responsabilidade. Muito mal remunerado e não tem nenhuma perspectiva de que isso melhore, tu só tens mais responsabilidades incluídas. Eu ainda não escrevo e tenho que tuitar, mas talvez algum dia a galera do Jornal do Comércio vai ter que fazer isso, como a Zero Hora faz, que tu tem que fotografar. Aí tu vai ter que ter uma atenção pra tudo isso. Eu realmente to com as minhas projeções voltadas pra academia, não quero ser o William Bonner, não tenho essa pretensão.

APÊNDICE E – Entrevista com Fernanda Pugliero, chefe de reportagem do Correio do Povo. Entrevista ocorrida em 06/10/2015

CAETANO: O que te levou a escolher jornalismo como profissão?

FERNANDA: Na verdade eu não queria ser jornalista, eu queria ser diplomata. Mas é uma coisa meio que em comum de todos os jornalistas, querem ser uma coisa tipo diplomata, uma coisa que faça uma diferença no mundo. Eu não passei no meu primeiro vestibular que eu tentei para a UFRGS de Relações Internacionais. Nota: interrupção da entrevista

CAETANO: Bom, continuando, tu querias ser diplomata...

FERNANDA: Eu queria ser diplomata, daí eu tentei vestibular na UFRGS de Relações Internacionais, não passei. Daí eu não sabia o que eu queria ser. Daí tinha uma professora minha no colégio que sempre me dizia “ah, tu escreves muito bem, fala muito bem”, e a minha mãe sempre quis que eu fosse advogada. Daí no fim eu tentei no meio do ano entrar no vestibular, eu ia fazer cursinho de novo para tentar entrar na UFRGS, porque naquela época, dez anos atrás, entrar na UFRGS era o sonho dos pais. As pessoas tinham que entrar na UFRGS, era uma pressão. Daí eu decidi tentar no meio do ano, minha mãe e eu fizemos a conta e vimos que daria a mesma coisa pagar o meio ano de cursinho e pagar o primeiro semestre de faculdade. Porque quando eu entrei na FAMECOS era R\$650 a mensalidade, hoje tá R\$ 2000. Então ainda valia a pena assim. Daí eu entrei para ver se eu gostava e tal... Daí eu gostei e fui ficando. Aí fiquei os quatro anos.

CAETANO: E o que é que te fez gostar?

FERNANDA: Ah, o que eu mais gosto é de falar com as pessoas né... Sempre gostei de conversar com as pessoas, de ficar perguntando para as pessoas qual é o problema delas, “de onde tu vem, para onde tu vai”. Acho que foi muito isso, de ter a possibilidade de circular por vários lugares diferentes, de falar com várias pessoas, de ter a possibilidade de fazer viagens internacionais, que eu acabei fazendo depois, e nacionais também. Essa coisa de estar sempre dentro dos acontecimentos, tu tá sempre sabendo o que tá acontecendo e tu ficas muito de referência das pessoas também. As pessoas te perguntam muito qualquer coisa que acontece. E daí tu vai gostando da profissão. Eu sempre soube que ia dar certo, apesar de eu nunca ter feito estágio na faculdade. Eu nunca conseguia estágio. Eu ia nas entrevistas e nunca me contratavam. E daí, depois, tu vê né... (RINDO).

CAETANO: E o que é jornalismo para ti?

FERNANDA: Ah, eu acho que jornalismo é reportar o que acontece no mundo. E tu reportando o que acontece no mundo tu faz com que as pessoas conheçam a realidade. E se as pessoas conhecem a realidade elas têm o poder de decisão e de trocar e mudar essa realidade, transformar alguma coisa. Acho que jornalismo é basicamente isso, é uma contribuição em todos os níveis de uma comunidade. Desde um bairro, uma rua, até um país inteiro, dois países se, enfim, se tiver alguma questão de fronteira, até global, questões que envolvem todos os países. Claro, aqui no jornalismo, principalmente aqui no Rio Grande do Sul, é muito restrito, mas de alguma forma acho que a gente ainda

tem... Se vem algum representante internacional a gente tá sabendo o que tá acontecendo e a gente tem capacidade de entrevistar o cara sobre outras questões que geralmente não é do nosso dia, não é o dia a dia que a gente vai produzir. Mas a gente cria essa capacidade.

CAETANO: Essa tua visão de jornalismo é igual, ou aproximada, da visão que tu tinhas quando tu entrou na profissão? Ou ela mudou ao longo do tempo?

FERNANDA: Não, é bem semelhante. Genericamente falando é semelhante, mas é claro que tem os desafios do dia a dia. Falando assim parece meio utópico assim, meio sonho. Funciona dessa forma como eu disse, reportar a realidade para as pessoas conhecerem e terem a opção de mudá-la, mas, claro, tem todo o trabalho por trás. Às vezes não tem orçamento para fazer o que tu quer, ou não é tu o repórter que vai ser escolhido para fazer determinada pauta. Enfim, tem vários percalços no meio do caminho. Ou tu não vai ter a oportunidade de fazer uma pergunta que tu gostaria, ou tu perde a oportunidade por algum momento, por algum motivo. Mas basicamente é do dia, tu tem que saber driblar, trabalhar isso. Como qualquer profissão, eu acho.

CAETANO: Essa pergunta eu acho que tu já começou a responder: qual é o papel do jornalismo na sociedade contemporânea?

FERNANDA: Eu falei o negócio de tentar mudar a realidade, mas também tem esse papel informativo. Às vezes as pessoas só querem saber o que está acontecendo. Isso é muito importante, às vezes eu vejo muita gente que cuida só do local, não tem uma ideia mais global das coisas. Ou ao contrário, cuida muito das coisas que tão acontecendo em Brasília ou nos Estados Unidos e não sabe o que tá acontecendo no bairro. Daqui a pouco vem no jornal uma notícia, “ah isso aqui é na minha rua, isso aqui é no meu bairro”. Então o jornalismo também tem essa capacidade de informar as pessoas em vários níveis, tanto global quanto local, e às vezes a pessoa tá prestando atenção em uma coisa, mas tem algum problema na porta da casa dela.

CAETANO: E para o jornalista em si, quais são os valores que tu considera mais importante para um bom exercício da profissão?

FERNANDA: Os valores da pessoa?

CAETANO: Os valores como jornalista, não os valores privados.

FERNANDA: Acho que assim, uma coisa que eu percebi muito no meu trabalho como repórter de política e agora como chefe de reportagem é assim: o bom jornalista é aquele que tem a capacidade de saber o que é que é pauta. E mais do que isso, saber quão importante é tua pauta: saber se tua pauta vai render uma manchete ou se tua pauta é uma notinha. Isso é uma capacidade que eu observo em alguns jornalistas um pouco mais novos que eu que está pouco desenvolvida. Os caras não conseguem vislumbrar... Eu, assim, por muito treino, muita observação e por muito diálogo com jornalistas mais velhos que trabalham no Correio do Povo... Eu entro às sete da manhã no dia anterior, mas na verdade no dia anterior eu já tenho a capacidade de saber o que vai ser a foto de capa do outro dia do jornal. Então por exemplo, às 10h de hoje, terça-feira, eu já mais ou menos sei o que tem chance de estar na capa de quinta-feira. Porque eu já sei a pauta de quarta. Claro, alguma coisa pode acontecer que não está prevista, alguma tragédia,

enfim. Mas a gente cria essa capacidade, provavelmente o jornal de quinta-feira, dia 8, vai ter na capa uma foto de chuva de alagamento. Provavelmente alguma coisa vai alagar amanhã.

CAETANO: E ao que tu atribui essa capacidade de enxergar o que é pauta, ou que rende uma matéria boa? É experiência, é observação?

FERNANDA: Os dois: é experiência e observação. Porque, quando eu tava na faculdade parecia que tudo era pauta. E os professores têm mania de fazer isso, “tudo é pauta, tudo é pauta”. Não é. Tudo é pauta, mas qual o valor dessa pauta? Que adianta tu fazer essa matéria? Ela vai sair onde, num pé de página? Ela vai render uma foto boa? O jornal impresso é muito a composição. E não só o jornal impresso, tudo que trabalha com imagem e texto, até a televisão. O rádio talvez um pouco menos, porque tu tem que muito descrever então vai muito da tua percepção, é outro valor, outra capacidade que tu tens que ter. Mas no jornalismo impresso é muito isso, tu pensar foto, tu pensar a necessidade de um infográfico, pensar várias fontes que tu vai poder falar e tu saber avaliar isso. E às vezes tu vai ter que avaliar lendo duas linhas. A pauta vai dizer: pauta tal, tipo, chuvas, vai chover tantos milímetros hoje e isso é mais do que a média. Tá, o que é que tu vai fazer? Muitas vezes a pauta não tem diz o que tu vai fazer e tu tens que transformar aquilo na capa do jornal. Por incrível que pareça, tem muita gente que não consegue perceber que vai ser a capa de jornal do outro dia. Alguém, o chefe de reportagem ou o editor, tem que falar para elas – “ó, isso aí vai ser a manchete, faz maior”. Porque isso também influencia muito, o tamanho que tu vai fazer a matéria, tu vai fazer a matéria de uma página, duas, ou tu vai fazer uma notinha?

CAETANO: E no que consiste efetivamente teu trabalho como chefe de reportagem?

FERNANDA: Chefe de reportagem é um cargo histórico no Correio do Povo, existe há cento e poucos anos. E na maioria dos jornais ele se chama coordenador de produção. É o cara que coordena a produção, o editor demanda para o pauteiro, o pauteiro coloca na pauta e o coordenador de produção cuida como está a produção dos repórteres. E indica para os repórteres – “ó, isso aí tem que ser grande”, ou “mudou...”. Por exemplo, a Dilma vem para Porto Alegre amanhã. Daí a se a Dilma não vem mais, que tu faz? Porque mudou tua manchete. Dilma caiu, Dilma não vai ser manchete. Então o chefe de reportagem é a mesma coisa que o coordenador de produção, é aquele cara que vai chegar no repórter e vai dizer “ó, mudou toda pauta, caiu um monte de casa, a tua matéria vai ser capa ou tem chance de abrir página, te puxa, faz maior, fala com mais gente”. É o cara que toma a decisão. Ali no Correio do Povo o chefe de reportagem faz mais do que isso. Na reunião de editores, que acontece às 17h, ele diz qual vai ser a manchete no outro dia de todas as editorias. Então ele diz como abre a polícia, “ah, a polícia vai abrir com o ônibus queimado na Cruzeiro”, e geral, “geral vai abrir com o novo layout dos ônibus de Porto Alegre”. E sugestões de manchete “o dólar foi a R\$4,50”. Tipo isso.

Ali no Correio o chefe de reportagem acaba se equiparando a um editor, ele mais ou menos instrui o editor para ver qual vai ser a abertura de página, o que ele coloca na página mais nobre, que é a da direita, o que vai na esquerda, onde que tem anúncio. Para botar uma matéria com mais peso numa página que não tem anúncio. E de manhã ele que dá o start, porque eu recebo a pauta às dez da noite, mas muitas coisas acontecem.

Agora a gente tá num processo de tentar excluir a pauteira do processo, tirar o pauteiro e ficar só chefe de reportagem pautando. A gente acha que é mais adequado, não é necessário mais o papel da pauteira, porque as coisas vão acontecendo e também por causa da internet. Então tu não precisa prever muito uma pauta, mas isso é uma função histórica também do jornalismo, o pauteiro.

CAETANO: Tu tá chefe de reportagem há alguns meses (desde fevereiro de 2015), mas tu falaste agora na internet. Qual o papel que tu vês na internet e dessas tecnologias de informação e comunicação na produção diária do jornalismo?

FERNANDA: No Correio o online e o offline não estão integrados ainda. A gente conversa, mas não está totalmente integrados. O offline produz para o online, mas não na velocidade que o online gostaria porque a gente não tem uma integração, então a gente não tem como cobrar dos nossos repórteres de off para produzir numa velocidade que o online aproveite. A primeira coisa que vai na pauta é uma coisa que alguém liga para passar uma informação de dois parágrafos, depois a matéria do online acaba crescendo. E isso é uma coisa muito boa do online, porque tem essa capacidade de complementar a matéria. A matéria nunca acaba. Tu vai numa ocorrência que teve de polícia no Morro Santa Tereza, tu passa por telefone pro redator do online, ele bota dois parágrafos no ar, passa por celular ou por whats app, quando chegar na redação tu tem a capacidade de complementar e fazer uma matéria maior. A gente tenta fazer mais ou menos juntos, principalmente essa coisa de foto, vídeo, que é muito instantâneo, tu faz, já manda para um cara que vai subir, o repórter não tem a capacidade de subir (o arquivo) automaticamente por essa barreira de não estar totalmente integrado.

Lá no Correio tem uma estrutura, tem o chefe de reportagem e o online não trabalha com os chefes de reportagem, ele trabalha com os editores. Então o online se pauta pelo jornal, às 7h. Claro, a menina do online chega, dá uma olhada no que tá acontecendo, mas ela me liga para saber o que nós temos na pauta, porque geralmente tem vinte, trinta pautas. Só que as coisas vão caindo né... A gente vai cuidando muito, eu trabalho muito com twitter, eu to sempre ligada no twitter. E os jornalistas mais antigos têm o costume de ficar com o rádio ligado. Eu fico com o rádio ligado para ficar escutando e com a TV ligada também, mas eu vou muito mais pelo twitter, principalmente esse recurso de foto é uma coisa que me chama muita atenção. Porque a gente vê o que é que está acontecendo, ao invés de parar e ler eu já vejo “mas o que é isso que tá acontecendo?” ou “o que é que o Fortunati tá fazendo?”, “ah, tal coisa, assinou a revitalização da orla”, então manda um repórter lá. Normalmente essas coisas de prefeitura estão na pauta, o que não tá na pauta são protestos menores que os caras não avisam, incêndio, essas coisas. Daí tu vê a foto, te chama atenção. O recurso visual do twitter me ajuda muito mais. Principalmente porque tu tá ouvindo rádio, tu tá ali no telefone, tá coordenando seis repórteres mais os online que ficam me demandando também, e a gente fica em contato com a rádio, então é bastante coisa ao mesmo tempo. Então para mim me ajuda muito a foto no twitter, principalmente o que os outros postam porque eu não estou mais na rua.

CAETANO: Tu podes fazer uma descrição um pouco do teu cotidiano como jornalista, também dos teus horários de trabalho? Como é que funciona o teu dia a dia como chefe de reportagem?

FERNANDA: Às dez horas da noite eu recebo a pauta em casa por e-mail. Agora eu to recebendo até antes. Tem duas chefes de reportagem, uma da manhã, que sou eu, e uma da tarde, que é a do fechamento. Tem a do start, que sou eu, e a que fecha. Como a gente tá fazendo a pauta juntas, eu já sei com uma semana de antecedência o que tem na minha pauta, porque tem uma agenda, um escaninho que tu vai botando as pautas dentro, organizando. E a gente já vai fazendo para frente assim. Claro, tem muita coisa que entra hoje para amanhã. Tem coisa que vai entrar amanhã para amanhã mesmo. Mas a gente vai se organizando. Eu vou deixando recados para ela, que vão entrando pautas, para ela cumprir, ou eu vou resolvendo dentro do meu horário. Meu horário vai das 7h30 até às 14h. Jornalista trabalha cinco horas. Ali no Correio todo mundo recebe uma hora a mais, fixa, então todo mundo trabalha seis. Entra como hora extra fixa. Eu trabalho seis horas. Na verdade é das 7h30 à 13h45, têm os quinze minutos de intervalo. Que ninguém faz. Intervalo é “ah, vou ali, vou no banheiro, vou comer um negócio”, aí tu vai fazendo meio junto assim. Eu digo muito pros nossos repórteres, é bom senso: tem dias e dias. Tem dias que dá para ficar uma hora no bar trovando, pagar uma conta ali rapidinho. E tem dias que não, que não dá nem tempo de ir fazer xixi e tu vai ficar até às 17h aqui. Tem muito essa coisa de ganho. Às vezes eu fico também dobrado, dobro o turno, mas é raro. Então assim, 22h eu recebo a pauta, 7h30 eu chego sabendo. De noite eu organizo na minha cabeça quem vai fazer o que. Daí quando eu chego já sei e se puder eu já adianto com eles, por exemplo, amanhã vai chover. Daí eu já aviso o repórter: “amanhã tu vai fazer chuva”, daí o cara já vem da galocha. Porque ele sai para fazer chuva, então ele não vem bonito. Ou amanhã vai vir o cônsul americano, daí o cara já vem mais ajeitado porque ele vai ficar só ali dentro. Mais ou menos o que eu acho que tem que precaver o cara, já faço esse serviço. Eu aviso antes de sair, porque às 13h eu já sei que tu tá na pauta de amanhã, porque eu tenho uma agenda.

Eu sou responsável por um negócio chamado preview, que é assim, é uma folha que tem as principais manchetes de duas rádios que a gente escuta lá, a gente copia e cola da internet do que eles colocam, coloca o que eles botaram de manchete. Porque é aquilo que os editores vão olhar às 17h, então eles sabem o que as rádios deram durante o dia. Daí no meio do preview tem as manchetes. Daí geralmente eu seleciono cinco manchetes, tipo “cesta básica cai R\$2,13, mas continua a mais alta do país” e que o vilão da cesta básica é a batata. Ou “começa a revitalização da orla”, vai ficar fechada por 18 meses do gasômetro até a rótula das cuias. Deixa eu ver o que tem mais hoje... Ah, foram presos os adolescentes suspeitos de terem assassinado aquela mulher em Canoas, isso também é uma possibilidade de abertura de polícia, mas quando eu sai tinha uma apreensão da polícia federal que era... negócio de NET, eu não sei direito o que era, um negócio de TV a cabo, uma fraude. Daí tem o colégio Protásio Alves que o prédio anexo tá com problema. Daí eu organizo as manchetes, só que para formar as manchetes eu tenho que ter a produção dos repórteres, então do lado esquerdo eu tenho a produção do dia. Daí eu coloco “Geral”, quem fez matéria de geral? Daí eu vou colocando o que todo mundo fez dos meus. Depois a da tarde vai complementar com os delas. “Polícia”, também, “Economia”, também, “Ensino”, também. A gente faz “Espaço Jurídico”. Na direita a gente coloca as matérias de domingo, o que tá em produção e o que tá pronto. A gente chama as matérias especiais de domingo, que são as matérias de página inteira. A gente faz especiais para economia, para polícia, para

ensino e para geral, são quatro editorias. Eu coloco o que tá pronto e o que tá em produção.

Tem quatro editorias que não estão sob nosso guarda chuva, que é rural, política, esportes e variedades. Esses aí têm produção própria. A gente até produz para eles, por exemplo, se cair o técnico do Grêmio de manhã, só está eu e a minha equipe lá, então é a minha equipe que vai fazer. O pessoal do esporte entra às 14h, daí eles podem recuperar alguma coisa. Quando é uma coisa muito importante, muito factual, eu mando a minha equipe. O Rural também é a mesma coisa, Política também. De manhã a gente abraça tudo.

CAETANO: Há quanto tempo tu trabalha no Correio?

FERNANDA: Vai fazer quatro anos no dia 02 de janeiro. Dois anos como repórter de política, um ano como repórter de geral e em fevereiro eu assumi oficialmente a chefia de reportagem.

CAETANO: E nesse tempo, o que mudou?

FERNANDA: Teve várias coisas que mudaram. Uma é que, desde que eu estou lá, o Correio passou por duas reformas gráficas: uma agora mais recente, quinta-feira, e a outra faz mais ou menos um ano e pouco, foi uma reforma mais tímida, mas foi uma reforma. Diminuiu o tamanho dos textos, a gente já não escreve aquela montanha de texto que a gente escrevia antigamente, a gente tenta ser mais parcimonioso na escrita dos textos, faz mais retranca. A gente tá tentando investir mais nessa coisa gráfica, que é uma coisa que eu não via quando entrei. Tinha um antigo chefe meu que falava “ah, é Correio do Povo, é Correio do Povo, não inventa gráfico, não inventa box, não inventa retranquinha, frasezinha...”. E hoje a gente usa muito essa coisa de frase destaque, coisas destacadas do textos, inserir texto dentro de foto, cortar foto desenhando o texto. É uma coisa que antigamente a gente não tinha esse recurso assim.

Outra coisa, hoje tá muito mais integrado com online. Apesar da empresa não ter dado uma ordem, eu tenho notado essa responsabilidade. Muitos repórteres criaram o twitter, mesmo que não postem no twitter eles seguem (outras páginas) no twitter. Daí por eles seguirem no twitter, eles se informam ali. E o uso do WhatsApp. Desde que começou o negócio do WhatsApp, é grupo de WhatsApp para tudo que é lado. É grupo da polícia com os brigadianos, é grupo de um bairro qualquer, grupo da PRF, grupo dos próprios repórteres dentro do Correio, para saber para onde o cara tá indo, por uma questão meio de logística. Acho que alguns recursos de celular ajudaram muito. E também essa possibilidade de gravar vídeo, as pessoas têm tentado gravar mais vídeos. E também o Correio deu alguns celulares para alguns repórteres e essas pessoas fazem foto do celular, então às vezes, quando tu não tem a possibilidade de enviar um fotógrafo – porque a equipe de fotógrafos foi reduzida, quando eu entrei eram doze e hoje são seis – o repórter tem feito muita foto. Tem foto de repórter que vai para a capa do jornal, feita com celular.

CAETANO: Tu disseste que a equipe de fotógrafo diminuiu. E a equipe de repórteres, ao longo desses anos?

FERNANDA: A equipe de repórteres se manteve porque antigamente tinha uma estrutura chamada central de textos, que basicamente faz um negócio que até soe meio arcaico: o repórter faz a matéria, o editor lê a matéria, decide onde a matéria vai ficar na página e avisa o diagramador, o diagramador diagrama. O editor joga todos esses textos na mão do cara que é da central de texto e ele encaixa os textos nos buracos, digamos assim, que tão separados na página. E depois o editor só dá uma editada final e fecha a página. Essa central de texto foi meio que dissolvida e o editor, como em todos os jornais do país e do mundo, agregou. No Correio demorou um pouco mais, mas ele agregou essa função. Então sobraram pessoas. Essas pessoas foram remanejadas lá dentro. E depois abriram-se algumas vagas também por trocas internas: a rural demandou mais um repórter, daí roubou um repórter da geral, depois a geral reclamou, precisou de mais outro. Um trocas internas e acaba criando umas vagas. Mas as equipes diminuíram. Eu não notei tanta diferença nas equipes porque, a equipe que mais mudou lá foi a da geral, que é a minha, a gente chama de geral, mas na verdade faz várias coisas, não faz só geral. É a equipe da reportagem, a gente chama. Essa foi a que mais mudou no sentido de alterar as pessoas. As vagas até diminuíram, muita gente virou editor e a vaga sumiu, as pessoas foram agregando funções, os horários foram mais curtos.

Antigamente o jornalista fazia muito cerão, hoje em dia o pessoal cumpre mais o ponto. Hoje, se tu pede para o cara ficar mais, tu tem que dar uma folga para o cara, tu tem que dar hora extra para o cara, tu tem que dar uma compensação. Hoje a DRT, um monte de problema. Problema não, lei tem que ser cumprida. Mas, um monte de coisas que antigamente era meio que ignorada, tipo “ah, não bate o ponto na saída, amanhã a gente faz um comunicado”. Hoje em dia tu não faz mais, até porque o repórter pode estar gravando e depois te processa.

CAETANO: Tu chegou a pegar esse momento?

FERNANDA: Quando eu entrei na política não tinha isso, a gente ficava para o cerão direto. Mas aí a gente compensava o final de semana, não vinha no final de semana. Se tu fazia tantas horas a mais durante tantas semanas, tu não vinha no final de semana. Na Geral a gente controla mais os horários, mas os caras têm que vir no final de semana.

CAETANO: Na tua vida como jornalista, tanto como repórter quanto, agora, chefe de reportagem, que influência que a empresa teve sobre teu trabalho?

FERNANDA: Tipo de vetar?

CAETANO: Tipo de tu ver como a empresa pode ter influenciado, não só o veto.

FERNANDA: Ah, tem muito o estilo, o estilo do Correio escrever. Tem muito do estilo. Meu primeiro chefe sempre falava “vai direto ao ponto, não enrola, não me faz nariz de cera, vai direto ao ponto”. Tem matérias que dá para tu fazer, a gente fala “bota um molho na matéria, dá uma incrementada, não vai direto seco e não diz para o cara logo na primeira linha o que tu quer dizer”. Tipo o negócio da licitação, não pega e “foi homologada ontem a licitação”, não, tem que ser algo tipo “após três tentativas fracassadas e um processo judicial, finalmente, depois de vinte anos da ilegalidade dos consórcios...”.

Mas de podar o texto... Bom, às vezes a gente reclama muito de espaço, tu constrói o texto e no outro dia... Quando eu era repórter, eu reclamava, e agora os meus repórteres reclamam para mim. E daí tu tenta dar uma amenizada. Eu tento evitar que isso aconteça, eu já te digo antes de escrever – “não escreve muito que isso aí não vai dar muito espaço”. Ou faz uma fotoleg, que é uma foto com um textinho embaixo. Mas o Correio, por ser do grupo Record, apesar de ser da igreja e tudo mais, eu nunca senti uma pressão. Tem pressão comercial como tem em todos os lugares, tipo “não vamos publicar tal matéria falando mal de tal lugar, porque é anunciante”. Isso acontece. Mas acontece no Correio e acontece no New York Times, acontece em qualquer lugar. Daí tu não publica, tu dá uma segurada e tal. Claro, se for um negócio tipo botaram veneno na coca-cola e cem pessoas morreram, foda-se que a coca-cola é anunciante, tu vai publicar igual. Agora, se ligar lá a dona Carmelita que recebeu uma coca-cola sem gás na casa dela, ou veio uma barata dentro e ela manda a foto, tu não vai perder teu tempo para confirmar aquilo ali, ainda mais que a coca-cola é anunciante, tu vai te estressar, nem sabe se é verdade. Isso é muita coisa de internet, que as pessoas dissipam muito na internet e o jornal não absorve. A não ser que seja um surto, várias pessoas com várias baratas dentro da coca-cola, daí a gente faz a matéria.

Mas só isso. Eu acho que é muito mais de avaliação, quando tu tá no começo tu não sabe muito bem o que é importante ou o que não é. Daí tu precisa de um chefe que te dê um norte, “cara, isso não é pauta, isso é uma notinha”. Ou não, “o cara disse isso?”. Tipo tu vai lá no Palácio Piratini, o Tarso (Genro) tá saindo por uma porta e tu vê, no meio da porta, tá o Collor (Fernando Collor de Melo) cumprimentando o Tarso. Daí tu pergunta para as pessoas e “não, aquele não é o Collor”, mas tu desce e vê que é o carro do Collor, vê o assessor do Collor, o cara tá aqui. Daí tu chega no teu editor e ele não sabe de nada, mas tu tem certeza que tu viu o Collor lá. Daí tu vai investigando e uma faísca vira uma baita matéria. Mas aí é meio de feeling. E também ter alguém te banque lá dentro, um editor que fala “se tu viu, tu viu, se amanhã eles ligarem dizendo que tu não viu a gente vai dizer que eles tão mentindo... Mas tu tem certeza que tu viu.”

CAETANO: Tu trabalha somente no Correio ou faz alguma outra atividade profissional?

FERNANDA: Eu faço faculdade de geografia. Eu me formei em Portugal bacharel, mas aí eu voltei e continuei estudando. Aqui eu faço licenciatura, acho que vou me formar na metade do ano que vem.

CAETANO: Mas tu tá fazendo para dar aula?

FERNANDA: Eu to estagiando em uma escola, já estagiei em outra e agora to nessa duas vezes por semana. Eu não sei direito se eu quero dar aula. Tudo bem que jornalista ganha mal, mas professor ganha pior (rindo). Daí é trocar merda por bosta, daí não sei, vamos ver. Mas eu gosto muito de dar aula, gosto muito de falar, mas às vezes isso não é bom numa aula (rindo).

CAETANO: E tu faz freela?

FERNANDA: Às vezes eu faço, mas umas coisas bem pontuais, mais no nível de ajuda mesmo. Quase não recebo, faço mais na parceria para alguém que precisa de um texto, não é... Já fiz mais, quando eu era repórter, mas hoje as condições tão melhores,

digamos assim. E também é muito trabalho, porque eu fico o dia inteiro ligada. Porque eu vou dormir e às vezes eu nem sinto, parece que eu to flutuando quando eu durmo, já vou dormir sabendo da pauta e me organizo para amanhã, então eu acordo às 6h e já to quicando. Quero chegar no jornal rápido, para ler os jornais rápidos para ver se não tem nada, já vou pro twitter, sabe? Tenho impressão que eu só descanso mesmo no final de semana, quando eu tenho folga, senão é tocando direto.

CAETANO: O que te motiva como jornalista?

FERNANDA: Ah, eu gosto. Não sei, eu gosto. Eu gosto e é uma coisa que eu acho que faço bem. Uma coisa que eu sei que eu faço bem. Desde que eu assumi a chefia, não falando mal da pessoa que tava antes no meu lugar, mas o número de reclamações diminuiu muito, tá muito mais organizado. E o jornal, às vezes as pessoas sentam no posto de chefe de reportagem e pensam “agora é só mandar os repórteres fazerem”, não, tem logística, o cara tem que chegar até a pauta, tem que dar tempo do cara chegar. Não adianta tu mandar o cara para o aeroporto às 10h e querer que ele esteja às 11h em Novo Hamburgo, ele não vai conseguir. Então tem que ter um lance logístico, e daí para tu ter logística tu tem que contar com o apoio de outros setores que não têm nada a ver com jornalismo, tipo motoristas. Que são pessoas difíceis, porque eles não têm aquela paixão que o jornalista tem, de falar com mais uma pessoa, de ir para o alagamento e querer falar com todo mundo do alagamento. O motorista quer ir embora, tá chovendo, tá uma merda, ele vai ter que tirar o carro daquela rua e vai começar a alagar o carro. E daí tu tem que tentar acalmar todos os lados, então eu tento fazer esse trabalho. Eu deixo os motoristas também cientes, às 8h, na hora que eu consigo ligar para eles, do que vai ser a pauta do dia, para eles também se combinarem e ver qual motorista vai com qual repórter. Para eles não brigarem entre eles, de alguém sempre se ferrar e alguém sempre pegar pauta barbada, de levar no Palácio Piratini. Então eles mais ou menos se combinam assim. Eu acho que é isso, eu gosto.

CAETANO: E o que tu frustra como jornalista?

FERNANDA: Um é o salário, que eu acho que é muito baixo. Porque é uma profissão 24h. Eu não to dentro do jornal agora, não to de plantão, mas se me ligarem eu vou para lá, se acontecer alguma coisa eu vou para lá. Se eu ficar sabendo agora que caiu um avião no Salgado Filho eu vou para o jornal, não precisa alguém me ligar para dizer que eu tenho que ir pro jornal, eu vou, porque eu quero ir. Se pegar fogo no prédio aqui do lado eu vou pegar e tirar uma foto, eu vou ligar para o online, eu vou fazer uma matéria, vou mandar, vou gravar um áudio, o escambau.

Eu me lembro muito de uma cobertura quando ia fazer dois anos de (a boate) Kiss, em Santa Maria, nós ficamos três dias lá. Era uma choradeira e tal, o pessoal fazendo protesto, clima pesado, teve uma vigília de 24h na frente da boate. Daí acabou tudo, não me lembro direito o dia, acho que era uma terça-feira, e nós fomos no restaurante com os jornalistas de todos os veículos, da Band, da Record, da Zero, todo mundo. Porque o pessoal se dá, apesar de ser concorrência e não trocar informação quando é uma coisa exclusiva. Aquela informação que todo mundo ouviu, tipo tu não gravou a coletiva, tá, eu te dou a coletiva, tava todo mundo na coletiva, mas uma coisa exclusiva ninguém se passa. A gente cuida muito disso. Tava todo mundo jantando, era tipo 23h – tem uma coisa muito importante do jornalismo, o motorista nunca pode beber, o jornalista e o

fotógrafo sim – e o cara da PRF liga e fala “bah, deu um acidente numa estrada aqui em Santa Maria” para um de nós, não foi para mim, acho que foi para o cara do G1. A gente viu no Google e, tá, vamos para lá. Daí a gente pagou e foi todo mundo. A gente pegou e foi correndo para a estrada, e chegou antes da polícia, tinham sete corpos na estrada. Sete pessoas mortas e nós ali com a lanterna do celular olhando as pessoas. Tipo, meu, que horror. Daí a gente saiu porque a gente chegou antes dos caras, porque a gente tava mais perto, tava num restaurante perto da estrada. Mas, fizemos a matéria, mas é um negócio meio pesado, se tu ficar pensando.

E outra coisa, tu me perguntou o que me frustra, como chefe eu me sinto frustrada de não poder dar uma compensação para os repórteres. Às vezes eu vejo que o cara tá dobrando, que ele fica. Tu pegou uma matéria, não tava na pauta, tu te auto pautou, um negócio muito legal, e daí tu pega e vai embora às 14h porque eu não preciso mais de ti lá, tu já fez o que eu te pedi. Daí tu pega, faz de casa, manda a matéria e eu não tenho como te dar nada. Tu fez por amor, eu recebo por amor e a gente publica por amor. Claro, a gente sabe, tu guarda uma viagem, tipo uma viagem de cinco dias de turismo para tal lugar, daí tu manda alguém. Dá uma mini férias para o cara, depois o cara faz uma materiazinha qualquer coisa e tal. E outra, jornalismo é muito difícil ver uma progressão na carreira. Principalmente em veículos como o Correio do Povo, na Zero Hora também, o cara começa como repórter e vão ter trinta repórteres, vai ter um que vai virar subeditor, vai ter outro que vai virar chefe de reportagem, vão ter outros dezenove que vão sair do jornal, vão ter outros cinco que vão largar o jornalismo. E é muito disso, como as pessoas não ganham compensações nem salariais nem de outra forma, os caras vão cansando, as pessoas vão perdendo a vontade. É uma coisa que lida muito com a emoção. Se tu para de gostar, tu corta o relacionamento.

CAETANO: Como tu te vêes no futuro? No jornalismo, fora do jornalismo, fazendo alguma outra coisa no próprio jornalismo?

FERNANDA: Na verdade eu não sei, sendo bem sincera, eu não esperava ter crescido tanto em quatro anos de jornal. Eu entrei como revisora, numa vaga que vinte dias depois falavam que iam me demitir, me mantiveram lá dentro... Eu vejo meus colegas repórteres, que entraram comigo e continuam no mesmo lugar; e eu já passei por tanta coisa lá dentro, fiz cobertura internacional, fiz um monte de coisa muito legal e daí tu vê que muitas pessoas não saíram do lugar. Mas eu tenho uma pretensão de abrir um próprio negócio, abrir na comunicação, não sei se como consultoria. Assessoria não, mas uma coisa diferente, que juntasse essa coisa do digital, mas não para agora. Para daqui uns cinco anos, talvez. Também é uma coisa que eu gosto. Lá no jornal eu sempre digo, o problema do jornalismo é que quando o dono do jornal descobre que o jornalismo é uma cachaça, ele não precisa mais pagar. Ele só te dá mais cachaça. Então o cara te podá às vezes, mas às vezes... Tem um caso lá no jornal, o cara foi numa coletiva nada a ver do Ministério Público do Trabalho, foi e voltou todo empolgado, “cara, descobri que tem um escravo que foi libertado, quero ir para Rio Pardo”. Bah, não vai dar, fui lá no chefe e ele “bah, não vai dar, não tem dinheiro, eles estão cortando, não sei o que...”. Daí eu falei, “cara, não vai dar”. “Ah, mas e se for bate e volta?”, “se eu for e não cobrar a viagem?”, “eu tiro do meu bolso o almoço”, mas daí não é justo, tem tu, tem o fotógrafo, tem o motorista. Daí ele escreveu uma pautinha e

eu fui lá falar com o diretor, enchi tanto o saco que uma hora o cara falou e liberou. E a gente fez e deu super certo.

CAETANO: Eu li, era um senhor já idoso...

FERNANDA: Isso. E outra, foi para outros veículos, os outros veículos nos twittaram. Daí eu fiquei pensando, o diretor deu um adicional de viagem para o cara, um almoço de vinte pila. E o cara ficou naquela matéria dois meses ali, no maior amor. É tipo cachaça. O cara não ganhou nem cem reais e ficou ali, trabalhando fora do expediente, foi fazer várias entrevistas fora do horário dele. E quando começou a ver que repercutiu em outros lugares o cara ficou mais empolgado. É cachaça. Daí eu me sinto assim um pouco burocrata hoje em dia, um pouco traficante. Eu dou a cachaça pro cara, entendeu? Eu sei que se eu der uma empolgadinha no cara ele vai fazer, daí eu dou uma empolgadinha e o cara se puxa, daí ele vai lá e não vem me pedir “quero uma folga, quero isso”, é a cachaça. É muito engraçado, quando tu vê o que tu passou, tu fazendo para os outros. Meio maquiavélico, mas...

CAETANO: Tu tem algum sonho como jornalista?

FERNANDA: (brincando) ah, eu quero mudar o mundo. Não, eu não quero mudar o mundo. Algum sonho como jornalista... alguma coisa que eu gostaria de fazer... Eu não sei direito, mas, eu trabalhei já em dois jornais do exterior, sabe? Não é muito diferente daqui, mas é um pouco... Tá, talvez, um sonho assim, talvez um dia eu queira ser diretora de redação, mas eu também não tenho muita certeza que é diretora de redação o cargo que eu quero ter. Eu gosto muito desse lance do business, assim, mercado leitor, vender, pensar anúncio e editorial. Ganhar dinheiro mesmo. Então, talvez um dia... Se alguém não me contratar para ganhar dinheiro para a empresa dele, talvez eu crie minha própria empresa e fique rica fazendo isso, não sei, talvez. Mas é um sonho, essa coisa de unir comercial e editorial, achar uma forma perfeita. E também, eu não gostaria que o jornal impresso morresse, mas se tiver que morrer – porque é uma coisa muito custosa e tal, talvez fique inviável economicamente, não vale a pena imprimir papel por diversos motivos, não porque as pessoas não estão mais lendo, as pessoas vão continuar lendo para sempre – eu não gostaria de ver o jornalismo tão mudado, assim. De alguma forma, eu gostaria que ele conservasse essa coisa da essência. Uma coisa que eu gostava muito do Correio era aquela porta de redação antiga, que vai e volta, sabe?

CAETANO: Tipo porta de saloon.

FERNANDA: É, tipo porta de saloon, eu imaginava um bando de gente lá dentro fumando cigarro, tomando whisky e batendo máquina de escrever. É um jornal centenário. Isso que é legal, apesar da gente tá no computador, telefone, WhatsApp, parece que tem alguma coisa da essência que não perdeu e que eu não quero que acabe. Sou meio apaixonada.

APÊNDICE F – Entrevista com Isabella Sander, repórter de geral do Jornal do Comércio. entrevista ocorrida em 06/10/2015.

CAETANO: O que te levou a escolher jornalismo como profissão?

ISABELLA: Olha, na verdade foi um pouco ao acaso, porque de certa forma não era minha primeira opção, como muitos jornalistas. Eu queria, na verdade, fazer teatro, mas como eu não passei no teste específico da UFRGS, que é antes, eu fiquei naquelas de “ah, não vou perder o ano”, e minha opção era jornalismo, porque eu sempre gostei de escrever, sempre gostei de ler e me identificava com algo que envolvesse escrita. Eu resolvi fazer e nunca mais larguei. É meio o que acontece com a gente. Mas não sei, eu acho que o mais importante é porque eu permaneci dentro do jornalismo. Eu permaneci no jornalismo porque é muito desafiador, eu acho. Apesar de ter todos os seus problemas, questões financeiras, questões de precariedade de trabalho e tudo, é, sei lá, é compensador. É compensador no momento que tu consegue ir atrás de alguma coisa que tu queria saber, tem que ter muita curiosidade para ser jornalista. Daí tu consegue ter acesso a uma informação diferenciada, ou, sei lá, tu tem orgulho do teu trabalho, tu escreve a matéria e tem orgulho do resultado, de como ficou a obra final. Acho que por isso.

CAETANO: O que te dá orgulho no teu trabalho? Por que tu sente esse orgulho?

ISABELLA: A gente tem que procurar a complexidade dentro do nosso trabalho. Claro, cada tipo de veículo tem a sua maneira de buscar essa complexidade, buscar essa qualidade. No rádio, por exemplo, as matérias são mais curtas, então tu não pode aprofundar tanto, mas ao mesmo tempo tem uma densidade emocional muito grande, porque tu tem o áudio. Tu tem a pessoa emocionada falando, a pessoa braba falando, indignada. E isso às vezes é muito difícil passar no jornal. Na TV também, a mesma coisa, tu tem imagem, é ampliado isso ainda.

Mas, no jornal, acho que o mais importante é a qualidade do que tu escreve, tu buscar mais fontes, talvez ter mais fontes do que na rádio. Tu tem que ter três, quatro fontes para conseguir explorar todos os lados da questão. Tu tem que ter mais fontes para poder aprofundar, para conseguir trazer aquilo que, como o jornal dá mais espaço e é escrito e editado, tu consegue definir o que é mais importante, priorizar, fazer o lead, fazer a hierarquização das informações e trazer aquilo que talvez o pessoal de outros tipos de veículos não conseguiria. Até porque a gente tem 24h para escrever a matéria para o jornal. Pelo menos por enquanto, enquanto é edição impressa. Então assim, me dá muito orgulho quando eu consigo chegar nisso, explorar todos os lados da questão. Acho que consegui, consigo fontes que não são aquelas fontes oficiais de sempre, que dão uma nova visão sobre aquilo ali, uma nova ideia sobre aquilo, que eu não tinha ouvido pelo menos. Acho que talvez por isso a importância da renovação dos repórteres também.

CAETANO: O que é jornalismo para ti? Pensando na tua percepção de jornalista.

ISABELLA: Bom, para mim o grande diferencial do jornalismo é apurar as informações, ter esse compromisso com apurar as informações. Então, eu acho que nunca vai morrer o jornalismo por causa disso, porque sempre vai ter a necessidade de ter essa apuração, de ter um lugar que tu sabe que tu pode confiar naquelas informações.

Pode ser através de blog, pode ser através de uma rede pessoal do jornalista, mas se existe a preocupação com pegar o ganho com alguma coisa para dar aquela informação e se existe a informação com a apuração, a apuração própria e pessoal e não pegar de outros veículos, eu acho que isso é jornalismo.

CAETANO: E essa tua visão de jornalismo é a mesma que tu tinhas quando começou na profissão?

ISABELLA: Não, com certeza não. Acho que a gente chega muito cru na faculdade, por mais que eu tenha sempre tido jornal em casa, sempre li jornal e tive contato com jornalismo. A gente é espectador, se tu vai perguntar para leitores o que é jornalismo ele não vai falar sobre a questão da apuração, pelo menos não nesses termos, porque o leitor sabe – claro, a imprensa tá meio desacreditada ultimamente, mas ainda é o lugar que ele procura as informações que ele pode confiar. Então, acho que talvez a sensação que eu tinha antes de começar a trabalhar com jornalismo era essa, era um lugar que tinha uma preocupação séria com as informações. Tipo, se tá no jornal a princípio é verdade.

CAETANO: De certa maneira, tu deu uma complexidade maior, mas tu já concebia mais ou menos esse modo de pensar jornalismo...

ISABELLA: Sim, claro. Eu acho que, na verdade, a minha visão agora é mais técnica, de como fazer, na verdade.

CAETANO: De certo modo tu já falou sobre isso na tua resposta anterior, mas se tu tiveres mais coisa para acrescentar: qual tu vê como sendo o papel do jornalismo na sociedade contemporânea?

ISABELLA: Olha, um pouco isso, confirmar o que é verdade. Até dentro de um mundo de facebook e de redes sociais, acho que acaba sendo essencial ter veículos sérios de informação e até acho que a gente tá passando por um momento em que os veículos estão tendo que se comprometer mais com a apuração dos fatos e tudo, porque existem as redes sociais e existe uma desconfiança cada vez maior dos veículos. Então, a gente não pode deixar acontecer de sair uma coisa que não foi completamente confirmada, se não acaba virando uma coisa patética. Que nem hoje em dia a Veja, que é totalmente desacreditada por isso. Virou um veículo panfletário. Então, eu acho que o papel do jornalismo na sociedade contemporânea seria o de, talvez, dar um chão, uma estrutura para as informações que estão por aí. Porque aí pelo menos as pessoas sabem – tá rolando milhares de coisas no facebook, mas se foi naquele site ali, aquele site eu sei que é verdade.

CAETANO: E o que tu considera os valores centrais para o jornalista, na prática de jornalista?

ISABELLA: Os valores que ele deveria ter ou que ele tem?

CAETANO: Os valores que tu consideras importante no jornalismo.

ISABELLA: Eu acho que o jornalista tem que sempre se colocar no lugar do leitor ou do espectador, ele tem que sempre se colocar no lugar de quem vai receber aquela informação para conseguir clarear aquela informação para as pessoas. Eu acho que muitos jornalistas escrevem para outros jornalistas, e às vezes perde um pouco o que é

de fato importante naquela notícia ao constituir uma manchete. A gente tem que sempre pensar... Por exemplo, hoje eu tava fazendo uma matéria sobre o DEP, que ia começar um projeto piloto sobre resíduos: tá, o que é importante para a população nisso? Com certeza vão ter outros jornalistas que vão pensar alguma coisa diferente disso, mas, para mim, o mais importante é que a prefeitura talvez possa economizar dois milhões de reais por ano. Eu acho que talvez isso seja o mais importante, porque a questão da avaliação dos resíduos seja uma coisa muito técnica. Então, assim, tu tem que sair do release, tu tem que sair do que o DEP te mandou. Tu tem que pensar no que aquele leitor vai se interessar, o que ele quer saber de verdade. Tu tem que ter ideia dos valores notícia, tu tem que te colocar no lugar do leitor, tu tem que lembrar dos valores notícia de proximidade, tempo, todas aquelas coisas que a gente sabe, e tu tem que ter muito compromisso com o que tu escreve. Não pode, tu tem que evitar o máximo, acontece barrigada, mas tu tem que evitar a barrigada, tem que confirmar. Não dá para se apressar e antes de conseguir confirmar aquela coisa que tu tá quase dando um furo e publicar para sair na frente. Isso também é um problema dos jornalistas, dar o furo para sair na frente. Acho que o valor mais importante é tu pensar como um profissional que escreve para os leitores, para a população.

CAETANO: Tu poderias fazer uma descrição do teu trabalho como repórter de geral do Jornal do Comércio?

ISABELLA: Bom, a gente tem uma redação pequena ali, uma editoria pequena, são três repórteres para geral, só. Então, eu, por exemplo, sou a única que trabalho de manhã, de tarde são as outras duas. São três mulheres. Então, acaba que às vezes é uma loucura, porque, como a editora só trabalha de tarde também, eu fico totalmente sozinha ali. Eu meio que me edito. Então, eu recebo na noite anterior a pauta para o dia seguinte: o que eu vou fazer, o que eu tenho de saber, até para ver se tenho que chegar mais cedo, mais tarde, enfim. Geralmente eu saio para a pauta. Como a gente não faz polícia e nem trânsito, coisas mais hard news, tem dias que não tem pauta. Daí eu recupero, essa do DEP, por exemplo, eu fiz pela redação, fiz dentro da redação. Ainda bem porque tava chovendo (rindo). Nós temos dois motoristas lá. Como todo o lugar, tem o problema de logística, mas a gente dá um jeito. Acho que é um jornal que, pelo menos na nossa editoria, prioriza que as pessoas vão para a pauta, que elas estejam presentes. Porque também isso é uma coisa muito importante para um repórter. Um repórter está reportando o que está vendo. Então tu tem que ver o que tá acontecendo, tem que tá na rua. A gente cobre na geral principalmente questões de saúde, infraestrutura, educação, segurança. Como é um jornal de economia, tem coisas que a gente não pega que normalmente uma economia de geral pegaria.

CAETANO: Tipo...

ISABELLA: Por exemplo, tem greve daí os lojistas estão tendo prejuízo. Isso fica com a economia. Ficaria com a geral normalmente. Porque a parte econômica do jornal, como normalmente é pequena, normalmente é aquela coisa de “a empresa tal está tendo lucro”, mas só com as principais empresas, não com o comércio varejista, por exemplo. É isso, eu vou para a pauta, meu horário é das 9h às 14h, eu normalmente vou para a pauta e volto, no máximo meio dia, e escrevo. A gente tem no jornal a política de dar uma pauta só, normalmente, para cada repórter por dia. É diferente do Correio do Povo,

por exemplo, que eles fazem três pautas por dia. E isso é bom, porque a gente acaba escrevendo matérias maiores, a gente foca mais numa matéria mais aprofundada sobre uma questão, e daí notinhas menores sobre outras coisas, do que escrever várias matérias curtinhas. O Correio é muito conciso, eles escrevem, pelo que eu sei, três matérias de até 2.000 caracteres, no máximo, e o editor escolhe qual a matéria que vai.

CAETANO: Além dos teus horários de jornal, 9h as 14h, tu chega a trabalhar de casa, tu chega mais cedo ou sai mais tarde? Fica muito a mercê do que tá acontecendo?

ISABELLA: Não, eu não trabalho de casa. Eu recebo a pauta no meu e-mail pessoal. Mas trabalhar, não, poucas vezes teve que acontecer, só em questões muito particulares. A gente normalmente respeita esse... Claro, a gente não bate ponto, né. Isso é meio que uma questão que, às vezes, deixa meio vago qual é o nosso horário direito. Porque a princípio meu horário é das 9h à 14h, mas como o tempo de trabalho do jornalista é trinta horas semanais e a gente não trabalha no final de semana, na minha editoria a gente trabalha normalmente um domingo por mês e folga uma sexta por mês, então meio que compensa. A gente trabalha cinco dias por semanas. Então, a gente deveria trabalhar seis horas, só que nosso horário é de cinco horas. Então fica uma coisa um pouco, normalmente eu saio mais tarde que o meu horário, porque já existe previsto esse tempo a mais, sabe?

CAETANO: Mas acaba sendo uma contagem meio informal?

ISABELLA: É, meio informal. A não ser que seja uma questão muito especial, tipo, fulano faltou e tu vai ter que fazer um turno a mais, depois tu ganha uma folga. A gente não ganha hora extra também lá. Mas é bem tranquilo, eu diria que é o jornal mais tranquilo de trabalhar em Porto Alegre.

CAETANO: Há quanto tempo tu tá no Jornal do Comércio?

ISABELLA: Há dois anos, já.

CAETANO: Tu entrou já como jornalista?

ISABELLA: Sim, eu entrei como freela, na verdade. Eu trabalhei em assessoria de imprensa depois que me formei e daí eu saí, e em setembro de 2013 eu comecei como freela. Primeiro como freela para cobrir as férias de um repórter de esporte e depois eu fui ficando (rindo).

CAETANO: Tu te formou em 2012?

ISABELLA: Isso, janeiro de 2012. Depois eu fiz mestrado também, na PUC, não sei se isso é importante.

CAETANO: Claro, interessante. No jornalismo?

ISABELLA: Em comunicação. Na verdade não foi sobre jornalismo diário. Eu fiz minha dissertação sobre as crônicas da Clarice Lispector na época da ditadura militar, meio que relacionando com a época e tudo. Foi bem legal.

CAETANO: O que te levou a fazer mestrado?

ISABELLA: Basicamente, porque eu gosto de estudar. Eu na verdade continuei o meu TCC, porque meu TCC foi uma análise semiótica das crônicas da Clarice Lispector. E daí eu fiquei muito empolgada com a ideia de pensar a questão do contexto histórico, então eu tive vontade de estudar isso. Teve uma época, depois que eu me formei, que eu não tava trabalhando, daí é aquela coisa “ah meu deus, o que é que eu vou fazer”, sabe? Daí, bom, to com tempo, vou estudar e tentar passar. Daí eu consegui bolsa e tudo e fui fazer. Foi bem difícil de conciliar as duas coisas, no final, a partir do momento em que eu tava trabalhando no JC, porque é correria mesmo, mas é bom. É bem bom.

CAETANO: Tu tá há dois anos no JC, o que tu observou de mudanças no jornal?

ISABELLA: Sim, mais recentemente com a crise (rindo), o fantasma da crise, sim. Demitiram praticamente um por editoria do jornal. Na nossa ilha a gente trabalha com geral, esporte e internacional. Internacional não tem repórter, mas é a mesma editora. Nós repórteres ficamos pouco com isso, fica mais a editora e os dois editores assistentes cuidando e pegando matéria de agência para internacional. Eu já fiz alguma matéria de internacional, mas mais porque, sei lá, tinha alguém em Porto Alegre que eu queria muito entrevistar, daí vamos fazer, sabe? E tinha dois de esportes, daí minha chefe preferiu demitir alguém de esporte, agora a gente tá meio que aprendendo a fazer matéria de esporte também, para quando o repórter que ficou estiver de férias e não puder, enfim. Foi principalmente essa mudança. Eu entrei cobrindo as férias de uma pessoa, agora não tem mais isso, não tem mais freela que cobre as férias do repórteres, exige uma reorganização por parte da equipe.

CAETANO: No caso, é a própria equipe que cobre suas férias?

ISABELLA: Exatamente, a gente trabalha com menos e se vira. Exige uma reorganização. Bom, não tem como dois repórteres tirarem férias ao mesmo tempo, não tem como duas pessoas da equipe tirarem férias ao mesmo tempo, porque fica muito desfalcado. Porque, se alguém sair, naturalmente o editor assistente vai pegar alguma coisa de fazer alguma matéria. Porque as duas repórteres não vão dar conta. Acho que existe uma pressão maior, hoje em dia, por causa dessa falta de pessoal.

CAETANO: Isso parece uma tendência geral né... Também no Correio e na Zero Hora...

ISABELLA: Sim. É, a Zero Hora tem até a coisa do jornalista multimídia.

CAETANO: Isso vocês não têm lá?

ISABELLA: Não. Na verdade, até no online o pessoal faz alguns vídeos e tal. O pessoal de foto tá sentido um pouco mais isso, porque agora tem um novo caderno, o “Geração E”, um caderno voltado para o empreendedorismo, mas mais voltado para jovens empreendedores. Saí toda a terça e tem um site do “Geração E”, principalmente online, eles fazem matéria todo o dia.

CAETANO: Tem uma equipe de online ou o que vocês produzem também vai para online, como funciona?

ISABELLA: Tem uma equipe de online, que é separada. Eles produzem menos notícias, eles têm mais uma função de organizar as coisas que têm no jornal. As notícias de agência, que eles puxam as mais atuais, porque a gente não tá preocupado com isso

naquele momento. Eles, também, depois que fecha o jornal, eles mandam as notícias para serem publicadas depois da meia noite. Automaticamente depois da meia noite as notícias do jornal estão no site. Mas a gente não faz nada de online.

CAETANO: Tu me disse que o pessoal que mais sentiu é foto. Em outros locais, o repórter que vai fazer a matéria também acaba fazendo foto com celular...

ISABELLA: Não, isso ainda não aconteceu, pelo menos por enquanto (rindo). Na verdade, o “Geração E”, como tem uma proposta mais online, eles também produzem vídeos. Então, os fotógrafos tão fazendo vídeo também, o que exige uma prática diferente.

CAETANO: E pensando no teu trabalho como repórter, que influência tu vê que a empresa tem ou pode ter sobre teu trabalho?

ISABELLA: Olha, acho que é uma coisa meio introjetada. A gente entra num veículo X e sente qual é o clima do lugar. Então, principalmente a editoria de geral tem uma capacidade de adaptação ao local de trabalho muito grande. Então, na Zero Hora, por exemplo, que eu acho que é o jornal que tem mais pré-disposição a querer mostrar coisas novas e tal, acaba focando mais nisso. Nós não, a gente tem uma preocupação maior com coisas mais de infraestrutura, por exemplo. Tá isso, tem em outros jornais, óbvio. Mas tipo, coisas como matérias... É engraçado, é difícil de definir o que faz isso acontecer, se é a equipe da editoria ou se é o jornal em si, mas a gente faz muita matéria sobre direitos humanos. É uma coisa que eu adoro fazer, matérias sobre direitos humanos. Tem uma outra repórter que trabalha comigo que também adora, tá fazendo uma especialização sobre isso. E a minha chefe super apoia, sabe? Então, acaba acontecendo. É muito difícil de definir o que é do jornal ou o que a equipe faz com que vire do jornal.

CAETANO: Isso que tu tá relatando é muito interessante. Porque, a princípio infraestrutura tem a ver com o perfil do jornal, que é um jornal econômico. Mas essa questão de direitos humanos talvez tenha mais a ver com o perfil de vocês, como jornalistas...

ISABELLA: É, claro. Da parte do jornal, matérias mais de infraestrutura, coisas que afetam a vida das pessoas de fato, uma grande obra que vai acontecer ou se vão abrir leitos no hospital, acho que essas coisas têm mais foco editorialmente. Clima, é engraçado, e ninguém é meteorologista, e daí a gente faz a partir de sites e tudo, mas eles dão muita ênfase, normalmente dá capa. É engraçado isso. Mas eu acho que a gente tem muita liberdade, dentro do jornal. Então, tem isso, tem esse espaço para que o que a gente gosta, o que a gente realmente se interessa, tenha influência. E tem a possibilidade de fazer grandes matérias até sobre isso.

CAETANO: Dentro do JC, tu já observou situações de barrar pauta ou vetarem por outras questões que não jornalísticas?

ISABELLA: Olha... por exemplo, a única coisa que me vem na cabeça foi que teve uma vez que teve um protesto de jornalistas e a gente publicou uma foto. Não gostaram muito. Disseram para não fazer de novo. Esses dias também tinha, o pessoal lá do morro Santa Teresa chamou uma coletiva de imprensa para criticar uma matéria da Zero Hora.

Fui eu que fui, porque é importante tu também... E, no meu ponto de vista, se fosse uma coletiva sobre uma construtora a gente daria, então eu resolvi dar. Fiz a matéria e citei a Zero Hora inclusive. Tá, mantiveram a matéria, mas tiraram a parte da Zero Hora. Falaram que era uma crítica sobre a mídia, à cobertura da imprensa. Eu acho que existe uma dificuldade, acho que não só do JC mas dos veículos como um todo, de criticar a mídia.

CAETANO: A Zero fez uma capa de domingo né, acho que era “O Morro do Medo”...

ISABELLA: “O Morro do Medo”, exatamente.

CAETANO: Tu trabalha só no jornal ou faz alguma outra atividade?

ISABELLA: Bom, eu terminei o mestrado em março e vou começar uma especialização agora em direitos humanos. Mas eu não trabalho em outro lugar.

CAETANO: O que te motiva como jornalista?

ISABELLA: Olha... Acho que... essa questão que eu te falei, de trazer aquele “plus a mais” (rindo) de informação, sabe? Fazer uma matéria mais aprofundada, uma coisa que tenha impacto na vida das pessoas de uma maneira ou de outra. Eu acho que a gente é meio pretensioso até, de fazer isso, mas acho que todo mundo têm meio que um fundo de vontade disso, de ser o portador das informações, das notícias, e fazer as pessoas pensarem. Acho que até por isso que eu gosto tanto de fazer matéria sobre direitos humanos, por exemplo. Porque são questões que geram polêmica, muitas vezes, e justamente por gerar polêmica a gente tem que falar muito sobre aquilo. O espaço do jornal é esse. Seja qual for a opinião da pessoa, é para tu trazer opiniões contrárias àquilo também. E opiniões favoráveis. Porque a princípio, tá, não existe imparcialidade, mas a princípio tu tá dando todos os lados, tu tá criando uma discussão dentro do teu próprio texto.

CAETANO: E o que te frustra como jornalista?

ISABELLA: Me frustra a efemeridade do jornalismo, a gente escrever para embalar o peixe no dia seguinte. O repórter procura, pelo menos o bom repórter, procura escrever uma grande matéria, uma matéria boa todos os dias. No dia seguinte, mesmo que seja uma matéria que tu te aprofundou muito, que tu procurou dar o teu sangue, botar um pouquinho de ti, mesmo assim, provavelmente... não vai cair no esquecimento, porque as pessoas que leram pegam um pouquinho daquilo, mas não vai mudar o mundo. Jornalismo não muda o mundo. Pelo menos não de um dia para o outro, pelo menos não com uma matéria. Acho que talvez a gente mude o mundo se a gente se juntar como categoria e resolver, de fato, fazer muitas matérias sobre tal coisa que precisa ser muito discutida. Até, acho que isso é uma coisa legal que a RBS já fez algumas vezes, de escolher um tema e fazer matéria constantemente sobre aquilo, tipo o “Crack nem pensar”, por exemplo. Acho que isso é muito importante. Acho que é importante para a gente poder exercer esse compromisso, esse papel de fato de mediador da informação.

CAETANO: Se unir como categoria também em que sentido, tu diz?

ISABELLA: Que os jornalistas proponham, que os repórteres, a categoria, que eu acho que tem muito mais força do que um só veículo fazendo matéria sobre aquilo, sabe? Se

a gente se unisse como categoria e elege-se temas que são importantes, que são de muito interesse público, eu acho que sim, a gente teria muito mais força de ter algum tipo de transformação social. Acho que isso acaba acontecendo um pouco de certa forma inconscientemente, porque, claro, o jornalista trabalha diariamente com as notícias e ele percebe que tem questões ali que ele vai fazer mais matérias, que é importante, enfim. Por exemplo, superlotação de hospitais, questões de atendimento de saúde. Isso sempre vai ser notícia. Pelo menos no nosso contexto, é muito importante. Então tem muita matéria sobre isso. Mas se a gente conscientizasse isso, trouxesse para a consciência e pontuasse, quais são todos os veículos, todos os repórteres vão se comprometer que vão ter um olhar especial sobre tal questão nesse semestre, nesse mês, por exemplo. Acho que daí sim a gente poderia ter uma esperança maior de transformação, eu acho.

CAETANO: Tu pretende continuar como jornalista no teu futuro?

ISABELLA: Sim, pretendo. Apesar das dificuldades né, porque com o salário do jornalista fica muito difícil pensar em, bom, se eu constituir uma família, se eu tiver filhos, como vai ser? Mas, então, como repórter, ganhando o piso fica difícil, mas, sim, eu quero fazer o possível para me manter no jornalismo.

CAETANO: Caso tu consigas te manter, que tipo de trabalho tu gostaria de realizar? Tu gostaria de continuar como repórter, gostaria de tentar outro cargo?

ISABELLA: Eu gosto muito de ser repórter. Eu, na verdade, acho que, como tu mesmo falou no início, o baixo clero, eu acho uma pena que seja o baixo clero, que pena que não tem muito espaço para repórter sênior, por exemplo. Tem seniores trabalhando como repórter, mas não são repórteres seniores. Então, é desvalorizado, acaba que o repórter para de ser repórter. O repórter é ótimo, se destaca como repórter e daí, para ser promovido, ele é promovido para o que? Para gestor. E daí não é mais repórter. Ele não faz o que ele fazia bem. Mas eu gostaria de ser repórter. Não sei, como eu gosto de escrever, talvez um dia ter uma coluna, alguma coisa, eu gosto muito da parte escrita do jornalismo.

CAETANO: Algum sonho como jornalista? Alguma coisa muito especial que tu sonhe em fazer?

ISABELLA: Olha... Difícil pensar em sonho, acho que a gente acaba vivendo muito o dia a dia como repórter, assim, ainda mais no início da carreira. É muito impalpável onde a gente vai conseguir chegar com aquilo ali, tudo. Não sei, talvez trabalhar num jornal mais estruturado, que tenha mais recursos, possibilidades de, por exemplo, um repórter sair e ficar uma semana, um mês fora, fazendo uma reportagem especial. Isso seria muito legal. E isso tá cada vez mais distante das possibilidades de um repórter. Mas, se é para falar de sonho...

CAETANO: Por que tá mais distante?

ISABELLA: Por isso. Porque tem cada vez menos repórteres dentro das redações e a gente acaba abraçando muitas editorias ao mesmo tempo. E o jornal impresso está em vias de acabar, então fica mais complicado. O impresso acaba, vai migrar para o online, com certeza. As pessoas da nossa idade não assinam mais jornal. E nem revista, muitas

vezes. Talvez revista, alguma coisa, mas é raro. O problema é achar algum jeito do jornalismo impresso, nos moldes do impresso, se perpetuar no online com a mesma qualidade. Eu acho que sempre vai ter gente que quer ter essa qualidade, quer ver essa qualidade na escrita. Mas ainda não se encontrou uma maneira que seja aceita dentro de um regime capitalista para que isso aconteça.

APÊNDICE G – Roteiro prévio para elaboração das entrevistas.

- 1) O que te levou a escolher jornalismo como profissão?
- 2) O que é jornalismo para ti?
- 3) E essa visão de jornalismo, é a mesma que tu tinhas quando começou na profissão?
Se não, o que mudou?
- 4) Qual é o papel do jornalismo na sociedade contemporânea?
- 5) Para ti, quais são os valores mais importantes do jornalista?
- 6) Em que consiste, efetivamente, teu trabalho como repórter/jornalista?
- 7) Tu poderias fazer uma descrição do teu cotidiano profissional?
- 8) Há quanto tempo tu trabalhas nesse jornal?
- 9) O que mudou nesses anos?
- 10) Que tipo de influências tu vê que a empresa pode ter desempenhado sobre teu trabalho como jornalista?
- 11) Tu trabalhas somente no jornal ou realiza outra atividade profissional?
- 12) O que te motiva como jornalista?
- 13) O que te frustra como jornalista?
- 14) Tu pretendes continuar atuando como jornalista em seu futuro? Se sim, gostaria de continuar em sua função atual? Se não, por que e o que tu gostarias de fazer?
- 15) Algum sonho no jornalismo?